



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO – SIBI**

**INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL  
TESE DE DOUTORADO**

**DOUGLAS CAMPANINI MACIEL**

**O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA BOLÍVIA: DO PROCESSO  
DE FORMAÇÃO DO ESTADO APARENTE AO ESTADO  
PLURINACIONAL**

TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO INSTITUTO DE  
ECONOMIA DA UFRJ PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE  
DOUTOR PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

**PROF. DR. CARLOS EDUARDO MARTINS - ORIENTADOR**

**RIO DE JANEIRO, MAIO DE 2018**

## FICHA CATALOGRÁFICA

M152 Maciel, Douglas Campanini  
O desenvolvimento do capitalismo na Bolívia: do processo de formação do Estado  
aparente ao Estado plurinacional / Douglas Campanini Maciel. – 2018.  
311 p. ; 31 cm.

Orientador: Carlos Eduardo Martins  
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de  
Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2018.  
Bibliografia: f. 248-256.

1. Economia-mundo capitalista. 2. Estado plurinacional 3. Bolívia. I. Martins,  
Carlos Eduardo, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de  
Economia. III. Título.

CDD 339.52

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Lucas Augusto Alves Figueiredo  
CRB 7 – 6851 Biblioteca Eugênio Gudim/CCJE/UFRJ

# O Desenvolvimento do Capitalismo na Bolívia: Do Processo de Formação do Estado Aparente ao Estado Plurinacional

Douglas Campanini Maciel

Tese de Doutorado submetida à banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Martins.

Aprovada pela banca examinadora:



Dr. Carlos Eduardo Martins - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
CPF: 987.074.187-87



Dr. Eduardo Alberto Crespo - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
CPF: 059.771.787-78



Dr. Pedro Antonio Vieira - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
CPF: 220.246.207-44



Dr. Thiago Moreira de Souza Rodrigues - Universidade Federal Fluminense (UFF)  
CPF: 295.834.178-07



Jales Dantas da Costa - Universidade de Brasília (UNB)  
CPF: 808.728.161-68

Rio de Janeiro, Maio de 2018

*Explicações pré-científicas da sociedade em função da religião, da história e da “raça” desempenharam um papel muito importante na elaboração da ideologia, mantendo a sociedade em ordem e fomentando o patriotismo para fortalecer um determinado povo contra outro. Isso constituiu, segundo dizem, uma autoconsciência em primeiro grau. (...) A tarefa atual da ciência social é elevar a consciência social ao segundo grau, ou seja, encontrar as causas, o modo de funcionamento e as consequências da adoção das ideologias, de maneira a submetê-las à crítica racional. Com muita frequência, pretensos cientistas ainda se acham operando no primeiro grau, propagando alguma ideologia que serve a determinado interesse, tal como a doutrina dos economistas do laissez-faire serviu ao interesse dos negócios capitalistas.*

Joan Robinson. *Liberdade e Necessidade: Uma Introdução ao Estudo da Sociedade*, 1997 [1970], p. 341.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a Miguel Henriques de Carvalho por me estimular incansavelmente a enfrentar o desafio de estudar a história econômica, política e cultural da América Latina e, em especial, da Bolívia. Dê, nos momentos de fraqueza de minha parte, ter insistido em abrir meus olhos para a importância que seria levar em frente um estudo sobre a Bolívia, país que vem se mostrando incrivelmente importante nas últimas duas décadas para os rumos do pensamento crítico latino-americano frente ao avanço recente de forças antidemocráticas na região.

Agradeço aos professores e amigos Jales Dantas da Costa, Pedro Antônio Vieira e Leonardo Dias Nunes, que souberam manter meu foco na pesquisa ao lerem e relerem meu texto, ajudando-me de maneira extremamente construtiva a apresentar uma primeira versão acabada deste trabalho.

Agradeço ao professor e orientador Carlos Eduardo Martins pela sua sabedoria em guiar-me durante esse processo, alertando-me para as dificuldades que estariam no meu caminho caso eu seguisse por uma ou outra direção, sem, contudo, impor-se sobremaneira nos rumos que o trabalho veio a tomar.

Agradeço à professora Isabela Nogueira de Moraes e ao professor Eduardo Crespo, que tiveram a sensibilidade de injetar-me, talvez no momento de maior dificuldade, a dose de força necessária para que eu me mantivesse firme e forte, sem perder o foco em concluir o trabalho.

Agradeço a professora e amiga de mestrado e de vida Valéria Lopes Ribeiro por sua generosidade ao dispor-se prontamente em participar de minha banca de qualificação, trazendo importantes críticas e sugestões para o andamento deste trabalho. Da mesma forma, agradeço ao professor Thiago Moreira de Souza Rodrigues pelas críticas por ocasião da defesa de tese, as quais me abriram novos horizontes para pensar meu tema de pesquisa.

Agradeço a todos os professores do PEPI e do PPGE, em particular ao professor Franklin Serrano que, a despeito de não ter sido formalmente meu professor, sempre que nos encontramos, e apesar de minha timidez, soube incentivar-me com suas ideias críticas e certeiras.

Agradeço à inquestionável profissional Numa por corrigir e formatar meu texto numa velocidade que poucos se disporiam a fazê-lo, a Roberto Andrade (Bebeto) por

sua colaboração fundamental na confecção dos gráficos e tabelas e a Patrick Ashcroft por ajudar-me na correção do *abstract* com maestria.

Agradeço ao corpo de funcionários da UFRJ sem os quais a vida acadêmica não seria possível, e, em especial, a Fábio Bernardino, sempre disposto a ajudar-nos nas mais variadas questões. Agradeço ao grande Adalto e seu bar onde passei momentos incríveis, de muita alegria, regados de uma comida caseira feita sempre com muito amor e carinho pelas queridas Tias. Não poderia me esquecer do ilustre botafoguense e canhoto Alfredo e aos músicos que habitam o Bip Bip cotidianamente por pura paixão a essa arte, mantendo viva uma parte lúdica da memória histórica da cidade do Rio de Janeiro.

Agradeço aos professores de graduação e de mestrado realizado entre 2006 e 2009, na UFSC, em Florianópolis, em especial, ao professor Nildo Ouriques com quem iniciei meus primeiros passos, tanto na academia quanto na militância política. Também agradeço aos amigos de Florianópolis, Carmila, Caio, Kako, Peri, Moringa, Drauzio e Malta, parceirinhos eternos dessa vida. Um agradecimento especial a Francisco Paulini, a quem de alguma forma dedico essa tese do fundo do meu coração com a dor de saber que não se encontra mais entre nós. Saudades, meu amigo.

Não poderia me esquecer de meus amigos de Sertãozinho, todos, mas em especial Mikael Cavalete pela parceria de vida.

Faço um agradecimento especial aos amigos que fiz nestes meus cinco anos de Rio de Janeiro, especialmente a Kaio Pimentel (Kainho), Evaristo Sanchez (Kiko) e Marcos Cuadrado Gil (Marquitos), ao casal Carlos R: z (Carlitos) e Carol, Johanna Maria Thomé de Souza (Jô), Eduardo Henriques de Carvalho (Dudinha), Rodrigo Fonseca de Magalhães (Rodi), Ricardo Zortéa (Ric), Alexandre Dieques (Ale), Tiago Appel (Ti), Felipe Batista (Cabula), Felipe Amaral (Faustinho), Morgane (Mor), Leandro Ramos Pereira (Leandrão), Reynaldo Filho (Rey), Murilo Salla (Sarara), Julie Maciel Rambaud (Ju) e Rodolfo Ribeiro Laranjeiras Silvas (Rodolfão). Essas amizades foram uma das melhores surpresas que o Rio me reservou.

Agradeço com todas as minhas forças aos amigos de Unicamp sem os quais a ideia de fazer doutorado não teria saído do papel. Obrigadíssimo a Fábio Pádua dos Santos (Binho), Ulisses Rubio, Marília Bassetti (quem me apresentou o inestimável Miguel), Thiago Fernandes Franco (Peixe) e Eduardo Martins Ráo (meu incansável amigo).

Com muito sentimento dos bons, agradeço à minha mãe, Maria Aparecida Campanini Maciel, ao meu pai, José Arnaldo Maciel e à minha irmã, Olívia Maria Campanini Maciel por me mostrarem, sem exitar, que eu era, sim, capaz de me tornar doutor em Economia Política Internacional pela UFRJ.

Por fim, agradeço a UFRJ e a Capes por proporcionar-me uma bolsa de estudos sem a qual dificilmente eu teria tido as necessárias condições materiais de concluir o programa de doutorado em Economia Política Internacional.

As opiniões expressas nesta tese assim como os erros e omissões remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

## Resumo

A presente tese propõe uma análise da história do desenvolvimento do capitalismo na Bolívia e da formação deste Estado-nação em três diferentes temporalidades – Colonial, Republicana e Rebelde –, buscando estabelecer *mediações* entre o âmbito sistêmico e o âmbito nacional em que esta sociedade foi fundada, tendo em conta seu passado colonial. É por meio dessas mediações, analisadas por meio de categorias como *Economia-mundo capitalista*, *Colonialidad del poder*, *Estado aparente* e *Formação social abigarrada*, que se traça uma explicação das transformações de *longa duração* dentro da nação boliviana, com particular ênfase nas suas dimensões política e econômica. Isso leva à construção da hipótese central da pesquisa: que a ascensão do MAS (Movimento al Socialismo), no ano de 2006, ao centro do poder estatal representou um *momento constitutivo* da nação, que refletiu uma mudança substancial na relação entre Estado e sociedade civil – que vinha se desenvolvendo desde a Revolução Nacional de abril de 1952, com o início da incorporação mais orgânica das massas indígena-camponesas à sociedade nacional. No alvorecer do século XXI, essas mudanças seriam materializadas na refundação do Estado nacional boliviano em uma base *plurinacional* e na crescente nacionalização e democratização da sociedade através do reconhecimento definitivo de todos os habitantes originários como parte do corpo da nação. A partir dos anos 2000, o estado das artes da sociedade boliviana seria o *resultado de longa duração* de uma mudança qualitativa na relação entre Estado e sociedade civil, na qual as novas forças sociais expressas pela *autodeterminação das massas* indígenas desempenharia um papel de liderança no avanço dos processos de democratização e nacionalização, dando especificidades à Bolívia dentro do quadro mais geral da periferia latino-americana. O guia dessa mudança é a transição de um *Estado aparente* a um *Estado plurinacional*, o que expõe as tensões ainda permanentes entre colonizadores e colonizados, nascidas temporal e espacialmente no alargamento da expansão da *Economia-mundo europeia*, ao final do século XV, em direção às Américas.

**Palavras-chave:** Economia-mundo capitalista; Colonialidad del poder; Formação social abigarrada; Estado plurinacional; Bolívia.

## Resumen

La presente tesis propone un análisis de la historia del desarrollo del capitalismo en Bolivia y de la formación de este Estado nación en três diferentes temporalidades- Colonial, Republicana y Rebelde-, estableciendo mediaciones de análisis entre el alcance sistémico y el alcance nacional en que se desarrollal esta sociedad, teniendo en cuenta su pasado colonial. Es por medio de esas mediaciones, analizadas a través de categorías históricas como: *Economía-mundo capitalista*, *Colonialidad del poder*, *Estado Aparente* y *Formación Social Abigarrada*, donde se rastrea una explicación de las transformaciones de larga duración dentro de la nación boliviana, con especial énfasis en sus dimensiones políticas y económicas. Esto lleva a la construcción de la hipótesis central de la investigación: que el ascenso del MAS (Movimiento al Socialismo), en 2006 al centro del poder estatal representó un *momento constitutivo* de la nación que reflejó un cambio sustancial en la relación entre Estado y sociedad civil, que se había desarrollado desde la Revolución Nacional de abril de 1952 con el inicio de una incorporación más orgánica de las masas indígenas-campesinas a la sociedad nacional. A comienzos del siglo XXI, estos cambios se materializarían en la refundación del Estado nacional sobre una base plurinacional y en el nacionalización y democratización crecientes de la sociedad a través del reconocimiento definitivo de todos los habitantes originales como parte del cuerpo de la nación. A partir de la década de 2000, el estado de las artes en la sociedad boliviana sería el resultado *de larga duración* de un cambio cualitativo en la relación entre Estado y sociedad civil, en el cual las nuevas fuerzas sociales expresadas por la *autodeterminación de las masas* indígenas jugaría un papel de liderazgo en el avance de los procesos de democratización y nacionalización, dando a Bolivia especificidades dentro del marco más general de la periferia latinoamericana. La guía de este análisis es el transición de un Estado aparente a un Estado plurinacional que expone las tensiones seculares aún permanentes entre colonizadores y colonizados, nacidas temporal y espacialmente en la expansión de expansión de la Economía-Mundo Europea a fines del siglo XV, hacia las Américas.

**Palabras clave:** Economía-mundo capitalista; Colonialidad del poder; Formación social abigarrada; Estado plurinacional; Bolivia.

## Abstract

The present thesis proposes an analysis of the history of the development of capitalism in Bolivia and the formation of this nation state in three different ages – Colonial, Republican and Rebel – seeking to establish links between the systemic scope and the national scope on which this society was founded, taking into account its colonial past. It is in these links, analysed through historical categories such as: *Capitalist-World-Economy*, *Coloniality of Power*, *Apparent State and Heterogeneous Social Formation*, that one traces an explanation of the *long-lasting* transformations within the Bolivian nation, with particular emphasis on its political and economic dimensions. This leads to the construction of the central hypothesis of the research: that the rise of MAS (Movement to Socialism) in 2006 to the center of state power represented a *constitutive moment* of the nation that reflected a substantial change in the relationship between the State and civil society - which had been developing since the National Revolution of April 1952 with the beginning of a more organic incorporation of the indigenous-peasant masses into the national society. At the dawn of the twenty-first century, these changes would be materialized in the refounding of the nation state on a plurinational base and in the increasing nationalization and democratization of society through the definitive recognition all original inhabitants as part of the body of the nation. From the 2000s onwards, the state of the arts in Bolivian society would be the long-lasting result of a qualitative change in the relationship between the State and civil society, in which the new social forces expressed by the self-determination of the indigenous masses would play a leading role in advancing the processes of democratization and nationalization, giving Bolivia specificities within the more general framework of the Latin American periphery. The guide of this analysis is the transition from an *apparent State* to a *plurinational State* which exposes the still permanent secular tensions between colonizers and colonized, born temporally and spatially in the widening of the expansion of the *European World-Economy* at the end of the 15<sup>th</sup> century, towards the Americas.

**Keywords:** Capitalist World-Economy; Coloniality of Power; Heterogeneous Social Formation; Plurinational State; Bolivia.



## Sumário

Lista de Siglas e Abreviaturas	xiii
Lista de Gráficos	xv
Lista de Figuras	xix
Lista de Tabelas	xx
Cronologia	xxii
<b>Introdução</b>	1
<b>Parte I – A Temporalidade Colonial nas Américas e a formação das estruturas da modernidade (1492-1825)</b>	9
<b>Capítulo 1 – Economia-mundo capitalista e colonialidad del poder</b>	10
1.1 Economia-mundo capitalista	11
1.2 O processo de incorporação das Américas à economia-mundo capitalista	21
1.3 Colonialidad del poder	25
1.4 O surgimento das novas hierarquias sociais da modernidade: a combinação entre racismo e etnicismo	28
<b>Capítulo 2 – Estado Aparente e Sociedade Abigarrada: a Formação do Estado Nacional Boliviano à luz da contribuição de René Zavaleta Mercado</b>	41
2.1 Estado aparente e a questão nacional	41
2.2 Sociedade abigarrada, teoria da dependência e autodeterminação das massas	53
<b>Parte II – A Temporalidade Republicana (1825-1952)</b>	74
<b>Capítulo 3 – Da Independência à Revolução Nacional de 1952</b>	75
3.1 Das Guerras Napoleônicas à Independência do Alto Peru em 1825	77
3.2 A Guerra do Pacífico enquanto momento constitutivo da nação (1879-1883)	88
3.3 A rebelião de Pablo Zárate Willka enquanto momento constitutivo da nação em 1899	99
3.4 A Guerra do Chaco enquanto momento constitutivo da nação (1932-1935)	107
<b>Parte III – A Temporalidade Rebelde (1952-2016)</b>	137
<b>Capítulo 4 – Da Revolução Nacional de 1952 ao Fim da Ditadura Militar (1952-1982)</b>	138
4.1 A dimensão político-ideológica da Revolução Nacional de abril de 1952	138
4.2 A formação do governo revolucionário de 1952 e a dualidade do poder MNR-COB	144
4.3 Colonialidad del poder e a tentativa de homogeneização da sociedade boliviana via mestiçagem	150
4.4 Um sobrevoo sobre os anos pós-Revolução Nacional (1952-1964)	159
4.5 Os governos militares (1964-1978)	169
4.6 A Assembleia Popular de 1971 e a ditadura Banzer: contradições e novos horizontes de luta populares (1971-1982)	176

<b>Capítulo 5 – Do Período Neoliberal ao Estado Plurinacional da Bolívia (1982-2017)</b>	194
5.1 Crise econômica e adesão ao neoliberalismo (1982-2006)	194
5.2 Balanço das transformações que ocorreram nos anos Evo Morales (2006-2017)	210
5.2.1 A dimensão política	211
5.2.2 A dimensão econômica	222
<b>Considerações Finais</b>	242
<b>Referências</b>	248
<b>Anexo – Evolução dos Indicadores socioeconômicos da Bolívia entre 1950 e 2016</b>	257

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

**ADN** – Acción Democrática Nacionalista

**COB** – Central Operária Boliviana

**CONAMAQ** – Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qullasuyu

**CEPB** – Confederação de Empresários Privados da Bolívia

**CNTCB** – Confederação Nacional de Trabalhadores Camponeses da Bolívia

**CSUTCB** – Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia

**COMIBOL** – Corporação Mineira da Bolívia

**ELN** – Exército de Liberação Nacional

**EMC** – Economia-mundo capitalista

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FPN** – Frente Popular Nacionalista

**FSB** – Falange Socialista Boliviana

**FSTMB** – Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia

**MAS** – Movimiento al Socialismo

**MBL** – Movimiento Bolivia Libre

**MIR** – Movimiento de Izquierda Revolucionario

**MRTK** – Movimiento Revolucionario Tupaj Katari

**MNR** – Movimiento Nacionalista Revolucionario-Paz Estenssoro

**MSM** – Movimiento Sin Miedo

**NRF** – Nueva Fuerza Republicana

**PCB** – Partido Comunista de Bolivia (linha moscovita)

**PCML** – Partido Comunista Marxista-Leninista (linha maoísta)

**PIR** – Partido de Izquierda Revolucionaria

**PL** – Partido Liberal

**PODEMOS** – Poder Democrático Social

**POR** – Partido Obrero Revolucionario

**PR** – Partido Republicano

**PRIN** – Partido Revolucionario de la Izquierda Nacional (Lechin)

**RADEPA** – Razón de Patria (logia militar)

**TIPNIS** – Territorio Indígena Parque Isiboro-Sécure

**UCS** – Unidad Cívica Solidaridad

**UDP** – Unidad Democrática y Popular

**UN** – Unidad Nacional

**UNP** – Unión Nacionalista del Pueblo

**USAID** – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

**YPFB** – Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

## Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1</b> – Média anual da produção de prata (1550-1889).....	100
<b>Gráfico 2</b> – Média anual da produção de estanho de (1900-2012).....	102
<b>Gráfico 3</b> – Bolívia: Evolução das exportações e importações de bens e serviços entre 1960 e 2016 (milhões de dólares).....	224
<b>Gráfico 4</b> – Bolívia: Evolução do IDE líquido recebido entre 1970 e 2016.....	225
<b>Gráfico 5</b> – Bolívia: Evolução das reservas internacionais entre 1970 e 2016 .....	226
<b>Gráfico 6</b> – Evolução do estoque da dívida externa de curto prazo <sup>1</sup> como proporção das reservas internacionais da Bolívia e da América Latina e Caribe entre 1970 e 2016 (% das reservas internacionais).....	227
<b>Gráfico 7</b> – Evolução da composição da pauta de exportações entre 1962 e 2016 (%) .....	228
<b>Gráfico 8</b> – Comparação da taxa anual média de crescimento do PIB da Bolívia e da América Latina e Caribe em períodos selecionados entre 1960 e 2016 (a.a. %) .....	229
<b>Gráfico 9</b> – Comparação da taxa anual média de crescimento do PIB per capita entre Bolívia e América Latina entre 1960 e 2016.....	229
<b>Gráfico 10</b> – Evolução do PIB per capita da Bolívia, da América Latina e Caribe do mundo entre 1960 e 2016 (dólares constantes de 2010).....	230
<b>Gráfico 11</b> – Bolívia: Evolução da composição da formação bruta de capital fixo entre setor público e privado (% da FBCF).....	231
<b>Gráfico 12</b> – Bolívia: Evolução da composição setorial do PIB entre 1970 e 2016 (% do PIB).....	232
<b>Gráfico 13</b> – Bolívia: Evolução da composição do setor industrial entre 1970 e 2016.....	233
<b>Gráfico 14</b> – Comparação da participação da população empregada na agricultura em relação ao emprego total na Bolívia e na América Latina e Caribe entre 1991 e 2016 .....	234
<b>Gráfico 15</b> – Bolívia: Evolução do salário mínimo real entre 1991 e 2016 .....	234
<b>Gráfico 16</b> – Bolívia: Evolução da taxa de crescimento anual média do salário mínimo real em períodos selecionados entre 1991 e 2016 .....	235
<b>Gráfico 17</b> – Bolívia: Evolução do gasto público como proporção do PIB entre 1950 e 2016 .....	235
<b>Gráfico 18</b> – Comparação da participação da população rural na população total na Bolívia e na América Latina e Caribe entre 1950 e 2016 (% do total).....	237

<b>Gráfico 19</b> – Bolívia: Evolução da proporção de pessoas com acesso à eletricidade nos espaços rurais e urbanos entre 1990 e 2016 (% do total) .....	238
<b>Gráfico 20</b> – Bolívia: Evolução do saldo do balanço de pagamentos entre 1976 e 2016 .....	257
<b>Gráfico 21</b> – Bolívia: Evolução da taxa de câmbio real entre 1980 e 2016 .....	258
<b>Gráfico 22</b> – Bolívia: Evolução do índice de termos de troca entre 1980 e 2016 (2000 = 100).....	258
<b>Gráfico 23</b> – Bolívia: Evolução da taxa de crescimento anual média das exportações e importações de bens e serviços (% a.a.) .....	259
<b>Gráfico 24</b> – Bolívia: Evolução das exportações e importações de bens e serviços, saldo comercial e coeficiente de abertura entre 1960 e 2016 (% do PIB) .....	259
<b>Gráfico 25</b> – Bolívia: Evolução da composição do destino das exportações de bens por grupo de países entre 1960 e 2016 (% das exportações) .....	260
<b>Gráfico 26</b> – Bolívia: Evolução da composição da origem das importações de bens por grupo de países entre 1960 e 2016 (% das importações).....	260
<b>Gráfico 27</b> – Bolívia: Evolução da composição da pauta de importações de bens entre 1962 e 2016 (% das importações).....	261
<b>Gráfico 28</b> – Comparação das taxas anuais médias de crescimento do IDE líquido na Bolívia e na América Latina e Caribe em períodos selecionados .....	261
<b>Gráfico 29</b> – Bolívia: Evolução do estoque de IDE no país em relação ao PIB entre 1980 e 2016 (% do PIB) .....	262
<b>Gráfico 30</b> – Bolívia: Evolução da proporção entre o ingresso de IDE e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) entre 1970 e 2016 (% da FBCF).....	262
<b>Gráfico 31</b> – Bolívia: Evolução da proporção média entre o ingresso de IDE e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em períodos selecionados entre .....	263
<b>Gráfico 32</b> – Bolívia: Evolução do estoque total da dívida externa como proporção das exportações entre 1976 e 2016 (% das exportações).....	263
<b>Gráfico 33</b> – Bolívia: Evolução do estoque total da dívida externa como proporção da RNB entre 1970 e 2016 (% da RNB) .....	264
<b>Gráfico 34</b> – Bolívia: Evolução do estoque da dívida externa de curto prazo <sup>1</sup> como proporção do estoque da dívida externa entre 1970 e 2016 (% do estoque da dívida externa) .....	264
<b>Gráfico 35</b> – Evolução da proporção entre as reservas internacionais e o estoque dívida externa da Bolívia e da América Latina e Caribe entre 1970 e 2016 .....	265

<b>Gráfico 36</b> – Evolução da proporção entre as reservas internacionais e o número de meses de importações para a Bolívia e a América e Caribe entre 1976 e 2016 .....	265
<b>Gráfico 37</b> – Bolívia: Evolução do PIB entre 1960 e 2016 (bilhões de dólares constantes de 2010) .....	266
<b>Gráfico 38</b> – Bolívia: Evolução do PIB per capita entre 1960 e 2016 .....	266
<b>Gráfico 39</b> – Bolívia: Proporção do PIB per capita boliviano em relação ao PIB per capita da América Latina e Caribe e do mundo entre 1960 e 2016.....	267
<b>Gráfico 40</b> – Bolívia: Evolução da composição do PIB pela ótica da demanda entre 1960 e 2016 (% do PIB) .....	267
<b>Gráfico 41</b> – Bolívia: Evolução das taxas anuais médias da formação bruta de capital fixo pública e privada (% a.a.).....	268
<b>Gráfico 42</b> – Bolívia: Evolução da composição das fontes de geração de energia elétrica entre 1971 e 2014 (% da geração total de energia).....	268
<b>Gráfico 43</b> – Bolívia: Evolução da estrutura ocupacional entre 1991 e 2017 (% do total empregado).....	269
<b>Gráfico 44</b> – Evolução do emprego informal (% do emprego não-agrícola total) .....	269
<b>Gráfico 45</b> – Bolívia: Evolução da taxa de desemprego entre 1971 e 2016.....	270
<b>Gráfico 46</b> – Bolívia: Evolução do salário mínimo nominal entre 1991 e 2016 (bolivianos).....	270
<b>Gráfico 47</b> – Bolívia: Evolução da carga tributária como proporção do PIB entre 1950 e 2016 (% do PIB).....	271
<b>Gráfico 48</b> – Bolívia: Evolução do resultado fiscal primário como proporção do PIB (% do PIB).....	271
<b>Gráfico 49</b> – Bolívia: Evolução da dívida pública bruta como proporção do PIB entre 1970 e 2016 (% do PIB) .....	272
<b>Gráfico 50</b> – Bolívia: Evolução da população total entre 1960-2016 (milhões de pessoas).....	272
<b>Gráfico 51</b> – Comparação da taxa de fertilidade na Bolívia e na América Latina e Caribe entre 1950 e 2016 (nascimentos por mulheres) .....	273
<b>Gráfico 52</b> – Bolívia: Evolução da taxa de crescimento anual média da população total, rural e urbana em períodos selecionados entre 1950 e 2016 (% a.a.).....	273
<b>Gráfico 53</b> – Bolívia: Evolução da distribuição da população entre rural e urbana entre 1950 e 2016 (% do total) .....	274

<b>Gráfico 54</b> – Bolívia: Evolução da população residente em aglomerados urbanas com mais de 1 milhão de pessoas (% da população total) .....	274
<b>Gráfico 55</b> – Comparação do consumo de energia elétrica na Bolívia e na América Latina e Caribe entre 1971 e 2014 (KWh per capita).....	275
<b>Gráfico 56</b> – Comparação da proporção de pessoas com acesso à eletricidade na Bolívia e na América Latina e Caribe entre 1990 e 2016 (% do total) .....	275
<b>Gráfico 57</b> – Comparação da proporção de pessoas com acesso à água potável na Bolívia e na América Latina e Caribe entre 2000 e 2015 (% do total).....	276
<b>Gráfico 58</b> – Bolívia: Evolução da proporção de pessoas com acesso à água potável no espaço rural e urbano entre 2000 e 2016 (% do total).....	276
<b>Gráfico 59</b> – Comparação da proporção de pessoas com acesso a saneamento básico na Bolívia e na América Latina e Caribe entre 2000 e 2015 (% do total).....	277
<b>Gráfico 60</b> – Bolívia: Evolução da proporção de pessoas com acesso a saneamento básico no espaço rural e urbano entre 2000 e 2016 (% do total).....	277
<b>Gráfico 61</b> – Bolívia: Evolução do acesso a telefone fixo e assinaturas de telefone móvel entre 1980 e 2015 (unidades para cada 100 pessoas) .....	278
<b>Gráfico 62</b> – Bolívia: Evolução da proporção de pessoas com acesso à internet entre 1995 e 2015 (% da população total) .....	278

## **Lista de Figuras**

<b>Figura 1</b> – Mapa atual do Estado Plurinacional da Bolívia .....	xxx
<b>Figura 2</b> – Mapa do território original da República da Bolívia na data de sua fundação (06/08/1825) .....	77
<b>Figura 3</b> – Território perdido para o Chile, na Guerra do Pacífico .....	98
<b>Figura 4</b> – Território perdido para o Paraguai, na Guerra do Chaco .....	107

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1</b> – Bolívia: Taxa de variação de indicadores econômicos selecionados durante a crise econômica (1974-1980) .....	188
<b>Tabela 2</b> – Enfraquecimento e fortalecimento de partidos tradicionais e novos partidos regionais (% dos votos emitidos entre 1999-2004) .....	205
<b>Tabela 3</b> – Bolívia: Alterações entre as Constituições de 1967 e 2009 no processo de escolha dos Juízes da Corte Suprema .....	213
<b>Tabela 4</b> – Bolívia: Alterações entre as Constituições de 1967 e 2009 no que diz respeito a Imunidade penal .....	214
<b>Tabela 5</b> – Alterações entre as Constituições de 1967 e 2009 no que diz respeito ao processo de reeleição no Legislativo .....	214
<b>Tabela 6</b> – Bolívia: Alterações entre as Constituições de 1967 e 2009 no que diz respeito a cotas para mulheres nos assentos parlamentares.....	215
<b>Tabela 7</b> – Resultados das Eleições da Assembleia Constituinte de 2006 e do Referendo de Autonomia .....	219
<b>Tabela 8</b> – Bolívia: Evolução das taxas anuais médias de crescimento do PIB pela ótica da demanda em períodos selecionados entre 1960 e 2016 (% a.a.) <sup>1</sup> .....	231
<b>Tabela 9</b> – Bolívia: Evolução dos gastos em saúde e educação como proporção do PIB .....	236
<b>Tabela 10</b> – Bolívia: Evolução da taxa de inflação anual média medida pelo índice de preços ao consumidor em períodos selecionados entre 1960 e 2016 (% a.a.).....	236
<b>Tabela 11</b> – Bolívia: Evolução da proporção de pessoas vivendo em situação de pobreza segundo três critérios de linha de pobreza entre 1997 e 2016 (% do total) <sup>1</sup> ...	238
<b>Tabela 12</b> – Bolívia: Evolução do IDH e dos seus componentes entre 1990 e 2015 ..	239
<b>Tabela 13</b> – Comparação entre o IDH e seus componentes da Bolívia e de grupos de países selecionados em 2015 .....	239
<b>Tabela 14</b> – Bolívia: Evolução do índice de Gini em anos selecionados entre 1997 e 2016 .....	240
<b>Tabela 15</b> – Bolívia: Evolução do saldo médio da conta corrente, de capital e financeira entre 1976 e 2016 (milhões de dólares).....	257
<b>Tabela 16</b> – Bolívia: Evolução da apropriação da renda por quintis da renda agregada entre 1997 e 2016 (% da renda agregada) .....	279

<b>Tabela 17</b> – Bolívia: Evolução da apropriação da renda agregada pelos decis mais ricos e mais pobres entre 1997 e 2016 (% da renda agregada) .....	280
--	-----

## Cronologia<sup>1</sup>

### Temporalidade Colonial (1492-1825)

**1492-1600** – Choque de culturas (1ª modernidade segundo Henrique Dussel). Expansão da economia-mundo europeia para as Américas de forma cronocorrelata ao início do processo de “europeização da Europa”. Expansão e desenvolvimento da própria Economia-mundo capitalista enquanto sistema histórico mundial.

**1545** – “Descoberta” do Cerro de Potosí: início da exploração de prata em vultosas quantidades com destino à Europa.

**1780-81** – Revolta *antissistêmica de Tupac Amaru* ocorrido no Vice-reino do Peru na cidade de Cusco que ficaria conhecida como a “Grande rebelião”.

**1791-1804** – Revolta de São Domingos ocorrida no Haiti – colônia francesa – *criação da primeira república negra do sistema mundo-moderno (revolta antissistêmica)*

**1789** - Revolução Francesa (2ª modernidade segundo Dussel). *Liberalismo* enquanto *geocultura* do moderno sistema mundial. Revoluções e movimentos de emancipação política de cunho liberal por todas as Américas durante os séculos XVIII e XIX.

### Temporalidade Republicana (1825-1952)

**1825** – Proclamação da independência da Bolívia: o espaço destinado a formar o Estado nacional boliviano foi a região onde começaram os primeiros levantes independentistas na América latina e a última a tornar-se independente.

**1880-1900** – Segunda e última Era da Prata na Bolívia sob o manto do Partido Conservador e início do sistema político que vigoraria até o fim do Governo Germán Busch em 1939.

**1874** – Promulgação da *Lei de Ex-Vinculação*: desterritorialização das comunidades autóctones e desarticulação entre elas enquanto *unidades domésticas justapostas*, ou seja, com laços comunais.

**1879-1883** – Guerra do Pacífico entre Bolívia e Chile que representou a perda por parte da Bolívia de sua única saída ao mar e, conseqüentemente, dos direitos soberanos sobre o litoral do Pacífico que lhe cabia desde a independência.

**1899-1903** – Grande sublevação indígena materializada na revolta indígena liderada pelo aymara Zárate Willka contra as formas oligárquicas de Estado impostas secularmente sobre indígenas, as quais permaneciam a despeito da independência em relação à Espanha, tais como a obrigatoriedade do trabalho gratuito dos povos indígenas – reordenação das demandas indígenas. Resistência à expansão dos latifúndios sobre os *ayllus*. Enfrentamento entre a elite criolla, controladora do Estado, e a maioria aymara e

---

<sup>1</sup> Cronologia construída tendo como base o trabalho de doutorado da professora, pesquisadora e amiga Soraia de Carvalho, 2016, enquanto contribuição singular para a compreensão crítica da história boliviana.

quechua do país. Essa sublevação aconteceu de forma cronocorrelata à Revolução Federalista de 1789.

**1900-1920** – Vitória do Partido Liberal sobre o Partido Conservador na Revolução Federalista, dando início a um longo período (1900-1920) no qual o Partido Liberal estaria à frente do poder estatal. Essa periodicidade marca também o início da Era do Estanho (1900-1929) como principal produto de exportação da economia boliviana.

**1910-1930** – Período caracterizado por um *ciclo rebelde* por parte dos movimentos indígenas em Jesus de Machaca, Pacajes, Caquiaviri e Achacachi. Estes movimentos rebeldes foram liderados por caciques (*Mallku*) do Altiplano andino, que conseguiram recuperar parte de suas terras das mãos de grandes fazendeiros criollos em função da apresentação de *títulos de propriedade privada* que foram expedidos durante o período colonial pelos próprios espanhóis peninsulares, que o fizeram como estratégia para manter o controle sobre essas populações.

**1929** – Cenário de crise econômica aberta com após a eclosão da Grande Depressão de 1929, o que colocava comprometida as exportações, até então relativamente constantes, da produção de estanho. Demissões em massa do operariado-mineiro ocorreram e levaram ao regresso de parte desse significativo contingente populacional autóctone para o campo e para suas formas tradicionais de sobrevivência comunitária. A recuperação da indústria estanífera só viria a ocorrer a partir de 1940.

**1932-1936** – Guerra do Chaco que opôs Bolívia e Paraguai, desencadeada no governo de Daniel Salamanca. Trata-se de importante *momento constitutivo* da **nação boliviana**, e da perda, por parte dos criollos bolivianos, das ilusões de progresso indefinido alimentada pela chegada das ferrovias. Para os povos indígenas, principalmente os povos do altiplano que estiveram na linha de frente da guerra enquanto soldados, a guerra marca *o início do fim* da invisibilidade desses povos no que tange às narrativas até então hegemônicas sobre a construção da nação.

**1935** – Surgimento do Partido Obrero Revolucionário (POR) no congresso de Córdoba, tendo como líderes Tristan Marofé e José Aguirre Gainsborg. O nascimento do POR tem suas raízes na “geração do chaco”, fruto da derrota boliviana nesta guerra.

**1936** – Golpe de David Toro, presidente da Junta Militar, que procurou realizar um governo reformista que mesclava ideais nacionalistas e socialistas (socialismo-militar). Ataque frontal de Toro aos interesses dos três grande barões do estanho tendo como contra-resposta a criação do Partido Centralista, encabeçado pelo Barão do estanho Carlos Aramayo.

**1937** – Nacionalização da *Standard Oil Company of Bolívia* e monopolização estatal sobre o petróleo através da criação da estatal YPFB (Yacimientos Petrolifereos Fiscales de Bolivia). Surgimento do Ministério do Trabalho e da Previdência Social como resposta às demandas sindicais dos trabalhadores mineiros.

**1937-1939** – Governo Busch, continuação do “socialismo militar”. A era do socialismo militar marca o fim do sistema político tradicional criado depois de 1880.

**1939** – Golpe da coligação conservadora. Governos Quintanilla e Peñaranda. Suicídio do presidente Germán Busch em 23 de agosto de 1939.

**1940** – Fundação do *Partido de Izquierda Revolucionário* (PIR) que surge à esquerda do MNR exigindo a nacionalização das minas.

**1941** – Fundação do Movimiento Nacionalista Revolucionário (MNR) na era Penhareda, sob a direção de Carlos Montenegro, Augusto Céspedes e Vitor Paz Estenssoro.

**1943** – Golpe do major Gualberto Villarroel dá início ao governo de Razón de Pátria (RADEPA) em aliança com o MNR.

**1944** - O presidente Vilarroel funda a Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB).

**1945** – 1º Congresso Nacional Indígena da Bolívia é convocado por Villarroel como resposta a ameaçada representada por uma grande marcha campesina que se dirigia até La Paz desde vários pontos do país.

**1946** – Golpe do Partido Unión Republicana Socialista (PURS) e do Partido de Izquierda Revolucionaria (PIR), uma aliança da “rosca” mineira e os stalinistas, que derruba Villarroel, que é assassinado e enforcado em frente ao palácio do governo. Inicia-se o período chamado de “sexenio rosquero”, de domínio dos chamados barões do estanho. Congresso da FSTMB aprova as “*Teses de Pulacayo*”, um programa sindical que expressava os métodos e o objetivo estratégico da revolução proletária.

**1946-1951** – Golpe de estado do MNR fracassa.

**1947** – Massacres de mineiros em Potosí ordenados por ministros do PIR. A massa de mineiros foi decisiva para decretar o fim do PIR como partido que representava os anseios da esquerda boliviana.

**1951** – Vitória de Paz Estenssoro (MNR) nas eleições censitárias para presidente da Bolívia, mas o então presidente Mamerto Urriolagoitia entrega poder a uma Junta militar sob o comando de Hugo Ballivián.

### **Temporalidade Rebelde (1952-2017)**

**1952** – 9 a 11 de abril desse ano estremeceram as estruturas da sociedade boliviana, momento que assinala o ápice de um longo processo em que as massas populares tomaram em suas próprias mãos a história do país, sobrepondo-se, inclusive ao MNR nos momentos mais críticos da conquista do poder estatal. O que a princípio não passava de um golpe engendrado pelo MNR transformara-se em uma Revolução de fato, isto é, na *autodeterminação das massas em ação*. Fundação da Central Obrera Boliviana COB. Formação das milícias de mineiros, fabris e, posteriormente, camponeses. Dissolução do Exército. Lechín entra no governo. Metade dos ministérios são oferecidos à Central Operária Boliviana (COB). Se estabelece o *co-governo MNR-COB*. Nacionalização com indenização de grande parte do setor da mineração e criação

da Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL). Levantes camponeses com ocupações de terras. Adoção do Sufrágio Universal e a tentativa de implementação da política de *mestiçagem* da sociedade boliviana como ideal de unificação da nação.

**1952-1956** – As fragilidades da economia boliviana em face de seu caráter primário-exportador torna-se evidente com a estagnação da exportação estanífera. Processo inflacionário ascendente (900% ao ano). Implantação de um programa ortodoxo de ajuste macroeconômico respaldado pelo FMI. Taxa de crescimento anual média do PIB negativa em 0,8% a.a. entre 1950 e 1955.

**1954** – É realizado o 1º Congresso da COB (Confederação Obrera Boliviana).

**1956** – Eleição de Hernán Siles Suazo (MNR). Implantação do 2º Plano de estabilização proposto pelo FMI (Plano Eder). O plano significou a desmoralização sumária das ideias nacionalistas e supostamente antiimperialistas por parte do MNR. Aparelhamento das empresas estatais por uma tecnocracia burguesa e conseqüente diminuição do poder da COB frente ao setor da mineração.

**1957** – É realizado o 2º Congresso da COB, no qual é aprovada greve geral no país.

**1956-1964** – Governos de Silas Suazo e Paz Estenssoro marcam o refluxo do alcance da força do operariado mineiro boliviano. Estado de 1952 torna-se cada vez menos revolucionário. Enfraquecimento da classe operária, dos partidos de esquerda e do próprio MNR. Os militares começam a ganhar destaque em iniciativa do próprio MNR de Paz Estenssoro como forma de controlar as massas, o que levaria à deserção de lideranças mais a esquerda do MNR como Lechín (dirigente máximo da COB) e vice-presidente da república.

**1964** – Inflexão na história revolucionária iniciada em 1952. Fim do *cogoverno* MNR/COB. Golpe militar de René Barrientos (vice de Estenssoro) e Alfredo Ovando contra o MNR de Estenssoro. Perseguição sumária dos sindicatos operário-mineiros constituídos desde 1952 e morte de lideranças operárias. Exílio de Juan Lechín e Silas Suazo.

**1965** - Militarização das minas e acampamentos mineiros. Massacre de Catavi. Greve Geral que resultaria derrotada levando ao exílio de vários dirigentes da COB.

**1966** – Oficialização do *Pacto militar-camponês* que já funcionava no período do MNR, mas não como o mesmo grau de aparelhamento pelo Estado. O pacto representou o principal eixo de articulação sob o qual os seguidos governos militares que subiram ao poder até o fim da década de 1970 apoiaram-se para determinar os rumos da nação boliviana e, assim, manterem-se hegemônicos perante outras forças sociais como o operariado-mineiro.

**1966-1967** – Período em que Che Guevara está na Bolívia em busca de fomentar um processo revolucionário, ainda que sem interagir com o operariado-mineiro ou com os povos indígenas. Execução de Che Guevara em 1967 com o suporte dos EUA. O primeiro ato da nova legislatura foi a aprovação de uma Nova Constituição que vigoraria até 1994.

**1969** – Morte de René Barrientos em acidente aéreo em 1969 marcou uma *inflexão* em termos políticos-ideológicos no seio do próximo governo militar que reata os laços políticos e tira da clandestinidade a COB e a FSTMB. Lechín é reautorizado a retornar ao posto de liderança da COB. Os avanços da Revolução de 1952 ainda permaneciam encarnados nas posturas político-ideológicas de frações do Exército ligadas aos ideais de soberania nacional e antiimperialistas. Nacionalização da petrolífera norte-americana Gulf Oil Company of Bolívia.

**1969-1971** – Os governos de Ovando (1969-1970) e de José Torres (1970-1971) marcam a retomada das forças de esquerda materializadas na Assembleia Popular em 1971.

**1970** – Realização do V Congresso da COB, que ficaria conhecido pela formulação das teses socialistas, sendo estas consideradas as mais radicais dentre todas as aprovadas na história da COB.

**1971** – Realização da Assembleia Popular em maio desse ano, o que significou a retomada da liderança política do país pela classe operária. A nação boliviana vive momento de caos político devido à morte de Barrientos. O pacto militar-campesino continua em funcionamento, porém, intelectuais indianistas como Genaro Flores entendem que era necessário findar com o pacto para dar autonomia total aos movimentos do campesinato-indígena de forma a consolidar uma aproximação com a Assembleia Popular. Esta assembleia teve importância fundamental para a formação do *Movimento Katarista* que passou a liderar a Confederação Nacional dos Trabalhadores Campesinos da Bolívia (CNTCB). O general Torres passou a presidir o governo nacionalista. Decreto de Torres sobre a coparticipação operária nas grandes estatais. Fim da ocupação militar dos centros mineiros. Nacionalização da mina La Matilde pelo governo torrelino.

**1971-1978** – Ditadura Hugo Banzer. Banzer fecha a Assembleia Popular, derruba Torres e assume a Presidência mediante golpe militar apoiado pela Frente Popular Nacionalista (FPN), MNR-Estenssoro, FSB e Confederação de Empresários Privados da Bolívia (CEPB). Inflexão nas dimensões econômica e política. Externamente, verifica-se a melhora nos preços internacionais dos minerais, de forma que o valor das exportações quase que triplicaram entre 1970 e 1974. A região de Santa Cruz de la Sierra começa a tornar-se um importante polo industrial passando a rivalizar com as regiões do altiplano, o que era um fato novo na história do país. Aumento da importância do oriente boliviano trazendo mudanças profundas nas relações de poder em âmbito regional e nacional. Iniciam-se demandas por *descentralização do poder* via políticas de autonomias regionais que reivindicam para si a destinação dos excedentes econômicos gerados nestas regiões orientais, o que ia de encontro à política de centralização destes em direção a La Paz como era a norma histórica.

**1974-1976** – Nova inflexão na dimensão econômica, por meio das opções de políticas econômicas adotadas no governo do general Banzer, que prejudicaram o funcionamento da YPF, ao drenar recursos desta empresa para outras finalidades, como o aumento do investimento público, realizado via empréstimos internacionais que eram pagos com as receitas da YPF. Essa política econômica foi a forma encontrada por Banzer desde 1972 para reatar os laços com os EUA, rompidos durante o curto governo de Torres. Processos de privatização do petróleo levam a Bolívia em menos de oito anos a passar

de exportadora a importadora de petróleo. Das 15 empresas petrolíferas, 10 eram estadunidenses. Processo de desnacionalização acelerado. Na dimensão política o ano de 1974 assiste a um “golpe dentro do golpe” impetrado por Banzer de forma a concentrar enormes poderes no ditador. É posto em prática um pacote econômico extremamente recessivo que atinge diretamente os camponeses ao aumentar os preços de alimentos que lhes eram essenciais. É colocado, assim, em xeque o pacto militar-camponês.

**1976** – Crise econômica e política do Estado boliviano em grandes proporções. Bancos transnacionais decidem não manter os programas de investimento e se opõem a renegociação das condições de pagamento das dívidas interna e externa. Greve dos mineiros e assassinato de Juan José Torres. Classes médias e altas, que até então apoiavam o regime Banzer, começam a questioná-lo e se inclinam a apoiar um regime político multipartidário de natureza civil-democrática.

**1977** – Banzer é forçado, devido à crise aguda tanto na dimensão econômica quanto política, a convocar eleições antecipadas.

**1978-1979** – Governos militares de transição. Reorganização política dos partidos civis. Eleições gerais são convocadas. Juan Pereda Asbún é candidato e vence o pleito que é anulado rapidamente após comprovada fraude em seu favor. Dois dias após a anulação golpe de Estado contra Banzer que coloca Pereda no poder por três meses. Em Dezembro de 1978, derrota de Pereda para David Padilha mediante mais um golpe. Primeiro ato de Padilha é convocar eleições gerais para 1º de junho de 1979 procurando acalmar as tensões sociais.

**1979** – Enfim a fusão do conceito de *massa* com o conceito de *classe social* – *autodeterminação das massas*. “Acumulação no seio da classe operária”. Momento sem consenso social que abre um novo horizonte de possibilidades nos horizontes da nação. Novembro de 1979 como momento de *nacionalização da sociedade civil* contra o Estado em suas formas aparentes. Nacionalização da *unidade* como *diversidade* tendo como centro o proletariado-mineiro e os movimentos indígenas.

**1978-1982** – Interlúdio de quatro governos provisórios: David Padilha Arancibia (1978-79); Wálter Guevara (1979-79); Alberto Natusch Busch (1979-79), Gudío Vildoso Calderón (1982-82).

**1982-1985** – Realização de reformas econômicas para conter o processo hiperinflacionário iniciado no governo de Silas Suazo da União Democrática Popular (UDP) no contexto da crise da dívida externa na América Latina iniciada com o 2º Choque de Petróleo e a elevação abrupta da taxa de juros básica norte-americana, em 1979, e aprofundada após a moratória mexicana, em 1982. Tais reformas foram incapazes de reverter a deterioração econômica e social da Bolívia herdadas desde 1978 com o fim da ditadura Banzer

**1986** – Privatização da mineração estatal (COMIBOL) via o decreto 21060; a partir desse momento, a COB não recuperaria mais seu protagonismo histórico como articulador das principais demandas populares, porém seu legado histórico não seria apagado da memória coletiva das lutas sociais, que seriam reacendidos na aurora do século XXI, contra as políticas neoliberais.

**1985-1989** – Victor Paz Estenssoro é eleito presidente e governa até 1989 – Implantação da Nova Política Econômica (NEP), avessa a qualquer lembrança mais remota das políticas nacionalistas revolucionárias de 1952, a qual se constituindo sob os pilares de políticas neoliberais – desarticulação da COB como principal organismo histórico de mobilização social, abertura ao investimento estrangeiro; decretos de estado de sítio como forma de reprimir os crescentes protestos desencadeados em 1979 devido à histórica fusão entre COB e CSUTCB – Interferência estadunidense na implantação das políticas neoliberais tendo o economista norte-americano Jeffrey Sachs como principal articulador.

**1989-1993** – Governo de Paz Zamora do MIR apesar de ter nascido no campo da esquerda aproxima-se da direita, aprofundando ainda mais as políticas neoliberais.

**1993-1997** – Governo de Gonzalo Sanchez de Lozada (MNR) tem início, sendo o vice-presidente Vitor Hugo Cárdenas, líder do movimento Katarista nas zonas rurais do país. Trata-se, portanto de um governo contraditório, na medida em que o vice-presidente é um líder indígena. Não obstante, sem esse apoio dos povos indígenas, a governabilidade do país seria extremamente limitada. Aparição de novos partidos políticos, incluindo partidos indígenas, como o MAS, fundado no ano de 1995. Enfraquecimento dos partidos tradicionais como o MNR, MIR e ADN, devido ao processo de desconcentração política possibilitado pela aprovação da *Lei de Participação Popular* (LPP) que descentralizava as decisões federais para regiões e municípios e modificava, pela vez primeira na história das constituições bolivianas, o artigo 1º, ao adicionar os termos multiétnico e plurinacional na caracterização da Bolívia enquanto Estado Nacional. Economicamente, é aprovada a Lei de capitalização de empresas estatais dos setores de gás e petróleo.

**1995** – Fundação do Movimiento al Socialismo - Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos (MAS-IPSP).

**1997** – Evo Morales é eleito para o Congresso.

**1997-2001** – Governo de Hugo Banzer e decreto do programa “Coca Zero” com o apoio estadunidense; repressão aos movimentos sociais de rosto indígena que lutavam contra as políticas neoliberais em curso na Bolívia.

**2000** – Guerra da Água em Cochabamba contra a privatização desse recurso pela empresa estadunidense *Bechtel*.

**2002** – Gonzalo Sanchez de Lozada vence as eleições presidenciais.

**2003** – Levantes populares contra o decreto de venda de gás nas cidades de La Paz e El Alto. Presidente Sanchez de Lozada é colocado em xeque. Renúncia de Sanchez de Lozada. Esses levantes populares contra as políticas neoliberais e sua vitória contundente são uma demonstração, após décadas, da força que adquiria os movimentos sociais rememorando os momentos revolucionários de 1952.

**2004** – Referendo popular aprova a nacionalização dos hidrocarbonetos. Carlos Mesa assume a presidência e é pressionado pelo MAS e pelo MIP a promulgar uma nova lei

de hidrocarbonetos. Os movimentos sociais forçam Mesa a convocar uma Assembleia Popular Nacional nos moldes da de 1971 como saída para que o governo aceitasse as determinações do referendo nacional ocorrido em um de julho de 2004, que havia aprovado a revogação da Lei de hidrocarbonetos de 1997. Assim, o governo acenava em direção à retomada por parte do Estado da propriedade desse recurso estratégico, tal como era avaliado pelos movimentos sociais.

**2005** – Mesa renuncia à presidência e novas eleições são convocadas. Evo Morales, do MAS-IPSP, é eleito presidente da Bolívia.

**2006** – Nacionalização parcial do gás e do petróleo pelo governo de Evo Morales. Manifestações em Santa Cruz, Tarija, Beni, Pando reivindicam autonomia e descentralização departamentais e que isso fosse aprovado pela Assembleia Constituinte.

**2008** – Governo Morales é posto à prova por um referendo revogatório de seu mandato. Os bolivianos votam pela sua permanência.

**2009** – Nova Constituição plurinacional é promulgada. Evo Morales é reeleito com 64% dos votos. A Nova Constituição estabelecia que a Bolívia se constituísse a partir de então como um país unificado e baseado na lei plurinacional comunal, descentralizada e dotada de 37 idiomas oficiais. O país passa a se chamar *Estado Plurinacional da Bolívia*.

**2010** – Tem início o segundo mandato de Evo Morales à frente da presidência do país.

**2011** – Ocorre a Marcha Indígena contra a construção de uma rodovia, sem consulta prévia, no Território Indígena Parque Isiboro Secure (TIPNIS) é recebida em La Paz, após 65 dias, desde que saíram de Beni, em manifestação com um milhão de pessoas. Ficavam evidenciadas as contradições que incidiam sobre o governo de Morales. O presidente atribuía tal manifestação a uma investida imperialista contra sua proposta de construção da rodovia, liderada por ONGs e pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Houve fortes questionamentos a Morales por parte dos povos indígenas da região de TIPNIS sobre a concretude do processo defendido pelo governo de *(de)colonização* das relações de poder de forma a respeitar as práticas de *bem-viver*. O governo acaba por recuar, o que evidencia as ambiguidades entre o projeto nacionalista/indigenista e os avanços *sui generis* dos povos indígenas concretizados com a aprovação da Constituição de 2009.

**2014** – Crise dos preços dos hidrocarbonetos e reeleição de Evo Morales para seu terceiro mandato.

Figura 1 - Mapa atual do Estado Plurinacional da Bolívia



Fonte: MORALES, 2010, p. xlv.

## Introdução

Sabemos, desde logo, das dificuldades que envolvem o diálogo entre história e ciências sociais na análise de qualquer fenômeno social. Nesse sentido, cabe, desde o início, explicitar sucintamente as dificuldades em torno desse diálogo que aparecerão no decorrer desta tese. Em primeiro lugar, recorreremos aos historiadores Fernando Antônio Novais e Rogério Forastieri, (2011) que tecem a distinção e conexão entre o recorte temporal, expresso no que denominam de *níveis de realidade* (estrutura, conjuntura e acontecimento) e o recorte temático, relacionado ao que chamam de *esferas da existência* (economia, política, sociedade, cultura). Segundo os autores:

**As ciências sociais por recortar esferas da existência (economia, política, sociedade e cultura) têm condições de conceitualização que lhes possibilita maior objetividade e força explicativa; a história, por tratar de todas as esferas da existência, por abranger todo o acontecer humano na sua infinitude perde poder explicativo, mas ganha em concretude – note-se que o historiador (isto é lei) deve usar os conceitos historicizando-os.** E, contudo, a historiografia moderna, dado o diálogo com as ciências sociais também recorta: **história econômica, social, política, cultural** etc. – com o que se esmaece a diferença que insistimos em estabelecer como fundamental. Em face disso, contra-argumentos: a diferença, é, sim, fundamental, porque o objetivo último do historiador (nem sempre consciente, diga-se de passagem) – é, sempre e necessariamente, a reconstituição, ou mesmo a revivescência do acontecimento, isto é, da *estória* e o acontecer humano – de qualquer tipo, em qualquer lugar, em todo o tempo – nunca pertence a uma única esfera da existência, mas *sempre* envolve todas ao mesmo tempo. **Não se deve confundir esferas da existência (economia, sociedade, políticas, cultura) com níveis de realidade (estrutura, conjuntura, acontecimento); toda esfera da existência comporta, sempre, os vários níveis de realidade, não nos esqueçamos.** (NOVAIS; FORASTIERI, 2011, pp. 41-42) Grifos nossos.

Se a história envolve todo o acontecer humano como colocam os autores, ao analisarmos recortes históricos ou temporalidades devemos ter em mente que estes, em última instância, são concentradores de todas as *esferas da existência* (economia, política, sociedade, cultura). Ou seja: a conceitualização ou as categorizações dos conceitos, dado que estamos realizando uma proposta de trabalho teórica e histórica que busca muito mais *reconstituir para explicar do que explicar para reconstituir*, deve navegar de forma *fluida*, de modo a *historicizar os conceitos*, tendo sempre em mente

que, pelo fato de a *história ser total*, ela não delimita um objeto apenas em uma das esferas da existência, mas, por princípio, sempre em todas elas. A teoria faz o papel, portanto, de recortar a história e pode ou não buscar uma explicação totalizante do processo social, ou seja, uma explicação que articule as diferentes esferas da existência.

Como entendemos que esta tese trata-se de um trabalho de ciências sociais históricas<sup>2</sup> por “*recortarmos esferas da existência*” ao analisarmos a formação do Estado nacional na Bolívia de forma cronocorrelata ao desenvolvimento da economia-mundo capitalista, procura-se, porquanto, que as categorias de análise nas quais nos apoiamos para compreender esse processo sejam historicizadas e *não* tomadas como expõe o professor Carlos Cordovano (2012) “como expressões de um conteúdo finito, passível de ser eternizado (...) a construção conceitual deve ser fluida, na medida em que deve permitir uma apreensão dos objetos como objetos também fluidos, em permanente movimento” (CORDOVANO, 2012, p. 1).

A dificuldade está, portanto, na forma como as ciências sociais têm seus campos ou dimensões de análise ideologicamente separadas desde quando surgiram ao final do século XIX. A perspectiva de análise do *sistema-mundo*, desenvolvida por Immanuel Wallerstein e na qual nos apoiamos, vai justamente em oposição crítica a essa divisão das ciências sociais em ciências nomotéticas (*economia, sociologia e ciência política*) e *ideográficas (história, antropologia e orientalismo)*.

Assim, tendo como unidade de análise a *economia-mundo capitalista* entendida como totalidade histórica de diversas totalidades sobrepostas, que se entrecruzam na formação da modernidade, tem-se uma forma de, se não superar completamente essas barreiras que seccionam o diálogo entre as ciências sociais desde seu nascedouro no século XIX, pôr às claras essa divisão enunciando onde e quando elas surgem e como ideologicamente essa forma de conhecer os fenômenos sociais torna-se hegemônica, e, portanto, parte intrínseca do próprio desenvolvimento do *sistema-mundo moderno*.

Não é nosso objetivo realizar um debate epistemológico sobre a perspectiva do sistema-mundo ou mesmo realizar um contraponto a outras formas de conhecimento,

---

<sup>2</sup> “Finalmente, debe recalcar que para los analistas de sistema-mundo, el tiempo y el espacio - o mejor dicho el compuesto Tiempo-Espacio - no son realidades externas inmutables que se encuentran de alguna manera ahí afuera y dentro de cuyos marcos existe la realidad social. Los Tiempo-Espacios son construcciones reales que se encuentran en constante evolución y cuya construcción es parte componente de la realidad social que analizamos. Los sistemas históricos dentro de los que vivimos son, efectivamente, sistémicos, pero también son históricos. Permanecen iguales a lo largo del tiempo, pero no son idénticos de un minuto al siguiente. Ésta es una paradoja, pero no una contradicción. La habilidad para lidar con esta paradoja, que no podemos evitar, es la principal tarea de las ciencias sociales históricas. Esto no es un acertijo, sino un desafío” (WALLERSTEIN, 2005, p. 19).

mas pontuar que para a *reconstituição e explicação* do nosso tema de pesquisa, a saber: *do desenvolvimento do Estado e do capitalismo na Bolívia nas dimensões político-cultural e econômica*, a perspectiva do sistema-mundo nos permite um olhar desse desenvolvimento de forma crítica e à luz das formas concretas e antagônicas de *sociabilidades* ou *formações econômico-sociais* contidas nesta territorialidade, antes e após tornar-se um Estado nacional moderno, ou seja, desde que às *estruturas sociais características da modernidade* se impuseram temporal e espacialmente sobre essa espacialidade.

A categoria de *economia-mundo capitalista*, que discutiremos com mais detalhes no Capítulo 1, é, assim, manejada como uma chave de análise totalizante do processo mais geral de expansão da civilização capitalista para fora da Europa, assentada na lógica incessante de *acumulação de capital* que se torna paulatinamente hegemônica ao sobrepor-se a outras *formações econômico-sociais originárias* do continente americano no bojo do processo de incorporação desse espaço à EMC a partir do final do século XV (1492) e início do século XVI.

A despeito de outras perspectivas teóricas que compreendem a hegemonização dessa lógica de acumulação incessante de capital somente quando as formas pretéritas ao capitalismo já se encontram praticamente superadas, na perspectiva adotada por Immanuel Wallerstein estas últimas não deixam de coexistir com a *formação econômico-social* tipicamente capitalista e, mais do que isso, são essencialmente *funcionais e necessárias* à própria lógica de expansão e desenvolvimento da economia-mundo capitalista. Esse é um dos nossos argumentos centrais para explicar as contradições políticas, econômicas e culturais que envolvem a formação do Estado Nacional Boliviano. Como tratamos de demonstrar ao longo da tese, a história do desenvolvimento do Estado e do capitalismo em território boliviano é, portanto, uma evidência clara desse tipo de funcionamento articulado entre economia-mundo capitalista e outras formações econômico-sociais de caráter não-capitalista.

Concretamente, pretendemos sustentar que a análise do desenvolvimento do Estado e do capitalismo na Bolívia em sua relação com as dimensões político-cultural e econômica, pressupõem, inexoravelmente, um contorno explicativo mais totalizante. Reforçando uma vez mais essa questão, *não* pretendemos realizar um exercício puramente retrospectivo e estritamente nacional do desenvolvimento do capitalismo na Bolívia, no qual os eventos nacionais se sobrepõem às estruturas da EMC, mas de compreendê-los (os eventos) na *dinâmica das mudanças de temporalidades (colonial,*

*republicana e rebelde*), ou seja, no diálogo entre estrutura, conjuntura e acontecimento (nos níveis de realidade) que trate de articular dialeticamente explicações sistêmicas, advindas da dinâmica econômica do moderno sistema mundial em coesão à dinâmica político-cultural dessa sociedade nacional.

Assim, tratamos de historicizar os conceitos ou as categorias de análises estudadas ao longo do Capítulo 1 a fim de realçar que a imposição articulada de uma formação econômico-social sobre outras, *não* se produziu através de um processo linear/evolutivo e/ou homogêneo no seio da formação dos Estados nacionais modernos.

Ao fim e ao cabo, não se trata de analisar o problema da formação dos Estados nacionais modernos e em especial do Estado Nacional boliviano através de uma dimensão estritamente generalizante ou sistêmica, no qual a mudança social estivesse supostamente dada pela dinâmica da transição de formas pré-capitalistas às formas capitalistas de produção e/ou apropriação do *excedente econômico* em âmbito de cada Estado nacional. Assim, insistimos durante a tese de que o processo de expansão da economia-mundo capitalista não teve como característica principal a eliminação total de outras formas de sociabilidade como pré-requisito para sua consolidação de forma hegemônica.

No limite, *não* procuramos compreender o processo de formação do Estado Nacional boliviano em suas dimensões político-cultural e econômica como mais um constructo estatal moderno em vias de *transição* de formas de sociabilidade pré-capitalistas, característica dos povos indígenas da região, em direção à generalização do *modo de produção capitalista*. Não obstante, isso não significa dizer que a consolidação da economia-mundo capitalista e das *formas tipicamente capitalistas* de sociabilidade – (como a generalização do trabalho assalariado e a *subsunção real do trabalho*) – não jogou um papel decisivo para que esse processo se se consolida em escala sistêmica e, conseqüentemente, nacional como o eixo articulador, em última instância, do funcionamento do sistema capitalista.

Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, publicado pela primeira vez em 1942, se referindo à formação do Brasil, apresenta uma interpretação, que no nosso entendimento, pode ser estendida à praticamente todas as ex-colônias latino-americanas que se transformaram em Estados nacionais:

“(...) se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns

outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais quê isto. É com tal objetivo, **objetivo exterior**, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira”. (PRADO JR., 2013. p. 25) Grifos nossos.

Assim, como Prado Jr. atenta para o “objetivo exterior” de natureza comercial como elemento central na formação brasileira, procuramos realizar uma análise da formação da Bolívia que articule a dimensão sistêmica da EMC e sua “*primazia comercial*” com a dimensão estatal/nacional. Sustentamos que essa articulação confere um *sentido à formação da nação boliviana* mais totalizante, dado a existência, no seio desta nação, de uma totalidade social demarcada no processo de desenvolvimento do capitalismo pelo “convívio” de diferentes *tempos históricos, formas políticas e relações de produção*. Em suma, se Prado Jr nos remete à importância da primazia econômica exterior como sendo o sentido da formação brasileira e que este sentido “ainda (hoje) se afirma por aquele caráter inicial da colonização”, nós, entendemos que esse sentido esteve desde o início dos processos colonizadores, intimamente articulado com as novas formas de hierarquização social baseadas em diferenças étnico-raciais que surgem essencialmente na Temporalidade Colonial.

Portanto, essa articulação exige explicações mais complexas, relativas à articulação entre Estado, sociedade civil e EMC que não estejam balizadas apenas pela dimensão econômica, mais geral desse processo, dada à heterogeneidade social (abigarramento) dessa sociedade. É o que procuramos realizar no Capítulo 2 através dos estudos de Zavaleta Mercado a respeito da necessidade da complexificação de categorias de análise advindas do marxismo<sup>3</sup> para se compreender sociedades como a boliviana que apresenta elementos de sociabilidade nem sempre compatíveis com as explicações da formação das sociedades europeias que deram origem à EMC.

De forma mais geral, essa complexidade de formações sociais, característica da formação da nação boliviana, poderia também ser inscrita numa análise mais totalizante

---

<sup>3</sup> Esse processo de complexificação das categorias marxistas é o que Luis Tapia sugere que René Zavaleta Mercado buscou desenvolver ao longo de toda sua obra para explicar sociedades como a boliviana, que apresentavam a permanência de várias formações sociais, além da capitalista. O conceito desenvolvido por Zavaleta de “*formação social abigarrada*” tem inspiração no conceito de “*formação social econômica*” de Karl Marx, na medida em que Zavaleta entende que esse conceito se ajustaria mais a realidades de sociedades heterogêneas como a boliviana do que simplesmente transplantar a ideia teórica mais geral de *modos de produção* de forma estática e aplicá-la para compreender realidades locais e/ou nacionais repletas de especificidades que muitas das vezes fogem às explicações gerais, às quais também foi fruto de contextos específicos. (SANTAELLA GONÇALVES, 2012).

como uma *diferença específica* de territórios ex-colônias nas Américas que se transformaram em Estados nacionais modernos no bojo dos *processos de descolonização* dessa espacialidade.

A tese organiza-se em três partes, cada qual abarca uma temporalidade, que corresponde à periodização que propusemos. A *Parte I* abarca a *Temporalidade Colonial* que encerra o período colonial em que a Bolívia era parte integrante do antigo sistema colonial, como uma possessão espanhola. É neste período que se gestam características que serão abarcadas pelas categorias analíticas “*economia-mundo capitalista*” e “*colonialidad del poder*”, ambas examinadas no Capítulo 1. A primeira delas é desenvolvida por Immanuel Wallerstein e a segunda por Anibal Quijano. Como veremos ambas as categorias privilegiam o âmbito sistêmico de análise. Na sequência, e ainda dentro da *Temporalidade Colonial*, são apresentadas, no Capítulo 2, as categorias analíticas de “*formação social abigarrada*” e “*Estado aparente*”, ambas desenvolvidas pelo boliviano René Zavaleta Mercado e que privilegiam o âmbito nacional de análise, porém, com a capacidade do pensador boliviano de não perder de vista a totalidade sistêmica relativa à expansão do capitalismo histórico em termos mundiais e seus reflexos para a formação da sociedade boliviana.

Encerra a *Temporalidade Colonial*, o processo de emancipação política concluído em 1825, que assinala o fim do jugo metropolitano espanhol, mudando, portanto a natureza política da Bolívia, que torna-se um país independente dotado de um Estado próprio. Como procuraremos demonstrar, parte significativa das estruturas sociais econômicas, políticas e culturais, herdadas do período colonial continuarão presentes após a independência, respondendo pela configuração da sociedade boliviana, ainda que sofram alterações. Como exemplos dessas estruturas, podemos citar o caráter primário exportador e dependente tecnologicamente, isto é, o *caráter periférico* de sua economia, a forma de organização do Estado e as hierarquias fundadas na distinção étnico-racial entre *criollos* e povos originários.

Nas Partes II e III, correspondentes às *Temporalidades Republicana e Rebelde*, relativas aos Capítulos 3, 4 e 5 faz-se um sobrevoo analítico de *longa duração* sobre os principais *momentos constitutivos* da história do desenvolvimento do Estado na Bolívia. Na Parte II, *Temporalidade Republicana*, que cobre o período que vai da independência, em 1825, até a Revolução Nacional de 1952, a formação Estado boliviano mantém excluída dos centros de decisão do país os diversos povos originários, expresso, por exemplo, no controle do Estado e do direito a terra.

Assim, no Capítulo 3 parte-se da Independência conquistada em 1825 pelos movimentos *criollos*, motivados em grande medida pelas invasões dos exércitos napoleônicos sobre Madri (1806 e 1807) que colocava em xeque as relações entre Espanha e as suas colônias na América. Em seguida analisam-se a Guerra do Pacífico (1879 - 1883) e as razões teóricas e históricas que levam à derrota boliviana, além da Revolução Federalista (1899) que envolveu uma disputa pelo poder entre o Partido Conservador e Partido Liberal vencida pelos liberais e que ocorre de forma cronocorrelata às rebeliões indígenas lideradas pelo *aymara* Pablo Zárata Willka. Ainda no Capítulo 3 abordam-se os anos pré-Revolução Nacional de 1952, onde se analisa a Guerra do Chaco (1932-1935) e o ensejo o fim do Estado oligárquico em consonância com o surgimento de novos partidos políticos de esquerda e nacionalistas, principalmente do POR e do MNR.

A Parte III, denominada Temporalidade Rebelde, tem início com a Revolução Nacional, em 1952, que segue até os dias de hoje, tendo sofrido uma forte inflexão a partir de 2006. A Revolução Nacional de 1952 trata-se de um momento constitutivo e revolucionário da nação que os povos indígenas passam a ter, senão um papel de liderança nos principais processos políticos, uma inegável importância para todo e qualquer partido ou liderança política que almejasse influenciar nos rumos da nação. Portanto, a leitura que fazemos é a de que é a partir da Revolução Nacional de 1952 onde um novo horizonte de mudanças sociais de fato se apresenta para os povos indígenas. Não obstante é a partir dos movimentos rebeldes, no alvorecer do século XXI, com a ascensão de Morales ao centro do poder do Estado, que esta Temporalidade Rebelde adquiriu características capazes de alçar os povos indígenas, em sua diversidade de etnias, em condições de igualdade para disputar os rumos políticos, culturais e econômicos da nação, tornando-se, pela primeira vez um Estado Plurinacional.

No Capítulo 4 tratamos de analisar as conquistas e as contradições relativas à Revolução Nacional de 1952 como a tentativa desse Estado de transformar a sociedade boliviana em sua sociedade mestiça de forma a borrar a diversidade étnica dos povos indígenas. Neste capítulo passamos pelos anos pós-revolucionários que levariam a mais de uma década de regimes militares (1964-1978), simbolicamente caracterizado pelo *Pacto militar-campesino*. Sobrevoamos os anos anteriores à redemocratização que tanto indicam para um enfraquecimento dos movimentos e instituições do proletariado-mineiro, como a COB, como para a fusão histórica que ocorre enfim entre o movimento

operário e movimento indígena no ano 1979 e que teria grande influência na formação dos novos movimentos sociais de rosto indígena que se tornariam paulatinamente referência para lutas populares em plena conjuntura neoliberal.

O Capítulo 5 trata do período entre 1982 e 2016. O item 5.1 tem início em 1982 com o processo de redemocratização, quando abrem-se as possibilidades tanto para consolidação da conjuntura neoliberal, dado a generalizada crise da dívida externa que atinge as economias latino-americanas e na Bolívia não seria diferente, quanto para os avanços nas demandas por *descentralização* dos poderes estatais, os quais, levam a partir do ano de 1994, com a aprovação da Lei de Participação Popular (LPP), ao enfraquecimento dos Partidos políticos tradicionais como o MNR o MIR e ADN abrindo espaço para a consolidação de novos Partidos políticos de rosto indígena, como o MAS a partir da fundação do partido no ano de 1995.

Finalmente, na aurora do século XXI, tratada no item 5.2 sobrevoamos as insurreições rebeldes que traziam de voltas o frescor dos momentos revolucionários de 1952, porém, desta vez, além do protagonismo dos movimentos indígenas que também caracterizou a Revolução de 1952, agora os movimentos indígenas tinha adquirido institucionalmente a capacidade necessária para disputar o poder e controle do Estado pelas vias de fato, propondo a refundação do Estado em bases plurinacionais e encerrando de forma definitiva com as propostas políticas de unificação da nação baseadas na mestiçagem como fator unificador da nação que caracterizou a Revolução Nacional de 1952.

As Guerras da Água (2000), em Cochabamba, e do Gás (2003), em El Alto e La Paz, protagonizadas por esses movimentos, são sintomáticas em demonstrar a magnitude da força desses movimentos ao forçar os governantes dessa periodicidade a retroceder em suas políticas neoliberais calcadas na privatização desses recursos essenciais à soberania nacional da Bolívia, além de servir como o impulso derradeiro que falava para a conquista do poder estatal pelo MAS nas eleições 2005, marcando definitivamente uma nova inflexão dentro da Temporalidade Rebelde.

Encerra o trabalho as Considerações Finais, na qual retomamos os principais resultados desta pesquisa.

**Parte I – A Temporalidade Colonial nas Américas e a formação das estruturas da modernidade (1492-1825)**

## Capítulo 1 – *Economia-mundo capitalista e colonialidad del poder*

A parte um desta tese referente à Temporalidade Colonial contempla os capítulos um e dois e se propõe à historicização de quatro categorias de análise que permearão o trabalho em seu conjunto, a saber: *economia-mundo capitalista*, *colonialidad del poder*, *formação social abigarrada* e *Estado aparente*. As duas primeiras categorias estão ligadas a um contexto histórico mais geral, de uma estrutura de *longa duração* que corresponde à formação do sistema-mundo capitalista, na medida em que se produz uma *divisão axial do trabalho* em âmbito mundial, que atravessaria diferentes estruturas políticas/nacionais constituídas na temporalidade moderna. Quando nos referimos à temporalidade moderna estamos seguindo a periodização histórica que se inicia simbolicamente no ano de 1492, com a chegada de Colombo às Américas, como marco da expansão da EMC europeia.

As duas últimas categorias – *formação social abigarrada* e *Estado aparente* –, dado que estão envolvidas pela totalidade advinda da economia-mundo capitalista<sup>4</sup>, tratam mais especificamente de explicar o âmbito da nação boliviana, das fronteiras que correspondem a esse Estado, o qual, no limite, é mais uma criação da estrutura político-ideológica do sistema-mundo moderno, que tem nas formas estatais/nacionais uma de suas características de expansão desde seu nascedouro, já que a simbiose entre a forma estatal/nacional e o desenvolvimento do capitalismo em âmbito mundial são processos que se retroalimentam no tempo e no espaço. Nas palavras de Wallerstein (2004):

Todos los Estados miembros de las Naciones Unidas son creaciones del sistema-mundo moderno. La mayoría de eles ni siquiera existían como nombres o como unidades administrativas hace un siglo o dos. Em cuanto a los muy escasos que pueden reivindicar un nombre y una entidad administrativa continua en la misma ubicación geográfica, poco más o menos, desde antes de 1450 – son bastantes menos de los que pensamos: Francia, Rusia, Portugal, Dinamarca, Suecia, Suiza, Marruecos, Japón, China, Irán y Etiopía quizá sena los casos menos ambíguos –, cabe alegar que incluso esos Estados sólo nacieron como Estados soberanos modernos con la aparición del sistema-mundo actual. (WALLERSTEIN, 2004, p.282)

---

<sup>4</sup> “[...] a característica dessa economia-mundo cujo esquema evocamos (...) é precisamente transpor as fronteiras políticas e culturais que, cada qual a seu modo, fragmentam e diferenciam o universo (...) a economia, que forja as moedas e as trocas, tende a criar uma certa unidade, enquanto tudo, por outro lado, atua a favor de blocos diferenciados”. (BRAUDEL, 2009, Vol. 2, pp. 12-14).

## 1.1 *Economia-mundo capitalista*

Immanuel Wallerstein (2005), espacializa e temporaliza o surgimento do sistema-mundo moderno enquanto uma economia-mundo capitalista que teve suas origens no século XVI e que esteve inicialmente espacializado em algumas partes da Europa e das Américas. Posteriormente, essa espacialização, pela própria lógica de reprodução do sistema, não mais cessaria de se expandir e de incorporar outras áreas do globo terrestre até que, finalmente, durante o século XX, essa incorporação se completasse pela formalização de todos esses espaços em Estados nacionais. É importante esclarecer que essa expansão incorporadora não significaria o fim de formas de sociabilidade pretéritas ao capitalismo, mas, sim, a articulação dessas formas sob o manto de uma economia-mundo capitalista.

De forma sucinta, uma economia-mundo tem algumas características que lhe são intrínsecas para que seja assim caracterizada. Um dos principais aspectos – que, inclusive, nos ajudará a pensar o desenvolvimento do Estado e do capitalismo na Bolívia, na sua *longa duração* – é que a economia-mundo capitalista não está limitada por uma única estrutura política, como explica Wallerstein. O que Wallerstein quer nos dizer com isso? Trata-se da ideia de que existem múltiplas unidades políticas dentro de uma mesma economia-mundo que se inter-relacionam entre si, e todas estão, necessariamente, envoltas/contidas, em última instância, pela EMC. Não haveria na perspectiva de Wallerstein (2005) uma tendência à homogeneidade cultural e política no âmbito da EMC, mas, ao contrário, uma gama heterogênea de culturas e grupos “que praticam múltiplas religiões, falam múltiplos idiomas e são diferentes em seus comportamentos cotidianos” (WALLERSTEIN, 2005, p. 19).

Essa não homogeneidade cultural e política não significou que a EMC não viesse a forjar, ao longo do seu desenvolvimento, certos padrões culturais que lhe são típicos. Um desses padrões é o próprio desenvolvimento da visão liberal de mundo<sup>5</sup> que, contrariamente a outras visões de mundo peculiares a períodos anteriores à Revolução

---

<sup>5</sup> “A Revolução Francesa marca a entrada do liberalismo no cenário político mundial como opção ideológica importante. Antes da Revolução Francesa, a *Weltanschauung* (visão de mundo) predominante da economia capitalista internacional, como de outros sistemas históricos, era a normalidade da estabilidade política. A soberania estava concentrada no governante, cujo direito a governar derivava de algum conjunto de preceitos que regiam a obtenção do poder, geralmente por herança. É claro que os governantes eram contestados com frequência, e até depostos, mas aqueles que os substituíam sempre pregavam a mesma crença na normalidade da estabilidade. A convulsão desencadeada pela Revolução Francesa – convulsão sentida em toda a Europa e em outras regiões – transformou essa mentalidade. O povo tornou-se soberano.” (WALLERSTEIN, 2002, pp. 101-102)

Francesa, introduziria a ideia de que a *mudança social* é algo intrínseco ao desenvolvimento das sociedades, ou seja, naturaliza-se a ideia de *mudança social permanente* que antes estivera fora do escopo das formas de organização das sociedades que precederam o modo de produção capitalista.

Portanto, a EMC não se constituiu e não se unificou por uma homogeneidade política ou cultural. Isso também não significou que não fora necessária a criação de padrões políticos-culturais que justificassem essas novas formas de sociabilidade as quais dariam ensejo ao mundo moderno. Mas, então, o que a unificou para que pudéssemos compreendê-la enquanto uma totalidade sistêmica? O que Wallerstein propõe é que essa totalidade sistêmica consolida-se com a *divisão axial do trabalho* por onde os fluxos de mercadorias, essenciais como o capital e o trabalho, fluíssem e atuassem para que a lógica de acumulação incessante de capital viesse a se perpetuar na temporalidade moderna, abrangendo cada vez mais a espacialidade mundial.

Neste sentido, para além da produção de mercadorias para a troca e do próprio assalariamento da força de trabalho, o que possibilitou afirmar a existência de um sistema capitalista mundial em funcionamento como lógica hegemônica sobre outras lógicas foi a acumulação incessante de capital como a regra do *jogo das trocas a partir de 1492*. Sistema capitalista, economia-mundo e heterogeneidade de instituições, por essa perspectiva de análise, são processos cronocorrelatos e caminham juntos<sup>6</sup>. Nas palavras de Wallerstein:

Uma economia-mundo capitalista é uma **coleção de muitas instituições, cuja combinação dá conta de seus processos, todos os quais estão interacionados entre si**. As instituições básicas são o mercado, ou melhor, dito, os mercados; as empresas que competem nos mercados; os múltiplos estados, dentro de um sistema interestatal; as unidades domésticas; as classes, e os grupos de status (a terminologia é de Weber, o que alguns chamaram nos anos

---

<sup>6</sup> Wallerstein insiste nesta simbiose entre EMC e sistema capitalista para enfatizar que outras economias-mundo haviam existido antes do sistema-mundo capitalista. Não obstante, não prosperaram e transformaram em impérios-mundo justamente pela não consolidação da lógica capitalista de acumulação incessante de capital, como ocorrera após o século XVI, enquanto lógica definidora. O ponto ressaltado por Wallerstein é que, para que uma EMC se consolide, a relação entre aqueles que produzem e aqueles que detêm o poder político, ou melhor, a forma de divisão de poder entre detentores do poder político e detentores da produção é o que determina em última instância qual dos sistemas acaba por prosperar. Quando os detentores de poder político possuem demasiado poder ante os produtores, a lógica incessante de acumulação de capital deixa de ter a primazia ou a precedência do processo. Quando o poder político de uma determinada autoridade central se dissipa, abre-se a possibilidade via descentralização desse poder e constituição de vários poderes não tão imponentes na forma de estados, o que dá aos capitalistas primazia de se utilizar desses estados e ao mesmo tempo de evitar que um poder maior como eram os impérios-mundos imponha limites consideráveis à acumulação incessante de capital.

recentes, “identidades”). Todas estas são instituições que foram criadas dentro do marco de uma economia-mundo capitalista. (WALLERSTEIN, 2005, p. 20) (Tradução livre do autor) Grifos nossos.

Essa sucinta, mas fundamental citação contém alguns pontos centrais para compreendermos o desenvolvimento da EMC em sua simbiose com o desenvolvimento do capitalismo, tanto em âmbito mundial quanto interno aos múltiplos Estados nacionais. Wallerstein atém-se a cada uma dessas instituições básicas do sistema capitalista. Primeiramente, reflete como se formam os mercados e de pronto afirma que estes jamais existiriam dentro do capitalismo com liberdade plena, mas também não poderiam existir sem nenhum grau de liberdade. O autor raciocina da seguinte maneira: seria inviável a acumulação incessante de capital se os fatores de produção fossem completamente livres (perfeita mobilidade de capital e trabalho) e se houvesse perfeita informação entre vendedores e compradores sobre os custos exatos de produção. E seria, assim, inviável, como muitas vezes o foi, se esses mercados não tivessem nenhum ou muito pouco grau de liberdade como era característico dos impérios-mundo.

Num mercado perfeitamente livre, não haveria incentivo algum para que os vendedores se dedicassem à produção, tendo em vista que haveria uma barganha por parte dos compradores para com os vendedores até que o preço se aproximasse o mais próximo possível dos custos de produção, impossibilitando, assim, o lucro e inviabilizando qualquer interesse de se produzir para acumular capital incessantemente por parte dos produtores. É nesse sentido que a ideia de *libre mercado* é vista por Wallerstein muito mais como uma ideologia, um mito, do que como uma “*realidade cotidiana*”.

A formação de *monopólios*, ou melhor, os *quase-monopólios* é quem são a regra do jogo das trocas no seio da EMC. São eles que possibilitam custos de produção abaixo dos preços de venda e, assim, a geração de grandes excedentes econômicos que se direcionam constantemente a um novo processo de produção, com o mesmo objetivo renovado de acumular mais capital. Em outras palavras, a formação dos preços de mercado e dos custos de produção não se trata de um processo endógeno ao mercado onde oferta e demanda estariam por si só determinando essas duas variáveis no processo de concorrência. Neste sentido, e se aproximando mais da realidade cotidiana de funcionamento da EMC, para que se formem quase-monopólios, um Estado forte é

fundamental segundo Wallerstein (2005). O Estado forte configura-se na força motriz necessária para que haja um desnivelamento entre o preço de venda e os custos de produção dos capitalistas nacionais para com os capitalistas de outros Estados, além de forçar um processo de oligopolização entre os capitalistas locais. Historicamente, esse processo de criação de um mercado mundial com Estados e empresas monopolistas teve sua origem na violência, e não no livre jogo das trocas, e, por isso, não se tratou de processo endógeno aos mercados e, sim, exógeno, no qual a dimensão política teve um papel fundante da própria EMC.

Subsídios, patentes, restrições a importações de mercadorias concorrentes, decisões protecionistas, eliminação de pequenos produtores, atividade de pressão de empresas transnacionais com sedes em Estados periféricos que fazem *lobby* sobre políticos e poderes públicos para exercer sobre estes influências sem buscar o controle formal/direto desse Estado, e, no limite, a violência dada pela guerra interestatal, foram as formas pelas quais os Estados mais poderosos ou centrais impuseram-se sobre os mais débeis no processo de desenvolvimento da EMC. Diz Wallerstein que “sem tais interferências o sistema capitalista não poderia prosperar e, portanto não poderia sobreviver”. (WALLERSTEIN, 2005, p. 21)

Não vamos adentrar como faz Wallerstein, nos pormenores do funcionamento dos mercados pela ótica do sistema capitalista, mas é importante destacar que o *desenvolvimento desigual*<sup>7</sup> entre os Estados nacionais, que daria origem à relação centro-periferia<sup>8</sup>, nasce da inter-relação destas instituições basilares citadas acima, imposta de forma violenta e não como mera lógica de expansão dos mercados e dos processos concorrenciais.

---

<sup>7</sup> “La división axial del trabajo en una economía-inundado capitalista divide a la producción en productos centrales y productos periféricos. El concepto centro-periferia es relacional. Lo que queremos decir por centro-periferia es el grado de ganancia del proceso de producción. Puesto que la ganancia está directamente relacionada al grado de monopolización, lo que esencialmente significamos por procesos de producción centrales son aquellos controlados por cuasimonopolios. Los procesos periféricos son entonces los verdaderamente competitivos. Cuando ocurre el intercambio, los productos competitivos están en una posición más débil y los cuasimonopólicos en una posición más fuerte. En consecuencia, hay un flujo constante de plusvalía de los productores de productos periféricos hacia los productores de productos centrales. Esto es lo que se ha denominado intercambio desigual”. (WALLERSTEIN, 2005, p. 22)

<sup>8</sup>“ El concepto centro-periferia es relacional. Lo que queremos decir por centro-periferia es el grado de ganancia del proceso de producción. Puesto que la ganancia está directamente relacionada al grado de monopolización, lo que esencialmente significamos por procesos de producción centrales son aquellos controlados por cuasimonopolios, Los procesos periféricos son entonces los verdaderamente competitivos. Cuando ocurre el intercambio, los productos competitivos están en un flujo constante de plusvalía de los productores de productos periféricos hacia los productores de productos centrales. Esto es lo que se ha denominado intercambio desigual” (Ibidem)

Ao analisarmos o desenvolvimento do capitalismo na Bolívia e a formação de seu Estado Nacional, esta relação desigual torna-se visível e é tida como uma das pedras angulares que explicam o caráter periférico secular desse Estado, tanto na dimensão política quanto na dimensão econômica. Estados periféricos constituíram-se historicamente como portadores de processos produtivos periféricos e pela incapacidade de alterar substancialmente, em seu benefício, a *divisão axial do trabalho* que lhe possibilitasse disputar o controle das atividades produtivas centrais, monopolizadas pelos Estados mais poderosos em conluio com seus capitais nacionais.

Frisamos, por ora, que, em menor ou maior grau, a interferência estatal nessas transferências de capital acumulado em regiões periféricas e direcionado para as regiões centrais através de processos extra-econômicos, como a violência imposta na forma de trabalho coercitivo por sobre povos originários, foram fundamentais ao desenvolvimento da EMC. Tão fundamentais que, sem elas, o próprio desenvolvimento da EMC não se concretizaria como o conhecemos e como o estudamos contemporaneamente.

Wallerstein (2005) procura explicar como a história econômica e política do sistema-mundo moderno – dada por essa fricção desigual entre Estados centrais, semiperiféricos e periféricos – desenvolveu-se no sentido de que atividades produtivas localizadas em regiões centrais e que se formavam *quase-monopólios* tenderam, pelo *processo de concorrência*, a autodestruir-se, convertendo-se, em um momento seguinte, em atividades periféricas. Indústrias nacionais e seus capitais antes de ponta deixavam de sê-lo e deslocavam-se para regiões periféricas, e outras, ainda, surgiam nos grandes centros da EMC como sendo de ponta para recomeçar um novo ciclo de acumulação incessante de capital.

Esse processo, ao mesmo tempo em que elevava os números de trabalhadores no todo da EMC ao criar novos produtos nas regiões centrais e redirecionar as atividades periféricas aos Estados periféricos, levou, também, à evolução dos salários e à possibilidade de que mais trabalhadores, ou melhor, mais *unidades domésticas* tivessem acesso aos padrões de consumo antes restritos a um número menor de unidades.

Ao se deslocarem, essas atividades não mais centrais encontravam uma concorrência tenaz por não estarem, como antes, protegidas na forma de quase-monopólios. Como consequência, num primeiro momento, uma produção acima da *demanda efetiva real* ocorria, fazendo com que as margens de lucros caíssem

consideravelmente, o que levou, num momento posterior, a uma redução da produção global e, em sequência, a uma recessão que elevaria a taxa de desemprego global.

A continuidade lógica dessa dinâmica é a busca obstinada das empresas por diminuir seus custos de produção. Uma forma clássica de redução dos custos deu-se historicamente pela diminuição do nível dos salários pagos em regiões periféricas e semiperiféricas, o que pressionava uma diminuição dos salários também nas regiões centrais. “A demanda efetiva que no começo faltava por causa de uma sobreprodução, agora se converte em falta por redução dos salários dos consumidores” (WALLERSTEIN, 2005, p. 24). Logicamente, nesse aumento da competição, os Estados mais fortes e os produtores localizados nestes Estados tenderam a se proteger com mais eficácia, exportando, como diz Wallerstein, o desemprego para os Estados periféricos.

Não vamos nos aprofundar, aqui, nas descrições desses ciclos de expansão e contração da EMC. Não obstante, é essa dinâmica contraditória do sistema-mundo capitalista – que necessita de *demandas efetivas* suficientes e ao mesmo tempo a restringe ao elevar os níveis de desemprego ou buscar trabalhadores dispostos a trabalhar por um salário menor – que explica em termos sistêmicos as fases de expansão e recessão, ambas funcionais à engrenagem de desenvolvimento espacializado da EMC.

É esta explicação sistêmica que nos permite pensar as dinâmicas internas e externas ao desenvolvimento do Estado Nacional boliviano sem deixar de levar em consideração suas especificidades, ou seja, as relações endógenas entre Estado e sociedade civil, marcadas, como veremos, nesta territorialidade, por múltiplas formas de organização sociais<sup>9</sup>. Essa persistência de uma multiplicidade de formas de organização social corrobora a perspectiva analítica de Wallerstein (2005) de que o sistema-mundo avança sem a necessidade de produzir uma homogeneidade cultural e política. Mais do que isso, essa seria uma característica necessária ao próprio desenvolvimento da EMC que permite compreender a dinâmica periférica que se impõe sobre os Estados da região latino-americana e, conseqüentemente, sobre o Estado boliviano.

Por ora, queremos ressaltar que essa heterogeneidade cultural e política característica da EMC pode ser compreendida pelo que Wallerstein (2005) caracterizou

---

<sup>9</sup> Indo na direção da análise de Wallerstein sobre unidades domésticas proletárias e semiproletárias podemos pensar nos *ayllus* que são unidades domésticas características do império incaico e, por isso, anteriores à incorporação das Américas ao sistema-mundo capitalista. Essas unidades domésticas, neste caso não proletárias, se mantêm como partes do Estado boliviano até os dias atuais, sendo mais uma forma que nos permite reafirmar a heterogeneidade cultural e política característica da EMC que se mantêm no tempo e no espaço.

como *unidades domésticas proletárias e/ou unidades domésticas semiproletárias*<sup>10</sup>.

Sobre as unidades domésticas Wallerstein esclarece que:

(...) un sistema capitalista necesita que existan trabajadores que ofrezcan su trabajo para el proceso productivo. Con frecuencia se afirma que tales trabajadores son proletarios, esto es, trabajadores asalariados que no cuentan con médios alternativos de sustento (porque carecen de tierras y no cuentan con dinero o reservas inmobiliarias). Esto no es del todo correto. Casi todos los trabajadores esán vinculados a otras personas en unidades domésticas que aglutinan hatitualmente a personas de destinto sexo y diferentes edades. Muchos, quizá la mayoría, en esas unidades domésticas pueden ser denomnados famílias, pero los lazos familiares no son, sin embargo, los únicos modos en los que las unidades domésticas se mantienen unidas. Las unidades domésticas cuentan con frecuencia con residências en común, pero esto no es tan habitual como uno podría pensar (WALLERSTEIN, 2005, p. 24)

O aspecto importante – e que nos interessa enquanto compreensão da EMC, tanto em sua totalidade quando em suas partes, digamos, os Estados nacionais centrais, semiperiféricos e periféricos – é insistir que, mesmo que os resultados de longo prazo relativos ao desenvolvimento do sistema capitalista e de suas forças produtivas apontasse para uma tendência de aumento do número de trabalhadores assalariados, como diz Wallerstein na citação acima, “*isso não seria totalmente verdadeiro*”. Para explicar essa questão, Wallerstein divide as unidades domésticas em dois tipos; unidades domésticas proletárias e unidades domésticas semiproletárias. A diferença entre ambas tem a ver com a forma de *renda* (ingresso) que prepondera em cada uma delas. Quando mais de 50% da renda de uma unidade doméstica é fruto do trabalho assalariado, estamos diante de *unidades domésticas proletarizadas*, e abaixo dessa porcentagem, diante de *unidades domésticas semiproletarizadas*.

A dinâmica dessas unidades confirma a dinâmica da EMC no sentido de que os produtores procuram empregar membros de unidades semiproletárias dado que podem pagar salários mais baixos já que essas unidades têm outras fontes de renda advindas de

---

<sup>10</sup> “Una unidad doméstica típica consta de três a diez personas quienes, en un largo plazo (digamos unos treinta años), juntan sus recursos e ingresos a fin de sobrevivir de modo coletivo (...) Lo que distingue a una undad doméstica es alguna forma de obligación de suministrar el ingreso para el grupo y compartir el consumo resultante de dicho ingreso. Las unidades domésticas son muy diferentes de los clanes o tribos y de otros grupos o entidades numerosos y extendidos, los cuales con frecuencia comparten obligaciones de ayuda mutua e identidad pero que no comparten en forma habitual sus ingresos. O si existen entidades numerosas semejantes que comparten sus ingresos, son disfuncionales para el sistema capitalista.” (WALLERSTEIN, 2005, p. 25)

atividades não relacionadas ao trabalho assalariado<sup>11</sup>. Contudo, as contradições típicas do sistema capitalista levam essas unidades domésticas a buscar aumentar sua renda ao deslocarem parte de seus membros para processos ligados ao trabalho assalariado.

Em longo prazo, a lógica desse processo é um aumento das unidades proletarizadas. Essa lógica, contudo, vai de encontro à ideia tradicional de que os capitalistas, ou melhor, de que as relações capitalistas de produção, indelevelmente, sempre buscaram proletarizar a força de trabalho com o intuito de romper com as formas de sociabilidade pré-capitalistas. Wallerstein sugere que se essa fosse a dinâmica central desde que EMC tornou-se hegemônica, a partir do século XVI, o sistema já teria, nestes quase 500 anos, eliminado formas de ingresso não assalariadas no seio das *unidades domésticas*. Inegavelmente, a violência esteve no centro da criação do mercado mundial e, conseqüentemente, da própria economia-mundo capitalista, mas isso não significou que essa violência objetivasse a proletarização massiva das unidades domésticas e o fim de outras formas de extração de mais-valor/excedente.

Em boa medida, Wallerstein complexificou a ideia marxista de *lutas de classes* que engendraria a criação das duas classes sociais clássicas do modo de produção capitalista, a saber: *proletariado e burguesia*, como se essas representassem um determinante imperativo/evolutivo do processo, como se a proletarização das unidades domésticas fosse a principal lógica reprodutiva do sistema desde seu nascedouro. Sugere, assim, o autor, que mesmo essa lógica existindo, mais do que pensar a proletarização como prioridade do sistema, seria mais interessante “pensá-la como uma arena de lutas, cujo resultado tem sido um lento ainda que firme incremento, uma tendência secular (da proletarização) que se aproxima de sua assíntota”. Seria mais frutífero, portanto, compreender o lento processo de proletarização tendo como unidade de análise as unidades domésticas, e não os indivíduos isolados em classes ou grupo de status. É nesse sentido que Wallerstein coloca que “(...) são, obviamente, as unidades domésticas e não os indivíduos que se localizam dentro das classes” (WALLERSTEIN, 2005, p. 27)

Esse mesmo raciocínio se aplicaria aos *grupos de status e/ou identidades*, definidos por Wallerstein como indivíduos que se percebem ou são percebidos como parte de *nações, raças, grupos étnicos e/ou comunidades religiosas*. Contrariamente à

---

<sup>11</sup> Wallerstein (2005) define cinco formas de renda ou ingressos que compõem as unidades domésticas. São elas: salário; atividade de subsistência; renda de aluguel; pequena produção mercantil; pagamentos de transferência. Como se combinam essas cinco formas de renda (ingressos) determina se as unidades domésticas são proletárias ou semiproletárias.

ideia mais comum de que com a instituição da EMC esses grupos estariam fadados ao desaparecimento, cada vez mais eles tornariam mais perceptíveis e relevantes eles mesmos e os demais grupos, cada vez mais assumiriam certo protagonismo e, por isso, deveriam ser incluídos também como *realidades institucionais* do sistema-mundo moderno, além da divisão clássica marxista entre proletariado e burguesia.

Assim como as classes, esses grupos formam parte das unidades domésticas, e sua força e legitimidade frente aos seus Estados nacionais leva-os a criar certa homogeneidade no seio das unidades domésticas que os representam, mas essa homogeneidade não deve ser confundida com uma suposta universalidade cultural que o capitalismo, enquanto sistema produziria. De forma diversa, a homogeneidade dentro de unidades domésticas estaria relacionada à força que cada identidade/grupo de status conquista em termos institucionais para que possam ser aceitos formalmente pelos seus Estados de maneira *orgânica*. Ou seja, seria o processo de homogeneidade que reforçaria a multiplicidade de instituições que prevalece no corpo a EMC. A aceitação ou não aceitação dessas *identidades* estaria vinculada a uma relativa conquista de homogeneidade que empodera essas unidades e força o Estado a legitimá-las de maneira formal.

Raças, grupos étnicos, grupos religiosos: quanto maior for seu grau de homogeneidade ou sua força identitárias, de forma que se vejam a si mesmos enquanto uma identidade com aspectos comuns, maior sua força relativa ante os Estados nacionais pelos quais estão envoltos. No caso do Estado Nacional boliviano, a força de comunidades originárias indígena-campesinas em se afirmarem perante o Estado tem sido a tônica da formação conflituosa dessa nacionalidade, dado que esse Estado se funda como se fundam todos os demais Estados modernos, ou seja: procurando impor ideologicamente uma ideia de nacionalidade supostamente homogênea por sobre as demais identidades contidas pelas fronteiras estatais.

Essa tem sido uma disputa central no processo contraditório de formação e expansão da EMC, de suas complexas relações entre os Estados e dentro deles. O próprio conceito de Estado-nação, ou seja, de transformar a população existente em suas fronteiras em uma Nação e, posteriormente, em cidadãos, tratou-se, ao longo do processo de formação do sistema-mundo, principalmente após a Revolução Francesa, de uma das funções primordiais de cada Estado para exercer sua autoridade de forma legítima perante o “seu povo” e perante os outros Estados nacionais, e, em última instância, perante o sistema interestatal. O sistema-mundo moderno para se legitimar,

buscou instituir uma *geocultura* supostamente universal que rejeitasse particularismos que não obedecessem às regras gerais como, por exemplo, a meritocracia e “a igualdade” dos “cidadãos” perante as leis em seu formato liberal.

Logicamente, esse aparente universalismo imposto sobre as regras do jogo e que visava a um adequado funcionamento do sistema-mundo de forma a manter as exigências de acumulação incessante de capital – mesmo o sistema funcionando a despeito dessa universalização, ou seja, com muitos particularismos, de fato, tão funcionais ao sistema como eram a multiplicidades de instituições culturais – evidenciava que, por mais que se afirmasse essa necessidade última de homogeneização cultural e universalizante (*geocultura*) sobre todos os Estados modernos, foi a própria *antinomia* entre universalismo e particularismo o que prevaleceu e moldou a EMC em sua totalidade sistêmica.

En última instancia, el sistema-mundo moderno ha asumido una característica central en su estructura de existencia, propagación y práctica simultánea del universalismo y el antiuniversalismo. **Este dúo antinómico es tan fundamental al sistema como lo es la división de trabajo sobre el eje centro-periferia (...)** Hemos visto que la peculiar estructura de una economía-mundo (una sola división del trabajo, múltiples estructuras estatales aunque parte de un sistema interestatal y por supuesto múltiples culturas aunque comprendidas en una *geocultura*) se halla em peculiar consonancia con las necesidades de un sistema capitalista. (WALLERSTEIN, 2005, pp. 31-42) Grifos nossos.

A combinação entre *racismo* e *eticismo* como tentaremos apresentar em seguida pela categoria de *colonialidad del poder* desenvolvida por Anibal Quijano (2014), representa a expressão acabada dessa simbiose entre universalismo e particularismo (antiuniversalismo). Essa simbiose é o que permite compreender como se processou a hierarquização/classificação social, no mundo moderno, de um grupo de status/identidades sobre outro, ou, ainda, de uma classe social sobre outra, tanto em termos locais quanto mundiais, com consequências expressivas para a política de funcionamento do sistema-mundo capitalista.

Branco sobre não branco, europeu sobre não europeu, homem sobre mulher, adulto sobre criança e velho, civilizado sobre não civilizado, burgueses sobre proletários, heterossexuais sobre homossexuais, grupos étnicos dominantes sobre grupos étnicos subordinados (WALLERSTEIN, 2005). Ao longo da história de formação da EMC, mas principalmente desde a Revolução Francesa em 1789, ao

consolidar-se uma geocultura deste sistema sob a forma liberal de Estado que rompe com as formas absolutistas de Estado, tem-se que todas essas tensões entre universalismo e particularismo estarão condicionando o grau de soberania ou o *grau de autodeterminação nacional* que cada Estado-nação, no processo de constituição, conquistará ou não sobre seu povo-nação e sobre os outros Estados nacionais concorrentes.

Quando há uma perda de equilíbrio no seio de um Estado nacional com relação a sua legitimidade/soberania para com seu povo, ou de um Estado hegemônico para com o sistema interestatal, essas contradições políticas apontadas por Wallerstein entre universalismo e antiuniversalismo tendem a reemergir com mais força. O rearranjo ou a busca para que se recupere certo grau de legitimidade que possa garantir os processos de acumulação incessante torna-se fundamental para proporcionar uma renovada estabilidade ao sistema. O universalismo, portanto, desempenhou uma função estabilizadora do sistema segundo Wallerstein (2005). Historicamente, o liberalismo foi a expressão mais bem acabada desse universalismo, desde a Revolução Francesa, ao *justificar* a seu modo as polarizações sociais do sistema-mundo moderno.

Não vamos aqui adentrar em explicações acerca de como essa ideologia foi vencedora frente à ideologia conservadora que se opunha à ideia de *mudança social* como algo natural e, portanto, inevitável. Contudo, esse é um capítulo crucial da história de formação da EMC. Em seguida, apresentaremos como todo esse processo avança sobre as Américas a partir de 1492, e como esse avanço foi o arremate histórico para a consolidação da EMC em dimensão mundial e para o surgimento dos novos padrões hierárquicos modernos no seio das sociedades nacionais que expressariam justamente essa elevação da Europa, pela primeira vez, enquanto palco central e, portanto, criador das regras ou padrões de sociabilidade da EMC.

## **1.2 O processo de incorporação das Américas à *economia-mundo capitalista*<sup>12</sup>**

---

<sup>12</sup> Fazemos menção aqui à contribuição de Caio Prado Jr. sobre este tema, particularmente à obra *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, em que discute o *sentido da colonização*. Segundo este conceito, o fato de que as sociedades constituídas no continente americano derivam do processo colonial, e este se explica, em primeiro lugar, como um capítulo da expansão comercial marítima europeia iniciada no final do século XV, é o eixo explicativo principal para a compreensão, em seu conjunto, das sociedades e os Estados nacionais correspondentes que nascem a partir do processo de emancipação política que ocorreu nas Américas entre o fim do século XVIII e começo do século XIX. O diálogo entre as contribuições de Prado Jr., Quijano e Wallerstein sobre as sociedades que derivam do processo colonial nas Américas, possivelmente profícuo para a compreensão desta temática, não será objeto desta tese.

Quijano E Wallerstein (1992) em *La americanidad como concepto o América en el moderno sistema mundial* entendem e sugerem que a América deva ser compreendida não apenas como mais um território incorporado pela expansão do moderno sistema mundial para fora da Europa, a partir do século XVI, mas, mais do que isso, como se a própria expansão do sistema mundial moderno não viesse a concretizar-se como a conhecemos e a estudamos hoje sem a incorporação da América e da consequente formação das novas dimensões da modernidade que passariam a justificar a forma de hierarquização social e interestatal que se produziria a cada novo impulso expansivo do sistema mundial em direção a outros espaços do globo. (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Autores como Robert Bartlett (1993) corroboram essa perspectiva e compreendem que a América não foi nem o primeiro nem o último espaço do que os autores dessa perspectiva chamam de “*arena externa ao moderno sistema mundial*” a ser incorporado pelos impulsos expansivos do sistema. Partes da Europa já viviam esse processo desde o século XIII. Porém, nesses primeiros espaços europeus incorporados ao sistema-mundo não se seguiu uma lógica similar às incorporações colonizadoras posteriores, nas Américas. No livro *The Making European* (1993), Bartlett segue nesta direção e procura explicar essa diferenciação assinalando que as características desse primeiro processo de expansão dentro da Europa, o qual ele denomina de “*europização da Europa*”, se diferenciava em aspectos fundamentais das expansões colonizadoras ultramarinas realizadas por este mesmo núcleo de Estados a partir do final do século XV (1492) e que teriam as Américas como palco principal.

Segundo Bartlett, por não criar colônias dependentes, esse impulso primeiro de incorporação dentro da Europa diferiu dos posteriores – no sentido que, desde o século XVI, apreendemos a conhecer como processos de colonização – por *replicar* na forma de uma “multiplicação celular”, as primeiras formas *geoculturais* e geopolíticas encontradas no núcleo central originário do sistema. Para Bartlett, mercadores ou quaisquer pessoas que realizassem uma viagem *de* “Magdeburg a Berlim e para Wroclaw, ou a partir de Burgos para Toledo e para Sevilha durante esse período, não estariam conscientes de atravessar qualquer fronteira social ou cultural decisiva”.

This is indeed one reason why the formulation ‘core-periphery’ is not entirely fortunate (though hard to avoid) as a tool to describe the expansionismo of the High Middle Ages. (...) But ‘core-periphery’ is still perhaps misleading, for the concept is often taken to imply a

permanent or long-term functional subordination of the periphery to the core, **This is exactly what High Medieval colonialism was not – it was a process of replication, no differentiation.** (BARLETT, 1993, p 306) Grifos nossos.

Por volta do século XIV, uma grande parte da Europa, incluindo a Inglaterra, França, Alemanha, Escandinávia, norte da Itália e da Espanha viriam a possuir um grau relativamente elevado de *homogeneidade cultural*. Movimento esse que, ao passo em que criava uma homogeneização cultural em áreas europeias contíguas, também criava as primeiras fronteiras e hierarquias sociais entre unidades político-territoriais fora dessa área mais homogeneizante, ressaltando as primeiras fronteiras que viriam a constituir a *economia-mundo capitalista europeia*. Essa percepção de Bartlett ilumina uma questão contemporânea a nós e que se relaciona à América e principalmente à América Latina, por se tratar de um espaço que terá uma dinâmica não de replicação, mas de diferenciação, ou seja, periférica dentro desse sistema, diferentemente das primeiras incorporações no seio da Europa, a saber: “how the mental habits and institutions of european **racism and colonialism** were born in the medieval world: the conquerors of Mexico knew the problem of Mudejars<sup>13</sup>; the planters of Virginia had already been planters of Ireland”. De acordo com Bartlett:

There is no doubt that the Catholic societies of Europe had deep experience of colonialist enterprises prior to **1492**. They were familiar with problems and promise involved in new territorial settlement and had confronted the issues raised by contact with peoples of very different culture. **Of course there was nothing in their experience as dramatically 'out of blue' as the contact established in 1492.** (BARLETT, 1993, pp. 313-314). Grifos nossos.

Corroborando essa percepção de Bartlett, nos primeiros impulsos expansivos dentro da Europa, havia, segundo Aníbal Quijano, “grupos étnicos” ou “nações” com acúmulo de forças consideráveis, que, ao serem incorporados, alcançaram, em não raras ocasiões, reconstruir suas histórias identitárias no bojo dessa incorporação, resignificando o imaginário de resistências dessas nações e, quando possível, criando seus próprios Estados nacionais<sup>14</sup>. Ao contrário;

---

<sup>13</sup> Mudejars são os Mouros que permaneceram na Península Ibérica depois da Reconquista Cristã.

<sup>14</sup> “em estas zonas periféricas de la nueva economia-mundo capitalista que se hallaban localizadas en el continente europeo (por ejemplo, em Polonia o Sicilia), el vigor de las comunidades agrícolas y de sus noblezas indígenas era considerable. Por eso, enfrentados a la reconstrucción de sus instituciones económicas y políticas, lo que ocurría en el proceso de preferización, estaban em condiciones de fundar

En América, sin embargo, hubo una destrucción tan vasta de las poblaciones indígenas y una importación tan abundante de mano de obra, que el proceso de periferización generó menos una reconstrucción de instituciones políticas y económicas, que su construcción, virtualmente ex-nihilo toda-parte (**salvo tal vez en las zonas mejicanas y andinas**). Incluso, desde el principio, la forma de resistencia cultural a las condiciones opresivas fue menos en términos de historicidad que en términos de un salto hacia la modernidad (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, p. 583). Grifos nossos.

É a América e sua incorporação “*out of blue*”, portanto, o espaço que dará os contornos mais intensos dos caminhos pelos quais o moderno sistema mundial estava apontando enquanto totalidade sistêmica, principalmente em termos de suas renovadas formas de hierarquização social. A colonização das Américas produz as tonalidades das formas hierárquicas que perpassariam, a partir de então, o sistema interestatal moderno. As colônias americanas ficariam subsumidas à parte mais baixa dessa hierarquização, mantendo-se neste patamar enquanto colônias formais e subordinadas politicamente ao núcleo central de Estados monárquicos nos três séculos que se seguiram (XVI a XVIII) antes dos movimentos de libertação nacional desencadeados em solo Americano em fins do século XVIII.

Tendo como eixo central de análise deste capítulo o que poderíamos chamar de *sociogênese*, isto é, do processo que viria a caracterizar e hierarquizar os povos do mundo moderno através de diferenciações raciais, Estado-nações, classes sociais e grupos étnicos, tem-se que o nascimento dos Estados nacionais modernos e a construção das primeiras identidades nacionais europeias da modernidade expressariam, por esse viés, a ambivalência entre a necessidade primeira por uma *homogeneização cultural* dentro das primeiras fronteiras europeias, e as diferenciações hierárquicas em escala de cada Estado e entre os Estados com os demais impulsos expansivos e a nova geopolítica voltada para o Atlântico, iniciada com a incorporação do continente americano à economia-mundo europeia.

Nas visões de Quijano e Wallerstein (1992), é na América que essa ambivalência assume traços mais claros por carregar consigo as novas estruturas hierárquicas que dariam ensejo à *modernidade*, ou seja, a expansão em direção ao continente americano, diferentemente das primeiras expansões ainda em território

---

en su historicidad su resistencia cultural a la explotación, y esa base les ha sido útil incluso hasta el siglo XX (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992, p. 583).

européu, foi representativa da *nova* forma ou do *novo* padrão de hierarquização social que imperaria a partir de então nas posteriores expansões sistêmicas, quando não encontrasse resistências de poder e organizações de grupos étnicos, significativas, que pudessem lhe contrapor a ponto de criarem seus próprios Estados nacionais, como ocorreu nas primeiras incorporações dentro da Europa. Os padrões dessas novas estruturas hierárquicas, típicas da modernidade, se fundamentaram segundo esses dois autores em quatro novidades: (1) *colonialidade*; (2) *etnicidade*; (3) *racismo* e (4) *o próprio conceito de novidade*.

A conformação do moderno sistema mundial teria, assim, suas hierarquias entre os Estados e dentro deles redefinidas a partir da incorporação das Américas à economia-mundo europeia em formação, sendo a força desses novos padrões de tal grandeza que, mesmo com as primeiras independências conquistadas nas Américas, as formas hierárquicas constitutivas das relações entre as colônias americanas e os Estados nucleares europeus persistiriam, porém, a partir da independência, sob o manto de seus próprios Estados nacionais que manteriam em funcionamento as formas hierárquicas constituídas desde a Temporalidade Colonial.

### 1.3 *Colonialidad del poder*

a medida que la economía-mundo capitalista desbordaba su localización europea inicial, a medida que al concentración de los procesos de producción en el centro y en la periferia fue geográficamente cada vez más díspar, comenzaron a cristalizar **categorias ‘raciales’** en torno a ciertas denominaciones. Puede ser obvio que un número importante de rasgos genéticos varían, y que lo hacen considerablemente de una persona a otra. Pero eso no significa en absoluto que tales rasgos hayan de ser codificados en tres, cinco o quince grupos reificados a los que denominamos ‘razas’. El número de categorías, y el hecho mismo de la categorización, es una decisión social, lo que observamos es que, a medida que se intensificaba la polarización, el número de categorías se iba reduciendo. **Cuando W.E.B. Du Bois dijo en 1900 que ‘el problema del siglo XX es el problema de la línea de color’, los colores a los que se refería se reducían en la práctica a blanco y negro. La raza, y por lo tanto el racismo, es la expresión, el motor y la consecuencia de las concentraciones geográficas asociadas a la división axial del trabajo.** (WALLERSTEIN, 2004, pp. 281-282). Grifos nossos.

Nenhuma das identidades ou categorias históricas que conhecemos hoje como *índio, negro, branco e mestiço*, juntamente com a forma de articulação entre elas, existiu antes de 1492, segundo Aníbal Quijano (2014) e Immanuel Wallerstein (2004). Essas novas identidades históricas marcariam, portanto, uma nova epistemologia na constituição das *estruturas de poder mundial* que, pela primeira vez, *combinaria* as ideias/mentalidades de “*etnicismo*” e “*racismo*”. Esse processo fundaria, originalmente, nas Américas novas relações sociais intersubjetivas entre colonizadores e colonizados, em um tipo *novo* de poder colonial “e, no longo prazo, de uma nova sociedade e de uma nova cultura”, o que exigiria um esforço epistemológico renovado para a compreensão desses fenômenos. Nas palavras de Quijano (2014):

O racismo e o etnicismo foram inicialmente produzidos na América e reproduzidos depois no resto do mundo colonizado, como fundamentos da especificidade das relações de poder entre Europa e as populações do resto do mundo. Passados 500 anos, não deixaram de ser os componentes básicos das relações de poder em todo o mundo. **Extinguindo o colonialismo como sistema político formal, o poder social está ainda constituído sobre a base de critérios originados na relação colonial.** Em outros termos, a *colonialidad* não deixou de ser o caráter central do poder social atual. Todas as outras determinações e critérios de classificação social da população do mundo, e a localização das relações de poder, desde então atuam na interrelação com o racismo e o etnicismo, especialmente, ainda que não apenas, entre europeus e não-europeus (QUIJANO, 2014, p. 757-758) (Tradução livre do autor) Grifos nossos.

Mas, como explicar o surgimento dessas novas identidades históricas? Um primeiro ponto estabelecido na análise de Quijano (2014) retrata que o surgimento dessas novas identidades históricas conflitantes não estaria diretamente relacionado aos regimes de trabalho como a escravidão, a servidão, a reciprocidade, a pequena produção mercantil, ou ao assalariamento, os quais, nas Américas, como tentaremos demonstrar, se articulariam em um mesmo espaço-tempo. Se assim o fosse, com o fim do mundo colonial nas Américas a partir do século XIX, essas novas identidades teriam aos poucos desaparecido, juntamente com o mosaico de relações sociais de produção não capitalistas. Historicamente, essas identidades, fundadas na modernidade, permaneceram mesmo quando as atividades e as relações sociais de produção/exploração vieram a mudar para formas mais próximas de relações sociais tipicamente capitalistas. Como explica Quijano (2014): “isso assinala que as diferenças

de identidade não dependiam nem eram resultado da natureza concreta das atividades [de produção], nem dos papéis sociais específicos” (QUIJANO, 2014, p. 758).

É importante esclarecer que mesmo as diferenças *mais evidentes* entre colonizador e colonizado no mundo colonial, como eram as diferenças de cor de pele, olhos, cabelos, além das culturais, não se tratavam do elemento principal das novas hierarquias que se estabeleceram entre as novas identidades, pois, se assim fosse, poderiam ser compreendidas simplesmente como diferenças de traços étnicos, algo que já existia antes mesmo da colonização moderna entre os diferentes povos do continente euroasiático, como bem assinala Quijano (2014).

Em verdade, se as diferenças de identidade que hierarquizaram os povos do mundo a partir deste arremate histórico não podem ser explicadas simplesmente como diferenças fenotípicas, qual seria o elemento *novo* dessa hierarquização? Para Quijano, estariam justamente na *combinação* entre a categoria “étnica” e a categoria *mentalmente* nova, de “raça”. É essa combinação entre essas duas categorias historicamente construídas a partir das relações entre os europeus e os povos originários do mundo colonial nas Américas que introduziria uma “discussão historicamente fundamental” no sentido mesmo dos fundamentos, das bases epistemológicas sobre como classificar/conhecer essas nações originárias e suas formas de sociabilidade, com as quais os europeus supreendentemente se defrontariam a cada nova conquista sobre a diversidade de grupos étnicos existentes nestas “novas” territorialidades americanas.

É na formação dessas novas identidades históricas, a saber: *índio, negro, branco e mestiço*, que se estabeleceria o surgimento das novas hierarquias sociais que atravessariam a modernidade em um *nível de realidade estrutural* de longa duração que interferiria nas conjunturas de média e curta duração no seio das disputas políticas de cada novo Estado nacional moderno. Em alguns Estados, como os europeus, pelo maior nível de homogeneização cultural, esse processo seria menos evidente. Em outros, como os Estados latino-americanos, muito mais evidentes, dada a persistência de uma multiplicidade de grupos étnicos que, pelas características do processo colonizador nas Américas, onde indígenas e negros foram usadas secularmente como mão de obra, essa homogeneidade não se produziria. Vejamos com um pouco mais de profundidade como historicamente surgem essas novas hierarquias sociais da modernidade dada pela combinação entre racismo e etnicismo.

#### **1.4 O surgimento das novas hierarquias sociais da modernidade: a combinação entre *racismo* e *eticismo***

Historicamente, nas Américas, a formação da ideia de raça surge para definir se os povos originários podiam ou não ser considerados seres da espécie humana. O atributo principal nessa definição pressupunha saber/justificar se esses povos eram ou não possuidores de *alma*, pois se fossem considerados despossuídos de alma também não seriam portadores de “*natureza humana*” segundo os critérios da dimensão religioso-cristã da época, e, não o sendo, poderiam, pelos preceitos moralizantes, serem escravizados simplesmente por uma questão de inferioridade racial.

Observa-se que a *dimensão religiosa*, de ter ou não ter *alma*, neste contexto histórico colonial, é central para compreender esse processo de hierarquização social e, portanto, não é ao acaso que uma severa disputa entre as principais autoridades político/religiosas europeias da época se estabeleceria para definir essa questão fundamental no seio da cristandade europeia.

A descoberta do *gentio* nas Américas pode ser assim descrita como uma das questões mais *delirantes* nas palavras do historiador Fernando Novais (1992) para os preceitos religiosos das primeiras décadas da época colonial. Como se tinha, na Europa, uma vaga compreensão do Oriente, do que era a China e a Índia enquanto civilizações, não ao acaso os primeiros “descobridores” das Américas imaginavam num primeiro momento estar no solo oriental como é notoriamente sabido. Cristóvão Colombo, por exemplo, morreu sem saber que havia encontrado um novo continente ao extremo oriente do extremo oriente.

Nessa temporalidade, segundo o historiador Fernando Novais (1992), os “*mundos*” que eram levados em conta – que de fato tinham importância para a Europa – eram três: o mundo cristão, o mundo muçulmano e o mundo judeu. Para os cristãos, eram eles próprios os legítimos representantes de Deus na terra, o que lhes outorgava, dada essa suposta legitimidade divina, o direito de perpetrarem as guerras consideradas “justas” ante os infiéis muçulmanos e judeus. Do mesmo modo, para os muçulmanos, eles é que detinham a prerrogativa divina de guerrear contra os cristãos infiéis.

É importante esclarecer que, quando estudamos a “descoberta” das Américas a partir de 1492, imediatamente nos vem à mente a história da colonização de novas territorialidades, das riquezas desse novo continente, e pouca importância se dá à descoberta dos indígenas/gentios pelos colonizadores ibéricos cristãos. O encontro entre

européus e indígenas é visto pelos primeiros relatos da época, segundo Fernando Novais (1992), como um encontro inesperado e, por isso, *delirante*, tendo em vista que os europeus se deram conta de que esses povos não eram nem muçulmanos, nem cristãos, nem judeus, e, tampouco estavam em território asiático. Para aumentar o estranhamento por parte dos europeus, principalmente nas partes da costa do Atlântico, alguns desses povos se encontravam completamente nus. Como descreve Fernando Novais; “*logo, o que eles (europeu-cristãos) estavam descobrindo só podia ser o paraíso, onde os homens e mulheres andavam nus*”<sup>15</sup>.

Na famosa carta de Pero Vaz de Caminha, o fato de os indígenas estarem nus expressava o espanto dos europeus nos primeiros contatos. “Foi-se inclusive inspecionar se os indígenas eram ou não circuncidados (fanados)” segundo Novais (1992), como pode ser constatado na carta de Caminha, dado que, se fossem, poderiam ser identificados prontamente como judeus, portanto, infiéis, e, assim, a escravização estaria justificada em nome da luta dividida contra os infiéis. Um dos trechos da carta explicita o grau de estranhamento e essa dificuldade em classificar os *gentios*:

E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela. **Nenhum deles era fanado, mas, todos assim como nós.** E com isto nos tornamos e eles foram-se. (A Carta de Pero Vaz de Caminha sem paginação)<sup>16</sup>  
Grifos nossos.

Se não eram cristãos, não eram muçulmanos e nem judeus, concluía-se que eram *gentios* e, mais do que isso, eram gentios no paraíso (incivilizados). Portanto, o gentio, tão ou mais que a própria descoberta de um novo continente, representou, naquele primeiro contato, a descoberta, segundo Novais (1992), mais impactante do novo mundo para os colonizadores cristãos.

Dado esse impacto, devido ao peso da dimensão religiosa constitutiva dessa temporalidade, missionários foram enviados às novas terras, e deu-se início ao processo de colonização na América, onde a conversão dos gentios em cristãos colocava-se como um aspecto central de todo o processo, dado que era urgente decidir como classificá-los

---

<sup>15</sup> Professor Fernando Novais, “Portugal e Brasil - antigo sistema colonial”, 1992, Palestra, Unicamp, Campinas – SP. disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JsAXNoumgS8&t=636s>

<sup>16</sup> Disponível em, [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf)

para poder hierarquizá-los<sup>17</sup>. Não obstante, a catequização dos indígenas não foi um processo trivial. Esses povos não se mostraram afeitos às formas de trabalho que foram impostas a eles, e, em pouco mais de uma década após o início do processo colonizador, principalmente nas partes caribenhas, sobretudo nas Antilhas, o grau de mortandade desses povos foi abissal. “Foi tal que não se consegue fazer a antropologia dos povos do caribe”. (NOVAIS, 1992).

Se observarmos por um olhar mais *totalizante*, ou seja, de expansão dos nexos da economia-mundo europeia para outras territorialidades, veremos que essa temporalidade constitutiva apresenta vários processos de importância *sui generis* na conformação do que os historiadores ocidentais viriam a chamar de *modernidade*. Esses processos seriam a colonização nas Américas, a formação de Estados na Europa – que se formavam uns contra os outros e em competição pelas colônias do novo mundo –, a urgência dos primeiros Estados colonizadores (Espanha e Portugal) em *legislar*, sobretudo, quanto às formas de regimes de trabalho<sup>18</sup> que seriam postas em marcha nas colônias sobre os povos originários, além da forma com que esses povos deveriam ser submetidos aos ditames da coroa em pleno processo de expansão mercantilista, o qual daria ensejo à formação dos novos padrões hierárquicos da modernidade que dividira o mundo entre europeus e não europeus.

Fernando Novais (1992) ressalta que, quanto à submissão dos gentios aos regimes de trabalho na colônia, não se pode afirmar que eles estivessem sendo escravizados, mas sim submetidos às formas de trabalho compulsório, dado que não eram nem muçulmanos e nem judeus, o que não encontrava justificativa na dimensão religiosa cristã da época que os permitissem escravizá-los. Aí encontra-se a relevância da dimensão religiosa para a época colonial. Sim, de fato houve escravização dos indígenas quando estes não se curvaram aos novos regimes de trabalho nas colônias, porém não por razões de cunho religioso, mas pelos imperativos do processo de

---

<sup>17</sup> Nas colônias protestantes, na França Antártica, o protestantismo no começo não tem preocupação com catequese.

<sup>18</sup> É neste contexto, para determinar o *regime de trabalho* o qual deveria ser estabelecido nas colônias sobre os gentios, que se convoca em Valladolid no século XVI uma reunião entre as principais autoridades religiosas da época para discutir o assunto em definitivo. O embate principal sobre se os indígenas tinham ou não *alma* e se poderiam ser ou não escravizados teve como figuras ícones o frei Bartolomé de Las Casas e o filósofo Juan Ginés Sepúlveda. Ao final, os argumentos do frei Las Casas saíram vencedores dando o estatuto de humanos aos gentios, mas isso não significaria que por serem considerados a partir deste momento como portadores de alma e assim não poderem ser escravizados que estes não deveriam ser convertidos ao cristianismo e se tornarem obrigatoriamente súditos do Rei e, conseqüentemente, pagadores de impostos. Sendo súditos deveriam pagar impostos como pagavam todos os súditos de Aragão, Castela e Galícia. E a forma de pagamento desses impostos se daria pelo *regime de trabalho compulsório*.

acumulação de capital (subsunção formal) que caracterizam a *primeira modernidade*, a qual, segundo Henrique Dussel (2005) iniciou-se em 1492 e estendeu-se até o final do século XVIII, em um sentido não eurocêntrico do termo modernidade<sup>19</sup>.

Essa questão sobre os gentios e sobre a forma de classificá-los torna-se mais clara se fizermos algumas comparações com os primeiros povos do continente africano trazidos como escravos para as colônias europeias nas Américas. As primeiras escravizações de povos africanos pelos portugueses, ocorridas ainda em solo africano, se deram sobre povos muçulmanos como os Wolof<sup>20</sup>. Esse povo, principalmente sua nobreza, era muçulmano, e, portanto, tinha-se a justificativa religiosa para escravizá-los. Tratava-se de uma “guerra justa”, contra povos infiéis mulçumanos. José Luis Fiori (2017) nos esclarece esse conceito de “guerra justa”:

Esta concepção da “guerra justa” e das “guerras santas” transformou-se no pensamento hegemônico da Igreja e dos

---

<sup>19</sup> “Devemos opor-nos à interpretação hegemônica no que se refere à interpretação da Europa moderna (à “Modernidade”), e não como um tema alheio à cultura latino-americana, mas sim, contra a opinião corrente, como problema fundamental na definição da “Identidade latino-americana” –para usar os termos de Charles Taylor. Com efeito, há dois conceitos de “Modernidade”. O primeiro deles é eurocêntrico, provinciano, regional. A modernidade é uma emancipação, uma “saída” da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano. Este processo ocorreria na Europa, essencialmente no século XVIII. O tempo e o espaço deste fenômeno são descritos por Hegel e comentados por Habermas (1988: 27) em sua conhecida obra sobre o tema – e são unanimemente aceitos por toda a tradição europeia atual: ‘Os acontecimentos históricos essenciais para a implantação do princípio da subjetividade [moderna] são a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa’. Chamamos a esta visão de “eurocêntrica” porque indica como pontos de partida da “Modernidade” fenômenos intra-europeus, e seu desenvolvimento posterior necessita unicamente da Europa para explicar o processo. Esta é aproximadamente a visão provinciana e regional desde Max Weber –com sua análise sobre a “racionalização” e o “desencantamento”– até Habermas (...)Propomos uma segunda visão da “Modernidade”, num sentido mundial, e consistiria em definir como determinação fundamental do mundo moderno o fato de ser (seus Estados, exércitos, economia, filosofia, etc.) “centro” da História Mundial. Ou seja, empiricamente nunca houve História Mundial até 1492 (como data de início da operação do “Sistema-mundo”). Antes dessa data, os impérios ou sistemas culturais coexistiam entre si. Apenas com a expansão portuguesa desde o século XV, que atinge o extremo oriente no século XVI, e com o descobrimento da América hispânica, todo o planeta se torna o “lugar” de “uma só” História Mundial (Magalhães-Elcano realiza a circunavegação da Terra em 1521) (...)A segunda etapa da “Modernidade”, a da Revolução Industrial do século XVIII e da Ilustração, aprofundam e ampliam o horizonte cujo início está no século XV. A Inglaterra substitui a Espanha como potência hegemônica até 1945, e tem o comando da Europa Moderna e da História Mundial (em especial desde o surgimento do Imperialismo, por volta de 1870). Esta Europa Moderna, desde 1492, “centro” da História Mundial, constitui, pela primeira vez na história, a todas as outras culturas como sua ‘periferia’”. (DUSSEL, 2005 p. 28-29).

<sup>20</sup> “Os Portugueses tiveram contato com o Império Jolof entre 1444 e 1510, relatando detalhadamente o sistema política muito avançado dos Wolofs. Os wolof estavam comandados por um sistema de castas (sistemas tradicionais, hereditários ou sociais de estratificação), que ainda subsiste nos nossos dias, embora com menos rigor. Nobres, camponeses e burgueses, artesãos e escravos formavam a pirâmide social deste grupo. Portanto, é o homem que trabalha nos campos enquanto que a mulher domina os trabalhos domésticos. A nobreza Wolof era nominalmente muçulmana. Mas o Islã não conseguiu penetrar completamente sociedade wolof, até por volta do século 19”. (PITTA, 2010). Disponível em <http://civilizacoesafricanas.blogspot.com.br/2010/03/imperio-wolof.html>

governantes da Europa medieval, entre o fim do Império Romano e o início da modernidade, de tal maneira que só a própria Igreja Católica conseguiu desfazer este consenso, no Concílio de Constança (1414-1418), quando fixou a nova doutrina da ilegitimidade da “conversão forçada” e de todo tipo de guerra que visasse à conquista e “salvação” violenta dos povos considerados “bárbaros” ou “pagãos”. E assim mesmo, na primeira hora da conquista e colonização ibérica da América, já no século XVI, ainda ocorreu o célebre debate entre os teólogos espanhóis, Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomeu de Las Casas, que defendiam e condenavam, respectivamente, o direito dos espanhóis conquistarem e converterem os indígenas americanos, através da força, por se tratarem de povos pagãos que violavam sistematicamente os “valores universais” do cristianismo, segundo Juan de Sepúlveda. (FIORI, 2017, p. 6-7)

É em virtude dessa dimensão religiosa que a questão da catequese não se colocava para os primeiros africanos quando trazidos para a América da mesma forma como fora posta para os indígenas. Ou seja, já vinham como escravos sem qualquer tipo de discussão, visto que os primeiros africanos trazidos como escravos eram muçulmanos, o que justificaria o processo de escravização. É só mais tarde que ocorre, então, o encontro com os gentios do continente africano, com as incursões cristãs colonizadoras à África subsaariana, onde as semelhanças com a África saariana divergiam em termos cultural/religioso, ou seja, não se encontravam mais povos muçulmanos na parte subsaariana.

Não obstante, como ressalta Novais (1992), a escravização dos africanos com destino às Américas, por ser mais tardia do que a dos indígenas em praticamente um século, fez sucumbir qualquer possibilidade de defesa desses povos por justificativas religiosas visto que, a partir desse momento, a escravização de africanos havia se transformado em um grande negócio, dos mais lucrativos, no comércio triangular entre Europa, África e América.

Esses aspectos ajudam, em primeiro lugar, a compreender a formação das novas hierarquias sociais históricas que estavam se constituindo em cada parte das Américas, com especificidades próprias em cada localidade, e, em segundo lugar, a *intersubjetividade* dessas hierarquias sociais, que é o aspecto *novo* e que independe dos regimes de trabalho que se estruturariam a partir dessa temporalidade, como ressalta Quijano (2014).

O que seria novidade neste processo em termos totalizantes trata-se, assim, das *relações intersubjetivas* entre colonizadores e colonizados. Produz-se, na colônia, uma

relação intersubjetiva, pautada na mentalidade de que as desigualdades entre colonizador e colonizado, e da suposta superioridade dos primeiros, era antes um atributo dado por predicados biológicos e/ou religiosos do que causado por relações historicamente construídas no bojo das disputas de poderes ocorridas no seio do mundo colonial entre colonizadores e colonizados e/ou pela própria novidade do que representava a descoberta do gentio.

Estabelecia-se, portanto, uma ideia de nivelamento dentro da espécie humana a partir da categoria de raças superiores e inferiores. Associavam-se as diferenças culturais às desigualdades biológicas e religiosas e não às condições historicamente produzidas por esse processo. O produto dessa mentalidade é a criação de um *complexo cultural* de valores, imagens, atitudes e sociabilidade, que estruturaria não só o mundo colonial, mas, mais do que isso, estruturaria todas as *relações de poder* que se constituiriam em escala mundial antes e após os processos de descolonização desencadeados primeiramente nas Américas durante o século XVIII. Essa *matriz de ideias* é, segundo Aníbal Quijano (1993), o que aprendemos a compreender e a caracterizar como “*racismo*”, e que está indelevelmente ligada à *modernidade* e não a outro período histórico.

É durante a Temporalidade Colonial que os povos que hoje chamamos de europeus começam, eles mesmos, a assim se perceberem. Daí a importância crucial da incorporação das Américas para que houvesse esse contraponto: das características dessa incorporação para a própria lógica de diferenciação/hierarquização entre *europeus e não-europeus, ou seja, entre brancos, índios, negros e mestiços*. Nas palavras de Quijano:

Não de outro modo se pode entender a polêmica entre teólogos e juristas espanhóis, sobre a natureza dos ‘índios’ da ‘América’ com respeito aos humanos; sobre se têm ou não ‘alma’; e se, por tanto, podem ser tratados como bestas ou têm que ser tratados como gentes, ainda que por suposto dominadas. Quando se formaliza essa ideia na categoria de ‘raça’ e no ‘racismo’ resultante, não se refere necessariamente à cor de pele, olhos, cabelo, etc., etc.,. Por que isso é real, mas banal. Não tem relação com as ‘faculdades’ humanas, inteligência, etc., etc. **A ideia de ‘raça’ se refere a que essas diferenças são parte do desigual nível de desenvolvimento biológico entre os humanos, em uma escala que vai desde a besta ao europeu. Se trata, pois, de uma diferença de natureza entre os membros da mesma espécie.** A discussão entre os conquistadores ibéricos foi mais longe: estava em questão o pertencimento dos ‘índios’ à espécie humana. Outras variantes da ideia de ‘raça’ se referem à relação entre as diferenças fenotípicas e culturais entre os membros da espécie humana.

**Mas nenhuma variante deixou de outorgar aos europeus a posição primada nesta história.** (QUIJANO, 2014, p. 759) Grifos nossos.

É nesta periodicidade que se inaugura a divisão entre europeus e não-europeus, a qual dará, pela primeira vez, centralidade à Europa em relação às outras territorialidades anteriormente detentoras dessa centralidade. A própria ideia de “Europa” enquanto um espaço fisicamente, esteticamente, e culturalmente delineado não existiu, segundo Quijano, antes da inter-relação das regiões que viriam a ser denominadas de Europa com o mundo colonial constituído nas Américas. Mesmo as diferenciações construídas entre europeus, asiáticos e africanos só ocorreriam a partir das diferenciações estabelecidas desde as Américas. Mesmo porque o colonialismo e as diferenças étnicas entre povos são anteriores ao mundo moderno que se estabelece a partir do final do século XV, podendo facilmente ser encontradas em todas as épocas, produzindo desigualdades entre diferentes “etnias” ou “nacionalidades”<sup>21</sup>.

É neste sentido que o “racismo” nas Américas trata-se de um produto específico/novo da Temporalidade Colonial moderna que se estabelece e que, ao persistir nas relações de dominação no período pós-colonial, acabaria por constituir-se numa das faces principais das relações de poder do sistema-mundo moderno, tanto no âmbito dos Estados nacionais quanto da própria EMC. Essas relações de poder baseadas no racismo são categorizadas por Quijano de “*colonialidad del poder*” precisamente por se constituírem na Temporalidade Colonial e permanecer vigente na temporalidade pós-colonial. Num paralelo com a categoria de análise construída por Caio Prado Junior (1942), de “*sentido da colonização*”, a *colonialidad do poder* formaria parte de um desses sentidos advindos do mundo colonial que atravessaria primeiramente todas as relações hierárquicas para, em seguida, tornar-se um *padrão global de poder* sobre o manto da divisão política do mundo entre europeus e não europeus.

Desde logo, a origem desse processo de hierarquização social moderno está fundada na Temporalidade Colonial constitutiva da relação entre Europa e América. Nas colônias americanas, *passam a existir* e a se *naturalizar* essa mentalidade de “superioridade racial dos europeus” frente a outros povos do mundo. Ao sul do continente americano, onde a conquista de fato se deu mais ou menos um século antes

---

<sup>21</sup> Podemos, por exemplo, encontrar historicamente essas diferenças étnicas na Índia do passado e dos dias atuais, desdobradas em formas de *castas* que se traduzem em formas de desigualdades dentro dessa sociedade. Não obstante, porém, desigualdades não combinadas com o racismo (distinções biológicas dentro dessa sociedade), mas relacionadas à valorização cultural de um grupo étnico perante o outro, construídas por uma relação cultural de poder dentro dessa própria sociedade.

do que ao norte do continente<sup>22</sup>, o imaginário hegemônico que os ibéricos sustentaram durante a maior parte da periodicidade colonial com relação aos indígenas passou longe de enxergar essas sociedades com potencial de desenvolverem-se a ponto de serem equiparadas às sociedades europeias, mesmo que assim o fossem os impérios incas, astecas e maias, como chegaram a admitir parte dos conquistadores da época.

Sem dúvida, foram principalmente os intelectuais entre os conquistadores os que primeiro admitiram esses traços históricos dos vencidos. Os frades, em primeiro lugar, que se interessaram por sua subjetividade, a testemunham, a debatem, ainda que sem deixar de reprimi-las. Assim, mesmo que sua ideologia católica da Contrarreforma os movia a condenar como diabólicas as crenças dos sacerdotes astecas, Frei Bernardino de Sahagún não conseguirá sempre ocultar sua admiração assombrosa pelo vasto, complexo e seu iluminado universo religioso, intelectual, mental que os sacerdotes astecas vão esclarecendo diante deles...E desde muito cedo, os próprios intelectuais das ‘raças’ vencidas (Guamán Pama de Ayala, Santa Cruz Pachacuti Sacamayhua ou o profeta maya do Chilam Balam de Chumayel); ou os ‘mestiços’ (Blas Valera, Garcilaso el Inca), aprenderam os códigos culturais dos vencedores para transmitir ao longo do tempo, cada ‘raça’ à seu modo, essa mesma lição. (QUIJANO, 2014, p. 762)

É só no século XIX que essa mentalidade de superioridade biológica dos europeus frente aos não europeus passaria a ser revisitada criticamente e, pouco a pouco, compreendida como *constructos históricos* e não mais como uma *condição biológica* classificatória da espécie humana em raças superiores e inferiores.<sup>23</sup>

É relevante trazer esses fatos para registrar que as categorias de “etnia”, “nação”, “tribo” e “raça”, ao longo do desenvolvimento da EMC, foram sempre atributos dados pelos *vencedores* do processo. Trata-se, portanto, de um “*padrão histórico de poder*” fundado nas *novas* categorias históricas que aprendemos a conhecer na modernidade como *índio, negro, branco, mestiço*. Os “europeus”, ironicamente, não se veem como

---

<sup>22</sup> Em 1607 (XVII), uma companhia de comércio conseguiu dominar os nativos e fundou a colônia da Virgínia, que foi a primeira região dominada pelos ingleses.

<sup>23</sup> É no século XIX, portanto, que as categorias de “*etnia*” e “*etnicidade*” acabam por envolverem a categoria de “*raça*”. Elas permanecem combinadas tanto na colônia quanto no mundo pós-colonial, mas nesta segunda temporalidade a ideia de etnia passa ser compreendida quase que como sinônimo da ideia de nação, ou seja, sem que isso implicasse necessariamente num processo de hierarquização de um grupo étnico/nação em relação ao outro. O que pode explicar a trajetória e as diferentes formas como essas categorias se combinam, e que as combinações se deram fundamentalmente por questões de cunho histórico e não biológico, fora que a colonização europeia do norte do continente americano, iniciada a partir do século XVII, dá-se de maneira distinta da do sul do continente.

“etnias”, mas, sim, como “nações” e, aos demais povos, como etnias ou tribos.<sup>24</sup> É essa a forma particular de colonialismo que se estabelecerá de forma hegemônica a partir da *primeira modernidade* (1492), vinculada *indelevelmente* ao mundo colonial que se abriria ao final do século XV na relação entre Europa e América.

Insistimos: a categoria de “Europa”, como já salientamos, só é compreensível neste contexto ou tablatura histórica moderna e não em períodos anteriores a ela. Há um processo em curso de “ *europeização da Europa*” quando se encerra o que alguns historiadores, com uma visão essencialmente eurocêntrica do tema, denominam de “*Reconquista*”. Diferentemente, para Quijano (1993):

**A noção de ‘reconquista’ é puramente mítica. Implica a ideia de existência da categoria histórica ‘Espanha’ antes do século VIII D.C., o que obviamente carece de todo sentido.** O que os árabes ocupam e dominam são populações pós-românicas. E durante oito séculos neste espaço se configura uma sociedade complexa, rica, produtiva, culta, que durante um momento se ergue como o ‘centro’ do mundo do Mediterrâneo de então. Essa sociedade é a que derrotam e conquistam os senhores do Norte da Península. (QUIJANO, 1993, p. 764) (Tradução livre do autor). Grifos nossos.

Essas novas categoriais só se concretizaram na forma como as conhecemos hoje no bojo deste contexto histórico que “uniria” Europa e América, inaugurando uma nova *episteme* das relações de poder que provocou uma drástica ruptura epistemológica dos pressupostos cognitivos anteriores a essas relações. Em síntese, as avaliações iniciais feitas pelas “nações” ibéricas com relação aos indígenas, questionando se possuíam ou não “natureza humana”, refletia, em primeiro lugar, um *fato cultural* próprio dos colonizadores, originado nas disputas religiosas do velho continente. Em segundo lugar, que esse fato cultural estivera conectado às experiências e às ideologias religiosas “intra-cristianas”, e, por fim, de que “a história da América marca, uma vez mais, a cultura como uma das faces de todo o poder, de todo o fundamento do poder” da temporalidade moderna. (QUIJANO, 2014, p. 764)

A *colonialidad del poder* é, deste modo, uma das faces do fundamento das relações de poder em sua *multidimensionalidade*, a qual envolve e passa a articular as várias outras dimensões da experiência humana enquanto existência social. Em verdade, “as identidades históricas coloniais – ‘índio’, ‘negro’, ‘branco’, ‘mestiço’ – e o

---

<sup>24</sup> É neste sentido que os estudos sobre as etnias (Etnologia e Etnografia) se estabeleceram, inicialmente, como o propósito de estudar as culturas dos colonizados e não dos colonizadores.

complexo de ‘raça’ / ‘etnia’ e suas consequências no poder contemporâneo são fatos que ocorreram e ocorrem na cultura”. (Idem, p. 766)

Nas Américas, essa dimensão político-cultural do poder (*colonialidad del poder*), que teria implicações em todo o mundo moderno, dado a divisão eurocêntrica entre europeus e não-europeus, é o que permite uma compreensão das relações de poder em cada nova formação nacional desencadeada nestas novas territorialidades e mantidas mesmo a partir dos processos independentistas iniciados a partir da Revolução Americana de 1776. Partes desse mundo colonial, como o Brasil e os EUA, onde os “negros” foram trazidos aos milhões<sup>25</sup> como mão de obra escrava e os “indígenas” praticamente desapareceram em violentos processos genocidas, diferem-se de partes onde os “indígenas” e suas formas de sociabilidade permaneceram vivas como no México, Bolívia, Peru, Guatemala e Equador, apenas para dar alguns exemplos. Essas diferenciações quanto às formas de colonização revelam o quão decisivo torna-se a categoria de *colonialidad del poder* e sua vigência para a compreensão dos contraditórios processos de nacionalização e democratização que ocorreram e continuam a ocorrer no seio desses Estados nacionais latino-americanos, dado que esses processos, para avançarem nestas territorialidades, implicam, necessariamente, um processo de *descolonização* das relações de poder que vão além das relações de dominação expressas pelas classes sociais típicas do capitalismo, como a burguesia e o proletariado. Estas últimas, no nosso modo de compreender, estão atravessadas pelas questões de cunho racial.

Dessa forma, a formação do mundo colonial e das formas de estruturação da *colonialidad del poder* a partir de 1492 estiveram ligadas intrinsecamente às disputas religiosas na Europa; e são essas disputas (principalmente entre cristãos, muçulmanos e judeus), contemporâneas ao processo de colonização, que vão fundando a instituição central da modernidade dada pela forma *Estado-nação*. Há um *duplo movimento* ocorrendo, dado que, ao mesmo tempo em que os vencedores dentro da Europa assumem o controle dessa instituição Estado-nação, estes mesmos vencedores cristãos são quem, a seu modo, impondo sua mentalidade civilizatória, colonizam as Américas.

O mundo colonial que se forma nas Américas é o espaço elementar de europeização do mundo, e, devido à vitória dos cristãos ante os muçulmanos em solo europeu, também da *expansão do cristianismo* para essas territorialidades. Como reflete

---

<sup>25</sup> Para informações sobre o tráfico transatlântico de escravos para as Américas ver, por exemplo: <http://www.slavevoyages.org>

Fernando Novais (1992), não se trata apenas da expansão do domínio dos europeus sobre um novo continente ou mesmo da expansão do capitalismo, mas, também, da expansão do próprio cristianismo.

O Estado-nação moderno em disputa com outras formas institucionais foi parte decisiva desse processo, visto que o surgimento das relações *tipicamente* capitalistas, como a *liberalização do trabalho* na Europa, esteve intimamente relacionado e em oposição à imposição do trabalho forçado (compulsório) sobre as novas identidades históricas do novo mundo (indígenas, negros e mestiços). Ressaltando, uma vez mais, que a expansão da economia-mundo capitalista não significou o fim de formas ou de regimes de trabalho pretéritos ao capitalismo, mas a recombinação entre esses regimes em diferentes espaços mundiais contidos pela lógica desse processo que articulava *universalismo e particularismo*.

A colonização nas Américas e a formação de Estados-nações na Europa são processos simultâneos. É difícil dizer se teria sido possível a hegemonia dessa formação institucional Estado-nação caso essas conjunções de fatores fossem outras, mas, sim, é possível afirmar que o caráter do mundo colonial não teria sido o mesmo se as identidades históricas tivessem contraído outra mentalidade para com o domínio cultural de uma cultura sobre as demais. Como coloca Wallerstein (2010), não é totalmente correto dizer que não existiram outras economias-mundo anteriores à economia-mundo europeia, mas ela foi a primeira e única a se tornar hegemônica mundialmente.

Os Estados-nações se impõem como forma institucional hegemônica, mas os limites em relação a eles também aparecem refletidos nas lutas de sociedades “indígenas<sup>26</sup>” à hegemonização dessa trajetória dominante, materializadas nos processos de *descolonização*, principalmente os mais radicais, e não advindos dos espanhóis-americanos (criollos), com maior potencial descolonizador, que mesclavam “*independência nacional, descolonização do poder social e revolução social*”. (QUIJANO, 1997)

Immanuel Wallerstein (2010), ao tratar dos processos de descolonização das Américas entre 1763 e 1833, dá esse status mais radical principalmente a dois desses movimentos descolonizadores. Em primeiro lugar, o ocorrido no Haiti – colônia

---

<sup>26</sup> O termo indígena aqui não se refere especificamente aos indígenas americanos, mas de forma mais geral aos povos colonizados fossem eles índios, negros e/ou asiáticos. Ou seja, é usado de forma generalizante para explicitar as reações às formas tipicamente capitalistas advindas com a modernidade.

francesa – também conhecido por Revolta de São Domingos (1791-1804), que se desdobraria na criação da primeira república negra do sistema mundo-moderno, e, em segundo, o ocorrido no Vice-reino do Peru na cidade de Cusco e liderado por Tupac Amaru em 1780, que ficaria conhecido como a “Grande rebelião”. Não nos aprofundaremos nos pormenores dessas revoltas descolonizadoras, mas, diferentemente das revoltas lideradas pelos colonos brancos – nascidos em solo americano – *criollos* – nas primeiras décadas do século XIX, as rebeliões dos negros no Haiti e do líder Tupac Amaru no Peru significavam reflexos diretos a um dos elementos fundamentais da *colonialidad del poder*, a saber, o “racismo”.

Em síntese, é nesta temporalidade e durante o processo de incorporação que aparece de forma genuína o novo formato de colonização/hierarquização típico da modernidade (*colonialidad do poder*). Estas novas hierarquias serão expressas num processo de estranhamento e conseqüente inferiorização, em termos biológicos, frente aos indígenas e negros para com os europeus. É nas Américas, portanto, onde se tem os primórdios dessa experiência moderna de hierarquização social através de novas identidades históricas. Outras áreas do globo, como o subcontinente índio, a África ocidental, a Ásia, a Rússia e o Império Otomano, serão incorporados ao sistema interestatal capitalista apenas posteriormente e, conseqüentemente, implicados por essa *colonialidad del poder*. (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992)

A “questão nacional” como um problema de democratização e nacionalização das relações de poder entre Estado e sociedade civil emerge de forma definitiva com as independências dos Estados latino-americanos e se distinguiu em muitos aspectos das questões nacionais relativas à formação dos Estados europeus.

A América Latina, diferentemente da Ásia e mesmo da América do Norte, se constituiu por um processo colonizador muito mais devastador de suas identidades pré-capitalistas, dado sua violenta e prematura incorporação à EMC, que a transformaria numa espécie de periferia, com pouquíssimo poder de *autodeterminação nacional* e com dificuldade na construção de um “ótimo social<sup>27</sup>” entre Estado e sociedade civil, que produzisse uma soberania nacional, tanto em termos internos aos Estados quanto em termos da superestrutura do sistema interestatal capitalista no que concerne à dinâmica de acumulação e centralização de capital e poder. No capítulo seguinte, trataremos justamente da formação nacional do Estado boliviano, procurando

---

<sup>27</sup> Conceito de *ótimo social* ver ZAVALETA, 1990, p. VIII-IX.

demonstrar teoricamente como esse processo legou ao Estado boliviano e aos demais Estados latino-americanos um formato de “*Estado aparente*” e uma “*formação social abigarrada*” dado à heterogeneidade social que é umas das marcas constitutivas da região.

## Capítulo 2 – Estado Aparente e Sociedade Abigarrada: a Formação do Estado Nacional Boliviano à luz da contribuição de René Zavaleta Mercado

### 2.1 *Estado aparente* e a questão nacional

A categoria de *Estado aparente* está intimamente ligada aos escritos do boliviano René Zavaleta Mercado ao longo de toda sua obra. Trata-se de uma categoria de análise que está relacionada com a *dimensão política* do Estado enquanto construtora dos Estados nacionais modernos. A nação, ou a construção do Estado nacional, ou, ainda, a questão nacional foi preocupação central de Zavaleta até seus últimos dias de vida.

Para apresentarmos essa categoria de análise e sua importância para a compreensão dos processos de democratização ou não democratização da sociedade boliviana, deve-se partir do que Zavaleta caracteriza como *estado de separação*. O estado de separação significa, *grosso modo*, a formalização da independência e criação de um Estado nacional que, em termos de integração entre Estado e sociedade civil, atingiu ou não um grau de homogeneização ideológico, político e material. Zavaleta critica a ideia de que uma consciência nacional estaria preta de se formar após a independência, como se os acontecimentos posteriores aos processos de independências estivessem a cabo de apenas corroborar ou desenvolver algo dado pela forma estatal em todos os Estados que estivessem envoltos pela forma moderna de Estado.

Zavaleta não deixará de pensar a questão de construção das nações sem se apoiar na matriz teórica advinda do marxismo. Não obstante, sua principal contribuição está em não reduzir essa problemática mecanicamente ou de maneira economicista a essa matriz teórica. Passa, então, a complexificar essa problemática de forma a enxergar a questão nacional como *histórica* ao articular os macroprocessos sociais relativos às estruturas da modernidade, que, logicamente, estão ligadas ao desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, ao moderno sistema mundial. Ou seja, o que está acontecendo na dimensão mundial não escapa à sua análise, não obstante a dimensão local/nacional ganha em elaboração e está articulada à dimensão mundial.

A tradição marxista tendeu a pensar a questão nacional como expressão última da lógica de acumulação capitalista. O Estado nacional teria, por essa tradição teórica, a função de organizar essa lógica de acumulação incessante internamente aos seus territórios, se utilizando de sua soberania política enquanto legitimidade sobre os povos

contidos em seu território, o que reforçava a concepção teórica de que o Estado seria um simples reflexo da forma acabada de reprodução global do capital, não apenas no contexto doméstico, mas também no contexto do moderno sistema mundial. Na visão de Zavaleta, a tradição marxista foi na direção de pensar a questão nacional como *derivada*, quase que unicamente, da lógica de reprodução das forças produtivas no seio dos Estados modernos, isto é, de seu desenvolvimento infraestrutural, esquivando-se da questão relativa ao grau de autonomia da dimensão política frente ao processo de formação das nações, devido a suas histórias particulares.

Para preencher essa lacuna e complexificar a análise sobre as formações nacionais de forma a não compreendê-la apenas como uma determinação da infraestrutura sobre a superestrutura, Zavaleta amplia as visões marxistas que procuraram interpretar a obra de Karl Marx essencialmente pela dimensão relativa à base econômica para a explicação desse processo. O autor marxista italiano Antonio Gramsci será fundamental no pensamento zavaletiano justamente por trazer a dimensão político-ideológica para análise do grau de autonomia da dimensão política nos processos de construção das diferentes histórias de formação das nações modernas. É desse ponto de vista, uma perspectiva de análise que busca uma totalidade social em sua elaboração ao articular a dimensão econômica à dimensão política sem que a primeira estivesse mecanicamente determinando à segunda.

Dessa maneira, Zavaleta dá um tratamento à questão nacional que leva em consideração a história concreta de desenvolvimento de cada formação nacional, articulando categorias marxistas e categorias gramscinianas para pensar o que ele caracteriza como os *momentos constitutivos* de cada nação, o que necessariamente implicava em relativizar o peso, em cada história nacional, da relação entre as bases materiais e as bases intersubjetivas. Os momentos constitutivos seriam, assim, os momentos decisivos para a compreensão da história de cada formação nacional. Esses momentos estariam representados, principalmente, nos eventos de crise política e social destas sociedades em que afloram questões estruturantes relativas à formação das nações que explicitariam, na vida cotidiana, o grau de democratização e nacionalização em cada uma delas. Nesta articulação entre Marx e Gramsci, um dos primeiros momentos constitutivos de qualquer nação moderna apareceria na produção de um *estado de separação política (independência)*. Ao analisar o caso da formação nacional boliviana, Zavaleta entende que este estado de separação política não havia se completado a ponto de integrar os povos originários, suas formas culturais e suas

formas produtivas não capitalistas às novas formas ideológicas e produtivas advindas do modo de produção capitalista. O processo de subsunção real do trabalho ao capital estava longe de concretizar-se no seio desta sociedade.

Nesta articulação dialética entre a dimensão político-ideológica e econômica do processo de construção nacional analisadas de forma a levar em consideração as especificidades das histórias nacionais, o autor elaboraria a categoria de análise expressa pelo *grau desta nacionalização* das sociedades que estaria ligada intimamente ao grau de democratização social e política de cada sociedade em particular, isto é, de como se encontrava desenvolvida a *equação social* representada pela relação entre *Estado e sociedade civil*. Essa equação é denominada pelo autor de *forma primordial* relativa a cada formação nacional.

Essa equação serve para mensurar o grau de articulação entre a dimensão política (superestrutura) e a dimensão econômica (infraestrutural) em cada sociedade moderna, o que estaria relacionado à produção ou não de uma homogeneidade da substância social. Expliquemos melhor: se uma sociedade nacional não produz um processo crescente de equalização social entre Estado e sociedade civil que a modernize no sentido capitalista (racionalização formal dos processos produtivos e políticos), ou seja, que produza um estado de separação permanente através da acumulação originária de capital (lei do valor) que diminuía a heterogeneidade da substância social, fatidicamente, seu desenvolvimento em termos capitalistas será débil em âmbito nacional, não produzindo uma democratização substantiva em sua *forma primordial*.

Zavaleta analisa a questão nacional na Bolívia de forma a conectar o desenvolvimento do capitalismo nesta territorialidade aos processos de integração social e político da nação. Essa articulação é forjada pelo autor com base na categoria marxista de *subsunção real do trabalho ao capital* que implicaria em novas formas de organização do trabalho onde o capital determinaria de forma direta os processos produtivos de mercadorias (diferentemente do processo de subsunção formal do trabalho), regulando as relações jurídicas e sociais desta produção a um só tempo. Mais uma vez, a relação entre Marx e Gramsci aparece em sua análise ao relacionar subsunção real do trabalho ao que Gramsci caracterizou como reforma moral e intelectual. Luis Tapia (2002), em um longo e minucioso estudo sobre a obra de Zavaleta, nos traz essa percepção desenvolvida na obra de Zavaleta (1984) sobre a relação entre momentos constitutivos, subsunção formal e subsunção real no corpo das nações modernas:

Un momento constitutivo típico es sin duda la acumulación originaria. Debemos distinguir en ella al menos tres etapas. Primero. La producción masiva de hombres desprendidos, es decir, de individuos jurídicamente iguales, momento negativo -extrañamiento- de la acumulación que supone el vaciamiento o estado de disponibilidad. Luego, la hora de la subsunción formal, que es la supeditación real del trabajo al capital. Aquí es donde puede producirse la interpelación, esto es, la supresión del vaciamiento desde determinado punto de vista o carácter. Es sin duda el momento de la fundación del estado. En tercer lugar, la subsunción real, o sea la aplicación de la gnosis consciente así como de la fuerza de la masa, y otras fuerzas cualitativas más altas, a los dos factores previos, capital como mando efectivo y hombres libres em estado de masa. (ZVALETA MERCADO, 1984, p. 68, *apud* TAPIA, 2002. p. 193)<sup>28</sup>

O ponto importante nesta longa citação é o de que o *estado de separação* seria, teoricamente, o estado em que os povos existentes no seio do Estado nacional tendem a um processo de *igualação* social. Destroem-se as formas pré-capitalistas de sociabilidade e produz-se o estado de separação, que transforma os homens em juridicamente iguais perante o Estado. Destroem-se, assim, as referências sociais e materiais que não estão de acordo com a lógica de desenvolvimento das formas e das relações de produção tipicamente capitalistas. Os processos de nacionalização da sociedade aparecem como formas novas de unificação/unidade de um *eu* coletivo nacional. Atomiza-se as diversidades de comunidades previamente existentes na ideia de homens livres e hegemoniza-se a ideia de Estado-nação. Zavaleta quer demonstrar, com isso, que, na Bolívia, na formação da nação, essa igualação social não se produziu em um grau no qual fosse possível dizer que o estado de separação havia se completado.

Ou seja, mesmo com a independência boliviana, Zavaleta entende que a nação se forma, mas, de *forma aparente*, não possui *organicidade* sobre todos os homens e comunidades que supostamente governa. Comporta-se como causalidade necessária para o desenvolvimento do capitalismo, mas está longe de produzir uma homogeneidade social e política que lhe dê o *status* de Estado-nação. D. Giller (2014) resume essa questão:

El “escaso desarrollo económico” expresa a una nación inconstituida, o lo que es lo mismo, que la continuidad del proceso mercado interno-Estado nacional-democracia burguesa no alcanza a desplegarse en términos cualitativos. **La**

---

<sup>28</sup> ZVALETA, 1984, p. 68, *apud* TAPIA, 2002, p.193.

**inconclusión de dicho proceso, verificable en el escenario latinoamericano, estaría demostrando que no toda nación produce un Estado Nacional.** De hecho, aquí ocurriría a la inversa: el Estado es el encargado de constituir a las naciones, a las clases nacionales y al mercado interno. ‘**En América Latina la construcción nacional es un hecho puramente estatal**<sup>29</sup>’ En suma: el problema de la nación es el problema del Estado. (GILLER, 2014, p. 122-123) Grifos nossos.

Em teoria, a nacionalização cada vez maior de qualquer sociedade seria sinônimo do avanço do processo de subsumção real dos homens ao capital, de igualação social e de uma reforma moral e intelectual que atravessasse todo Estado moderno. É como se os homens, envoltos por um Estado-Nação, fossem elevados à condição de *soberano*, ou, como Wallerstein (2005) explica: quando se forja o conceito de *povo* enquanto o soberano máximo de qualquer nação, de onde todo o poder emanaria em última instância. Os homens, independentemente de sua origem social, perante as formas de relações de produção capitalista, seriam igualados formalmente no processo de constituição dos Estados modernos, mesmo que essa igualação, em essência, não se concretizasse na reprodução da vida material dos homens. Nas palavras de Zavaleta (1986).

Allá donde no se ha producido el estado de separación o independencia, la comunidad o fondo colectivo es también algo falso, algo mecánico y no orgánico como debe ocurrir en la construcción nacionalitaria del capitalismo. Por nación por tanto, en principio y en lo general, debe entenderse el yo colectivo o sustancia socializada que es la consecuencia de las premisas más frecuentes del capitalismo. Es por tanto un yo compuesto por la tributación ideal de hombres em estado de desprendimiento, hombres extrañados. La relación entre una cosa y la otra, el yo nacional y la revocación de la anterior identidad comunal o de la solidaridad mecánica y no orgánica no es una mera circunstancia sino una causalidad necesaria; si lo segundo no ocurre, no existirá lo primero. (ZAVALETA MERCADO, 1998 p. 161, *apud* TAPIA, 2002, p. 194).

O que está implícito nesta citação de Zavaleta é a antinomia *universalismo/particularismo*, fundamental para entender essa contradição funcional ao sistema capitalista, tanto na dimensão sistêmica quando na dimensão nacional. Por mais que homens sejam igualados formalmente ao nível político da organização do poder, a construção política da nação e do próprio sistema necessita de *diferenciações* entre esses

---

<sup>29</sup> ZAVALETA, [1983] (2013b), p. 611-636. *apud* GILLER, 2012, p. 131.

homens e entre os próprios Estados nacionais para funcionar. Nas palavras de Tapia (2002):

**La construcción del estado nacional tiende a necesitar una articulación de elementos culturales precapitalistas para producir la diferenciación de su identidad en el contexto de la homogeneización estructural a nivel mundial (...)** Las formas y elementos ideológicos que lo acompañan pueden y suelen ser tradiciones más antiguas. La diversidad precapitalista es utilizada para producir un grado de diferenciación como estados nacionales a nivel político e ideológico en un mundo que tiende a la homogeneización. (TAPIA, 2002, p. 195). Grifos nossos.

Por mais que haja uma tendência, em termos teóricos, na direção de uma igualação dos homens no processo de nacionalização das sociedades dada na dimensão política (superestrutural), se não houver, no seio dos Estados, as bases econômico-sociais suficientemente fortes e em articulação com a dimensão política para que essa igualação tenda, cada vez mais, a elevar o grau de democratização social e política que atinja a assíntota de um *ótimo social* entre Estado e sociedade civil, o que se produz é um Estado dissimulado e aparente<sup>30</sup>, como ocorreu na constituição do Estado nacional boliviano.

Dessa forma não se completa o estado de separação na sociedade como um todo. Apenas uma parte ínfima da sociedade goza dos frutos dessas novas estruturas da modernidade. São sociedades pouco homogêneas, nas quais persiste uma diversidade social que se mantém em estado de separação. Na dimensão das bases econômicas de produção, caracteriza-se por uma sociedade com vários tipos de modos de produção convivendo numa mesma temporalidade social, porém com alto grau de desarticulação. Na dimensão político-ideológica, caracteriza-se por uma sociedade em que coexistem estruturas modernas nacionalizadas (nacionais) e estruturas locais de autoridade não nacionalizadas e que se opõem às formas de autoridade engendradas pelo Estado moderno.

---

<sup>30</sup> Sobre a efetivação real de um Estado moderno Hegel em *Princípios de la filosofía do derecho* coloca que: “el interés del todo se realiza en los intereses particulares. La realidad efectiva es siempre la unidad de la universalidad y de la particularidad, el desprendimiento de la universalidad en la particularidad que aparece como si fuera independiente, aunque es llevada y mantenida exclusivamente por el todo. Si algo no presenta esta unidad, no es *efetivamente real*, aunque haya que admitir su existencia. Un mal Estado es un Estado que meramente existe; también un cuerpo enfermo existe, pero no tiene una realidad verdadera. Una mano que ha sido separada del cuerpo tiene todavía la apariencia de una mano y existe sin ser, sin embargo, ya efectivamente real. (HEGEL, 1999, p. 404).

Dessa forma, apenas aparentemente a diversidade cultural, política e material estaria unificada em torno da forma Estado nacional boliviano enquanto unidade pretensamente nacional. Essa unidade nacional é uma unidade aparente na medida em que existem os parâmetros modernos do Estado, mas não de forma a articular organicamente Estado e sociedade civil de maneira *substantiva*.

Em termos históricos concretos, essa foi uma das características de origem dos Estados latino-americanos no momento de suas independências. Formaram-se Estados aparentes que não penetravam na totalidade da sociedade de forma a forçar um estado de separação pleno. Suas múltiplas bases econômicas nem foram extintas nem se ergueram para formar uma superestrutura jurídica e política que expressasse a consciência social dessa totalidade. No caso boliviano, apenas uma fração dessas sociedades representadas pelas oligarquias-criollas ergue sua consciência social para formar uma superestrutura hegemônica. A imensa maioria das sociedades originárias manter-se-iam em estado de separação, e, só como a avanço da história de formação nacional boliviana, na sua relação dialética entre a manutenção de formas de sociabilidades comunitárias e o aumento do seu grau de consciência social é que seria possível a formação de um bloco histórico contra-hegemônico que forçasse um avanço em direção a um Estado com maior grau de nacionalização de democratização social.

Historicamente, quando os processos de nacionalização dessas sociedades ocorreram, no sentido de uma maior democratização, eles não foram impulsionados desde o Estado, mas desde a sociedade civil organizada *contra* o Estado.

Há uma incompletude parcial do Estado nas sociedades latino-americanas. Elas não constroem o que Zavaleta caracteriza como um *ótimo social* (equalização social) entre Estado e sociedade civil. Formam-se apenas ilhas de democracia que coexistem com ilhas que não se incorporaram enquanto parte da nacionalidade, mesmo estando submetidas às primeiras formalmente. Se o Estado não cria as condições necessárias para o pleno desenvolvimento das forças produtivas, ele não cria, necessariamente, um *eu* coletivo no imaginário da nação moderna (cidadãos), não produz um processo de homogeneização social. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas é débil e não culmina em uma Nação-estado, mas em um Estado aparente.

Antes de avançarmos mais na categoria de Estado aparente, é importante ressaltar qual a metodologia de análise da qual parte Zavaleta. Em toda sua obra, o *local* e o *universal* estão dialeticamente implicados. Não obstante, e esse é um detalhe que faz toda a diferença metodologicamente, estão implicados, mas não de forma direta. Toda

discussão metodológica que procuramos realizar ao tratarmos dos *níveis de realidade* e das *esferas da existência* estão presentes no pensamento zavaletiano que supõe também uma diversidade de esferas do conhecimento/existência (política, economia, cultura) em articulação.

Uma diversidade de esferas em que uma implica a outra sem que nessa implicância cada uma dessas esferas perca suas características que lhe são atributos próprios e irreduzíveis a cada uma delas. Quer dizer que as esferas comunicam-se entre si, mas cada uma têm sua essência que lhe é própria no sentido de que, ao combinarem-se, não perdem essa essência originária.

Esse rápido parêntese metodológico é importante para demonstrar como Zavaleta transita entre essas esferas para compreender a relação da democracia representativa em sociedades heterogêneas como a boliviana (sociedades abigarradas), não articuladas de maneira orgânica. Nesta sociedade, o processo de separação entre Estado e sociedade civil, no grau em que ocorreu, não foi suficiente a ponto de igualar os homens enquanto pretensos cidadãos. Não produziu um processo que findasse com o campesinato originário e com suas formas de sociabilidade pré-capitalistas. Não produziu uma *descampeinização*, uma *descomunização* na qual a *lei do valor* viesse a impactar a sociabilidade desses povos num processo de alienação de suas anteriores formas de produção da vida social para formas tipicamente capitalistas.

Como coloca Luís Tapia (2002), em sua tese de doutorado intitulada *La producción del conocimiento local: historia y política en la obra de René Zavaleta*, ao refletir sobre a questão nacional em Zavaleta, verifica-se que o autor parte de categorias marxistas, sendo a principal delas a lei do valor. Essa lei está dialeticamente relacionada, na elaboração de Zavaleta, às esferas da política, da ideologia, da economia e da cultura na medida em que o processo de abstração que implica essa lei é o que leva à atomização do ser social, cria um tipo de igualdade, mesmo que abstrata, entre os homens ao destruir suas formas de sociabilidade pré-capitalistas, suas culturas, retirando-lhes autonomia sobre suas formas de produção e suas formas de organização social. Por isso é tão central essa lei no pensamento zavaletiano.

O autor procura, portanto, articular a história de cada esfera da existência para compreender a totalidade social da nação boliviana completando e complexificando as categorias marxistas. Tapia caracteriza essa complexificação, feita por Zavaleta, como sendo uma *nacionalização do marxismo*, a qual mantém as categorias marxistas que explicam de forma geral o funcionamento do sistema mundial capitalista sem perder de

vista, na análise, as particularidades de como essas formas gerais adentram em cada construção político-nacional dado o maior ou menor grau de autonomia do político em cada uma delas. Ou seja, resgata Gramsci em sua dimensão político-ideológica para mostrar como, em cada unidade político-nacional, essas formas gerais podem se impor com maior ou menor facilidade, criando ou não uma hegemonia do nacional sobre o local.

Em sociedades como a boliviana, onde o estado de separação entre Estado e sociedade civil foi parcial, a construção dessa hegemonia foi frágil, inorgânica e desarticulada na medida em que as classes dominantes não articularam, por vias consensuais, os povos submetidos em direção à nacionalização desses. As classes dominantes, no processo de construção da unidade nacional, não galgaram construir um sentimento de adesão das classes subalternas à nação no âmbito da dimensão político-ideológica, o que implicaria num contínuo desenvolvimento das forças produtivas capitalistas (lei do valor).

Zavaleta está a todo tempo articulando o pensamento de Marx com o de Gramsci, ou seja, as determinações econômico-sociais com as determinações político-ideológicas, pois, em sua concepção, a possibilidade de construção de uma hegemonia no seio do Estado nacional boliviano pelas classes dominantes teria seus limites dados pelo avanço ou não do processo capitalista na sua fase de subsunção real nesta territorialidade. Nas palavras de Luís Tapia:

Para Zavaleta las condiciones de posibilidad de construcción hegemónica y sus límites están dados por la homogeneización que produce el proceso capitalista y en particular por su fase de subsunción real, que es cuando el cambio en las relaciones de producción acaba transformando los procesos de trabajo con la introducción de la ciencia y la masificación de la producción, lo cual produce una concentración del tiempo histórico y, en consecuencia, sustituciones en la concepción del mundo. (TAPIA, 2002, p. 198)

O estudo central das obras completas de Zavaleta, onde se concentra seu pensamento, está objetivado na história de formação do Estado nacional boliviano, em como se desenvolve o processo de construção nacional, de democratização social e política da sociedade boliviana. Em Zavaleta, não há como pensar a construção nacional separando a dimensão político-ideológica de suas ligações com as condições ou probabilidades de homogeneidade produtiva (lei do valor) dada pela dimensão

econômica que a sociedade boliviana apresenta em cada momento histórico constitutivo da nação. Sua pretensão teórica e histórica foi a de encontrar, na questão nacional, um *equilíbrio*, como diz Tapia, entre a análise das relações de produção e do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, sem que escapasse desta articulação a dimensão cultural, política e ideológica da nação boliviana dada suas particularidades.

Na dimensão econômica da sociedade boliviana, Zavaleta se dá conta de que o Estado se funda sem que sejam desarticulados totalmente os vários modos de produção pré-capitalista, mesmo destacando que o modo de produção capitalista detivesse dominância frente aos outros modos. Zavaleta chama a atenção para a análise do desenvolvimento do capitalismo na Bolívia no sentido de que existem distintos tempos históricos e distintos modos de produção e reprodução da vida social convivendo cronocorrelatamente com o modo de produção capitalista enquanto modo dominante. Essa percepção do autor acaba por ser sintetizada na categoria de análise denominada de *sociedade abigarrada* ou *formação social abigarrada* da qual trataremos em seguida com mais profundidade.

Antes de adentrarmos nesta categoria extremamente importante para compreender a história total da sociedade boliviana – no que diz respeito ao tempo longo dessa sociedade, aos momentos constitutivos que levam o autor a caracterizar a dimensão política ideológica (superestrutura) como um Estado aparente – é preciso compreender que, na longa duração, os processos de nacionalização dessa sociedade foram interrompidos ou estancados pelo que Zavaleta caracteriza como *paradoxo senhorial* constituído, concomitantemente ao processo colonizador, com a conquista espanhola frente aos povos originários.

O que significa esse paradoxo? Basicamente que desde o processo colonizador uma casta dominante senhorial se compôs e se recompôs com maior ou menor força hegemônica em vários períodos da história de formação da unidade política nacional boliviana. O ponto central desse paradoxo senhorial, ou desse pensamento contrário aos princípios básicos ou gerais que orientaram as mudanças sociais e a força que essas adquirem – principalmente após a Revolução francesa, quando se instituiu de forma definitiva a *mudança social como a lógica de todos os processos de formação de Estados modernos* por sobre as tradições do Antigo regime e sua lógica contrária a essas mudanças –, foi que, mesmo com as mudanças políticas e econômicas pelas quais a sociedade boliviana passaria, principalmente desde a independência, estas foram

extremamente lentas e acompanhadas de uma recomposição constante de uma casta dominante que manteve privilégios tradicionais através do reforço de uma ideologia senhorial que negava os povos originários como parte da cultura nacional. E, ao negar esses povos e suas culturas, negava-lhes qualquer possibilidade de que esses se sentissem coesionados ao corpo social e político dado pelo estatuto da cidadania universal e negava qualquer possibilidade de nacionalização mais substantiva dessa sociedade.

Essa persistência senhorial atravessará a história boliviana de construção da nação até a atualidade, como tentaremos demonstrar na última parte do nosso estudo ao tratarmos da Temporalidade Rebelde que refunda a nação em bases plurinacionais, tencionando e enfraquecendo essa lógica senhorial, principalmente em sua dimensão político-ideológica. Na dimensão econômica, o enfraquecimento dessa lógica senhorial será *menos* exitoso devido às forças sistêmicas do capitalismo que se impõe sobre Estados periféricos como o boliviano.

Por ora, não entraremos nestas questões atuais e suas tensões políticas e ideológicas entre castas dominantes e dominadas. Não obstante, faz-se relevante expressar a longevidade e a persistência desse *paradoxo senhorial* em território boliviano relativo às tensões entre Estado e sociedade civil. Quanto maior foi, ao longo da história boliviana, o grau de persistência dessa lógica senhorial, menor foi o grau de nacionalização e democratização dessa sociedade. Esse paradoxo vem corroborar a relevância que Zavaleta (1983) dá à dimensão política (superestrutural) vista não apenas como uma simples ressonância da dimensão econômica da produção (infraestrutural).

(...) la simultaneidad de la base y la superestructura es el hecho central de conocimiento social (porque en el capitalismo no existe una parte desintegrada de la otra así como los individuos no pueden existir para sí mismos) o sea que la sociedad existe aquí como totalidad orgánica. (ZAVALETA, 1983, p. 428, *apud* GILLER, 2014, p. 124).

O que Zavaleta quer destacar é o fato de que “*não pode haver estado nacional (real) sem democratização social*<sup>31</sup>” real, mesmo que a intersubjetividade nacional de um Estado em sua forma *aparente* possa, por um tempo, preexistir às condições materiais necessárias à nacionalização de fato da sociedade. No longo prazo, ou essa intersubjetividade se alastra ao corpo total da nação de forma a criar laços de

---

<sup>31</sup> TAPIA, 2002, p. 200.

reciprocidade nacional numa escala cada vez mais totalizante, ou, caso contrário, não se materializará em democratização da sociedade.

Um exemplo desse paradoxo senhorial e da intersubjetividade que o perpassa são as tensões por democratização social encarnados no processo da Revolução Nacional de abril de 1952, em suas idas e vindas, quanto a um maior ou menor grau de nacionalização dessa sociedade. Nas palavras de Luis Tapia (2002):

Pongamos el ejemplo de la historia boliviana. En las décadas precedentes a la revolución del 52, entre la guerra del Chaco y la insurrección de abril, em Bolivia se articula una intersubjetividad nacionalista que preexiste a la constitución de un estado nacional, en una época donde la organización material de esta sociedad y la mentalidad dominantes eran de tipo señorial y oligárquico. Ese tipo de intersubjetividad prepara las condiciones para la revolución del 52, que a su vez emprende, aunque parcialmente, algunos procesos de democratización social ligados a la expansión del capitalismo, en relación a la reforma agraria y la nacionalización de la minería. Paralelamente, también hay un proceso de democratización política, en la medida que se reconoce la ciudadanía universal para los bolivianos y se instauran mecanismos electorales de democracia representativa, aunque con un peso relativamente menor em relación a otras formas de mediación y organización del poder articuladas em torno al eje partido-sindicatos-estado. (TAPIA, 2002, p. 200)

A Revolução Nacional de 1952 é, inegavelmente, um momento constitutivo da nação boliviana em que se aumenta o grau de nacionalização dessa sociedade não apenas pelos processos de nacionalização da mineração, mas também pelo aumento do grau de nacionalização da sociedade em nível superestrutural, ao se reconhecer pela primeira vez a cidadania em âmbito universal no seio dessa sociedade que se reconfigura numa forma de unidade político-nacional menos desigual e numa diminuição, mas não extinção, do paradoxo oligárquico/senhorial.

A tendência, após 1952, foi na direção dessa igualação, mas os resultados não foram suficientemente satisfatórios, devido à força da persistência senhorial que, mesmo debilitada como nunca antes na história dessa nação, foi forte o suficiente para frear um processo mais radical de democratização social e política. A revolução de 1952 foi, portanto, insuficiente em consolidar, de fato, um Estado nacional soberano, tanto internamente quanto externamente, mas, inegavelmente, é o ensejo para o avanço desse processo que nos anos Evo Morales entendemos aprofundar-se.

Dessa forma, a expansão da *lei do valor* e da *subsunção real do trabalho* foi insuficiente para articular, de forma orgânica, sociedade civil e Estado nacional. A história política de autodeterminação nacional, principalmente após o golpe militar de 1964, ao pôr fim à articulação entre a Central Obrera Boliviana (COB) e o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), diminuiria consideravelmente o sentimento intersubjetivo de nacionalização dessa sociedade que, por um momento, unia essas duas forças políticas que vinham crescendo desde a derrota boliviana na Guerra do Chaco. Isso demonstrava, uma vez mais, que a “*nação não é uma realidade que exista de maneira independente de sua história política*”<sup>32</sup>.

Faremos de forma mais detalhada a descrição histórica dos momentos constitutivos da nação boliviana na segunda parte de nosso estudo. Por ora, importa-nos trazer essas categorias históricas explicativas construídas por Zavaleta para demonstrar como, em *sociedades abigarradas*, como se caracteriza a sociedade boliviana, o processo da não igualação política reflete os problemas da construção da unidade-político-nacional. Nos territórios onde o colonialismo moderno imperou por muitos séculos e não destruiu completamente as formas de sociabilidade pretéritas a ele e também não as incorporou de forma orgânica, uma forma abigarrada de sociedade se formou e teve como resultado um Estado aparente que não atingiu uma nacionalização substantiva que desse coesão às dimensões política e econômica, isto é, entre Estado e sociedade civil.

Parte considerável dos povos que habitam a territorialidade do Estado Nacional boliviano não se viram pertencentes a esse Estado, não compartilharam uma visão de mundo que pudesse levar a sociedade boliviana, como um todo, à *assíntota* que dá o limite necessário para dizer se estamos diante de um Estado nacional moderno com organicidade entre sociedade civil e Estado. A sociedade boliviana pós-independência constituiu-se em um Estado unificado apenas de forma aparente em termos de soberania/legitimidade para dentro e para fora de seus limites territoriais. Vejamos com mais detalhes as categorias de formação social abigarrada no contexto histórico que envolve o amadurecimento desta categoria na obra de Zavaleta.

## **2.2 Sociedade abigarrada, teoria da dependência e autodeterminação das massas**

---

<sup>32</sup> (TAPIA, 2002, p. 201).

Como salientamos na seção anterior, em seu estágio mais maduro, entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, Zavaleta escreveu o seu clássico estudo denominado *Lo nacional-popular en Bolivia*, que seria publicado postumamente, em 1986, no México. Trata-se de uma obra incompleta, mas que não deixa de ser uma expressão do momento de maior maturidade intelectual do autor.

Nessa obra, aparece muito claramente o a que viemos salientar até o momento: a elaboração complexificada da teoria marxista para dar conta de explicar realidades sociais e políticas típicas de sociedades como a boliviana, que extrapolam as questões mais gerais elaboradas pelo marxismo e suas categorias. É a partir desse momento que fica evidenciada a importância indelével da caracterização que autor faz sobre o *abigarramento*<sup>33</sup> em sociedades heterogêneas como é o caso da sociedade boliviana. Nas palavras de Zavaleta 2009:

Si se dice que Bolivia es una formación abigarrada es porque en ella no sólo se há superpuesto las épocas económicas (las del uso taxonómico común) sin combinarse demasiado, como si el feudalismo perteneciera a una cultura y el capitalismo a otra y ocurrieran sin embargo en el mismo escenario o como si hubiera un país en el feudalismo y otro en el capitalismo, superpuestos y no combinados. (ZAVALETA MERCADO, 2009, p. 214).

Nesse sentido, a temporalidade da sociedade boliviana não se constituiria por um único tempo histórico, o do capitalismo, e sua imposição por sobre a totalidade da sociedade boliviana desde a periodicidade colonial. Outros tempos históricos característicos de sociedades coletivizadas como as sociedades andinas permaneceram vivos e, em certo grau, *desconectados* das formas de sociabilidade advindas com a modernidade capitalista e seus contornos mais nítidos.

Zavaleta elenca duas temporalidades cronocorrelatas ao território boliviano. Uma de *tipo estacional* e outra de *tipo capitalista*. O tipo estacional refere-se às

---

<sup>33</sup> “Tenemos, por ejemplo, un estrato, el neurálgico, que proviene de la construcción de la agricultura andina, o sea de la formación del espacio; tenemos por otra parte (aun si dejamos de lado la forma *mitimae*) el que resulta del epicentro potosino, que es el mayor caso de descampesinización colonial; verdaderas densidades temporales mezcladas, no obstante, no sólo entre sí del modo más variado, sino también con el particularismo de cada región, porque aquí cada valle es una patria, en un compuesto em el que cada pueblo viste, canta, come y produce de un modo particular y todos hablan lenguas y acentos diferentes sin que unos ni otros puedan llamarse por un instante la lengua universal de todos. En medio de tal cosa, ¿quién podría atreverse a sostener que esa agregación tan heterogénea pudiera concluir en el ejercicio de una cuantificación uniforme del poder? De tal manera que no hay duda de que no es sólo la escasez de estadísticas confiables lo que dificulta el análisis empírico en Bolivia, sino la propia falta de unidad convencional del objeto que se quiere estudiar”. (ZAVALETA MERCADO, 2009, p. 214).

temporalidades locais anteriores à temporalidade capitalista, aos padrões produtivos da agricultura andina, às suas técnicas de trabalho e às formas de organização social e política (divisão do trabalho nestas sociedades). Essas temporalidades, longe de terem desaparecido com as expansões do sistema-mundo capitalista por sobre essa territorialidade, persistiram durante a colônia, atravessando o período republicano, sendo encontradas até os dias de hoje em partes do território boliviano. O *ayllu* como forma de organização social comunal seria a expressão dessa temporalidade estacional que não fora destruída completamente. Não houve uma extinção completa desse tempo histórico estacional, dessa unidade política de autoridade local, mesmo com a introjeção do tempo moderno representado pelo modo de produção capitalista.

A independência da Bolívia, em 1825, e a constituição do Estado nacional formalmente soberano não se consubstanciaram num *estado de separação* capaz de dar organicidade a essa sociedade a ponto de destruir o tempo estacional, substituindo-os pelo tempo histórico do capitalismo. Formas de organizações comunais sobreviveram e se transmitiram durante a colônia e o período republicano, principalmente onde não ocorreu um processo de acumulação originária (subsunção formal e real do trabalho) com poder de modificar o tempo histórico desses povos em direção ao tempo histórico do capitalismo.

A mudança de um tempo histórico estacional para o tempo histórico capitalista dá-se, segundo Zavaleta, quando o primeiro se subsumi ao tempo do capitalismo. Concretamente, isso ocorre pela *subsunção real* do trabalho ou da vida em sociedade, que acontece quando as relações jurídicas entre meios de produção e homens livres se estabelecem e ambas estão subsumidas completamente ao capital, à sua lógica de reprodução incessante, sem dar margem a outras formas de sociabilidade que não as do capital.

Como já salientamos, Zavaleta parte de categorias marxistas para pensar o desenvolvimento do capitalismo na Bolívia. Especificamente, para elaborar o conceito de *formação social abigarrada*, parte da categoria de *formações econômicas e sociais*. Conceito que seria elaborado por Marx para dar conta da totalidade contida em cada formação econômica e social (modo de produção) em termos de sua *estrutura* e *superestrutura*. A ideia é a de que, numa formação econômica e social, se articulem ao mesmo tempo vários *modos de produção*, sendo que um desses tem dominância sobre os demais, seu tempo histórico se impõe sobre os outros tempos no sentido de que os demais modos são funcionais ao modo dominante de produção.

A categoria de formação social abigarrada é pensada para explicar a complexidade refletida nessa coexistência de vários modos de produção ou de estruturas de produção unificadas pela superestrutura política em meio à articulação de mais de um tempo histórico. Uma formação social abigarrada é reflexa da *falta* de articulação entre diferentes formações econômicas e sociais no seio do Estado pretensamente nacional. O abigarramento está intimamente relacionado, nas análises de Zavaleta, ao grau de debilidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista nestas territorialidades, do desnivelamento entre o nível estrutural e superestrutural, que não se faz pela articulação orgânica das diferentes formações econômicas e sociais em torno da unidade político-nacional. Forma-se, assim, um Estado altamente aparente, com uma unidade político-nacional tênue e praticamente impenetrável em partes significativas da sociedade a qual essa unidade pretensamente busca governar de forma soberana e legitimada.

Trata-se, portanto, de uma sociedade com coexistência de vários tempos históricos e de uma multiplicidade de histórias. Mesmo com a dominância do tempo histórico do capitalismo, esses outros tempos permanecem presentes, o que implica a persistência de um leque de estruturas políticas e culturais de autoridade não articuladas simbioticamente em torno do modo de produção capitalista. Tem-se um Estado ou unidade político-nacional com baixo grau de nacionalização e em disputa com estruturas locais de autoridade pretéritas à formação econômica social capitalista.

Nesta territorialidade, não se forjou um processo de *igualdade formal* entre os homens de forma a desorganizar o que Zavaleta chama de “*padrões andinos de produção*” e reorganizá-los em padrões tipicamente capitalistas, de subsunção real do trabalho, e, conseqüentemente, de destruição de formas comunitárias de sociabilidade em direção à atomização dos indivíduos.

Uma formação social abigarrada constituiu-se como um processo de totalização incompleta da nação. De um lado, tem-se uma totalização dada pelo modo de produção capitalista que, de forma parcial, unifica outras formas de sociabilidade de maneira mais orgânica. De outro, tem-se uma unificação aparente que não se expressa no nível superestrutural da unidade política dada pelo Estado moderno. Há, sim, uma organicidade, porém, uma organicidade inconclusa.

A nacionalização da nação, sobretudo a nível cultural e político, fica muito aquém do limite necessário para substituir completamente as estruturas locais de autoridades num processo de *descomunização* que leve à atomização social dessas

coletividades. A nacionalização da sociedade é incompleta, não se hegemoniza enquanto identidade nacional legítima e soberana para com as estruturas de autoridades locais que persistem, mesmo à margem da unidade nacional. A organicidade que se produz está contida apenas no limite do entrecruzamento dos tempos históricos, capitalista e estacional que forjam os Estados latino-americanos.

Zavaleta chama a atenção para a baixa organicidade no seio dos Estados latino-americanos na medida em que a expansão do sistema mundial moderno e a criação de Estados nacionais modernos não ocorrem de forma sincrônica em todas as espacialidades incorporadas ao sistema. Essa totalização orgânica no seio dos Estados nacionais latino-americanos, porém, incompleta, dá lugar a histórias nacionais com especificidades próprias. Para Tapia (2002):

Zavaleta analiza y teoriza sobre la diversidad de las historias a nivel del tiempo histórico que corresponde a la implantación del capitalismo. Si bien el capitalismo tiende a crear un sistema mundial, éste está compuesto por totalidades nacionales, por lo menos por un tiempo. Estas totalizaciones locales nacionales dan lugar a historias diferenciadas. En este nivel de análisis se trata del reconocimiento y diferenciación de historias entre países y estados nacionales, es decir, una historia de Francia es diferente a una historia de Chile o una historia de México. (TAPIA, 2002, p. 311).

Uma sociedade abigarrada não é abigarrada somente por conter uma diversidade histórica dentro do território pretensamente nacional. Ao elaborar uma teorização dessas formações sociais abigarradas, Zavaleta insere em sua análise a ideia de que há diferentes graus de desarticulação entre as diferentes nacionalidades no que tange à relação entre a sociedade civil e Estado, entre infraestrutura e superestrutura. As nações se diferenciam neste propósito, e Zavaleta faz uma importante observação, ou melhor, uma importante diferenciação entre *Tempo histórico* e *História* para ressaltar que essas duas categorias não podem ser compreendidas como *equivalentes* no entendimento das *formações sociais abigarradas* ou de qualquer tipo de *formação econômica e social*.

O tempo histórico deve ser pensado no movimento dos fatos históricos sem perder de vista o momento produtivo (modo de produção) ao qual esse tempo histórico está aludindo, além de estar mediado pelas suas próprias formas de produção e reprodução da vida em sociedade (lei do valor, subsunção formal e subsunção real). Isso significa que o tempo histórico reflete a forma como uma sociedade se organiza e, principalmente, como se movimenta de acordo com os fundamentos de produção e

reprodução de determinado modo de produção nas várias esferas de existência (economia, política, cultura).

Diferentemente dos tempos históricos, *a história* e/ou *as histórias* podem transcender os tempos histórico mesmo que ambos coexistam cronocorrelatamente. “As varias histórias são o momento das sociedades em seu processo de articulação ou totalização que implicam tanto a continuação do passado, as inovações presentes e suas projeções. É a totalidade dos fatos tal qual ocorrem e ocorreram na matriz de organização que é o tempo histórico”. (TAPIA, 2002)

É nesse sentido que nas sociedades abigarradas a complexidade é maior que em sociedades mais homogeneizadas em termos capitalistas. Em sociedades abigarradas persiste a coexistência de uma heterogeneidade de histórias que atravessam os tempos históricos no movimento dessa sociedade. Ou seja, o tempo estacional de sociedades pré-capitalistas está articulado, mas de forma pouco orgânica ao tempo histórico do capitalismo. Uma vez mais nos apoiando em Tapia:

Lo abigarrado no es simple sinónimo de lo diverso y coexistente, sino que es un análisis estructural e histórico-genético de los tipos de diversidad que lo componen y de los márgenes y formas de articulación y desarticulación (...) Si bien la noción de formación social abigarrada es una categoría que se elabora a partir de la categoría de formación económico-social existente en el marxismo, no se trata solamente de la aplicación de esta última a sociedades débil y parcialmente articuladas y transformadas por el capitalismo. Es una idea que relativiza la concepción de una formación económico-social en la que el modo de introducción domina a los demás articulándolos bajo sus principios. **La idea de formación social abigarrada es una categoría que más bien sintetiza la dominación parcial y aparente del modo de producción dominante, en vez de pensar o suponer una rearticulación transformada del resto de los modos de producción al nuevo principio organizativo del dominante. Es un modo de pensar la dominación desarticulada, pero dominación al fin.** (TAPIA, 2002, p. 312)  
Grifos nossos.

Veja que a análise de Zavaleta é mais refinada do que aparentemente pode transparecer. Ou seja, a formação econômico-social dominante, em sociedades abigarradas, deve ser *relativizada* na visão do nosso autor, pois mesmo que partes dessa sociedade estejam sob o julgo do modo de produção capitalista, essa articulação não é plena, mas “*parcial e aparente*”. Encontra-se aí a complexificação de categorias

marxistas como a de formação econômico-social/abigarrada desenvolvida por Zavaleta para pensar as formações latino-americanas.

Essa articulação não está articulada, digamos assim, de forma completa ou orgânica às outras formas de produção. Essas outras formas encontram-se muitas vezes funcionando independentemente do modo de produção capitalista. É uma “*dominación desarticulada*”, mas que não deixa de ser, ainda sim, dominação. Por mais que Zavaleta parta da categoria marxista de formação econômica e social para elaborar a categoria de formação social abigarrada, ele o faz de maneira a *ponderar*, para cada unidade político-nacional, qual o grau de autodeterminação da forma estatal moderna para com a articulação em relação às demais formas de sociabilidade particulares a cada Estado nacional.

Quando se habla de formación social con un modo de producción dominante dentro de ella, parecería que se está describiendo una forma redonda y ya lograda de unidad interna de la sociedad. **De otra manera, si el modo de producción dominante es una descripción estática, pedagógica. En la articulación como es lógico, tanto el modo de producción dominante influye sobre los demás como los demás sobre el modo de producción dominante lo fuera absolutamente, entonces la unidad ya se habría producido.** Influyen unos en otros pero también luchan entre sí y se interparalizan. Lo que se llama unidad del Estado o centralización en realidad sólo se realiza completamente cuando el modo de producción capitalista ya se ha impuesto a plenitud (...) Mientras más se demore la unificación, por otra parte, más consistente se hará el abigarramiento, más inextirpable, más difícil la resolución de la cuestión nacional. (ZAVALETA, 1973, p. 454, *apud* GILLER, 2014) Grifos nossos.

Em suma, em Estados nacionais que se valem de uma diversidade de culturas, de estruturas locais de autoridade com um grau considerável de autonomia política e econômica frente a sua unidade política nacional, o que se consolida é uma unidade político-nacional aparente e uma formação social abigarrada, e, quanto mais tempo essa unificação tarda a desaparecer, mais consistente torna-se o abigarramento e mais latente torna-se a questão nacional (ZAVALETA, 1973). A confluência desarticulada entre a diversidade de sociabilidades que habita a sociedade boliviana é o ponto fulcral para compreender o abigarramento. Como ressalta Tapia, não é o conjunto separado da cultura aymara, quechua, guarani, branca (de ascendência europeia) ou mestiça, para ficar apenas nestas, que dá o caráter de abigarramento no seio dessa sociedade, mas a

*desarticulação* entre elas, a qual se mantém historicamente, da colônia até os dias atuais (TAPIA, 2002, p. 313).

Zavaleta é um pensador indubitavelmente universal. O *rol* de categorias elaboradas pelo autor – *ótimo social, momentos constitutivos, forma primordial, formação social abigarrada, Estado aparente, autodeterminação das massas, etc.* – não serve estritamente apenas à compreensão da sociedade boliviana, ou seja, à compreensão do local/nacional. A contribuição de Zavaleta, ao nacionalizar o marxismo para dar conta da complexidade que aflora nestas sociedades, o conduz a pensar também a história mais geral do sistema-mundo capitalista, suas regularidades e não regularidades envoltas ao longo do processo de sua formação e desenvolvimento.

Esse caráter universal está inscrito de forma indelével ao longo de sua vida intelectual e política, principalmente no processo teórico-intelectual de repensar sua forma de articular os problemas relativos à construção das nações a partir de suas particularidades e suas diferentes temporalidades, além de sua contribuição crítica às *teorias cepalinas* do desenvolvimento econômico e da *teoria da dependência*<sup>34</sup>.

Neste processo de amadurecimento teórico/intelectual de um pensamento mais totalizante, que desse a devida importância não só às formas mais gerais de reprodução do modo de produção capitalista, Zavaleta vai construindo sua observação da dinâmica complexa da vida material que constituía as sociedades latino-americanas e, em especial, a sociedade boliviana.

Pode-se dizer que Zavaleta tem uma fase mais nacionalista revolucionária, que data das décadas de 1950 e 1960, quando pensa o desenvolvimento do capitalismo na Bolívia de maneira muito influenciada pelo pensamento nacionalista revolucionário de Carlos Montenegro<sup>35</sup>, como uma dialética entre pátria e anti-pátria. Essa dialética constituiu-se no núcleo organizador de seu pensamento sobre as principais tensões sociais endógenas a essa sociedade boliviana nesta periodicidade.

Dada a condição periférica das nações latino-americanas, nesta fase Zavaleta pensa a Bolívia como nações que, para superarem o subdesenvolvimento e a dependência, necessitavam negar a negação assentada no *paradoxo senhorial* que a república herdaria da colonialidade. As mudanças substanciais conquistadas na

---

<sup>34</sup> Para uma compreensão da *teoria da dependência* ver MARTINS (2003).

<sup>35</sup> Carlos Montenegro foi um dos fundadores do MNR e escreveu um livro clássico na historiografia boliviana no ano de 1944 intitulado *Nacionalismo e Coloniaje* que tinha como tese política de que a Bolívia estaria dividida em duas parcelas: a colonialista, minoritária e dominante, e a majoritária, em permanente afã de resgatar o sentimento nacional frente ao anti-bolivianismo, expressão flagrante da colonialidade. (MONTENEGRO, 2005)

Revolução de abril de 1952, que aumentariam inegavelmente o grau de nacionalização dessa sociedade (reforma agrária, nacionalização das minas e voto universal) ao enfraquecerem os privilégios da casta oligárquica dominante, não são suficientes para que Zavaleta enxergasse nelas uma nova síntese social capaz de articular endogenamente sociedade civil e Estado nacional a ponto de refundar o Estado em uma forma não mais aparente.

Nesta fase, o problema que estava na ordem do dia e, conseqüentemente, na cabeça de Zavaleta, era compreender como o desenvolvimento do capitalismo na Bolívia e a sua condição de *dependência* estavam ambos atravessados pela questão da construção da nação. Nesta primeira fase, a teoria da dependência, ainda em fase de desenvolvimento, não terá um poder de influência considerável sobre suas elaborações teóricas. Sua aproximação maior será com as teorias do desenvolvimento cepalino.

Em duas de suas principais obras desse período, *Estado nacional o pueblo de pastores* de 1963 e *A Revolução boliviana e a cuestión del poder* de 1964, essa ligação entre o *nacionalismo revolucionário* de Carlos Montenegro e as teorias do desenvolvimento cepalinas aparecem como estratégia para pensar saídas ao subdesenvolvimento e ao semicolonialismo. Nessas duas obras, suas críticas são direcionadas a setores do MNR denominado por Zavaleta de *agrarista* ou *fisiocratas*, procurando denunciar a associação desses com o imperialismo norte-americano, via política denominada à época de *Aliança para o Progresso* que consistia, segundo seus formuladores, em ajudas financeiras estadunidenses para a modernização da estrutura produtiva dos países latino-americanos que levassem à elevação dos níveis de saúde e de educação dessas nações. Para Zavaleta, essa política visava muito mais a desarticular processos revolucionários que estavam na ordem do dia na região latino-americana ao diminuir as tensões sociais afloradas por todo o continente do que solucionar de fato os problemas estruturais dessas sociedades.

Zavaleta se mostra um crítico tenaz dessa política que, na sua visão, corroborava com a ideia *positivista* do progresso pelo progresso, de que era necessário avançar por etapas de desenvolvimento, e que o primeiro passo consistia em modernizar as forças produtivas desses países referentes ao setor agrícola para que, em etapa seguinte, fosse possível avançar no desenvolvimento da grande indústria.

Criticamente, Zavaleta adverte que essa estratégia *fisiocrata* não seria capaz de romper como a condição de subdesenvolvimento dessas economias. Ao contrário, estaria dando profundidade a essa situação. Zavaleta ocupava a ala desenvolvimentista do

MNR contra os agraristas e via como única saída para romper as condições de subdesenvolvimento e de semicolonialismo o processo de constituição da Bolívia em uma nação de fato real e não mais aparente, sem negar com isso a importância do processo de industrialização como uma das formas de diminuir a dependência primário-exportadora em prol da diversificação das exportações bolivianas e do aumento da produtividade refletida em aumentos dos salariais e de consumo. Contudo, advertia que nada disso se sustentaria se, na dimensão político-estatal a Revolução nacional não avançasse no processo de democratização da sociedade de forma coordenada com os processos de desenvolvimento das forças produtivas tipicamente capitalistas.

Não se deveria compreender o processo de reforma agrária desencadeado a partir da Revolução de 1952 como um processo que, inevitavelmente, levaria de forma etapista (positivista) ao desenvolvimento da indústria como um fim em si mesmo. Zavaleta via a necessidade de abandonar essa naturalização da ideia etapista e empoderar a Revolução nacional para que, independentemente da etapa em que se estivesse, se avançasse para a seguinte sem que a primeira obrigatoriamente estivesse concluída. Na sua visão, não bastava simplesmente fornecer matérias-primas à grande indústria capitalista “*al precio de la soberania y hambre*”<sup>36</sup>

Ocorre que, ainda em 1964, com o Golpe militar e a derrota da ala desenvolvimentista/revolucionária do MNR, Zavaleta perdeu suas funções ministeriais e sua influência sobre o partido e sobre o governo do MNR e acabaria, posteriormente, por ser exilado no Uruguai, onde dá início uma vez mais à revisão de suas elaborações teóricas sobre a formação da nação que de fato constituía sua preocupação central. Foi neste momento que o marxismo e suas categorias tomaram corpo em sua obra. Esta é considerada a segunda fase de seu pensamento.

Essa segunda fase ocorreu entre seu exílio no Uruguai, sua volta para a Bolívia em 1968 e, novamente, seu exílio na Inglaterra, onde redige *La caída del MNR y la conjuración de noviembre*. Nessas obras, o marxismo e suas categorias já estão bem mais presentes. No ano de 1970, regressou à Bolívia e se constituiu como um dos fundadores da MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionario), além de apoiar contumazmente a Assembleia Popular no ano de 1971. Com as dificuldades de se levar à frente essa experiência popular e a sua iminente derrota, uma vez mais, exila-se no

---

<sup>36</sup> ZAVALETA, 1963, p. 60, *apud* , GILLER, 2014, p. 118.

Chile, onde a chamada “*teoria da dependência*” estava sendo formulada de forma mais bem acabada.

Longe de ficar alheio ao debate sobre as formulações teóricas sobre a dependência, nesta segunda fase, Zavaleta produziu um pensamento crítico à teoria da dependência no mesmo sentido do que vinha realizando com as categorias marxistas, ao lhe dar um tratamento mais complexificado e condizente com a realidade particular das nações latino-americanas. O epicentro de suas críticas à teoria da dependência esteve muito relacionado, em termos mais gerais, à reduzida relevância dada pela teoria ao grau de influência da dimensão estatal ou da forma estatal para com o caráter subdesenvolvido e dependente, constitutivo das economias latino-americanas. Aprofundou também a sua própria ideia de que a dependência tinha como causa o caráter abigarrado de sociedades como a boliviana. Não era suficiente a ideia de abigarramento para compreender a dependência, assim como era imprescindível projetar as causas da dependência também no âmbito da dimensão estatal.

Para Zavaleta, a forma estatal era tão central para pensar a dependência e suas causas quanto à estrutura econômica subdesenvolvida das nações que, em grande medida, era um dos motes principais da teoria da dependência. A dimensão político-estatal (superestrutural) não deveria ser compreendida como um simples reflexo da base econômica das nações (infraestrutural). Portanto, para Zavaleta, a teoria da dependência não aprofundava suas elaborações teóricas sobre as causas da dependência na dimensão político-estatal.

Na concepção do autor, as nações latino-americanas não haviam passado pelo mesmo processo que as nações europeias em suas formações nacionais. Nesse sentido, explicações mais generalizantes para pensar a constituição dessas nações não eram satisfatórias, visto que nestas territorialidades a formação de nações não seguia uma lógica de continuidade entre a dimensão econômica e a dimensão política, ou, em outros termos, como coloca Giller (2014), de um desenvolvimento do capitalismo expresso pela continuidade entre mercado interno-estado e nacional-democracia-burguesa, principalmente na gênese dessas formações nacionais. Expliquemos melhor essa questão.

Na experiência europeia, tem-se a formação das classes nacionais como atores de importância decisiva na forma de constituição dessas nações e de seus Estados nacionais. Nas nações latino-americanas, dada essa descontinuidade no processo de formação da nação entre as dimensões econômica e política, não se produziu a

consolidação de uma classe nacional orgânica ao Estado frente ao qual se formava. De forma inversa ao que ocorreu na Europa, a construção das classes nacionais, do mercado interno e das próprias nações constituiu-se no seio das formações latino-americanas como “*um fato puramente estatal*”<sup>37</sup>. Em suma: o problema da nação era o problema do Estado”, para Zavaleta. O Estado que se constituía estava despossuído de qualquer grau de nacionalização das classes que vieram a constituí-lo no momento formal de sua independência. Constituía-se formalmente um Estado, mas não uma nação. O processo ficava incluso e as características de formação dessas nações divergiam significativamente das nações europeias onde, mesmo o Estado sendo extremamente importante no seio destas, já continham previamente à sua constituição algum grau de nacionalização.

Toda a caracterização que fizemos sobre a categoria de Estado aparente e formação social abigarrada expressa exatamente essa *não* organicidade em movimento no processo incluso da formação da nação boliviana e, conseqüentemente, o escasso desenvolvimento econômico como problema crônico que, na visão de Zavaleta, também se configurava na forma de um Estado aparente como uma das principais causas da dependência e, por isso, um dos principais entraves para superar a dependência e o subdesenvolvimento.

Daí advém um dos pontos motivacionais de sua crítica à teoria da dependência que elaborava a relação infraestrutural e superestrutural como se a primeira tivesse uma sobredeterminação sobre a segunda. Zavaleta radicaliza seu argumento, dizendo que o “*Estado não só existe na superestrutura, mas também na base econômica*” (Giller, 2014). Neste sentido, a dependência é também produzida pela particularidade da forma estatal de cada formação nacional levando em consideração suas especificidades. Nas palavras de Giller (2014):

Es un círculo vicioso que resulta clásico: la falta de una decidida política económica tampoco da lugar a la modernización do Estado y la ineficácia del Estado no permite la existência de una resuelta política. Este es um hecho que tende a ser obviado como si el subdesarrollo existiera solamente al nível de la infraestructura. Pero las cosas son al revés. El Estado es el principal obstáculo para el desarrollo de las fuerzas productivas en los países atrasados y la cuestion de la formación en las colônias, ex colônias, y semicolônias está lejos de ser

---

<sup>37</sup> ZAVALETA, 1976 (2013), *apud* GILLER, 2014.

uma cuestión secundaria<sup>38</sup> (ZAVALETA, 1973, *apud* GILLER, p, 124)

Continua Zavaleta em seu escrito sobre “Las formaciones aparentes en Marx”:

[...] la simultaneidad de la base y la superestructura es el hecho central de conocimiento social (porque en el capitalismo no existe una parte desintegrada de la otra así como los individuos no pueden existir para sí mismos) o sea que la sociedad existe aquí como totalidad orgánica<sup>39</sup>. (ZAVALETA, 2013, p. 428, *apud*. D GILLER, p. 124).

Nesta dimensão político-estatal, consta também sua caracterização da incompletude das burguesias nacionais, de seu caráter tardio em tornarem-se mais nacionais, como ocorreria durante o processo revolucionário de 1952. Por isso, também o caráter tardio da nacionalização dos Estados latino-americanos serve como uma das explicações da impossibilidade de desenvolvimento econômico. Devido à incompletude dessas burguesias pretensamente nacionais, elas não se constituiriam enquanto classes nacionais construtoras de seus Estados nacionais na origem do processo e, mais do que isso, adquiriram um caráter, segundo Zavaleta, duplamente *não* nacional, na medida em que sua existência, seu desígnio, não era nacional e invariavelmente não podia ter como orientação um projeto de construção nacional orgânico. “Se trata de una clase que al negar la soberanía, la legitimidad y la unificación se niega a sí misma como burguesía” (Giller, 2014, p. 126).

Se não se completa uma forma coletiva nacional, uma burguesia nacional “que para o Marx de Zavaleta é a primeira força produtiva” da nação a formar-se, a construção da nação também não se conclui. Para Zavaleta, essa conclusão só estará acabada quando o modo de produção capitalista integrar de forma orgânica todos os demais modos em um único modo. Essa discussão foi um infundável debate no seio da teoria da dependência em relação a como se produzia o desenvolvimento de modos de produção diferenciados que conviveram cronocorrelatamente no seio das sociedades latino-americanas. A contribuição de Zavaleta foi ao sentido de olhar essas sociedades mais pela categoria de *formações econômico-sociais* do que pela categoria de *modo de produção*, o que o levaria a formular a categoria de *formações sociais abigarradas*, na medida em que essa categoria permitia, na visão de Zavaleta, uma percepção dessas

---

<sup>38</sup> ZAVALETA, 1973, *apud* GILLER, 2014, p. 124.

<sup>39</sup> ZAVALETA, 1983, *apud* GILLER, 2014, p. 124.

sociedades de forma não estanque, diferentemente da categoria de modo de produção que privilegiava, em sua análise, regularidades generalizantes relativas à forma de produção e suas relações de produção dominantes naquela temporalidade específica.

Zavaleta partia do princípio de que, para não cair em generalizações que encobrissem o movimento de outros tipos de formações econômico-sociais não capitalistas que atravessavam o tempo histórico do capitalismo enquanto modo de produção dominante no seio dos Estados nacionais latino-americanos, a categoria de formações econômico-sociais se mostrava, digamos assim, mais lógica do que a categoria de modo de produção ao dar uma dimensão real em movimento histórico e de concretude nas explicações de sociedades abigarradas, portadoras de múltiplos tempos históricos cronocorrelatos que se entrecruzavam à temporalidade capitalista com suas múltiplas bases econômicas e políticas em âmbito local e nacional. É esse, portanto, o sentido maior da ideia de formações sociais abigarradas que construiu o autor.

A última ou terceira fase de Zavaleta, interrompida por sua morte no ano de 1984, não é menos importante do que as anteriores seja para compreendermos as suas contribuições críticas à teoria da dependência seja para pensar a continuação da formação nacional da Bolívia contemporânea. Zavaleta desloca sua perspectiva crítica para as questões relativas às explicações sobre a dependência e subdesenvolvimento que tinha como eixo organizador as *determinações externas* do modo de produção capitalista sobre as formações nacionais periféricas.

Zavaleta faz esse movimento aprofundando e complexificando as categorias de análise que haviam fundamentado suas análises nas fases anteriores. Completa as categorias de abigarramento e de Estado aparente ao trazer a *dimensão externa* para o debate teórico, caro à teoria da dependência que tinha como autores de referência Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Immanuel Wallerstein, para ficar em alguns nomes principais dessa vertente teórica do marxismo.

Esse ponto de sua análise está bem desenvolvido num dos textos que fazem parte de suas obras completas, a saber; *Problemas de la determinación dependiente y la forma primordial* de 1982. Neste célebre texto, Zavaleta aponta alguns limites a algumas vertentes da teoria da dependência e do imperialismo que procuravam explicar as condições de dependência e subdesenvolvimento levando em consideração, na história de formação dessas nações latino-americanas, seu aspecto de ex-colônias que herdaram uma condição de determinação externa originada na temporalidade colonial.

Zavaleta não descarta, e aponta de forma a corroborar com os teóricos da dependência, que uma de suas causas estivera inexoravelmente ligada à condição de ex-colônias das nações latino-americanas onde a determinação última, nestas condições, estava dada pelo externo; em outras palavras, pela expansão da economia-mundo europeia em direção ao continente americano. Não obstante, Zavaleta esclarece que nem todas as causas da dependência estariam vinculadas, no processo de formação e desenvolvimento das nações latino-americanas, a essa determinação externo-estrutural.

Na concepção zavaletiana, esse tipo de análise levaria a um ciclo vicioso de pensamento no sentido de que a “*dependência produziria dependência de um modo permanente (...) como se as coisas ocorressem sempre em uma única direção*”. Para Zavaleta, isso ocorria, pois a região latino-americana, enquanto periferia deferia de outras regiões do globo que também podiam ser consideradas periferias, como o eram, ao final do século XIX e durante parte do século XX, as regiões asiáticas.

Diferiam (as regiões) no sentido de que, aqui, a penetração do que analiticamente chamou-se de *imperialismo* teve uma personificação mais bem acabada, na medida em que a construção da hegemonia dos Estados Unidos por sobre os países latino-americanos se amalgamou na mentalidade desses como um marco estrutural da dependência latino-americana. Não ao acaso, na América Latina, o formato político-ideológico de partidos e movimentos sociais nacionalistas e de esquerda tiveram como uma de suas principais bandeiras de luta o *anti-imperialismo*. Isso porque o imperialismo era visto por esses movimentos como a causa principal da condição de dependência e de subdesenvolvimento das nações latino-americanas. É nesse sentido que Zavaleta coloca que “na América latina o estudo do anti-imperialismo é mais vivente do que os estudos de formações sociais de base (...) Nós somos um ponto de referência constitutivo da nação americana e os taiwanês não” (Zavaleta, 2016, p. 305/306).

Para Zavaleta, essa forma monista de compreender a dependência reduzia o peso das histórias nacionais aos atos do país ou dos países centrais, suprimindo, no cálculo da dependência, a análise concreta das lutas de classes na medida em que a luta de classes no seio das formações sociais abigarradas tendiam a diluir-se na compreensão dada pela luta interestatal. Nas palavras do autor:

La propia imagen del sistema mundial, a la manera de Wallerstein o Emmanuel, propone cierto cálculo mundial del

valor que lo inutiliza para todo análisis concreto de la lucha de clases. Añadimos a ello que, por ser la inserción latinoamericana en el sistema mundial aun más intensa que las de otras regiones periféricas, por tanto, lo que ocurriría en América Latina, sobre todo en lo referido a su ultimidad política o carácter de la dominación, no sería sino el reflejo o la correspondencia hacia procesos, decisiones o impulsiones que vendrían de los centros determinativos del mundo. (ZAVALETA MERCADO, 2015, p. 305)

Em suma, para Zavaleta (2016) não havia dúvida de que a questão da interferência dos países centrais (imperialismo) ou as determinações externas eram um problema real e uma das causas da dependência. Porém, a dependência também estava ligada às formações históricas que constituíam cada história local ou nacional. A dependência não era fruto apenas do desenvolvimento tardio do capitalismo nesta região, mas também tinha como causa o *grau de autodeterminação* que cada história nacional tinha ou não capacidade para autodeterminar-se. A dependência estava definida não por questões apenas generalizantes (determinações externas) do modo de produção capitalista em relação aos Estados nacionais, mas também pela *forma primordial* que constitui cada Estado nacional, ou seja, pelo grau de autodeterminação que cada história nacional em particular possui. Essa forma primordial seria uma medida negativa da dependência segundo Zavaleta:

El carácter de cada dependencia está dado por las circunstancias de la emisión, pero también por el modo de recepción por la historia nacional, es decir, por el compuesto primordial. En otros términos, cada formación social o país elabora un tipo particular de dependencia. La dependencia por su naturaleza es un hecho particular. (Idem, p. 310)

Dessa forma, a dependência, para Zavaleta, tinha como métrica o grau de autodeterminação particular a cada história nacional, o que no decorrer do tempo histórico poderia ser verificado pela maior ou menor força da luta de classes no interior dessas formações nacionais. O grau de dependência se definiria, desse modo, em uma relação dialética entre a forma que cada história nacional recepcionaria a dominação imperialista. Por isso Zavaleta diz que: “La dependencia por su naturaleza es un hecho particular” a cada formação nacional.

Dessa forma, regressamos ao fato que particulariza a história de dependência da formação da nação boliviana na última fase de Zavaleta. É com o passar dos anos da Revolução de 1952, das conquistas e retrocessos que, de forma original, apoiando-se

nas ideias gramscinianas, de *nacional popular*, de *povo-nação* e de *bloco histórico* – e sem deixar de dar a devida importância às questões de classe e à centralidade do proletariado para com as mudanças políticas –, que Zavaleta traz, de forma definitiva, para a sua análise da questão nacional a até então “*suprimida autonomia da dimensão político-cultural*” e de sua diversidade, que eram fundantes da sociedade boliviana numa tentativa muito parecida com a de Gramsci (para pensar as tensões em torno da sociedade italiana)<sup>40</sup> de superar uma visão estritamente classista das sociedades modernas e pensar a categoria de *massa* também enquanto uma categoria com poder/possibilidade de autodeterminação social.

A elaboração da questão da *autodeterminação social das massas* em Zavaleta esteve vinculada à sua percepção relativa aos levantes de massas indígenas, como foram os protagonizados desde 1780 com as rebeliões lideradas por Tupac Katari, passando pelas rebeliões lideradas pelo aymara Pablo Willka durante a Revolução federalista ao final do século XIX e começo do XX, da própria Revolução de 1952, com decisiva participação dessas massas indígena/camponesas para que a Revolução fosse exitosa, além das rebeliões camponês-indígenas, desencadeadas durante a década de 1970 e que, em 1979, teriam sua síntese durante os 15 dias de novembro em que se desencadearia uma mobilização de massas indígena-camponesas que se vinculava com a luta histórica do operariado mineiro (COB), rompendo definitivamente o pacto militar-campesino iniciado em 1964.

Nesta categoria de análise, Zavaleta funde o conceito de *classe* com o conceito de *massa*, sendo o ano de 1979 uns dos principais momentos constitutivos da nação referente àqueles em que essa fusão afloraria como reflexo das principais tensões

---

<sup>40</sup> “A distinção que inspirou a nova esquerda nasce dos trabalhos do pensador italiano, Antonio Gramsci (1891-1937) e da sua preocupação durante o fascismo por articular os setores populares dispersos num bloco histórico e numa nova hegemonia sob liderança do proletariado, a partir de uma aliança de classes entre os principais grupos populares do país. O sentido de nacional-popular que Gramsci (1980; 1982) propõe não se refere, por isso, a uma massa vazia, mas ao conteúdo político e cultural dos setores sociais subalternos que compõem a ampla base de classes populares e que tem potencialmente interesses coincidentes. É uma massa cujo sentido de ações e visões de mundo emana da vontade coletiva geralmente contra a opressão. É nesse sentido, que Gramsci (1970) afirma que todo homem é um filósofo, porque compartilha de uma concepção de mundo, cuja virtualidade é poder se transformar numa consciência crítica do mundo. (...) “O conceito de nacional popular em Gramsci trata de um conteúdo social qualificado pela consciência prática de um povo numa realidade concreta e a partir de suas experiências contra sua situação de opressão”. Foi elaborado, como vimos, na necessidade histórica de dar uma resposta ao fascismo e ao bloco conservador de poder econômico e militar sustentado numa base camponesa-, e cuja força coercitiva e ideológica tornava inviável qualquer ação revolucionária frontal na Itália. Gramsci no Partido Comunista propunha-se a alternativa de construir a contra-hegemonia, a partir de um bloco histórico novo e um partido de massas que articulassem as forças populares emergentes em torno do proletariado, e que definissem uma estratégia de transição capaz de superar o fascismo e realizar a passagem para a verdadeira Revolução”. (URQUIDI, 2013, pp. 22-23).

políticas e sociais em estado de dormência no seio da sociedade boliviana. Produziu-se, então, uma ruptura das forças políticas tradicionais (oligarquias) que até então haviam mediado os conflitos sociais dessa sociedade abigarrada, e se abriram espaços políticos de luta, renovados na medida em que as formas de mobilização indígenas estavam sendo incorporadas à luta de classe representada até então de forma hegemônica pelo operariado mineiro. Nas palavras de Zavaleta:

(...) un número no demasiado grande de hombres, con sentido de la concentración y algún grado de temeridad táctica, puede expresar tendencias que están escondidas en el “sueño” de la sociedad. (...) Una parte (da massa) quiere (querer, equivale a “querer” de modo estatal, a voluntad de poder) en nombre de otra o, de alguna manera, manifiesta lo que la otra contiene y no conoce aún. (...) De otro modo, cualquiera que sea la extensión de la masa, **lo que importa es la recepción de su llamado de masa.** (ZAVALETA MERCADO, 2009, p. 139). Grifos nossos.

Essa *massa em ação* teria influência direta sobre o operariado e, ao fundirem-se uma na outra, abririam a possibilidade de se produzir um novo bloco histórico contra-hegemônico, na acepção gramsciana do termo. Zavaleta compreende o afloramento das massas como reflexo de um estado de latência que, nos momentos críticos, expressaria todo o acúmulo até então paralisado, relativo às suas demandas suprimidas desde a temporalidade colonial. Vivian Urquidi, em seus estudos sobre a questão nacional em Zavaleta, resume assim a questão:

A este conhecimento prático que se manifesta na massa, Zavaleta Mercado chama de ‘acumulação no seio da massa’ ou ‘da classe’, sem fazer distinção entre ambos os conceitos quando referidos ao conhecimento incorporado e à vontade que motiva e realiza transformações, pois nas sociedades abigarradas em que as classes sociais estão irremediavelmente mediadas pela situação étnica colonial, não é possível distinguir uma experiência histórica concreta ou uma consciência local a partir unicamente da posição estrutural do sujeito na produção. **Assim, o conceito de massa, com toda sua acumulação que um povo oprimido pode ter, em Zavaleta Mercado, completa o conceito de classe.** (URIQUIDI, 2013, p. 26) Grifos nossos.

Zavaleta dá substância política ao conceito de *massa*, tirando dela o rótulo típico de massa enquanto um fenômeno sempre desorganizado, manipulável, populista e/ou dirigido por setores da sociedade supostamente mais avançados. Outorga-lhe, assim, a

capacidade/possibilidade de *autodeterminação social*, de constituir-se em um bloco histórico popular que se consubstanciava nas ações da massa em ação e em processo de autodeterminação. Nesta última fase de seu pensamento, Zavaleta trouxe para sua análise a relevância da presença indígena em torno dos momentos críticos/constitutivos da nação, apoiando-se, para isso, nos escritos de pensadores bolivianos como Silvia Rivera<sup>41</sup>, Xavier Albó<sup>42</sup> e Ramiro Condarco<sup>43</sup>, os quais trataram com profundidade a questão indígena em território boliviano. A partir desse momento, Zavaleta incorporou de forma definitiva as histórias de resistências indígenas ao corpo teórico-histórico de seu pensamento.

É muito interessante ver como Zavaleta vai se apropriando do estudo desses autores de forma a incorporar a história dos movimentos indígena/camponeses à história mais geral da Bolívia, com o objetivo de compreender e aprofundar a categoria de formação social abigarrada que tinha na diversidade de povos originários e de suas múltiplas histórias sua razão de ser enquanto conceito explicativo para com a formação inconclusa da nação boliviana. Esse movimento está muito claro em *Lo nacional-popular en Bolivia*, no capítulo intitulado “El mundo del Temible Willka”, em que as rebeliões indígena-camponesas o levam à compreensão de como, ao longo da história de construção nacional, essas rebeliões foram cruciais para a maneira com que as classes dominantes (oligarquias-criollas) forjariam sua relação desigual com os povos indígenas.<sup>44</sup>

Essa é uma relação que seria baseada ideologicamente na exclusão e negação das nações indígenas. Nas palavras de Zavaleta:

(...) la articulación señorial es aquella que está basada en un pacto jerárquico originario que puede ser factual o

---

<sup>41</sup> Rivera, Silvia. «Luchas campesinas contemporáneas en Bolivia: el movimiento katarista 1970-1980» en *Bolivia hoy; y Oprimidos pero nunca vencidos*. (TAPIA, 2014, p. 267)

<sup>42</sup> Albó, Xavier. “naciones en uma”, en *Cuarto Intermedio* 6, febrero de 1988, Cochabamba. (TAPIA, 2014, p. 245)

<sup>43</sup> Condarco, Ramiro. *El escenario andino y el hombre*. (TAPIA, 2014, p. 306)

<sup>44</sup> As contradições (oligarquia x camponeses/indígenas) vão aparecendo na medida em que a negação dos indígenas chocavam-se com a necessidade de sua mão-de-obra de forma geral em todos os ramos da produção que estavam desenvolvidos até então, além da cobrança de tributos indígenas que representaram durante as primeiras décadas republicanas a principal fonte de recursos do Estado boliviano e, conseqüentemente, da casta oligárquica que detinha o poder sobre esse Estado. No bojo dessa contradição Zavaleta vê o indígena com um *caráter dual* na medida em que as classes dominantes o negava, mas dependiam materialmente deles. Nesta contradição em processo, dada a história de rebeliões indígenas ocorridas ainda durante a Temporalidade Colonial, como foram as rebeliões indígenas de 1780, ficava evidenciado para as oligarquias o potencial de ameaça dessas rebeliões e a impossibilidade de realização de uma guerra total que dizimasse essas populações visto que eram extremamente funcionais materialmente naquele momento para o Estado.

contractual, o sea que se funda no en una igualdad sino en la desigualdad esencial entre los hombres. Esto es a la vez un mecanismo de construcción de la conformidad porque se trata de un acto jerárquico sucesivo. (*Apud* TAPIA, 2014, p. 315)

Assim, retornando à nossa análise em termos históricos das fases do pensamento de Zavaleta, em *Las massas de noviembre*, publicado em 1983, o autor deu-se conta de que estava ocorrendo uma ampliação do que ela havia caracterizado anteriormente como centralidade proletária, na medida em que o ressurgimento dos movimentos indígena/camponeses em 1979 alargava essa centralidade. Ainda assim, Zavaleta não retiraria a centralidade do sujeito histórico revolucionário do operariado mineiro. Não obstante, compreende que uma *massa* não proletarizada estaria se articulando de forma orgânica a essa centralidade e operaria resignificando o bloco histórico nacional-popular.

A categoria de *massa* aparece, portanto, nesta fusão entre essas duas forças políticas nacional-populares que se materializava em um bloco histórico contra-hegemônico. Havia, nesse processo de fusão, uma liderança em alguma medida corporativista do operariado mineiro, mas as massas em si não se restringiam mais apenas ao proletariado. O processo vai caminhando no sentido de diminuir essa centralidade do proletariado dentro do novo bloco histórico, já que estava cada vez mais claro que esse estrato social indígena-camponês, típico dessa formação social abigarrada – com suas diferentes temporalidades históricas e diferentes formas de sociabilidade –, ressurgia com seus métodos de combate e suas cosmovisões de mundo com um vigor tal que não podia ser ignorado e não incorporado pelo proletariado mineiro de forma a criar um novo bloco com autodeterminação nacional-popular de maneira composta. Composta no sentido de que *classe e massa* estavam juntas no seio desse novo bloco histórico, o que ficaria conhecido, historicamente, como pacto operário-camponês.

Zavaleta, ao processar essas mudanças, dá-se conta de que se estava formando, a partir de 1979, com a consolidação dessa conjunção entre o movimento operário e o movimento indígena, uma nova intersubjetividade no seio dos movimentos subalternos nacional-populares, que provocaria uma ruptura desses com a forma estatal. As massas estavam se separando neste momento do Estado ao qual estiveram vinculadas desde a formação do pacto militar-camponês em 1964. Estava na ordem do dia “uma

movimento separatista de autodeterminação das massas em separado do Estado” (SANTAELLA GONÇALVES, 2013, p. 39). Nas palavras de Zavaleta<sup>45</sup>:

Las masas, que habían sido siempre clandestinas respecto a la democracia representativa, componen su asonada ahora bajo el lábaro de la democracia representativa, que se incorpora a su memoria de masa o acumulación en el seno de la clase. Cualquiera que sea la evolución del pensamiento general sobre la cuestión obrera, no hay duda de que aquí la masa se ha constituido en torno a la interpelación proletaria. **Desde el punto de vista del estudio del Estado, la crisis de noviembre es sin duda el mayor acto separatista de las masas fundamentales con relación al molde hegemónico del Estado de 1952.** (ZAVALETA MERCADO, 2009, p. 220) Grifos nossos.

É dessa forma que o “último Zavaleta”, através da categoria de *autodeterminação das massas* coadunada com a categoria de *forma primordial* (particularidade política de cada sociedade na relação entre sociedade civil e Estado), não se vincularia de maneira acrítica às formulações mais gerais da teoria da dependência, na medida em que a dimensão política de cada formação nacional teria uma *receptividade* particular para com as *determinações externas* do imperialismo, ou seja, Zavaleta não acomoda a realidade nacional/local da sociedade boliviana nas interpretações mais gerais da dependência sem realizar previamente as devidas *mediações* relativas à intersubjetividade democrática que a sociedade boliviana havia produzido. Com a incorporação das lutas indígenas na história boliviana, a partir de 1979, isso se tornaria presente de forma indelével em todas as análises de pensadores posteriores a Zavaleta para compreender os movimentos da questão nacional. O horizonte do nacional-popular, enfim, havia se alargado para além da centralidade do operariado mineiro em direção à autodeterminação das massas no último Zavaleta.

---

<sup>45</sup> ZAVALETA MERCADO, 2009.

## **Parte II A Temporalidade Republicana (1825-1952)**

### Capítulo 3 – Da Independência à Revolução Nacional de 1952

Após ter sido realizada, nos capítulos anteriores, a historicização das categorias analíticas que serão importantes para refletirmos criticamente sobre o processo de formação nacional da Bolívia, os impactos do desenvolvimento da economia-mundo capitalista sobre essa história e, ao mesmo tempo, sobre a força e as possibilidades concretas dessa sociedade em buscar de elevar o grau de autodeterminação da nação, tanto internamente quanto externamente, é necessário agora que este capítulo cumpra a função de síntese de mais longo prazo no sentido braudeliano das *estruturas de longa duração*. Propomos, assim, um voo panorâmico sobre a larga duração da história boliviana, no qual o que nos interessa não é, necessariamente, a sequência histórica dos acontecimentos dessa sociedade, apesar de nos apoiarmos sobre ela para realizarmos esse voo. Tampouco pretendemos um mergulho minucioso nas fontes primárias do período que vai da independência boliviana, em 1825, até a Revolução Nacional de abril de 1952, dado que não estariam ao nosso alcance as fontes necessárias para tal empreitada, e visto que outros autores já o fizeram com mais autoridade.

Em verdade, realizaremos uma reconstituição dos momentos de síntese da história boliviana. Momentos denominados por Zavaleta de *constitutivos*, isto é, condensadores de *múltiplas determinações passadas* de um determinado período ou temporalidade histórica.

Esses momentos não seriam pontos de partida, mas, sim, de chegada de determinada conjuntura histórica, a qual se caracterizaria fundamentalmente por fases críticas que evidenciaríamos processos sociais que alcançaram um limite possível de mediação dado pelo Estado nacional boliviano e/ou pelas forças hegemônicas que os mantinham, digamos assim, “congelados” no tempo e no espaço sem que grandes rupturas/mudanças ocorressem a ponto de criar uma *bifurcação histórica* que possibilitasse um realinhamento ou mesmo ruptura no seio dos blocos de poder que governavam a sociedade boliviana.

Os momentos constitutivos seriam aqueles nos quais ficariam expostos os problemas, as fraturas estruturais, por isso de mais longo prazo, relativas à articulação entre Estado e sociedade civil, ou se preferirmos, entre a articulação da base da sociedade e sua superestrutura expressa na forma estatal moderna. Portanto, esses momentos nos permitem compreender os fatos anteriores a eles e, também, os posteriores. São os momentos da história nacional boliviana nos quais as possibilidades

de mudança nas estruturas de poder tornam-se mais concretas, e um novo horizonte de possibilidades de construção do “nacional” abre-se. Isso não significa que todos os momentos constitutivos da história boliviana desaguaram em uma maior democratização das relações de poder no seio da sociedade como tentaremos elucidar ao longo do nosso voo panorâmico sobre a história boliviana. Alguns desses momentos acabaram por reforçar, com um vigor ainda maior, os blocos hegemônicos que regiam a articulação entre Estado e sociedade civil, e não desencadearam rupturas sensíveis na configuração do corpo da nação enquanto totalidade.

A ideia de momentos constitutivos da história nacional, em última instância, busca uma explicação desde a perspectiva da totalidade, quer dizer, tanto dos processos desencadeados internamente à formação do Estado nacional boliviano quanto da relação centro-periferia que se estabelece no decurso da Temporalidade Colonial, observadas as forças sistêmicas em jogo no bojo da expansão da economia-mundo capitalista.

Desde logo, para compreender as mudanças e permanências provocadas pela conquista da independência boliviana frente à Espanha dados pelo caráter da *dependência* que se reconecta à história nacional boliviana por uma segunda era da prata (1880/1900) e o início da era do estanho (1900-1929), a Temporalidade Republicana leva em consideração todas as influências formativas dessas *estruturas da modernidade*, fundadas na Temporalidade Colonial. Essa temporalidade será marcada pelas disputas políticas dentro dos poderes oligárquicos criollos, passando, primeiramente, pelo predomínio e, finalmente, pelo esgotamento desses poderes na derrota das tropas bolivianas na Guerra do Chaco (1932-1935); ou seja, o esgotamento de um Estado até então controlado pelas antigas oligarquias. Nos anos imediatamente posteriores à derrota do Chaco, ocorrem processos de nacionalização como o da Standard Oil em 1937, concomitantemente ao surgimento dos que viriam a serem os principais partidos políticos bolivianos a partir de então, a saber: o MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), o POR (Partido Operário Revolucionário) e o PIR (Partido de Izquierda Revolucionário).

Em suma, este capítulo procura trazer uma reflexão sobre os processos históricos concentrados nos momentos constitutivos da nação boliviana, como foram a Independência (1825), a Guerra do Pacífico (1879-1883), a Revolução Federalista (1889-1900), e, finalmente, a Guerra do Chaco (1932-1935), que desaguaria na Revolução Nacional de 1952. Insistimos sobre o fato de que esses momentos constitutivos não deixam de estar conectados como o desenvolvimento da própria

economia-mundo capitalista. Não é possível imaginar que a existência de um capitalismo mercantil nas relações entre América e Europa, datado desde o século XVI e cronocorrelato à criação do sistema-mundo moderno, não tenha implicações nos contextos coloniais e pós-coloniais. Essa assertiva demanda uma explicação da história como totalidade social e não como puro relato dos fatos. Como explica Braudel em a “Dinâmica do capitalismo”:

O que me parece efetivamente primordial na economia- pré-industrial é a coexistência da rigidez, das inércias e do peso de uma economia ainda elementar e dos movimentos limitados e minoritários, mas vivos e poderosos, de um crescimento moderno. Por um lado, os camponeses nas aldeias, vivendo de uma forma quase autônoma, quase autárquica; por outro lado, uma economia de mercado e um capitalismo em expansão, que, como uma mancha de óleo, vão elaborando, pouco a pouco, e prefiguram já, este mundo em que vivemos. **Temos assim dois universos, pelo menos, dois tipos de vida alheios um ao outro, e cujas massas, no entanto, se explicam mutuamente.** (BRAUDEL, 1987, p. 13) Grifos nossos.

### 3.1 Das Guerras Napoleônicas à Independência do Alto Peru em 1825

Figura 2 - Mapa do território original da República da Bolívia na data de sua fundação (06/08/1825)



Fonte: REYES, 2009, p. 171.

O processo de independência das territorialidades que dariam origem à Bolívia em 1825 não estiveram restritos aos acontecimentos dessa territorialidade. Esse processo envolveu cronocorrelatamente as transformações no velho continente europeu, simbolicamente representado pelas invasões dos exércitos de Napoleão ao reino dos Bourbon entre os anos de 1806 e 1807, o que implicou no controle das tropas napoleônicas sobre Madri e estremeceu com as relações espanholas e suas colônias americanas. Paralelamente ao controle napoleônico, uma resistência dos espanhóis surgiu materializada na formação de um governo paralelo, mesmo após o Rei Fernando VII ter sido retirado do trono por Napoleão. Esse governo, ou Junta Central, como ficou conhecido historicamente, ao impor uma resistência considerável sobre as tropas napoleônicas, também procurou manter os Vice-reinados coloniais sob o manto espanhol nas Américas.

Nas Américas, a conjuntura histórica em que os movimentos independentistas ocorreram estava colada à Revolução americana (1776), à Revolução Francesa (1789) e à Revolução negra no Haiti (1791), além das rebeliões de Tupac Amaru e Tupac Katari (1780/81)<sup>46</sup>. Ou seja, mais do que se contraporem aos poderes das monarquias europeias em solo americano, essas revoluções e rebeliões expressavam, umas mais outras menos, uma busca por romper com as estruturas de dominação impostas pela ordem colonial e suas formas de estratificação social.

Ensejava-se uma conjuntura de dificuldade para as burocracias reais resistentes a uma mudança substantiva nas estruturas de poder em solo americano, consolidadas desde 1492 com o início do processo colonizador. Inglaterra e EUA apoiavam de forma oportunista movimentos rebeldes que buscavam emancipar-se do jugo colonial, e um ambiente de conflitos intensos se instalava por toda a América na aurora do século XIX. O Alto Peru, a região de interesse desse capítulo, esteve, antes de todas as regiões latino-americanas, no centro dessas divergências políticas entre realistas e não-realistas e, não ao acaso, os primeiros levantes independentistas da América espanhola surgiram

---

<sup>46</sup> Com relação às revoltas de Tupac Katari e Tupac Amaru em fins do século XVIII tem-se que: “la causa determinante de la rebelión indígena fue la persistencia de los abusos de la administración colonial respecto al tributo, el comercio y, la mita, ejecutados mayormente por corregidores y alguaciles, así como la usurpación de las tierras de comunidad otorgadas a los españoles en repartimientos y los servicios personales. En los hechos, no se atendieron los peticorios sobre estos aspectos dirigidos a las autoridades de la Audiencia y del Virreynato de Buenos Aires, dando lugar al conflicto armado. Levantamientos indígenas que fracasaron uno a uno y sus líderes fueron ejecutados sin piedad por los administradores del reino y las fracciones de encomenderos, hacendados, comerciantes y clérigos de la jurisdicción audienical, hegemonizados por los mineros del Cerro de Potosí, que se plegaron a la represión” (SANDOVAL, 2016, pp. 114-115)

nesta região, historicamente importante pelas vultosas quantidades de prata que havia remetido à Europa durante o período colonial, o que a fez adquirir uma relevância singular às pretensões imperiais da coroa espanhola desde os primeiros anos de colonização.

Mesmo localizando-se em um dos “corações” no sentido geográfico e geopolítico das terras americanas, o que dificultava o escoamento de sua produção argentífera em direção ao atlântico e ao pacífico, a região do Alto Peru, ao longo do período colonial, teve importância indiscutível, inclusive como uma região irradiadora do desenvolvimento da produção em outras regiões americanas, como em territorialidades que posteriormente dariam origem ao Estado chileno. Essas territorialidades adjacentes ao território do Alto Peru voltavam-se quase que exclusivamente ao abastecimento de produtos agrícolas e têxteis às regiões mineradoras do Alto Peru<sup>47</sup>. Ou seja, o Alto Peru caracterizava-se por uma região que, pela sua localização distante do oceano pacífico e, mais ainda, do atlântico e pela importância que adquiriu devido suas imensas riquezas argentíferas, caminhou em um sentido de criar um grau de autonomia política singular frente a outras repartições imperiais representadas pelos Vice-reinos de Lima e Buenos Aires, mesmo estando sob a jurisdição, num primeiro momento, de Lima, e, séculos mais tarde, de Buenos Aires.

Dessa forma, as revoltas que ocorreram no Alto Peru ao final da primeira década do século XIX são representativas do que a América Latina, em sua totalidade de regiões recortadas em Vice-reinados, viria a experimentar em termos de movimentos revolucionários independentistas. Historicamente, o Alto Peru foi a primeira região a proclamar-se independente em oposição à Junta governamental de Madri, que buscava manter a ferro e fogo a lealdade colonial. A emblemática revolta popular na cidade de

---

<sup>47</sup> “La producción de plata convirtió a Potosí en el polo de crecimiento económico colonial más importante de América del Sur, como México lo fuera del Norte, principalmente durante los siglos XVI y XVII por la incidencia de los metales preciosos en el desarrollo del mercantilismo europeo, que diera lugar a la revolución de los precios y el ensanchamiento del naciente mercado mundial. En la formación social de Charcas, la producción minera permitió una acumulación de capital destinada a la construcción y adornos de templos y mansiones, y sobre todo el desarrollo de una intensa actividad comercial en insumos mineros, artículos suntuarios europeos y productos alimenticios (...) Finalmente, en el nivel económico es necesario señalar que el polo económico de Potosí, con sus relaciones sociales de producción particulares (yanaconazgo, mitanaje), respondió a un modo de producción capitalista dominante, debido a que en la formación social de Charcas no sólo se daba la circulación de mercancías sino básicamente un proceso de producción, que implicaba inversiones en los sectores agropecuarios y mineros, a cargo de empresarios privados. De esta manera, las clases sociales detentadoras del poder económico de Charcas, que en el ámbito de las relaciones productivas y comerciales respondían al mercado mundial de mercancías, cumplieron el típico papel de capitalistas coloniales. Pues, la economía de la plata constituía una prolongación de la expansión europea y de sus intereses ultramarinos, antes que un centro de decisiones propias” (SANDOVAL, 2016, p. 104).

La Paz, liderada pelo criollo Pedro Domingo Murillo, em 1809, contra as determinações reais da Audiência de Chuquisaca, demarcou de forma clara o início de rebeliões independentistas que, apesar das sistemáticas derrotas para as tropas reais, não cessariam até que a independência total da América latina fosse conquistada. Ironicamente, a região do Alto Peru, que havia sido a primeira a declarar-se independente, seria a última a conquistá-la.

Enquanto *momento constitutivo* da nação, a Independência, não só do Alto Peru, mas das demais regiões, teve sua gênese, na história da contraposição dos conquistadores ibéricos aos americanos-espanhóis (*criollos*). Ao final do século XVIII, os americanos-espanhóis não suportavam mais as formas de dominação colonial características do regime de monopólio comercial e político impostos pela coroa espanhola, que os obrigavam a comprar tudo o que necessitavam a um preço estipulado pela coroa e a vender a preços também determinados por ela. Somado a isso, existiam as hierarquias políticas que se impunham sobre os americanos-espanhóis e os impediam de ascender à posição de Vice-reis<sup>48</sup>. As ideias liberais, e o próprio liberalismo, que tomava corpo neste período, chocavam-se com uma sociedade colonial em que os homens supostamente livres tinham de responder a poderes internos e externos a essa sociedade.

La defensa de la igualdad política entre iberos y americanos, era el punto culminante de la lucha social a inicios de siglo. En el fondo, los criollos americanos aspiraban al reconocimiento de derechos políticos por creerse españoles, afirmando en la “Representación a la Suprema Junta Central de España”, que “las Américas... **no están compuestas de extranjeros a la nación española**; pues somos hijos y descendientes de los que han derramado su sangre por adquirir estos nuevos dominios a la Corona de España; de los que han extendido sus límites y le han dado en la balanza política de la Europa, una representación que por sí sola no podía tener. (SANDOVAL, 2016, pp. 149-150) Grifos nossos.

Essas amarras alimentam justificativas à emancipação americana tanto no campo econômico quanto no político-ideológico e estão ligadas ao processo de expansão do próprio capitalismo. Interação com as transformações do próprio sistema-mundo capitalista visto que, se durante boa parte do período colonial a América havia sido o palco principal de expansão europeia de tipo mercantil, de exploração da mão de obra originária e negra, cuja produção destinava-se essencialmente para alimentar o comércio

---

<sup>48</sup> Só para constar “[...] num total de 170 vice-reis na América espanhola, até 1813, apenas quatro [eram] crioulos” (ANDERSON, 1990, p. 96).

européu, impactando uma revolução dos preços na Europa em virtude da quantidade extraordinária de prata americana, também a partir do final do século XVIII as regiões ou os Vice-reinos, pela lógica da própria expansão da economia mundial, tornavam-se, agora, importantes mercados para as manufaturas europeias.

É justamente nesta conjuntura histórica de ocupação da Espanha por Napoleão (1808), de imposição dos poderes da Grã Bretanha sobre os países ibéricos, diminuindo sua força competitiva, que os criollos dão início às suas aspirações de poder e de conquista da independência em proveito próprio, enquanto uma classe social que buscava emancipar-se do sistema de dominação imposto pela metrópole. Um fato importante e que pode passar despercebido na citação acima é que a reivindicação dos criollos de direitos políticos iguais entre ibéricos e americanos não toca na questão dos povos originários enquanto partícipes desse processo de igualação social.

A emancipação dos criollos não incluía os povos originários submetidos a regimes de exploração como eram os mitaios, escravos, yanacunas, pongos, esses que compunham a maior parte da população explorada nas minas, nas fazendas, nas obras públicas e nos serviços domésticos gratuitos. Eles ficavam como atores sociais marginais dessa emancipação política. É, neste sentido, que se formam *Estados nacionais aparentes*<sup>49</sup> na região latino-americana. (SANDOVAL, 2016).

A participação indígena, no calor das revoltas, será ambígua na medida em que tanto os realistas quanto os independentistas buscavam apoio dos nativos, mas, ao mesmo tempo, eram contrários à emancipação política deles. Segundo Herbert Klein (2016), no desenrolar desse processo independentista, que vai de 1807 a 1825, os indígenas tiveram participação em ambos os lados e foram armados por ambos os lados, o que gerou uma escalada no nível de violência entre 1811 e 1812. Ou seja, ambos os lados, mesmo reivindicando o apoio dos indígenas, deitavam suas raízes nas ideologias racistas de classificação social constitutivas da temporalidade colonial. (KLEIN, 2016).

Recordemos que a categoria de *colonialidad del poder* elaborada por Anibal Quijano, trabalhada no capítulo um, cumpre a função de explicar o resultado de um denso processo histórico em que as diferenças de identidade social foram transformadas

---

<sup>49</sup> Categoria histórica de análise desenvolvida por René Zavaleta Mercado e trabalhada na seção anterior para demonstrar a formação de Estados que não inserem, em seu corpo político, sua superestrutura política, os povos originários e suas formas de sociabilidade que permanecem vivas e, portanto em movimento conjunto com as formas tipicamente capitalistas, cada vez mais determinantes na articulação das demais formas de sociabilidade pretéritas.

em hierarquias<sup>50</sup>, as quais determinavam quais dessas identidades teriam acesso ao poder, à propriedade da terra e se poderiam ou não exercer suas culturas isto é, tudo dependia da categorização em que cada grupo social se encontrava. Essa divisão deu-se essencialmente entre brancos, mestiços, indígenas e negros. Não por acaso, no censo de 1881, realizado na cidade de La Paz, a população foi dividida em quatro raças: “*los blancos (32%), los indígenas (21%), los mestizos (47%) y los negros (1%)*” (Cepal, 2005, p. 15).

É importante dizer que a condição de indígena nesse censo ainda estava ligada diretamente ao pagamento de tributos obrigatórios por serem indígenas. Muitos dos que se declararam mestiços em 1881 eram indígenas e o faziam justamente para fugir dessa tributação forçada. No censo de 1900, as metodologias de identificar os indígenas como diretamente ligados à condição de tributários, e os mestiços como isentos dessa tributação, modificam-se.

(...) el censo de 1900 rompe las características del registro de los indígenas. Por primera vez se recogieron datos demográficos independientemente de la categorización de las personas con fines tributarios y se realizó una definición de indígena, mencionando que se trataba de descendientes de los habitantes originarios anteriores a la conquista española. Incorpora también como grupo poblacional específico a los mestizos, señalando que se trata de la mezcla de blanco e indio (...) En efecto, los mestizos estaban exentos del pago del tributo solamente cuando podían demostrar que no eran indígenas. (CEPAL, 2005, p. 15)

---

<sup>50</sup> “Desde el inicio de la conquista, la categorización de la población y su registro en los patrones, visitas y revisitas estuvo vinculada con las formas para captar la riqueza y la fuerza de trabajo. En etapas tempranas del periodo colonial, el instrumento administrativo para la categorización de la población indígena fue la Visita, utilizada para definir y administrar las Encomiendas, entendidas como una concesión de la Corona a un español para beneficiarle con la mano de obra gratuita de la población encomendada. En la Visita se establecía la tasa del tributo, además de resolver los conflictos suscitados entre los indios encomendados y el encomendero. Disueltas las Encomiendas a fines del S. XVI, la función de censar y controlar a la población indígena pasó a los Corregidores de Indios. En lugar de Visitas esporádicas, ellos debían mantener un registro permanente llamado “padrón de Tributarios”, donde se registraba a todas las personas adultas que debían pagar tributo. Este padrón estaba basado en la lista anual completa de habitantes de una determinada comarca. Después de la rebelión de Tupac Amaru el tributo pasó a llamarse “contribución de indios” y se abolió el cargo de Corregidor de Indios. En esa época se presentó un conflicto de fondo, originado en el establecimiento del número de tributarios, expresado en el conflicto entre el interés del encomendero por incrementarlo y el de los caciques que pugnaban por disminuirlo. Posteriormente, las diferencias entre ambos registros de indios continuaron y se acentuaron, mientras los padrones contenían información de todas las familias indígenas, los apoderados fiscales o agentes de empadronamiento encargados del registro de tributarios, trataban de incrementar el número de tributarios. (CEPAL, 2005, p. 12 e 13).

O Alto Peru, entre os anos de 1808 e 1816, passaria por vários levantes rebeldes apesar das derrotas sistemáticas e violentas como a execução de Murillo em 1810. Movimentos rurais guerrilheiros denominados de *republiquetas*<sup>51</sup>, enquanto forças improvisadas davam o tom das dificuldades dos realistas em por fim às ideias independentistas. Essas guerrilhas eram formadas por vários estratos da sociedade boliviana incluindo os camponeses-indígenas e se mostraram difíceis de serem esmagadas por completo. O Alto Peru e suas cidades experimentaram, neste interlúdio, idas e vindas de ajudas dos exércitos de Buenos Aires, que haviam proclamado sua emancipação política da Espanha no ano de 1810 e que, em algumas investidas militares sobre o Alto Peru, tentaram libertar a região. Sem êxito, as tentativas de libertação deixou um rastro de destruição a cada nova batalha e empobreceu a região a níveis dramáticos. Foram, no total, quatro as investidas das tropas argentinas ao Alto Peru. A última no ano de 1817, liderada pelo coronel Gregório Araoz de la Madrid, que, como as outras investidas, não passou de esforços inúteis que serviram apenas para aprofundar ainda mais a crise econômica devido aos constantes saqueios à Casa da Moeda localizada em Potosí. É perceptível, ao longo dessas investidas do exército argentino, seu interesse mais que evidente em conquistar principalmente as cidades mineras de Potosí e Oruro, obviamente muito mais pela cobiça da prata e muito menos para somar forças rumo à independência do Alto Peru.

É importante dizer que havia entre os criollos divergências significativas quanto a buscar a independência da Espanha. Quando os mais emblemáticos levantes indígenas, ocorridos ao final do século XVIII, se mostraram potencialmente fortes ao se contraporem aos excessivos tributos indígenas, a união entre criollos referendou a defesa da causa real. Também quando os ingleses invadiram as regiões do rio da prata, os criollos não tiveram dúvidas em defender o manto espanhol sobre a região, contudo exigiam uma igualdade entre ibéricos e ibérico-americanos que foi justamente a reivindicação que os uniria contra a Espanha de maneira definitiva.

A reunião de forças suficientes para libertar a região do Alto Peru dos exércitos realistas estaria ligada às investidas do exército libertador de Simón Bolívar, que, ao derrotar os realistas em 1821 e 1822 nas batalhas de Carabobo e de Pichincha, tornando

---

<sup>51</sup> “Isso se herdarà na republica e tornar-se-á uma espécie de caráter de nação. Será um país com uma grande capacidade militar em suas massas, invencível sempre no que Tamayo chamará seu *home* central, mas também, reproduzindo algumas das limitações do poder político incaico, um Estado incapaz de empreender guerras exitosas fora de tal hábitat. Será por outro lado, herança da facção, dos hábitos democráticos instalados nas massas, a pátria do que Arguedas denominará ‘caudilhos bárbaros’ e a ‘plebe em ação’”. (ZAVALETA MERCADO, 1988, p. 18)

independente a Colômbia e unindo-a a Venezuela e ao Equador, mirava o fim total do domínio espanhol sobre a América Latina. A ideia principal dos libertadores estava em unir o Alto Peru às já emancipadas regiões, o que, no âmbito geopolítico, desagradava os interesses peruanos e argentinos que viam, com essa união, a criação de um Estado poderosíssimo. É verdade que os interesses regionalistas freariam essa investida de Simón Bolívar e, ao final da contenda, se formaria um novo Estado no Alto Peru. (SANDOVAL, 2016 e KLEIN, 2016)

Finalmente, em 1825, o que era historicamente umas das regiões de maior apelo econômico e político da época colonial, a Audiência de Charcas, transforma-se no Estado nacional boliviano, mas a importância singular dessa região referente à Temporalidade Colonial não teria continuidade na Temporalidade Republicana. A Bolívia nascia para a vida republicana de forma muito fragilizada em virtude de sequenciais guerras em seu território e de uma diminuição significativa de sua população. Somado a isso, a república atravessava um período de estagnação das exportações da prata iniciado ainda em 1808 e que duraria até 1840. Essas primeiras décadas republicanas apontavam para a formação de um Estado que, em virtude de suas dificuldades econômicas em torno de sua principal indústria mineira, ver-se-ia obrigado a se voltar aos tributos indígenas produzidos pela economia rural e de subsistência de forma mais vigorosa do que nos períodos de crise dessa indústria, ainda em tempos coloniais.

Os impactos da independência foram variados. Como é característico do processo de formação da economia-mundo capitalista, os Estados formaram-se uns contra os outros e, na América Latina, não seria diferente. Barreiras tarifárias entre os Estados nacionais para proteger suas economias foram criadas, destituindo as uniões aduaneiras da colônia que haviam beneficiado o Alto Peru, aumentando, assim, os custos de transportes que haviam sido e continuariam sendo um problema central para as elites mineiras escoarem sua produção de prata. As guerras de independência legariam, também, uma destruição das principais minas de prata nos principais polos mineiros representados por Potosí e Oruro, que agora exigiam um custo altíssimo de investimentos para voltarem a serem rentáveis.

O Estado nacional boliviano nasce envolto por um ar iluminista das revoluções liberais e suas formas democráticas de governo em que, supostamente, a soberania e a cidadania popular deveriam ser a tônica do processo, mas essa não era a realidade concreta desse Estado nem dos demais Estados da região. Múltiplas formas de relações

sociais de produção eram na realidade o que caracterizaria a Bolívia como uma *formação social abigarrada*. As elites remanescentes do período colonial, formadas pela oligarquia dos produtores de prata e de grandes fazendeiros, por mais que tentassem passar a ideia das liberdades republicanas, esbarravam nas necessidades de manutenção das estruturas de poder típicas da colonialidade, como a escravidão e a semi-servidão impostas sobre os povos originários. Não havia representatividade das nacionalidades nativas na vida republicana.

A política liberal dos libertadores implantaria a propriedade privada da terra e aboliria a obrigatoriedade dos tributos indígenas, transformando-os, supostamente, em cidadãos em uma nação de “iguais”. Não obstante, essas transformações radicais na vida cotidiana vão de encontro à forma comunitária das terras (*ayllus*) geridas pelos originários e, também, de encontro à principal fonte de ingresso nas receitas do Estado boliviano, que eram justamente os tributos indígenas<sup>52</sup>.

Dadas as relações de poder em jogo, a política de inspiração liberal de Simón Bolívar se contraporía frontalmente às relações sociais de produção e de poder existentes ao final do período colonial. Formalmente, os decretos de Bolívar são acatados, mas, na prática, seu cumprimento não se materializaria. Mais do que isso, os decretos entrariam em contradição tanto com os interesses oligárquicos vinculados a terra e à mineração, que necessitavam desesperadamente da manutenção dessas formas coloniais de exploração em momento de severa crise de receitas via exportação da prata, quanto dos interesses dos próprios indígenas que viam na tributação uma forma de manterem suas formas comunais de gerenciamento da terra e, portanto, de uma maior proteção de suas formas de sociabilidade não-capitalista.

Para a mentalidade das oligarquias criollas, extremamente ligada às estruturas de poder do período colonial, igualar a cobrança de impostos entre indígenas e não indígenas era, de certa forma, intolerável nestes primeiros anos republicanos, visto que a identidade indígena, para essas oligarquias, estava ligada indelevelmente à cobrança obrigatória do tributo indígena, ou seja, constituía na visão dessas oligarquias uma forma de barreira cultural discricionária em termos raciais que os diferenciavam dos indígenas.

---

<sup>52</sup> Para uma compreensão detalhada da história dos tributos indígenas ver: *Historia de los tributos en Bolivia*. Disponível em: [http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4\\_uibd.nsf/E3FB7F77C4D0D78505257FD3007367D1/\\$FILE/HISTORIATRIBUTOS.pdf](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/E3FB7F77C4D0D78505257FD3007367D1/$FILE/HISTORIATRIBUTOS.pdf)

Em um curto espaço de tempo, os tributos voltam a ser reimplantados e, como já dissemos, seguem sendo a maior fonte de ingressos do tesouro nacional, assim como a atividade mineira segue sendo a mais importante do nascente Estado boliviano, mesmo com a queda dos preços do metal e com a falta de mão de obra indígena nestas regiões, que haviam ambas declinado substancialmente quando comparadas aos anos gloriosos de exploração colonial. A cidade de Potosí chegou a ter uma população urbana de mais de cem mil pessoas, e, no início do período republicano, essa população não passava de quinze mil pessoas. (GALEANO, 1996, KLEIN, 2016).

Ainda que a cidadania burguesa trouxesse uma ideia de coletividade concentrada na forma estatal moderna, de maneira a normatizar a vida política da nação nas primeiras décadas republicanas, o seu exercício político pleno estaria restrito a uma pequena parcela da população de origem criolla. De forma concreta, a cidadania esteve, desde a Constituição de 1826, restrita aos que possuíam uma renda elevada, eram alfabetizados em língua espanhola ou possuíam uma carreira profissional. Nessa ordem de coisas, os indígenas, os homens (todos ou os de baixa renda?) e as mulheres, constituíam uma espécie de *externalidade* do Estado em termos de cidadania. Nas palavras de Álvaro Garcia Linera (2008):

De hecho, el Estado republicano nace a cabalgadura en contra de la indiada, y todo su armazón argumental no hace más que repetir, mediante disposiciones administrativas, este imperativo social de unas clases pudientes que no tienen en común más que la misión de atrincherarse en el Estado en contra de los indios.

El Estado republicano, conservador o liberal, proteccionista o librecambista, es pues, de entrada, un Estado construido al modo de un sistema de trincheras y emboscadas en contra de la sociedad indígena, de los *ayllus*, de los comunarios. No hay en él ni un atisbo de simulación de incorporar al indio, porque lo que define al Estado, a las fracciones sociales unificadas políticamente como poder gubernamental, es precisamente la conjura permanente contra la indiada. Por encima de las rencillas entre oligarcas mineros, comerciantes arribistas y gamonales pueblerinos, está la contención del *ayllu* soliviantado, considerado como el fin de la historia, como la hecatombe de la civilización. El Estado republicano es entonces un Estado de exclusión; todos sus mecanismos administrativos están atravesados por la exacción y la disuasión del tumulto comunal. Lo indio es lo pre-social, con sus amenazantes horrores desbocados, ocultos tras el manto de elusivos silencios y humildades. (LINERA, 2009, p. 177)

Nessas condições, a ideia de cidadania que se constrói é aparente. O cidadão é o não indígena, representa a não aceitação da propriedade comunal, a não aceitação de culturas orais frente a culturas letradas. A sociedade está, portanto, atravessada por uma clara divisão étnico-racial arquitetada desde o período colonial e adornada na república com ideários supostamente universais de cidadania. Ser cidadão remete a ter herança europeia: “*no se hacen ciudadanos sino que se nace ciudadano, es un enigma de cuna y abolengo; su realización es sólo un problema de madurez biológica, porque el abolengo del apellido es aquí la garantía de los derechos políticos*” (LINERA, 2009, pp. 178-179).

Em suma, no Alto Peru, o que ocorre, em essência, com a Independência é uma transferência de poder político entre cúpulas de poder já estabelecidas, em que os espanhóis-ibéricos são substituídos pelos americanos-espanhóis e pelos mestiços, quando estes conseguem comprovar que parte de seu sangue é espanhol. Esse deslocamento de poder não modificará a lógica de estruturação do poder (*colonialidad del poder*) criada na relação entre Europa e América ao longo do processo de expansão da economia-mundo capitalista. As bases sociais que sustentarão os poderes coloniais apenas se transferem de mãos, sem que um processo real de nacionalização e democratização das correlações de força entre Estado e sociedade civil representasse uma preocupação central da administração republicana.

A independência enquanto um *momento constitutivo* da nação seria a síntese de uma crise permanente do Estado boliviano de caráter permanente. Garcia Linera (2010) em “Conferências Magistrais” organizadas no ano de 2010 na sede da CEPAL, em conjunto com outros pensadores como Maria da Conceição Tavares, debruça-se sobre o tema da formação dos Estados modernos, em geral, e dos Estados latino-americanos, com especial atenção ao Estado boliviano. Linera (2010) elenca o que ele denomina tratar-se das três falhas estruturais no processo de formação nacional boliviano. *A primeira seria o próprio colonialismo, a segunda, a centralidade do governo e a terceira, o modo de produção primário-exportador.* (LINERA, 2010, p. 59)

Essas três fissuras estruturais estarão presentes na longa duração da formação e democratização da sociedade boliviana e, conseqüentemente, dos momentos constitutivos que nos propomos a pensar de forma crítica neste capítulo. Não seria necessário dizer que a Bolívia se constituiu demograficamente como um país de maioria avassaladoramente indígena desde sua fundação em 1825 e permanece assim até os dias atuais. Ao longo desses duzentos anos de república, essa falha colonial não se fechou

completamente, apesar dos avanços indiscutíveis em alguns dos momentos constitutivos da nação, como na Guerra do Chaco (1932-1935), na Revolução Nacional de 1952, no processo de autodeterminação das massas de 1979, fruto da Assembleia Popular ocorrida em 1971, e na refundação do Estado em bases plurinacionais na aurora do século XXI.

Realizado o voo sobre os anos que precederam a independência e que estiveram ligados às primeiras décadas republicanas, faremos, em seguida, um voo por alguns momentos constitutivos, mais a distância, e, em outros, de maneira mais rasante, procurando ver como se desenvolvem essas falhas estruturais na mediação entre o desenrolar da questão nacional do Estado boliviano e da expansão da economia-mundo capitalista.

### **3.2 A Guerra do Pacífico enquanto momento constitutivo da nação (1879-1883)**

Antes de adentrarmos na análise propriamente dita da Guerra do Pacífico e de suas consequências para o desenvolvimento do Estado boliviano, um sobrevoo sobre o período anterior à guerra, às condições econômicas e políticas dessa sociedade é importante na medida em que a guerra, enquanto momento constitutivo da nação representa o acúmulo de tensões relativas ao surgimento de Estados nacionais concorrentes entre si, somadas aos desdobramentos políticos e econômicos no interior dos Estados boliviano, peruano e chileno.

A crise de produção da prata na Bolívia a partir do final do século XVIII foi significativa, e, até o final da década de 1840, não se recuperaria a ponto de recolocar essa indústria, novamente, enquanto o principal motor da economia boliviana<sup>53</sup>. Neste período, com uma população que, segundo os dados estimados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE)<sup>54</sup>, girava em torno de 1.378.896 em 1846, sendo 800.000 camponeses-indígenas, não é difícil imaginar, como já apontamos anteriormente, que a maior parte dos ingressos que sustentaram os cofres públicos provinha dos tributos indígenas.

De fato, os tributos sobre populações indígenas chegaram a 60% das receitas totais do Estado entre as décadas de 1808 e 1840, quando não passavam de 25% no final

---

<sup>53</sup> Ver Herbert Klein, 2016, Tabela A.2: Produção de prata na Bolívia - 1550 -1909 (Produção por décadas, em marcos de prata).

<sup>54</sup> (KLEIN, 20156 p. 393-394).

do século XVIII. Segundo Herbert Klein (2016), até o ano de 1860, ou seja, duas décadas antes da Guerra do Pacífico e do retorno da pujança da indústria argentífera, os tributos indígenas sustentariam a jovem república e, em contrapartida, manteriam as terras das comunidades indígenas relativamente fora das ameaças de se transformarem em propriedade privada e passarem para as mãos das elites brancas e mestiças. Esse contexto, que vai de 1825 até 1860, pode ser caracterizado como de extrema estagnação econômica quando visto em seu conjunto.

Governantes como Andrés de Santa Cruz (1829-1839) procuraram, de todas as formas, reavivar a economia da prata, reduzindo taxas sobre a mineração e sobre a cunhagem da moeda, construindo ferrovias como a Cobija-Potosí, que visava a diminuir os custos de transportes do metal, que era um significativo entrave para o aumento nas exportações. Essas medidas não foram suficientes para aumentar as receitas governamentais que se mantiveram minimamente estáveis até o final da década de 1850 devido ao aumento da população indígena nas zonas rurais, obrigada a pagar impostos. No governo de Santa Cruz foi recorrente o fato de as despesas aumentarem significativamente mais do que as receitas. A maior parte dessas despesas esteve vinculada à manutenção dos exércitos bolivianos, que consumiam em torno de 40% a 50% dos gastos totais do Estado.

Um fato geopolítico importante ocorrido no governo de Santa Cruz, e que, de certa forma, ensaiava as batalhas interestatais ainda mais devastadoras que estariam por desatar-se entre países da região (Guerra do Pacífico 1879-1883 e do Chaco 1932-1935), foi a tentativa de Santa Cruz, em 1836, de criar o que ficou conhecido como a Confederação Peru-Bolívia. A iniciativa não teve êxito justamente pela não aceitação argentina e chilena corporificada na invasão do território peruano em 1838, pondo fim, no ano de 1839, à tentativa de Santa Cruz de criar um Estado único entre Peru e Bolívia. Santa Cruz havia sido também governante do Peru e um importante líder nos anos pós-independência e via como estratégica uma união desses dois países que guardavam entre si muitas características em comum, como, por exemplo, serem países culturalmente muito próximos. Além disso, a união seria uma forma de, se não solucionar os problemas bolivianos, pelo menos diminuí-los consideravelmente.

Entre os anos de 1841 a 1847, durante o governo de José Ballivian, a Bolívia viveria um lento, mas contínuo, aumento das rendas governamentais, dada a melhora nas exportações da prata, além de ter-se visto livre, a partir desse momento, de gastos militares excessivos com o fim conflito da Confederação Peru-Bolívia. As rendas dos

tributos indígenas, apesar de diminuírem para 40% do total dos ingressos, ainda eram significativas. Ballivian procurou diminuir os gastos militares consideravelmente, o que ia contra a matriz de pensamento dos primeiros governos, como os de Sucre e Santa Cruz, os quais, mesmo a despeito dos excessivos gastos militares, entendiam não ser aceitável uma fragilização de seus exércitos frente aos exércitos de outros países da região. De alguma maneira, essa forma de governar dos primeiros presidentes da Bolívia era herdeira da potencialidade econômica e, conseqüentemente, política que a região havia obtido historicamente desde as descobertas monumentais de prata a partir de 1545 na cidade de Potosí.

No censo realizado em 1846 por José Maria Dalence, podem-se observar algumas características dessa sociedade de forma mais concreta. Segundo o censo, a população estava em torno de 1.400.000, verificando-se um aumento da população indígena nas áreas baixas do oriente boliviano, nas quais a grande maioria não estava sob o controle direto do Estado. Isso denotava o baixo poder infraestrutural<sup>55</sup> do Estado boliviano para controlar a população total, teoricamente sob sua governabilidade. Nas Guerras do Pacífico e do Chaco, essa baixa capacidade do Estado em reger sua população foi uma das fraquezas fundamentais que conduziria à derrota. (KLEIN, 2016).

De 1825 até o fim do governo Ballivian, em 1847, as dificuldades do Estado, principalmente na dimensão econômica, não haviam permitido inverter positivamente a condição deficitária do país, o qual acumulava sistemáticos déficits em sua balança comercial. Os gastos com a burocracia militar também não haviam diminuído substancialmente, mantendo-se como a principal despesa do Estado.

A Bolívia experimentaria, de 1848 a 1880, uma situação, no campo político, extremamente caótica pela forma de governos caudilhistas que imperou nesta periodicidade. É verdade que a indústria moderna da prata, que tem início a partir de

---

<sup>55</sup> “O (...) poder infraestrutural dos Estados (...) Trata-se do poder de que o Estado desfruta para alcançar a sociedade civil e fazer valer suas decisões de maneira logística e racional, em todo o território nacional (...) O poder infra-estrutural resulta assim de todos os meios pelos quais o Estado regula o cotidiano, sem que para tanto precise solicitar sistematicamente a autorização da sociedade civil. Isso porque o poder infra-estrutural é um poder negociado, que resulta das regras de funcionamento do próprio regime democrático. O Estado pode, por exemplo, cobrar impostos e taxas, porque a população aceita esse ônus; o pagamento de impostos é um elemento constitutivo do Estado democrático e faz parte das negociações usuais necessárias à organização do cotidiano social (WEISS, 2006, p. 172-173). Desta maneira, Michael Mann considera que quanto maior o poder infra-estrutural do Estado, maior sua capacidade de controlar as rotinas e ordenar o cotidiano em seu território (MANN, 1997, p. 61). O poder infra-estrutural do Estado é assim imenso, e efetivamente submetido ao crivo da sociedade na ocasião dos escrutínios eleitorais. É o que distingue, aliás, as sociedades capitalistas e democráticas das sociedades históricas, mais vulneráveis ao poder das elites governantes”. (NUNES, 2011, p. 40-41)

1850 com a introdução da máquina a vapor na retirada do metal fez da Bolívia, uma vez mais, um importante exportador do metal, apesar da conjuntura política desordenada, instalada a partir do fim do governo de Ballivian e que se estenderia até o fim do governo de Manuel Isidoro Belzu (1847-1855), historicamente conhecido pela defesa do protecionismo comercial, pela imposição de tarifas restritivas à importação das manufaturas inglesas e pelo controle sobre a indústria da prata. Belzu foi uma personagem populista/socialista para época, no sentido de que foi aclamado pelo povo e odiado pelas elites mineiras e comerciais, as quais já flertavam com as políticas de livre comércio em contraposição às políticas mercantilistas defendidas por Belzu.

O fim do governo de Belzu (1855) marca, portanto, o fim de uma conjuntura protecionista/nacionalista do Estado boliviano, tanto no campo externo quanto interno. Em 1857 e 1872 – passando pelos governos de José María Linhares, José María Achá e Mariano Melgarejo, alinhados às políticas de livre comércio<sup>56</sup> alimentadas por um momento de melhora nas receitas do Estado – é marcada a investida dos empresários mineiros, dos comerciantes e da burocracia militar no avanço da propriedade em sua forma privada por sobre as terras comunitárias indígenas, declarando que estas deveriam passar às mãos do Estado e serem, posteriormente, vendidas enquanto propriedade privada. O aumento significativo nas receitas do Estado decorrente de uma modernização da indústria da prata significava, simultaneamente, que os tributos indígenas tornavam-se menos importantes, trazendo de volta propósitos usurpadores das terras comunitárias num movimento de desconhecimento da personalidade jurídica dos comunitários com relação às suas terras.

O governo de Melgarejo (1864-1871) é, em boa medida, um ponto de bifurcação na conjuntura política do país pelo fato de a elite mineira assumir um papel praticamente direto nas tomadas de decisões político-estatais, agora fortalecidas, principalmente no ano de 1872, com a aprovação pela Assembleia Legislativa, de uma lei que formalizava o livre-comércio (Sandoval, 2016). Em suma, essa conjuntura anterior à Guerra do Pacífico responde aos anseios “libre cambitas”<sup>57</sup> das elites

---

<sup>56</sup> “Desde la época del Mariscal Antonio José de Sucre y aun en contra de sus propias ideas liberales, rige el monopolio comercial de minerales y metales de plata a través de las agencias rescatadoras existentes en Potosí, Oruro, La Paz y Tupiza<sup>7</sup>, como una necesidad de supervivencia económica estatal” (SANDOVAL, 2016, p. 195)

<sup>57</sup> “Pero no obstante el apoyo gubernamental, el avance librecambista es lento y cauteloso. Desde la época del Mariscal Antonio José de Sucre y aun en contra de sus propias ideas liberales, rige el monopolio comercial de minerales y metales de plata a través de las agencias rescatadoras existentes en Potosí, Oruro, La Paz y Tupiza, como una necesidad de supervivencia económica estatal” (SANDOVAL, 2016, p. 195)

mineradoras da prata e dos grandes proprietários de terras que até então, como explica Sandoval (2016), esbarravam na forma lenta e cautelosa do Estado em mãos dos libertadores como Bolívar e Sucre que se posicionavam contra uma liberalização total do comércio como forma de fortalecer as estruturas estatais (econômica e política) de forma mais soberana.

A descoberta, pelos chilenos, de colossais depósitos de guano, prata e nitrato nas partes do Atacama boliviano e o estabelecimento de relações comerciais bilaterais entre o governo boliviano e chileno sobre a exploração desses recursos naturais – com vantagens historicamente conhecidas para os chilenos em parceria visceral com o capital inglês – criaria o ambiente que levaria à Guerra do Pacífico em menos de uma década.

A Guerra do Pacífico foi um conflito que envolveu diretamente Bolívia, Chile e Peru. Pode-se dizer que muitas das consequências dessa guerra estão presentes nos dias atuais. A mais significativa delas é, sem sombras de dúvidas, a contenda ainda não solucionada entre Bolívia e Chile sobre uma saída ao mar para a Bolívia, talvez um dos poucos países no mundo com esse problema. Para nossa análise, o que importa nesta contenda belicista é perceber que os resultados dessa guerra tiveram muita relação com o grau de desenvolvimento, em termos capitalistas, de cada um dos três Estados. Bolívia e Peru, como se sabe, estiveram juntos na guerra, e o Chile e os capitais ingleses juntos contra os dois primeiros.

Quando afirmamos que a guerra e suas consequências guardam uma relação com o grau de desenvolvimento capitalista em cada um desses países, nos referimos à relação que cada um desses Estados tinha, neste momento, com a sua sociedade civil. Essa relação entre Estado e sociedade civil foi descrita por Rene Zavaleta Mercado em seus estudos sobre a formação dos Estados nacionais na América latina como “equação social” e estaria vinculada, em termos teóricos, à forma como cada país se utilizou da produção de seu excedente econômico para realizar transformações, substantivas ou não, entre Estado e sociedade civil. O Chile, e também o Peru, neste quesito, estavam consideravelmente à frente da Bolívia. Aqueles dois países haviam se utilizado da produção do excedente econômico, em boa medida, de forma mais estratégica na relação meio/fim, tanto no sentido de redistribuição entre os estratos sociais, quanto na criação de um poder infraestrutural mais robusto. O Chile havia se aproximado mais do que Zavaleta chamou de um “*ótimo social*” entre Estado e sociedade civil quando comparado com a Bolívia e com o Peru. O Chile havia, portanto, alcançado uma

unidade em termos da questão nacional mais homogênea, principalmente em comparação com a Bolívia, o que seria decisivo para as potencialidades político-econômicas que cada um teria na guerra.

Quando a Guerra do Pacífico tem início, de fato, no ano de 1879, estava claro que o Chile, em relação ao Peru e, mais ainda em relação à Bolívia, apresentava um ótimo estatal/social maior que, de antemão, lhe posicionava no início da contenda com mais força hegemônica, no sentido de mobilização de sua sociedade para a guerra. Já a Bolívia se caracterizava muito mais por conter em seu território uma gama de povos com relações sociais de produção de vida não compatíveis com as relações sociais de produção tipicamente capitalistas, o que transformava a Bolívia em uma *formação social abigarrada* (vários modos de produção da vida ocorrendo a um só tempo). Isso já era um limite considerável para esse Estado mobilizar e organizar sua população para a guerra. Desta maneira, a resolução da guerra estava muito mais favorável a uma vitória chilena, como veio a ocorrer ao final de 1883.

O desenvolvimento capitalista no Chile havia se caracterizado pela sua precocidade em relação ao Peru e à Bolívia. Os chilenos haviam avançado mais no extermínio sistemático dos povos indígenas em suas territorialidades, criando um grau de homogeneização social muito mais relevante que, durante a contenda, foi percebido na maior facilidade desse país em convencer sua população da importância da guerra de forma mais natural e da precocidade também em criar um exército permanente mantido com fundos públicos.

Na Bolívia, pela histórica relação entre colonizador e colonizado, advinda de tempos coloniais e reforçada na república, não se produziu um Estado de guerra genocida entre espanhóis e povos originários, mas, sim, a reutilização das estruturas hierárquicas herdadas do Incário (tributos indígenas) que serviram aos anseios expansionistas da economia-mundo capitalista nesta região. Nos territórios bolivianos, diferentemente dos territórios que viriam dar origem ao Chile, havia uma sociedade muito mais complexa, uma sociedade estatal burocratizada, controlada pelo Incário antes da colonização espanhola e que foi extremamente funcional para pôr em marcha o próprio sistema colonial. Só a partir do século XVIII é que as guerras entre criollos e indígenas tornam-se mais violentas. Não obstante, como procuramos demonstrar, neste período, no contexto das dificuldades que a indústria argentífera enfrentava, a importância dos tributos indígenas era de tal magnitude que inviabilizava qualquer possibilidade de uma limpeza étnico-racial.

No Chile, o Estado formou-se em guerra contra os povos originários, o que exigiu a criação de uma sociedade voltada para a lógica militar do combate e, conseqüentemente, um poder infraestrutural muito mais desenvolvido se consolidou<sup>58</sup>. Ou seja, não houve um processo de incorporação dessas comunidades nos territórios chilenos. Na Bolívia, a incorporação ocorreu, mas de maneira a manter os povos originários apenas como força de trabalho, sem a perspectiva de uma igualação social, da busca de um ótimo social entre Estado e sociedade civil.

Ao abordar a Guerra do Pacífico é importante uma reconstituição histórica, mas a explicação que nos interessa para compreender mais profundamente esse momento constitutivo na história da Bolívia está justamente na forma como se dá a coesão social, na relação entre Estado e sociedade civil. Quando Zavaleta Mercado busca, ao final de sua vida, estudar a história da Bolívia contemporânea, em especial o período que vai da Revolução Nacional de 1952 até o início dos anos de 1980, percebe a necessidade de retroceder até a Guerra do Pacífico. Em seu livro *Lo nacional-popular na Bolivia*, no capítulo intitulado “La querella del excedente”, o autor propõe analisar como estava, no momento da guerra, a equação social Estado/sociedade civil em cada um dos países envolvidos na guerra, procurando avaliar a formação histórica de cada um, ou seja, sua *forma primordial* (articulação entre Estado e sociedade civil).

A explicação de Zavaleta para o resultado da Guerra do Pacífico, muito mais histórica e social do que militar, tem a ver com sua ideia dos *momentos constitutivos* em cada uma dessas sociedades, pensando cada um destes momentos mediados pelas suas tensões interiores ao Estado nacional. Ele compreendia que as debilidades e forças em cada uma dessas sociedades estavam inscritas, de forma indelével, em seus processos de articulação mediados pela equação social Estado e sociedade civil.

Nesta análise de Zavaleta no capítulo “La querella del excedente”, há um ponto que nos parece fundamental para compreender o que Garcia Linera (2015) enunciou como uma das falhas estruturais das sociedades latino-americanas. Referimo-nos à falha da centralização do poder que, no nosso entender, está intrinsecamente relacionada com

---

<sup>58</sup> “En la guerra del Pacífico se enfrentaron tres acumulaciones históricas pero más bien, con algún matiz, el ápice o conclusión de ellas, que es el estado. Se debe notar que hay guerras más estatales por su carácter y guerras más populares, con lo cual se quiere denotar el diferente grado de su penetración en el agregado ideológico colectivo... En todo caso, el carácter o rasgo central de la guerra es el haber ocurrido con un carácter más bien interestatal. En Perú y Bolivia era puramente estatal; en Chile, el estado tenía la aptitud de movilizar psicológicamente y administrativamente al pueblo. El enfrentamiento es entre los tipos de ecuación social o sea el grado en que cada una de ellas es la portadora de un óptimo. Hemos de explicar que es lo que entendemos por esto que hemos llamado de modo reiterativo la ecuación social o el óptimo, que no es sino la cualidad relacional de la sociedad”. (ZAVALETA, *apud* TAPIA, 2012, p. 338)

a categoria de excedente econômico. Excedente econômico não no sentido das relações desiguais de produção, mas nos fins que cada Estado nacional deu a esses excedentes, ou melhor, na forma de apropriação e centralização desses excedentes. A análise que Zavaleta faz desta categoria está relacionada às dificuldades encontradas pela Bolívia tanto na Guerra do Pacífico no século XIX quanto na Guerra do Chaco no século XX.

Zavaleta estabelece comparação entre a forma de apropriação e utilização do excedente econômico em cada um dos países em guerra, procurando demonstrar que o Peru, mesmo tendo um excedente comparativamente maior do que o chileno no momento da guerra, não havia logrado utilizar esse excedente internamente, no sentido de criar uma equação social mais equilibrada que lhe desse, se não uma vantagem na guerra, ao menos uma equiparação com a equação social chilena. Na Bolívia, de forma ainda mais dramática, o excedente econômico que enfrentava dificuldades em ser criado devido à estagnação da indústria mineira era apropriado pelas oligarquias sem que houvesse uma contrapartida na redistribuição desse excedente de forma mais igualitária na totalidade da sociedade.

Na Bolívia, o excedente econômico foi utilizado para *congelar* qualquer possibilidade de transformação substantiva na equação social e não para buscar um ótimo social entre Estado e sociedade civil. O foco de Zavaleta em “La querrela del excedente”, como dissemos, não está em analisar as relações de produção criadoras do excedente econômico, mas na forma como o Estado realiza seus gastos finais, como converte esses gastos para se impor de maneira mais ou menos orgânica perante a sociedade civil que pretende governar.

A partir dessas formulações histórico-teóricas, a Guerra do Pacífico torna-se mais compreensível. É evidente que a guerra teve suas causas principais nas investidas chileno-britânicas sobre recursos naturais extremamente valorizados no período, como era o guano, o salitre e a prata, descobertos pelos próprios chilenos na região do Atacama boliviano. Acordos entre Chile e Bolívia foram firmados no início dessas descobertas, mas o excedente que ficava para a Bolívia mostrou-se muitas vezes inferior ao que era apropriado pelos chilenos e pelos capitais ingleses.

As tentativas de acordo entre Bolívia e Chile ocorreram antes da guerra. Em 1874, os dois governos assinaram um acordo que alterava o que havia sido firmado em 1866. Uma das cláusulas fazia com que a Bolívia abdicasse de 50% das tarifas alfandegárias relativas à exportação de minerais referentes aos paralelos 23° e 24° (Urrutia, 2008), além do compromisso de manter os impostos inalterados por um

período de 25 anos. O estopim do conflito foi quando a Bolívia, em 1878, em uma permanente crise econômica, rompe com o acordado e, novamente, impõe uma cobrança sobre a companhia *Antofogasta Nitrates & Railway Company* com um aumento de 10 centavos por quinta de salitre. Esse aumento de imposto levou o Chile a declarar guerra contra a Bolívia, a qual, posteriormente, teria o envolvimento do Peru como aliado.

A Guerra do Pacífico, como relata Herbert Klein (2016), foi uma “tragédia grega” para Bolívia. É inevitável, pelos relatos históricos, perceber a leviandade com que os poderes bolivianos foram firmando os acordos com o governo chileno, sem levar em consideração a forma como este último governo deslocava parte considerável de população, que foi, pouco a pouco, colonizando as terras bolivianas desde meados da década de 1840, criando um poder infraestrutural que o Estado boliviano nunca chegou a ter em seu próprio território. Como relata o pensador boliviano Antonio Mitre (2010), procurando fazer uma síntese dos antecedentes da guerra e da ocupação chilena do Atacama boliviano:

Na década de 1840, o governo da Bolívia firmou numerosos contratos com empresários chilenos, norteamericanos e ingleses para explorar o potencial econômico da região. Entre 1842 e 1849, foram produzidas 53 mil toneladas de fertilizantes, ou uma média de 7.500 toneladas por ano e, assim, o deserto, considerado como um dos mais áridos do planeta, começava a fornecer os produtos – guano e salitre – que iriam fecundar outras terras. Em decorrência da importância econômica que o Atacama vinha tendo, o presidente boliviano, Mariano Melgarejo, fundou o Departamento do Litoral, com aproximadamente 120 mil quilômetros quadrados e, ao mesmo tempo, intensificou a concessão de licenças de exploração a capitalistas nacionais e estrangeiros. O capital chileno se incorporou rapidamente a essas atividades, e seu avanço para o norte foi acompanhado por uma significativa migração de trabalhadores desse país, os quais, gradualmente, se assentaram em territórios pertencentes à Bolívia (Atacama) e ao Peru (Tarapacá). (MITRE, 2010, p. 9)

Ainda segundo Mitre (2010):

O processo de expansão para o Norte refletia, ao mesmo tempo, o frágil fundamento da indústria chilena, incapaz de reverter, no interior, o declínio de sua produção de cobre e de prata, provocado pela queda dos preços e o esgotamento dos minerais mais ricos. O afluxo de trabalhadores, provenientes, sobretudo,

de Copiapó, se intensificou na década de 1870 devido à descoberta dos riquíssimos depósitos de mineral argentífero em Caracoles, no Atacama boliviano, para onde se dirigiram também numerosos empresários chilenos. (*Ibidem*)

A Guerra do Pacífico, em si, teve, portanto, causas geopolíticas, econômicas e também causas relativas à equação social entre Estado e sociedade civil em cada um dos três países. Porém, mais importante do que as causas da guerra foram suas consequências; em especial, para a Bolívia, que viu anexado ao território chileno todo seu litoral e, conseqüentemente, suas riquezas naturais. Além dessas consequências econômicas e geopolíticas, havia as questões internas à nação relativas ao processo de democratização e nacionalização dessa sociedade. Por exemplo, a marginalização da população indígena, reaparece após a guerra visto que o recrutamento dos indígenas para a guerra demonstrava, uma vez mais, que estes eram utilizados pelo Estado em momentos de dificuldades, mas peremptoriamente renegados quando não tinham mais “utilidade”. Com o fim da guerra, esses problemas de coesão nacional ressurgem com força, tornando-se, à época, um dos temas tratados por pensadores como Alcides Arguedas, os quais investiam suas críticas às classes dominantes que custavam a dar a devida importância aos indígenas para que o processo de construção da nação avançasse.

Contudo, o peso de concepções racistas que deitavam suas raízes no imagético senhorial, foi capaz de imputar aos indígenas a derrota na guerra, dizendo que eles constituíam uma raça “sem sentimento patriota [que] já nasce como inimigo dos brancos e dos homens da costa” (EARLE, *apud* MITRE, 2010, p. 12). A Guerra do Pacífico, enquanto momento constitutivo da nação denunciava uma vez mais a separação da população entre criollos e indígenas. Em termos de controle do poder estatal, a Guerra do Pacífico findava com o controle do Estado pelos caudilhos militares, que deram lugar às oligarquias da indústria da mineração, que viviam um processo de expansão da produção de prata, iniciado a partir da década de 1850 com o barateamento dos custos de produção devido à tecnologia da máquina a vapor. Essa oligarquia mineira teria o controle do Estado principalmente a partir do ano de 1884, com o Pacto de Trégua com o Chile, que lhe permitiu usar as receitas do Estado de forma a modernizar os transportes para o escoamento de sua produção, além de toda a estrutura política que se voltava aos seus interesses. (MITRE, 2010).

Em termos mais gerais, esse Estado, conhecido na literatura como Estado oligárquico, acabaria por dividir-se em duas frentes de força representadas pelos dois únicos partidos de relevância para os rumos da nação à época, a saber: o Partido Conservador e o Partido Liberal, os quais se alternariam no poder entre os anos de 1884 a 1920, quando entrará em crise o Estado em sua forma oligárquica. Em suma, a “tragédia grega” da Guerra do Pacífico fazia com o país recrudescesse, enclausurando-se entre as montanhas características de sua geografia. Isso ocorreria, ironicamente, no momento em que a economia boliviana mais se integrava ao mercado internacional via exportação argentífera. Abaixo segue a figura 3<sup>59</sup>, referente ao Departamento do litoral boliviano em 1879 perdido para o Chile.

**Figura 3 - Território perdido para o Chile, na Guerra do Pacífico**



Fonte: REYES, 2009, p. 137.

A perda da saída para o mar acabou criando uma forte disparidade entre as regiões altas e baixas da Bolívia, de forma que o Altiplano, pela importância econômica que manteve na República, acabava simbolizando muito mais a nacionalidade do país do que as terras baixas orientais. As dificuldades de uma integração nacional que desde

---

<sup>59</sup> “Cundo Bolívia nació a la vida independiente, el litoral era uno de los seis partidos de Potosí. El 29 de Enero de 1826 el Mariscal Sucre clarificó la división política de Bolívia. Las intendencias o presidencias fueron convertidas en departamentos: Chuquisaca, La Paz, Cochabamba, Santa Cruz y Potosí. Los departamentos fueron divididos em provinciais y estas em cantones. Atacama fue una de las provincias dependientes de la prefectura de Potosí, su capital era San Pedro de Atacama” (MESA, José; GISBERT, Teresa; GISBERT, José, 1999, p. 430-431)

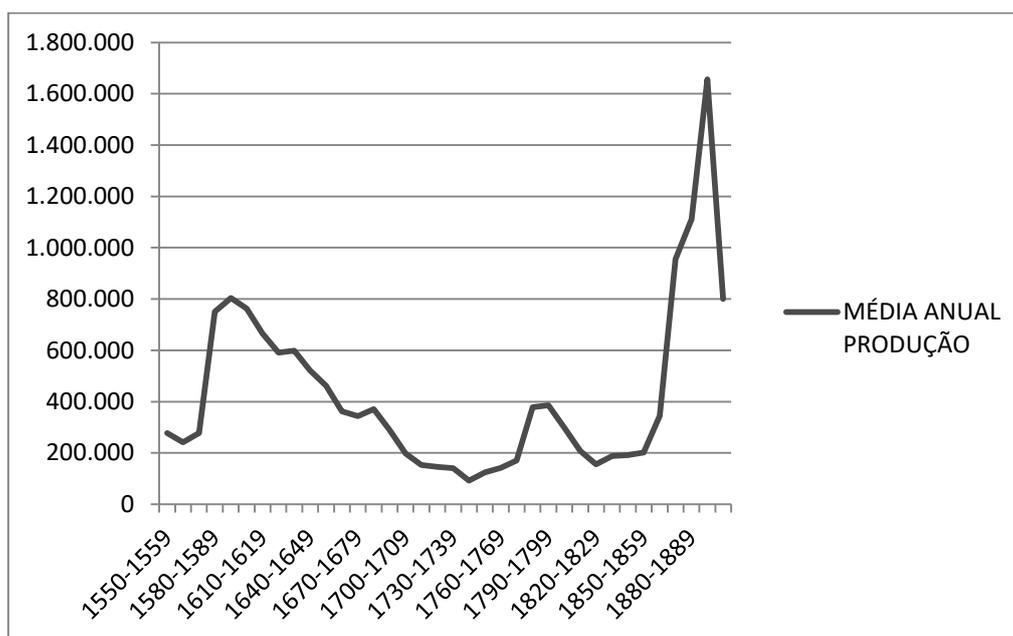
os primeiros anos da República dava mostras de privilegiar as regiões economicamente fortes intensifica esse privilégio com a perda do litoral. Muitas das questões que hoje pautam as políticas de descentralização do poder, de autonomias regionais e departamentais, muitas delas com origem nas terras orientais, têm suas raízes no enclausuramento que o país passaria a viver com a perda de seu “horizonte marítimo” (MITRE, 2010).

### **3.3 A rebelião de Pablo Zárate Willka enquanto momento constitutivo da nação em 1899**

Nesta seção do capítulo 3 procuraremos mostrar como, após a Guerra do Pacífico, os ataques às terras indígenas em seu formato comunitário (ayllus) tornaram-se sistemáticos, assim como os movimentos indígenas viram-se cada vez mais obrigados a se defender de forma mais organizada, a fim de resgatar suas memórias coletivas. Esses ataques sistemáticos se concentraram, principalmente, nas terras altas da Bolívia entre os anos de 1874 com a aprovação da Lei de Ex-vinculação estendendo-se até, praticamente, a Guerra do Chaco (1932-1935).

A partir do último quarto do século XIX, de forma inequívoca, a Bolívia entraria em uma fase vigorosa de exportação de prata, findando definitivamente com o período de retração iniciado ao final do período colonial e que se prolongaria até praticamente o início da década de 1870. O gráfico a seguir ilustra uma trajetória de longa duração da produção anual de prata de 1550 até 1910:

**Gráfico 1 - Média anual da produção de prata (1550-1889)**



Fonte: Elaboração própria realizada com base nos dados retirada de livro História da Bolívia (KLEIN, 2016, p. 396).

O ponto a ser destacado, aqui, é que, com o revigorecimento da indústria da prata após a Guerra do Pacífico, tem-se o fortalecimento das oligarquias mineira e latifundiária – ambas beneficiadas pelas políticas de livre mercado – e a aprovação de leis que retiravam direitos dos indígenas sobre suas terras. Esse melhora na situação econômica levaria as elites oligárquicas a reivindicar freneticamente que essas terras fossem juridicamente transformadas em propriedade privada devido à queda da importância dos tributos indígenas frente às receitas do Estado, que se beneficiava do *boom* das exportações argentíferas.

Desde os governos Melgarejo (1864-1870), Moraes (1871-1872), Frias (1872-1873) e Ballivián (1873-1874), as investidas contra as terras comunais já se faziam presentes. O decreto de 1874 denominado de Lei de *Ex-vinculação*, que dava por extinta juridicamente as propriedades comunais além de aumentar os impostos sobre essas terras através da criação de um imposto chamado, à época, de *contribuição territorial*<sup>60</sup>,

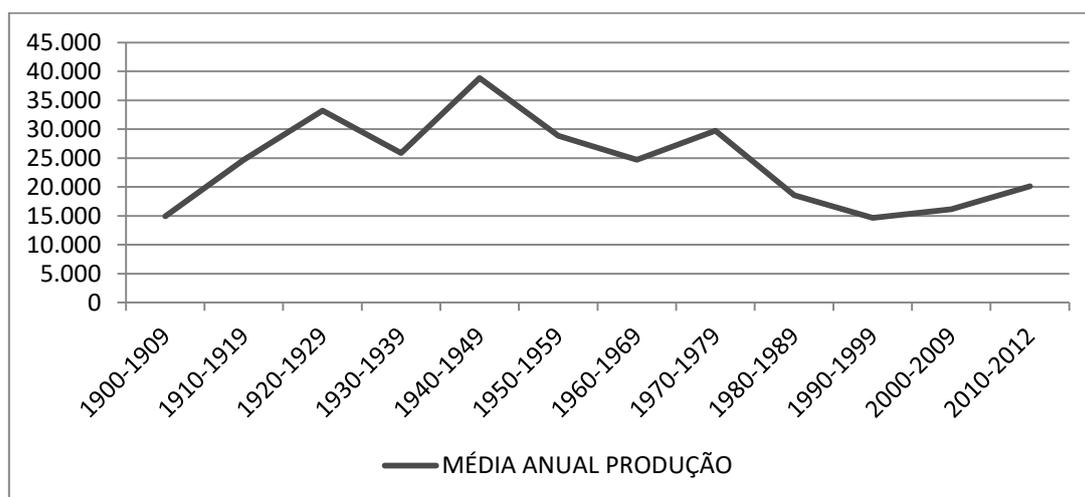
<sup>60</sup> “Otro tanto sucedió con la reforma tributaria. En teoría, debía sustituirse el tributo colonial —que con el nombre eufemista de contribución indígena se había mantenido durante el siglo xix— por un impuesto a la propiedad aplicable a todos los ciudadanos bolivianos. Sin embargo, en la aplicación de esta reforma el tributo sufrió sólo un nuevo cambio de nombre. Pasó a llamarse contribución territorial y fue revalorizado en un 25% como consecuencia de la abolición de la moneda feble y la adopción del Boliviano<sup>3</sup>. En cambio los señores de la tierra pagaban el impuesto predial rústico, cuidando de no ser confundidos, ni siquiera en la contabilidad fiscal, con aquellos “ciudadanos” a los que consideraban sus bestias de carga. Hasta muy entrado el presente siglo, la contribución de los indios sustentó los presupuestos departamentales y fortaleció administrativamente a los departamentos más densamente poblados del país”. (RIVERA, 2010, p. 89).

que substituíria o tributo indígena, é a expressão máxima de poder do Estado oligárquico contra os povos originários e suas formas de sociabilidade, que tinha na terra sua expressão comunal, o que lhes havia dado certa proteção contra os imperativos do Estado em sua forma oligárquico/liberal/conservadora.

A imposição liberal sobre a jurisdição das terras indígenas levaria a um aumento sistemático dos grandes latifúndios, processo que prosseguiria até a Guerra do Chaco, tendo sido a região do altiplano a mais afetada por esse aumento. O acúmulo dessas tensões levaria à rebelião organizada pelo *aymara* Pablo Zárata Willka, em 1899, desencadeada cronocorrelatamente e em função da guerra civil boliviana entre o Partido Conservador e o Partido Liberal. O forte desgaste do Partido Conservador nos seus quase 20 anos de administração coincidia com a crescente popularidade do Partido Liberal que fora impedido sistematicamente pelo Partido Conservador de ascender ao poder pela via pacífica. Neste momento, a realidade socioeconômica da Bolívia demarcava um deslocamento dos centros de decisão do país de Potosí-Sucre para La Paz-Oruro devido ao nascimento da indústria do estanho em mãos do Partido Liberal e suas elites e o enfraquecimento da indústria da prata em mãos do Partido Conservador e suas elites. Essas disputas no seio do Estado boliviano marcariam, podemos dizer assim, um momento extremamente significativo para a história de construção da nacionalidade e da democratização da sociedade boliviana.

A partir do início do século XX, ocorreria o declínio derradeiro da oligarquia mineira da prata devido à estagnação dessa indústria, que é concomitante ao fortalecimento de outra oligarquia atrelada à exportação de outras matérias primas, sendo o estanho a principal delas. Essas disputas entre oligarquias daria o tom da guerra pelo controle do Estado entre Conservadores (oligarquia da prata) e Liberais (oligarquia do estanho). Os conservadores sairiam derrotados desta contenda. Também ocorreria, de forma diferenciada do período do auge da mineração da prata (1880-1900), que esteve em mãos de oligarquias nacionais, uma entrada nestes novos mercados, cada vez mais abertos, de empresas estrangeiras, além da consolidação de uma elite que se voltaria para a produção do estanho, o qual se tornaria o principal produto da pauta de exportação boliviana. No gráfico abaixo temos uma série histórica também de longo prazo sobre a média da produção anual de estanho em território boliviano.

**Gráfico 2 - Média anual da produção de estanho de (1900-2012)**



Fonte: Elaboração própria construída com base em KLEIN, 2016, p. 398.

Nas dimensões política e regional, essas mudanças significariam a transferência da capital localizada em Sucre – em estreita relação com a oligarquia mineira da prata enclausurada em Potosí e Oruro – para La Paz, onde se concentrava a oposição liberal. Num primeiro momento, a ideia dos liberais era criar uma federação independente em La Paz. Não obstante, com o triunfo sobre os conservadores, essas ideias foram abandonadas e, como dissemos, La Paz tornar-se-ia capital do Estado boliviano a partir de 1900 para não mais deixar de ser até os dias atuais.

Porém, a vitória dos liberais sobre os conservadores contou como apoio decisivo de uma massa indígena concentrada na cidade de La Paz e liderada pelo aymara Pablo Zárate Willka que, independentemente do apoio aos liberais, trazia no bojo dessa contenda as próprias demandas indígenas que, como não poderia deixar de ser, estavam intrinsecamente relacionadas à posse de territórios expropriados pela lei de *Exvinculação*. Durante a batalha, esses territórios foram retomados em parte através de violentas disputas que dizimaram criollos e indígenas dessas localidades. As mobilizações indígenas avançariam sobre parte das terras de La Paz, Cochabamba, Oruro e Potosí com alto grau de violência, mas não foram capazes de se sustentar e acabaram sendo posteriormente derrotadas pelos seus próprios aliados, os liberais, que viram nessas revoltas uma grau de rebeldia tal que não se via desde as revoltas de Tupac Amaru no século XVIII.

Pode-se dizer que a rebelião orquestrada pelo aymara Zárate Willka expunha, uma vez mais, os problemas de democratização da sociedade boliviana, problemas relacionados à formação de um Estado essencialmente aparente, onde o que imperava

era uma forma de governo que insistia em não incorporar os povos originários como parte orgânica da nação devido à mentalidade racista herdada da Temporalidade Colonial, além de avançar o processo de acumulação via expropriação<sup>61</sup>. Com a vitória dos liberais e suas investidas –sejam as jurídicas sobre os ayllus (forma comunal de propriedade da terra), seja pela força das armas contra qualquer manifestação mais aguda dos povos originários – caracterizariam as primeiras décadas do século XX, marcadas pela expansão latifundiária sobre suas territorialidades e pelas tentativas dos originários de impedir que esse processo avançasse mais e se tornasse definitivo. (RIVERA, 2010; KLEIN, 2016).

É importante dizer que, desde o início do período republicano, as comunidades indígenas, ou melhor, parte delas não estava totalmente fora das redes do mercado interno boliviano. A inserção dessas comunidades já existia na medida em que, para pagarem o tributo indígena em espécie, transformavam parte de suas produções em dinheiro, que era destinado ao pagamento desses tributos. Com as investidas latifundistas cada vez mais intensas sobre suas territorialidades e, também, com o avanço das ferrovias que cortavam suas territorialidades, começava a surgir uma produção agrícola que competia com os produtos comunais indígenas e que, em pouco tempo, se sobreporia a este último, “bloqueando o acesso autônomo da produção comunal para o mercado” (RIVERA, 2010, p. 85).

O caminho de desenvolvimento que se impõe nas primeiras décadas do século XX levaria à criação de monopólios sobre a produção dessas coletividades, e sobre suas terras, o que reforçou o que Zavaleta Mercado denominou de paradoxo senhorial, ou seja, uma reafirmação ainda mais contundente das formas de *colonialidad del poder* fundadas na colônia entre brancos e não brancos que, em tempos republicanos, fora travestida entre criollos e indígenas. A rebelião de Willka e as demais que se seguiriam

---

<sup>61</sup> “La abolición jurídica de la comunidad, como ya se señaló, desató un rapaz y fraudulento proceso de expropiación de tierras apoyado en el uso casi permanente de la violencia. En los veinte años de liberalismo (1900-1920), el ritmo de expropiación de tierras comunales no hizo sino seguir un curso ascendente. Sólo en la provincia Pacajes de La Paz, las tierras vendidas entre 1901 y 1920 fueron del orden de las 44.687 hectáreas, por comparación a las 33.401 has. vendidas en los 20 años precedentes (Rivera., 1978b: 106). Estas ventas beneficiaron a destacadas figuras públicas del liberalismo. El propio presidente Montes (1904-1909; 1913-1917), en una sola operación de venta forzada se hizo de uno de los más grandes latifundios en la fértil península lacustre de Taraco. Políticos, comerciantes y empresarios mineros adquirieron tierras como un medio de obtener capital —a través de la especulación o la hipoteca— para invertir coyunturalmente en efímeras aventuras empresariales fuera del sector agrícola. Ninguno de los objetivos explícitos de las leyes de exvinculación —que postulaban la necesidad de convertir al comunario en pequeño propietario y a la tierra en mercancía de libre circulación— se cumplió en los hechos. La coacción estatal como mecanismo de expropiación de tierras comunales reforzó el poder local de los terratenientes y propició la expansión de las relaciones de producción serviles en la agricultura”. (RIVERA, 2010, pp. 88-89).

nas primeiras décadas republicanas eram o reflexo de uma sociedade abigarrada marcada pela *colonialidad del poder*. Nas palavras de Silvia Rivera (2010):

La rebelión de Willka fue quizás la última rebelión india autónoma del período republicano. Duramente derrotados y diezmados, **sus efectivos se comportaron en ella como una nación dentro de otra nación**, expresando en su enfrentamiento abierto contra la minoría criolla dominante la ideología y la práctica de una lucha anticolonial. A través de la crisis desatada por la rebelión de Zárate, lo indio, como categoría colonial, se reproducirá en las percepciones colectivas de la sociedad criolla. **La violencia rebelde y la violencia estatal, en su lenguaje sin mediaciones, renovarán la lógica del enfrentamiento de castas y reforzarán por varias décadas la noción de barbarie aplicada al universo asocial de lo indio (Parrenin y Lavaud, 1980). Sin embargo, la rebelión de Willka marca también el fin de una época.** En su amplitud y coherencia, en su fundamental autoexclusión de todo mecanismo mediador que tradujese las demandas indias a términos inteligibles y legítimos para otros sectores de la sociedad, el aislamiento de la rebelión india no volverá a repetirse en futuros conflictos. (RIVERA, 2010, p. 86) Grifos nossos.

O início do século XX foi denominado na literatura histórica boliviana como a segunda república, em referência ao fim da oligarquia da prata como detentora do poder político e do início de um domínio, tanto na dimensão política quanto na econômica, dos liberais apoiados na exportação do estanho como principal commodity. Esse período seria caracterizado também pelo acirramento das tensões entre o Estado e os povos originários, sendo a violência Estatal utilizada sempre que necessária para reprimir as demandas indígenas por terras e democratização social.

Não podemos mais dizer, como Silvia Rivera, quando, em 1984, escreve sua contribuição seminal sobre a história dos movimentos indígenas “*Oprimidos pero no vencidos*”, (referindo-se principalmente aos movimentos indígenas das terras altas bolivianas), que a rebelião de Zárate Willka tenha sido a última rebelião indígena autônoma de todo o período republicano, dado que, posteriormente, na aurora do século XXI, esses movimentos voltariam com um grau de organização política que os recolocariam, uma vez mais, como atores centrais nos processos de democratização da sociedade boliviana.

A rebelião de Zárate Willka, do mesmo modo que as rebeliões indígenas em território boliviano que nos são coetâneas desvelou, uma vez mais, a natureza as raízes

senhorial/colonial da relação do Estado com os povos originários, na medida em que, se estes não podiam ser controlados (os indígenas) e servir à república de forma a fazê-la desenvolver-se enquanto uma nação moderna, estes deveriam ser extintos. Neste início do século XX, as ideias sociais darwinistas estão operando vigorosamente na mentalidade das formações sociais latino-americanas, que buscavam homogeneizar suas populações. As elites interpretavam essas ideias como um processo natural, evolutivo, o que lhes dava uma justificativa para manter a hierarquização social baseada na suposta inferioridade racial dos indígenas. Nas palavras de Moreno:

El indio y el mestizo incásicos radicalmente no sirven para nada en la evolución progresiva de las sociedades modernas. Tendrán tarde o temprano, en la lucha por la existencia, que desaparecer bajo la planta soberana de los blancos puros o purificados. (MORENO, 1960, p. 53, *apud* RIVERA, 2010, p. 87)

Chefes de estado como Bautista Saavedra eram a expressão mais acabada dessa mentalidade senhorial:

Si una raza inferior colocada junto a otra superior tiene que desaparecer, como dice Le Bon, (y si) ... hemos de explotar a los indios aymaras y quechuas en nuestro provecho o hemos de eliminarlos porque constituyen un obstáculo y una rémora en nuestro progreso, hagámos lo así franca y energicamente. (SAAVEDRA, 1971, p.146, *apud* RIVERA, 2010, p. 88)

A rebelião de Willka expressa, contraditoriamente, a força e a fraqueza da ideologia liberal. A força desta ideologia se impôs politicamente sobre os conservadores que haviam governado o país até o final do século XIX, e, sua fraqueza, esteve justamente na manutenção das características senhoriais que a longa história colonial lhe imputava como forma de impedir o avanço das formas liberais de Estado.

As décadas de 1910, 1920 e 1930 seriam marcadas por tensões no Altiplano andino devido às rebeliões indígenas – em 1914, na província de Pacajes, em 1918, de Caquiaviri, em 1921, de Jesus de Machaca e entre 1920 e 1930, de Achacachi. Todas elas foram expressões de resistência à expansão dos latifundiários sobre os ayllus. Essas tensões marcariam um lento, porém progressivo, processo de reorganização das demandas indígenas após a rebelião de Zárate Willka. Silvia Rivera (2010) compreende

o período que vai de 1910 a 1930, como um *ciclo rebelde*, visto que esses movimentos tinham em comum, elementos ideológicos e políticos, mesmo estando desarticulados entre si.

Uma das formas de se defender juridicamente dos avanços das grandes fazendas ocorreu quando os *Mallku*<sup>62</sup> – caciques, em idioma aymara, que representavam a autoridade secular nos ayllus desde antes do período colonial e que foram fundamentais para que os espanhóis pudessem controlar um grande número de indígenas – apresentaram, para a surpresa das autoridades criollas, *títulos de propriedade privada* que foram expedidos, durante o período colonial (XVI e XVII), pelos espanhóis que reconheciam essas territorialidades como propriedades dos comunais. Durante as primeiras três décadas do século XX, muitos ayllus apresentaram esses títulos de propriedade nos quais constava que os *Mallku* eram os legítimos proprietários dessas terras. Segundo Rivera (1978), esses documentos foram extremamente importantes, se não para impedir, ao menos para freiar a expansão dos grandes latifúndios sobre os territórios comunais<sup>63</sup>. Esse fato foi um marco no que diz respeito ao resgate da memória coletiva dos povos originários, que lentamente aumentaram seu grau de organização coletiva.

Desde a Lei de *Ex-vinculação* promulgada em 1874, essa organização tinha sido desarticulada pela desterritorialização das comunidades, que acabavam se dispersando e atomizando o que antes eram *unidades domésticas justapostas*, com laços comunais de parentesco que extrapolavam cada uma dessas unidades e criavam um intercâmbio complexo de recursos entre regiões que iam muito além do Altiplano andino. (CONDARCO, 1965; RIVERA 1978; RIVERA, 2010).

Podemos dizer que essa renovada forma de atuação dos movimentos indígenas por dentro das formas liberal-criollas, ou seja, se utilizando dessas últimas como

---

<sup>62</sup> “Mallku (aymara, lit. condor) es el equivalente del kuraka quechwa o del “cacique” importado del Caribe por los españoles. Es una autoridad tradicional a nivel de las instancias organizativas comunales más amplias o ayllus mayores (cf. Platt, 1976). jilaqata (aymara, lit. el “encargado mayor”) es una autoridad de menor jerarquía, ya sea porque corresponde a ayllus más pequeños o que forman parte de un ayllu mayor, siendo también comúnmente una autoridad rotativa de las estancias —unidades de residencia patrilocales— que forman parte de los ayllus . Para una descripción detallada del funcionamiento actual del sistema jerárquico de autoridades en una comunidad aymara del Altiplano, ver el trabajo de Albó (1972)”. (RIVERA, 2010, p. 95)

<sup>63</sup> “Por ejemplo, Martín Vásquez, máximo dirigente de la rebelión de Pacajes en 1914 —que enseguida analizaremos más detalladamente— hizo un viaje a Lima ese año con sus abogados, para obtener los títulos que lo acreditaban como legítimo descendiente de los mallkus aymaras de la región (Flores, 1979:93). Un viejito octogenario de Umala, pueblo distante varias leguas del epicentro de dicha rebelión, relató estos hechos a Ramiro Condarco en 1964, señalando también que Santos Marka T’ula, legendario dirigente cacical que participó activamente en las huelgas de brazos caídos de la década del 30, utilizó el mismo mecanismo para legitimar su lucha” (CONDARCO, 1965: 416, *apud* RIVERA, 2010, p. 100)

mecanismo de igualação social, logrou reposicionar os indígenas e suas demandas no centro *do caráter moral liberal* tendo sido a rebelião de Zárate Willka o momento constitutivo desse resgate da memória coletiva dos povos originários e suas formas de sociabilidade.

Em termos de avanços concretos, pode-se dizer que os movimentos engendrados pelos caciques entre 1910 e 1930 conseguiram recuperar parte das terras que haviam passado para as mãos de grandes fazendeiros, eliminaram a obrigatoriedade do serviço militar indígena, além de permitir que os indígenas começassem a ter uma voz mais ativa frente aos poderes locais e nacionais ainda que de forma não deliberativa. Ao final da Guerra do Chaco, houve uma retomada das mobilizações indígena-campesinas, intensificaram-se ainda mais suas formas de organização que deitavam raízes em suas memórias coletivas de resistência aos avanços das formas de sociabilidade tipicamente capitalistas.

### 3.4 A Guerra do Chaco enquanto momento constitutivo da nação (1932-1935)

**Figura 4 - Território perdido para o Paraguai, na Guerra do Chaco**



Fonte: REYES, 2009, p. 176

Este que é um dos *momentos constitutivos* da história boliviana, o qual levaria a uma conjuntura que duraria até a Revolução Nacional de 1952 e que poria fim ao Estado em sua forma oligárquica, constitui-se por um momento marcado por contradições sociais, acirrando-se ao seu ponto máximo nas suas várias dimensões/esferas da existência (econômica, política e cultural) da sociedade boliviana.

Na dimensão econômica anterior à Guerra do Chaco, a Grande Depressão de 1929 atingiu a Bolívia de forma devastadora, evidenciando toda a debilidade de uma economia primário-exportadora dependente fundamentalmente das exportações do estanho para sua saúde financeira e política. Essa *falha estrutural primário-exportadora*, como a caracterizou o boliviano Álvaro Garcia Linera (2010), é explicativa de um problema crônico com pouquíssimas possibilidades de ser contornada, devido às características hierárquicas e combinadas entre os Estados nacionais centrais e periféricos no bojo do desenvolvimento da *economia-mundo capitalista*. Como relata Everaldo de Oliveira Andrade (2007), o estanho ganhara importância crucial para o desenvolvimento da economia nacional como principal produto de exportação ao longo do século XX, inserindo a Bolívia nos ciclos da economia mundial de forma definitiva:

Entre 1910 e 1919 o estanho já representava 40% do comércio exterior; entre 1910 e 1919 subiu para 60%; entre 1920 e 1939 alcançava 72%; e entre 1940 e 1949 chegou a 75% do total do comércio exterior do país. (ANDRADE, 2007, p. 27)

A abertura econômica, que a nação boliviana experimentou com extremo vigor desde o início do século XX, fez com que os efeitos da grande crise de 1929 fossem sentidos de forma genuína sobre os mais variados setores da sociedade. Como procuramos explicitar na seção anterior houve um aumento brutal da violência na dimensão político-cultural engendrada contra os povos indígenas sob suas terras em formato comunal, que teve como resposta, levantes desses povos em toda a região do altiplano boliviano. No âmbito estatal, a crise desnudava as dificuldades enfrentadas pelo Estado oligárquico para pagar os empréstimos, principalmente os de origem estadunidense, adquiridos desde o início do século XX e aprofundados no governo de Saavedra (1921-1925) com o intuito de financiar obras públicas. Esses empréstimos

implicaram um controle direto dos EUA para com o pagamento de impostos em território boliviano<sup>64</sup>.

De forma majoritária, as obras públicas estiveram voltadas muito mais aos interesses dos grandes mineradores do estanho, através da construção de ferrovias que lhes possibilitaram a diminuição dos custos de transportes, do que de fato para buscar uma melhoria das condições miseráveis das grandes massas da população boliviana. Ou seja, o aumento das exportações e a criação de *excedente econômico* via produção e exportação de estanho não se revertiam em um horizonte de desenvolvimento *qualitativo* da sociedade enquanto totalidade social. Esse fato pode ser constatado pelo monopólio do estanho que, desde o início de sua exploração, esteve concentrado em mãos de três grandes magnatas que detinham respectivamente 62% da exploração (Simon I, Patiño em 1931), 26% (Mauricio Hothschild em 1938) e, 10% (Carlos Aramayo em 1934). Não havia o interesse estratégico por parte desses magnatas em investir no processamento do estanho, como nos relata Andrade (2007), de forma a buscar um processo de industrialização que se espraiasse em outros ramos da economia nacional. De forma crônica na história da Bolívia, essa *falha estrutural primário-exportadora* e produtora de excedente econômico demonstrava, uma vez mais, o mecanismo em funcionamento de um *Estado aparente* que não se utilizava desse excedente para produzir um processo de nacionalização e democratização da sociedade boliviana, ou, nas palavras de Zavaleta Mercado, de um *ótimo social* entre Estado e sociedade civil (*forma primordial*).

Um acontecimento emblemático que ilustra esse mecanismo de transferência de *excedente econômico* para economias centrais ocorreu no governo de Saavedra (1921-1925), o qual utilizou o poder estatal e seu monopólio da força para estancar as históricas greves de mineiros ocorridas em Uncía em julho de 1923, em benefício dos barões do estanho. Porém, numa tentativa de demonstrar aos barões independência do Estado, Saavedra realizou um aumento dos impostos sobre o setor, ao mesmo tempo em que reprimia as greves mineiras. Como reflexo instantâneo, o governo experimentou a força desses magnatas, que rapidamente transferiram as sedes empresariais para os

---

<sup>64</sup> Os anos de Saavedra na presidência são marcados por uma aproximação com os EUA através de vultuosos empréstimos deste país que ingressavam na Bolívia para a construção de ferrovias e obras públicas o que em contrapartida aumenta os serviços da dívida pública boliviana. O quanto grande era essa aproximação pode ser visto no fato de que em 1921 percebendo uma incapacidade dos empresários bolivianos em explorar regiões petrolíferas, Saavedra concede para empresas estadunidenses com relações estreitas com a Standard Oil Company de New Jersey a exploração dessas regiões. Rapidamente essas empresas se unem e fundam a Standard Oil Company da Bolívia.

EUA e, com elas, os lucros de suas companhias, escancarando a fragilidade do Estado boliviano diante das forças oligárquicas representadas por esse setor. Em seguida, num ato de desespero para sanar déficits públicos e não interromper as construções das ferrovias que, como já dissemos, serviam majoritariamente aos interesses desses grandes exportadores do estanho, Saavedra vê-se nas mãos desses magnatas ao necessitar de empréstimos das próprias companhias para manter um mínimo de dinamismo econômico que não implicasse em um aumento das tensões políticas. No entanto, esses empréstimos foram concedidos ao Estado boliviano como contrapartida para que os impostos sobre a produção de estanho ficassem congelados nos cinco anos seguintes. (KLEIN, 2016, p. 222)

Esse fato demonstrava, de maneira inequívoca, o poder econômico e político que os oligarcas do estanho haviam adquirido desde finais do século XIX “*tornando o Estado boliviano uma caricatura, agência intermediária entre os grandes capitais gerados pela mineração e o restante da burguesia nacional boliviana*” (ANDRADE, 2007, p. 29). Todo o cenário de crise econômica aberto com a grande depressão de 1929 colocava em xeque a evolução constante da produção de estanho que, até esse ano, havia aumentado significativamente para, então, nos anos posteriores, entrar em depressão, da qual só viria a se recuperar a partir da década de 1940, como podemos observar na Tabela 2 e no Gráfico 2 da seção anterior.

Neste interim, do início do século XX até a crise de 1929, setores da pequena burguesia, impulsionados pela evolução das exportações de estanho, haviam se expandido e estavam, assim, condicionados totalmente aos ciclos de *boom* desse setor. A crise atingiu essa nascente e pequena burguesia de imediato, gerando impactos sobre um dos poucos setores da economia que possibilitava algum tipo de ascensão social (ANDRADE, 2007)

Com relação ao campesinato-indígena, principalmente os localizados nas regiões do altiplano, como aponta Silvia Rivera (2010), o início do século XX, ao intensificar o grau de integração da economia boliviana ao mercado mundial, conduziu a uma desagregação dos *laços de mercantis*, que havia se constituído, deste o período colonial, entre os espaços produtivos comunitários (*ayllus*) e a economia nacional boliviana. Esses laços mercantis passaram a sofrer a concorrência de mercados mestiços-criollos, surgidos com as ferrovias que se instalavam às margens das terras comunitárias. Como salientamos anteriormente, o pagamento do tributo indígena obrigatório, e em espécie, desde o período colonial, havia levado a um estreitamento dos laços entre diferentes

*modos de produção* num tipo de *comercialização forçada* para que as comunidades indígenas pudessem pagar os tributos, o que era sintomático de uma *formação social abigarrada*. Nas palavras de Rivera (2010):

**En la medida en que los comunarios estaban obligados a pagar la contribución indígenal, debían obtener por la fuerza dinero para satisfacer las exigencias fiscales.** De este modo, por lo menos una porción de su ingreso monetario constituía un ciclo trunco **m-d (Mercancía-Dinero), donde los comunarios vendían pero no compraban.** Pero en conjunto, su incursión en el mercado, como bien lo ha demostrado Platt (1982) para el Norte de Potosí, parecía exceder holgadamente esos límites. **Constituía así un genuino fenómeno de ampliación del mercado interno regional, de venta discrecional de productos, insumos y servicios a cambio de un equivalente monetario que era utilizado como punto de articulación** en una compleja red de intercambios intercológicos que permitía a los comunarios del Altiplano el acceso a productos como la sal, el maíz, la coca y la madera **dentro de una lógica orientada hacia el valor de uso** en la que se complementaban el abastecimiento alimentario y los usos rituales y sociales. (MOLINA, 1983, *apud* RIVERA, 2010, p. 96) Grifos nossos.

Rivera (2010) sustenta que, de maneira alguma, as comunidades da região do altiplano constituíam-se por um sistema fechado em si mesmo, na medida em que, no século XIX, foi possível verificar uma expansão de *caráter mercantil* em regiões comunitárias intermediárias entre Potosí e Chuquisaca, as quais produziam produtos, como o trigo, que abasteciam o mercado interno e que tinham uma parte voltada à exportação no mercado mundial. Historicamente, essas produções comunitárias em terras comunitárias do altiplano eram controladas pelos caciques aymaras e quéchuas que representavam, desde os primeiros anos do processo colonizador, as lideranças indígenas no processo de mediação/acordo mercantil com os poderes coloniais, visto que os espanhóis se reutilizaram dessas formas hierárquicas constitutivas do império incaico para facilitar o controle do grande número de indígenas e para fazer uso de sua força de trabalho na exploração argentífera.

Desse modo, é insustentável, segundo Rivera (2010), a ideia de que as comunidades do Altiplano boliviano estivessem totalmente isoladas das redes de comércio interno e externo ao território boliviano. Reforçando uma vez mais, foi a introdução de ferrovias, na entrada do século XX, como as de Guaqui-La Paz (1905), Oruro-Viacha (1908), Arica-La Paz (1913) e Viacha-La Paz (1917), que impôs um freio

à expansão dos laços mercantis dessas comunidades com a economia nacional, em decorrência da concorrência surgida de populações mestiço-criollas, que começavam a se concentrar na produção de produtos concorrentes aos produzidos pelos comunitários, dificultando o acesso dos primeiros ao dinheiro em espécie, destinado ao pagamento dos tributos obrigatórios. Rebeliões dessas comunidades contra esses novos mercados seriam a tônica desse período em regiões do altiplano, como ressalta Rivera (2010):

De este modo, al núcleo de la contradicción entre hacienda y comunidad, que venía arrastrándose desde el último cuarto del siglo xix, se superpuso la creciente **contradicción entre campesinos y vecinos de los pueblos rurales —lo que explica, por ejemplo, el carácter “antivecino” de la rebelión de Jesús de Machaca en 1921** (Choque, 1979)— que sentó las bases para la lucha, no sólo contra el monopolio comercial de los pueblos rurales, sino contra el monopolio del poder político que lo hacía posible. (RIVERA, 2010, p. 98) Grifo nossos

Referendando-nos ao que trabalhamos teoricamente no capítulo dois, através das categorias de análise zavaletianas, é possível constatar o funcionamento de uma sociedade com traços típicos de *abigarramento*: uma *formação social abigarrada* na qual se articularam, secularmente, outros modos de produção ao modo de produção tipicamente capitalista, sendo o último dominante em relação aos demais, porém sem caminhar no sentido de destruição plena dos demais modos. (TAPIA, 2002, Rivera, 2010).

Essa conjuntura também é marcada pelo aparecimento das primeiras organizações de operários mineiros como contraponto ao trabalho degradante nas minas estaníferas, o que leva ao aparecimento dos primeiros partidos de cunho socialista, a exemplo do Partido Socialista surgido em 1920, conjuntamente com o primeiro sindicato moderno operário. Fato este que se traduziu em um aumento da *complexidade da vida política da nação boliviana*, pois mesclou o aparecimento das contradições tipicamente capitalistas entre classes trabalhadoras e burguesas em um país de maioria indígena, dominado por uma classe criollo-oligárquica que deitava suas raízes nas formas racistas, herdadas da *colonialidade*, em relação ao tratamento dado aos povos indígenas.

O surgimento dessas primeiras organizações operárias vincula-se totalmente ao cenário de crise, aberto com o fortalecimento dos vínculos da nação boliviana com a *economia-mundo capitalista*, por meio das *cadeias mercantis de valor*, via nódulos

periféricos dessas cadeias, levando ao aumento sistemático do grau de exploração dos mineiros pelas empresas estaníferas para contornar as oscilações dos preços do metal no mercado mundial; além das investidas cada vez mais recorrentes de acumulação por expropriação das terras indígenas em sua forma comunitária de propriedade. O vínculo entre as economias centrais e periféricas e os mecanismos de extração de mais-valor (teoria do valor) estava posto, a partir desse momento, na vida republicana do Estado boliviano de forma indelével.

Essas insatisfações operárias e comunais tornaram-se tão manifestas no governo de Saavedra ao ponto de darem início a uma política de aproximação do Estado oligárquico com esses setores marginais aos lhes conceder maiores direitos sociais<sup>65</sup>, já antevendo a intensificação dos conflitos sociais que se avizinhavam. Contudo, o governo de Saavedra oscilou entre uma maior aproximação com as organizações trabalhistas e indígenas e a repressão violenta desses, quando ameaçavam frontalmente a ordem oligárquica, a exemplo de suas investidas belicosas que massacraram revoltas das comunidades indígenas (ayllus), como as de Jesus de Machaca em 1921 e contra os movimentos grevistas de operários mineiros ocorridos em 1922 e 1923, em Uncía. Essas últimas revoltas mineiras ficaram marcadas na história dessa sociedade pelas mortes de inúmeros trabalhadores, transformando-se num símbolo da resistência do movimento operário, reivindicado até os dias atuais.

Não havia grande diferença, portanto, entre os partidos de origem oligárquica – como eram o Partido Conservador, o Partido Liberal, o Partido Republicano Genuíno, o Partido Nacionalista e o próprio Partido Republicano, o qual havia levado Saavedra ao poder estatal – quando se tratava de elevar o grau de democratização e nacionalização da sociedade, ambas ligadas às questões dos direitos indígenas e operários. Uma vez mais, segundo Rivera (2010):

Ambos gobierno [**Saavedra - Partido Republicano e Siles - Partido Nacionalista**] intentaron ampliar la base social elitista y excluyente de la política oligárquica, pero sin tocar los fundamentos de su poderío económico. Los tímidos intentos realizados por Saavedra para modificar la tributación de la gran

---

<sup>65</sup> “El republicanismo adopta inicialmente para con ellas una actitud conciliadora. Saavedra (1920-1925) dicta las primeras leyes sociales del país, como la jornada de ocho horas y la indemnización por accidentes de trabajo. Tolera y legaliza la actividad huelguística y amplía los sistemas clientelistas de la restringida “democracia” oligárquica, plebeyanizando los modos habituales de hacer política. No obstante, confrontado con las crecientes demandas políticas y económicas populares e incapaz de satisfacerlas, ordena la masacre de los comunarios de Jesús de Machaca en 1921 y de los mineros de Uncía en 1923”.(RIVERA, 2010, pp. 109-110).

minería en favor del Estado fueron respondidos con la internacionalización del capital de las empresas controladas por los “barones del estaño. La penetración del capital financiero internacional —particularmente norteamericano— en la economía se intensificó y diversificó en éste periodo. Los leoninos contratos contraídos por el gobierno de Saavedra para la ampliación de la red ferroviaria culminaron en la desnacionalización de las principales fuentes de recursos financieros del Estado. (RIVERA, 2010, p. 110) Grifos nossos.

Mesmo com a força característica dos barões do estanho para contornar a diminuição de seus lucros, através do aumento da exploração do trabalho nas minas e do uso indiscriminado das receitas do Estado boliviano para servir aos seus interesses na construção de obras públicas, destinadas a diminuir os custos do minério exportado em estado bruto, foi necessária, no governo de Hernando Siles Reyes (1926-1930), a criação de um *Comitê Internacional dos Grandes Produtores de estanho* (patrocinado pelo barão Simon Patiño), em 1930, em que se decidiu por reduzir a produção do minério em âmbito mundial, visando à manutenção do preço do minério a níveis rentáveis mesmo em um período de crise.

Esse comitê envolveu os governos da Bolívia, da Holanda e da Grã-Bretanha. Não obstante, ao passo que o governo boliviano diminuía sua produção de forma drástica, outras empresas estaníferas, localizadas na Nigéria, Malásia e Indonésia – as quais, em 1929, juntamente com a Bolívia, forneciam por volta de 80% da produção mundial – acabaram por não respeitar essas deliberações e mantiveram suas produções nos níveis anteriores às deliberações do comitê. Como relata Herbert Klein (2016), essas medidas acabaram *não* produzindo o efeito esperado, mesmo que a produção internacional tenha tido certa redução e estabilização por um curto espaço de tempo devido ao esforço das empresas bolivianas em insistir na diminuição de sua produção pela metade, o que se refletiu, de imediato, em altas taxas de desemprego no setor minerador. (KLEIN, 2016, p. 226).

A década de 1930 é marcadamente um período que evidenciava o poder das forças imperialistas no bojo do desenvolvimento da economia-mundo capitalista diante de Estados periféricos latino-americanos como o boliviano e suas empresas, obrigando os barões do estanho a um *realinhamento forçado* ao poder do Estado boliviano (o qual havia sido quebrado no final do século XIX). Os barões, então, davam-se conta de que, sob “*livre jogo das trocas*” que tanto defenderam, sem sucesso, nas primeiras décadas republicanas após a independência, suas sobrevivências seriam curtas, obrigando-os a

dobrarem-se, como forma de se manter minimamente protegidos e competitivos no mercado internacional, a um forte esquema de controle de sua produção, com a participação fundamental do Estado boliviano. Nas palavras de Herbert Klein (2016):

Esse foi claramente um ato de desespero pelo qual os principais produtores esperavam reter o controle direto sobre as decisões do governo que os afetava. **Mas tornou-se possível, igualmente, a primeira intervenção realmente poderosa do governo nos assuntos mineiros desde meados do século XIX.** (...) Os grandes mineradores tiveram, então, que ficar consideravelmente mais atentos à cena política nacional do que eles costumavam ser antes, e começaram a apoiar diferentes facções da própria elite (KLEIN, 2016, p. 227) Grifos nossos.

Todas essas manobras não foram suficientemente capazes de reverter o quadro de estagnação econômica que se agravava no governo de Hernando Siles (1926-1930). Seguidos déficits orçamentários levaram Siles a recorrer a novos empréstimos de bancos privados estadunidenses e, novamente, as contrapartidas a esses empréstimos deram-se pela exigência estadunidense da criação de novos impostos, que deveriam ser direcionados sumariamente ao pagamento dos credores internacionais. Todo o histórico de empréstimos internacionais de bancos estadunidenses ao Estado boliviano, ou, ainda, o histórico de concessões do Estado boliviano para com empresas estrangeiras como foram os realizados desde 1921 a Standard Oil Company de New Jersey para que explorasse petróleo em sólo boliviano, acabariam por reacender, de forma oportunista, dentro de parte da oligarquia, um discurso nacionalista que buscava jogar as massas contra a fração oligárquica que se encontrava no poder. Não obstante, os movimentos de esquerda que vinham surgindo no bojo de toda essa complexa conjuntura também passaram a se opor veementemente a essas concessões, porém a capacidade de intervenção deles, neste momento, ainda se fazia muito limitada. Essas repulsas às formas imperialistas estavam presentes na Guerra do Chaco e se tornaram uma bandeira de luta dos movimentos operários ao longo da história boliviana, como pode ser percebido em várias conjunturas de crise nas quais as demandas por nacionalização dos recursos naturais tornavam-se a tônica desses movimentos contra-hegemônicos.

A década de 1920 é uma década que – embora não se caracterize por um acúmulo de força de forma organizada no seio dos movimentos de esquerda marxistas e/ou das organizações indígenas tal que lhes possibilitasse um enfrentamento com os poderes oligárquicos ou mesmo contra as forças imperialistas – demonstrava, pela

primeira vez na política nacional do país, que o agrupamento dos partidos oligárquicos tradicionais que haviam se revezado no poder desde as últimas três décadas do século XIX, tendo como política uma limitada democratização e nacionalização da sociedade passavam por um processo de desconstrução radical.

Desde logo, o final da década de 1920 é *constitutivo* de transformações substanciais na sociedade boliviana, visto que as posições de grupos mais tradicionais, herdeiras de uma mentalidade colonial e, assim, com alto grau de conservadorismo, tornavam-se menos dogmáticas, abrindo espaços a reivindicações que iam desde o reconhecimento de mais direitos sociais aos trabalhadores mineiros até a contestação da continuidade do trabalho obrigatório indígena (*pongueaje*), ainda vigente em plena Era republicana, como estratégia limite do Estado para equalizar as perdas de receitas públicas nos momentos de crise enfrentados pelas empresas estaníferas.

Os reflexos da Grande Depressão de 1929 sobre a sociedade boliviana também impõem demissões em massa do operariado mineiro, produzindo um regresso de parte desses contingentes para o campo e, conseqüentemente, para suas formas tradicionais de sobrevivência comunitárias, vinculadas secularmente à agricultura de subsistência. É importante esclarecer que grande parte desse operariado mineiro era formada por indígenas bilíngues das regiões do Altiplano (falavam tanto o espanhol quanto o quechua e/ou aymara), ou seja, continuavam ligados culturalmente às formas de sociabilidades que extrapolavam as formas tipicamente capitalistas pelas quais estiveram submetidos nas minas estaníferas.

Mesmo com todas essas transformações no conjunto da sociedade, as forças contra-hegemônicas – formadas por organizações indígena-campesinas, pelo operariado mineiro e pelas classes médias com espírito mais democratizante, além do surgimento de uma gama de novos partidos políticos que viria a ocorrer na entrada da década de 1930 – não foram capazes de criar, anteriormente à Guerra do Chaco, (1932-1935) uma unificação em torno de um *bloco histórico contra-hegemônico*. Isto, pois não se amalgamaram em uma força suficientemente potente, capaz de abalar as estruturas políticas do *bloco hegemônico*, representado pelos partidos oligarcas.

A Guerra do Chaco, desencadeada no Governo de Daniel Salamanca (1931-1934), por razões que, segundo Zavaleta (1988), só podem ser compreendidas pela mentalidade envaidecida de uma elite oligárquica que não podia se dar por vencida, ensejou o começo do fim do bloco hegemônico oligárquico. Em uma mistura de esperança e desespero, Salamanca viu na guerra contra o vizinho, destruído no século

XIX pela Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), e que estava longe de haver se recuperado completamente, uma saída glamorosa para contornar os problemas crônicos da nação boliviana, tanto na sua dimensão econômica quanto política. (ZAVALETA, 1988). Sobre essa patologia da classe oligárquica, que levaria à guerra<sup>66</sup>, o autor explica que:

Não importa com que argumento de Estado disfarçara o assunto, mas desejava a guerra; era um requisito que vinha de sua psicologia, nisso há uma grande diferença entre a sanidade que enfrenta a violência que não pode evitar e a falta de sanidade que deseja uma violência que se pode evitar. Importa pouco se [Salamanca] a desejou [a guerra] antes ou depois de seus colegas paraguaios, e havia neste *élan* algo de misterioso talvez, porque, com havia escrito Medinaceli, era de uma raça que agonizava numa paisagem que não era a sua [...] Queria presentear a Bolívia com uma vitória, algo que devolvesse a este país (àquilo que ele pensava como este país: um grupo de homens sensuais e desalentados em sua essência) sua fé em si mesmo, o que era, na realidade, um eco distante da guerra do Pacífico. (ZAVALETA MERCADO, 1988, p. 26)

A Guerra do Chaco, enquanto *momento constitutivo* da nação marcou a perda das “*ilusiones de progreso indefinido que se habían instalado en el sentimiento colectivo del criollaje boliviano con la llegada de los ferrocarriles*” (RIVERA, 2010, p. 109). Desta forma, tanto Zavaleta quanto Rivera concordam que o débil equilíbrio social sustentado a ferro e fogo nas primeiras três décadas do século XX estava em vias de dissolução definitiva com a derrota no Chaco, e como não poderia ser diferente nestas condições, o ônus da derrota recairia sobre as *relações permanentemente aparentes*

---

<sup>66</sup> Sobre a figura de Salamanca, Zavaleta diz que: “Este era o herdeiro culminante de uma cultura mórbida que era resultado da servidão e do isolamento, da cultura da classe superior do país, de gente que não havia trabalhado nunca por muitas gerações e desde o princípio; uma cultura, enfim, provinciana, variegada, arrogante e cega. Ele era um homem brilhante no contexto dessa cultura mas, por isso mesmo, não era um homem realista. A realidade era um dado alheio a seu raciocínio, e a tentativa de incorporar o mundo objetivo a uma silogismo que não tinha outra pressima além da suposição do sujeito que o formulava não podia mais que voltar-se contra o próprio sujeito para destruí-lo. Se isso serve para algo, deve-se dizer que amava a Bolívia, mas não tal como era e sim a Bolívia em que ele pensava; identificava o país com sua classe, com a classe que o havia feito seu dirigente e, por isso mesmo, que o tornava tão pouco viável quanto sua classe. Enquanto havia paz, o país daquele sistema podia alimentar-se em sua forma de poder dos discursos; à primeira convulsão, porém, apelava de imediato à repressão dos camponeses índios e dos mineiros do modo mais feroz, conforme uma rotina de séculos, por que estava na raiz cultural desta classe a ideia do castigo dos índios. Era Salamanca o fruto dos trinta anos da estabilidade liberal e por isso é tão ridículo atribuir à instabilidade política – que querem ver como o segredo do atraso boliviano – a derrota do Chaco. Pelo contrário, o exército, assim como Salamanca, era a consequência de trinta anos de uma estabilidade viciosa ou falsa estabilidade. Um país que não resolveu seus problemas de integração nacional, que matém a maioria de sua população na opressão generalizada, no exílio político e na ignorância.” (ZAVALETA MERCADO, 1988, p. 24)

entre Estado e sociedade civil. A pequena burguesia, até então puxada pelo setor minerador, passou a ver estagnadas suas possibilidades de ascensão social, os operários mineiros sofreram com as demissões em massa, e as comunidades indígenas, que não haviam sido incorporadas de forma orgânica ao corpo da nação, procuraram resguardar-se cada vez mais sob suas formas de sociabilidade comunitárias, principalmente após a diminuição significativa dos laços mercantis engendrados pela modernização da indústria mineira a partir do início do século XX.

Não se deve perder de vista que, nestas primeiras décadas do século XX, a integração da maioria da população indígena com o Estado boliviano esteve longe do ideal, o que deve ser compreendido como uma característica de origem do país, de sua *forma primordial*. Em termos dessa integração, sabe-se que, historicamente, desde as descobertas e a exploração da prata nas partes andinas do território boliviano, datadas do início do processo colonizador, foram as comunidades indígenas da região do altiplano as que mais se integraram à dimensão econômica da economia-mundo capitalista. Diferentemente, nas terras baixas do território boliviano, como no Chaco, muitas dessas comunidades mantiveram-se totalmente isoladas de “*qualquer relação político institucional com o Estado e com o mercado*” (ANDRADE, 2007, p. 30). É neste sentido que Zavaleta, ao caracterizar teoricamente o Estado boliviano, o vê como um *Estado aparente*. Isto é, um Estado que não logrou constituir-se espacialmente e temporalmente através de uma *integração orgânica entre Estado e sociedade civil*, tendo como consequência a persistência, em um mesmo espaço-tempo, de múltiplos *modos de produção* e de múltiplas histórias nacionais em disputa.

Realizada essa reconstituição explicativa das complexas transformações que envolveram as primeiras três décadas do século XX boliviano, nosso voo panorâmico sobre a história de formação nacional boliviana passa, a partir de agora, a sobrevoar os acontecimentos específicos à Guerra do Chaco (1931-1935), ocorridos entre Bolívia e Paraguai. Os fatos anteriormente descritos buscaram criar uma conexão entre os acontecimentos anteriores e a conjuntura belicosa desencadeada no Chaco com a guerra propriamente dita e com suas consequências. A Guerra do Chaco foi uma guerra entre dois dos Estados mais pobres da América Latina, e suas causas envolvem questões sociológicas, imperialistas, territorialistas e geoestratégicas.

É importante dizer que a Guerra do Chaco não foi um consenso produzido de imediato entre as elites oligárquicas bolivianas. Ainda no governo de Siles, em 1928, houve, segundo Klein, “*uma reativação temporária da disputa sobre a fronteira do*

*Chaco com o Paraguai*”, porém esse incidente serviu mais para desviar a atenção de forças internas e antagônicas ao governo do que, de fato, para iniciar uma *guerra total* contra o Paraguai. Após esse primeiro conflito, não se tinha nenhuma evidência clara que uma guerra de grandes proporções pudesse ocorrer entre os dois países. (KLEIN, 2016, p. 224)

Foi no governo de Daniel Salamanca (1931-1934) – caracterizado pela sua inflexibilidade e por suas análises sobre a conjuntura econômica e política da nação, as quais fugiam totalmente à realidade dos fatos, como, por exemplo, quando Salamanca elege como principal inimigo da nação um suposto radicalismo dos movimentos de esquerda, uma suposta ameaça comunista –, em 1932, que a Bolívia declarou guerra de forma definitiva contra o Paraguai. Essa declaração de guerra total contra o Paraguai pode se lida como um intento de Salamanca de “*desarmar conflitos internos e reconquistar a autoridade política*” (ANDRADE, 2007, p. 31).

Por conseguinte, o desencadear da Guerra do Chaco não deve ser atribuído simplesmente a questões por disputas territorialistas e/ou por recursos naturais estratégicos, como o petróleo que, supostamente, se acreditava, à época, existir na região chaqueña, mas, também, à mentalidade de uma fração da oligarquia corporificada na figura de Salamanca<sup>67</sup>, que imaginava que uma vitória contundente sobre um país considerado inferior à estrutura econômica e ao poder bélico do Estado boliviano enterraria de vez um histórico de derrotas desencadeado desde a Guerra do Pacífico. Zavaleta trabalha com mais profundidade os aspectos sociológicos da guerra do que qualquer outro, pois compreende que a vitória ou a derrota na guerra estava vinculada não apenas ao poderio militar, naquele momento consideravelmente maior da Bolívia em relação ao Paraguai, mas ao grau de coesão social, isto é, ao grau de organicidade entre Estado e sociedade civil que cada um dos dois países apresentava no momento da guerra.

---

<sup>67</sup> O Presidente Daniel Salamanca, ao decidir “pisar forte” no Chaco, presumia que a Bolívia dispunha de reservas de petróleo, suficientes para abastecer o mundo e arrancá-la do subdesenvolvimento, e só necessitava do acesso ao Oceano Atlântico, através do rio Paraguai e do estuário do Prata. O Presidente Eusébio Ayala, do Paraguai, supunha, igualmente, que a Bolívia possuía 8 milhões de hectares, “de los más ricos terrenos petrolíferos”, onde a “inmensidad de la riqueza del subsuelo” faria “de la zona uno de los más grandes centros de producción del mundo”<sup>132</sup>. Sua esperança era conquistar esta zona, o que possibilitaria ao Paraguai ressarcir-se dos custos da guerra, segundo ele próprio confessou, a afirmar que “Nuestra frontera natural e histórica llega al Parapeti, cordillera Chiriguano y Pilcomayo. Si la victoria no nos asegura esta frontera, se originará un hondo malestar en el país (...) La posesión de la zona del petróleo nos servirá además para recuperar nuestras pérdidas y levantar el país de la prostración en que había de quedar” (BANDEIRA, 1998, p. 182).

René Zavaleta (1986), em seu terceiro capítulo de “*Lo nacional-popular en Bolivia*” denominado de “El estupor de los siglos”, traz essa explicação sociológica que busca compreender como a *equação social entre Estado e sociedade civil* influenciou de maneira decisiva tanto a derrota boliviana quanto a vitória paraguaia. O autor demonstra que, no momento em que se instala o conflito interestatal entre os dois países, essa equação social encontrava-se, muito mais articulada do lado paraguaio, o que pôde ser percebido na forma mais disciplinada como a sociedade paraguaia reagiu, com muito menos hesitação, aos mandos de seu Estado para defenderem o país; em contraste ao que ocorrera na sociedade boliviana. Havia, portanto, uma equação social entre sociedade civil e Estado muito mais desenvolvida no Paraguai do que na Bolívia. Referendando-se aos escritos de Zavaleta (1986), Luis Tapia (2002) descreve essa diferença de coesão social em ambos os países:

**En Bolivia la guerra del Chaco empezó siendo un asunto puramente estatal, en cambio la reacción en Paraguay logra movilizar a su sociedad**, ya que sienten que el conjunto de su existencia estaba en peligro. Una parte de la sociedad boliviana en principio siente un significativo grado de ajenidad respecto de la guerra del Chaco, en la medida en que no es un territorio social y políticamente incorporado al núcleo histórico del país. **De nuevo, la derrota en la guerra, pero no sólo la derrota sino el conjunto del proceso es explicado por Zavaleta por el tipo de débil composición de la ecuación social en Bolivia.** Se trata de una realidad en la que **una buena parte de los hombres no sienten pertenencia al estado boliviano.** (TAPIA, 2002, p. 348) Grifos nossos.

Tanto a Guerra do Pacífico, no século XIX, quanto a Guerra do Chaco, no século XX, são explicadas por Zavaleta (1990) a partir dessa genuína falta de coesão social entre Estado e sociedade civil, a qual *não* havia produzido um processo de autodeterminação democrática “*de la nación para sí misma*” (ZAVALETA, 1990, p. 130). Assim, sua explicação vai a uma direção sociológica das causas da derrota boliviana, deixando em segundo plano, as questões geopolíticas e imperialistas.

A categoria marxista de *excedente econômico* aparece em sua análise, por esse viés mais sociológico, para demonstrar que a guerra enquanto momento constitutivo da nação explicitaria de forma cristalina que o Estado boliviano, até aquele momento, havia se consubstanciado em uma forma estática de Estado, ou, em outras palavras, por uma *forma puramente estatal*, dado que não havia se utilizado dos seus excedentes econômicos para desenvolver as forças produtivas capitalistas de maneira mais

generalizante à totalidade da nação, e, tampouco para elevar o grau de democratização e nacionalização de sua *forma primordial* (relação Estado/sociedade civil). Em termos estritamente teóricos, Zavaleta compreende todo e qualquer Estado moderno como a primeira força produtiva de qualquer sociedade nacional, e a única capaz de articular organicamente as demais formas de sociabilidade não capitalistas às formas capitalistas. Na Bolívia, o excedente econômico que o Estado boliviano pôde concentrar em suas mãos não logrou reverter-se, quantitativamente e qualitativamente, em uma equação social mais homogênea entre Estado e sociedade civil, que aumentasse o grau de homogeneização da sociedade. (TAPIA, 2002, p. 179).

Historicamente, o excedente econômico, extraído via impostos sobre a grande mineração e sobre os indígenas através da cobrança de tributos obrigatórios, acabava por se traduzir em uma via de mão única, na medida em que não foi empregado pelo Estado no desenvolvimento de forças produtivas que visassem a uma distribuição mais equitativa no todo da sociedade. Sua lógica, ao contrário, foi na direção da centralização desses excedentes nas mãos de uma ínfima parcela da sociedade, representada pelas oligarquias criollas. Esse fato diminuía a *validez* do Estado enquanto a primeira força produtiva em que, teoricamente, todos os Estados modernos, ao surgirem, deveriam se apoiar para desenvolver as demais forças produtivas e aumentar o grau de autodeterminação nacional de suas nações, tanto internamente quanto externamente.

A ideia nuclear de Zavaleta (1990) trata-se, no limite, de que “*ninguna economía, ni aun la más internacionalizada, es completamente perteneciente al sistema mundial (...) la forma primordial, en otros términos, no sucumbe nunca del todo a la determinación central*” (ZAVALETA, 1990, p. 135). Não obstante, Zavaleta compreende os limites dessa forma primordial constitutiva dos Estados periféricos na medida em que essa autodeterminação endógena à dimensão político-estatal encontraria muito mais dificuldades para materializar-se em uma equação social que outorgasse a esses Estados avançar com o mesmo dinamismo econômico característico dos Estados centrais em seus processos de nacionalização e democratização sociais, justamente pelo estatuto histórico da *dependência* econômica enquanto característica de origem desses Estados. Contudo, tanto a experiência da Guerra do Pacífico quanto à da Guerra do Chaco validavam sua percepção de que haveria diferentes graus de autodeterminação nacional mesmo entre os Estados latino-americanos.

Na Guerra do Chaco, essas questões relativas aos diferentes graus de autodeterminação nacional reapareceram de forma avassaladora quando o conflito

exigiu por parte do Estado boliviano uma cooptação forçada de indígenas-camponeses da região do altiplano, em sua maioria aymaras e quéchuas, transformados em soldados rasos, de linha de frente, num combate que, na mentalidade dessas nações originárias, não integradas organicamente ao Estado moderno boliviano, era quase que totalmente desprovida de sentido nacional, dado o baixíssimo grau de nacionalização e democratização desta sociedade<sup>68</sup>.

Quando (...) a guerra teve início, em julho de 1932, o Exército boliviano, composto em sua maioria pelos índios acostumados a viver nas terras frias e de ar escasso dos altiplanos [e **coagidos a compor o exército**], foi confrontado com uma região inóspita, seca e arenosa onde a resistência física contaria muito mais que a capacidade militar. E, nestas condições, desde cedo os paraguaios habituados àquelas condições superaram em capacidade militar o Exército boliviano. O que os bolivianos pretendiam que fosse uma rápida guerra de conquista tornou-se um pesadelo. Milhares de soldados morreram de sede e fome a centenas de quilômetros dos principais centros econômicos do país. Às dificuldades do meio ambiente aliou-se a própria incompetência de oficiais bolivianos. (ANDRADE, 2007, p. 32) Grifos nossos.

Essa débil coesão social pode ser vista pelo tratamento referente à maior parte da literatura sobre a Guerra do Chaco, que se atém muito pouco ao fato de que o

---

<sup>68</sup> Para esses povos, a guerra em si não fazia muito sentido na medida em que, a partir da recém-constituída república, em 1825, as tentativas sistemáticas de despossessão de suas terras foram a tônica da vida dessas populações. O *sentido histórico da colonização* não sucumbiria com a instituição da república, e os povos originários que, durante a colônia, mantiveram-se isolados em territórios de pouco significância para o Império espanhol, ou foram assimilados a um regime de semiescravidão nas regiões de retirada da prata, com a independência, veem essas condições manterem-se praticamente inalteradas. É importante lembrar que os *tributos indígenas* foram o sustentáculo fiscal da república nos primeiros cinquenta anos pós-independência (*especificidade na formação do Estado nacional boliviano*) e foi o que, em grande medida, deu legitimidade a esses povos diante das elites republicanas para que essas mantivessem suas terras e seu regime comunal (*ayllus*). A partir do momento em que o Estado começa a ter um *excedente econômico* maior, com a segunda *era* da prata a partir de 1880, e o tributo indígena se torna secundário para as questões fiscais do Estado, as despossessões de terras são postas em marcha de forma violenta. O resultado foi uma desestabilização da *coesão social* dessas populações originárias a níveis dramáticos para a época. Esse recrutamento dos indígenas para a guerra, de forma a barganhar seus direitos à terra com a possível vitória, expunha outra característica de origem, e que se tornaria estrutural na formação de longo prazo do Estado boliviano. Tornava-se cada vez mais evidente que havia um problema de construção de *identidade nacional* no seio da nação. Tinha-se um Estado, mas não se tinha uma nação, pelo menos nos moldes modernos do termo. Essa *falha estrutural*, digamos assim, foi narrada por pensadores bolivianos da época, como Franz Tamayo e Alcides Arguedas, que insistiam que havia de se incluir as populações indígenas na *comunidade imaginária* e na sociabilidade nacional para que houvesse uma soldagem entre *Sociedade e Estado* que viesse a realizar futuramente uma unidade nacional mais fisiológica. Em contraposição a essa visão, outras correntes utilizaram-se da derrota na guerra para referendar, uma vez mais, que não se podia esperar dessas populações, definitivamente, nada próximo da “eficiência” e “civilidade” europeia, tanto em tempos de guerra quanto de paz.

exército boliviano era, em sua esmagadora maioria, composto por soldados indígenas do Altiplano andino.

Há, como relata André Henrique Eltz (2015), uma *invisibilidade* dos soldados indígenas na Guerra do Chaco. Essa invisibilidade e a suposta passividade dos indígenas, tanto dos que foram lutar no Chaco quanto os que eram originários do território chaquenho, a exemplo de nações guaranis que sofreram com a guerra, são constatadas na maior parte dos autores que trataram do conflito, quando o retratam muito mais por um viés dos grandes heróis nacionais, e/ou dos fatos supostamente mais relevantes, do que pela participação das nações originárias na guerra. “*Nesse sentido, essas obras se aproximam da história narrativa dos historiadores positivistas. Assim, nessas construções históricas, os indígenas aparecem geralmente como sujeitos passivos*” (ELTZ, 2015, p. 38). Eltz (2015) cita uma variedade de livros considerados clássicos, como a “História de Bolívia” escrita pelos bolivianos José de Mesa, Teresa Gisbert, Carlos D. Mesa Gisbert, demonstrando a disparidade de evidência dada aos homens de Estado na guerra em detrimento dos soldados indígenas<sup>69</sup>.

Seguindo as reflexões de Eltz (2015), que se apoiam na obra de Michel de Certeau (1982) *A escrita da história*, para pensar o motivo dessa invisibilidade indígena<sup>70</sup> na maioria da literatura referente à Guerra do Chaco, conclui-se que “*a pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural (...). Ela está submetida a imposições, ligadas a privilégios, enraizada em uma particularidade*” (CERTEAU, 1982, p. 56). Neste sentido, esse ocultamento dos indígenas seria um reflexo de um determinado tipo de matriz de pensamento que pode ser ou não lido como proposital.

---

<sup>69</sup> “Além das produções bolivianas, existem também investigações em outros países onde podemos perceber o ocultamento indígena. Julio José Chiavenato é um autor brasileiro que escreveu sobre o conflito. Sua análise enfatiza um quadro econômico do conflito em uma perspectiva de exploração da Bolívia e do Paraguai por um suposto “Imperialismo norte americano e europeu”. Enfatizamos que A guerra do Chaco (leia-se pretróleo) (CHIAVENATO, 1980) nos serve para demonstrar que existem estudos sobre o assunto no Brasil. Esta produção também não demonstra a participação indígena na guerra, apesar de falar rapidamente em um tópico da situação geral do indígena boliviano do altiplano durante o período colonial. David H. Zook Jr. é um investigador norte americano do conflito. O autor é Catedrático de História Militar da Academia da Força Aérea dos Estados Unidos. Em *La conducción de la guerra del Chaco* (ZOOK, 1962), ele faz uma narrativa política e militar sobre a guerra também na forma cronológica dos acontecimentos. Em uma longa narrativa sobre as movimentações militares, praticamente não faz referência aos indígenas” (ELTZ, 2015, p. 38-39)

<sup>70</sup> “A única pesquisa histórica do “sentido” permanece, com efeito, a do “Outro”, porém, este projeto contraditório pretende “compreender” e esconder com o “sentido” a alteridade deste estranho ou, o que vem a ser a mesma coisa, acalmar os mortos que ainda frequentam o presente e oferecer-lhes túmulos escriturários” (DUPRONT, Alphonse, 1970, *apud* CERTEAU, 1982, p. 8)

No nosso entender, o ponto central da questão da invisibilidade indígena passaria pelo considerável lapso temporal necessário até que os indígenas começassem a inserir-se na literatura nacional boliviana enquanto, eles próprios, escritores, disputando, assim, a narrativa nacional dessa sociedade – o que vem a corroborar as análises teóricas zavaletianas sobre a relação entre *forma primordial e excedente econômico* no que tange à produção de uma *equação social ótima* entre Estado e sociedade civil.<sup>71</sup> É por esse viés teórico, mas com evidência histórica, que a Guerra do Chaco enseja pela primeira vez na história da nação boliviana “*un nuevo tipo de intersubjetividad que en lo previo la clase dominante y el estado no habían articulado. Se trata del encuentro en la guerra o en la crisis, de aquello que en la vida cotidiana no se encontraba porque estaba excluido y separado, es decir, no integrado hegemonicamente*” (TAPIA, 2002, p. 348).

Portanto, a Guerra do Chaco enquanto um dos momentos constitutivos de maior importância na história da Bolívia sinalizou o início de um processo de visibilidade incontestável de personagens antes borrados da história nacional. Os indígenas passaram a reivindicar mais o “nacional”, dificultando sua omissão e alienação pelas classes oligárquicas, na medida em que haviam se inserido nas questões nacionais ou como soldados nas guerras ou como operários mineiros na exploração capitalista estanífera. Nas palavras de Zavaleta (2015):

Se diría que la movilización de las clases nacionales, que en el Chaco aprenden que son irremplazables para los combates pero prescindibles y en definitiva ajenas a las decisiones del poder, se perpetúa en las minas, donde el proletariado vive una suerte de movilización permanente. **en el Chaco, las clases nacionales —el proletariado, el campesinado y las capas medias— entran en contacto, se interpretan y crecen con sentido de pacto** y, pues la vorágine de los derrumbes de la conducción oligárquica es más ostensible que en cualquier momento del pasado, se preparan para responder. La nación fáctica, que persevera en una resistencia introvertida, que insistía sobre sí misma en una paciencia petrificada, comienza a encontrar, enumerar y evaluar los factores reales que le permitirán encarar su ingreso orgánico al país histórico. (ZAVALETA MERCADO, 2015, p. 36-37) Grifos nossos.

---

<sup>71</sup> Para uma maior compreensão dessa relação entre forma primordial e excedente econômico em Zavaleta ver “Problemas de la determinación dependiente y la forma primordial” em “El Estado en America Latina” (ZAVALETA MERCADO, 1990)

Esses seriam os aspectos sociológicos, desenvolvidos por Zavaleta ao longo de sua obra, que tratam de explicar a derrota boliviana na Guerra do Chaco e, ao mesmo tempo, o surgimento do sentimento primeiro de pertencimento ao corpo da nação por parte dos indígenas. Segundo Rivera (2010), a partir da Guerra do Chaco o povo torna-se, de forma definitiva, interlocutor do discurso político da nação. (RIVERA, 2010, p. 114)

Sobrevoando agora os aspectos geoestratégicos e geopolíticos, a Guerra do Chaco foi, sem sombra de dúvidas, o conflito histórico interestatal de maior belicosidade entre as nações latino-americanas até os dias atuais<sup>72</sup>. Para a Bolívia, enclausurada no continente desde a Guerra do Pacífico, o conflito representava uma nova possibilidade de saída para o Atlântico por rios da região. Já em termos imperialistas, o conflito esteve marcado por supostas disputas por campos de petróleo, em que a Sardard Oil, de New Jersey, estaria apoiando a Bolívia, e a Royal Dutch Shell, apoiando o Paraguai. Em parte considerável da literatura sobre o assunto, a guerra é compreendida por um viés essencialmente imperialista, dado que o Chaco era visto, à época, como uma região com imenso potencial de se encontrar petróleo em grandes quantidades, o que legaria ao vencedor tornar-se um grande produtor e exportador de petróleo, além de compensar os gastos excessivos que a guerra implicava. Não obstante, como explica Mitre (2010) *“nem o Chaco Boreal tinha petróleo, nem os campos petrolíferos situados em solo boliviano faziam parte do território em litígio, e quando estes entraram na mira dos paraguaios a contenda bélica já se achava na sua fase final”*. (MITRE, 2010, p. 12)

Dessa forma, mais do que disputas imperialistas por supostos campos petrolíferos, que posteriormente verificou-se não serem reais, as causas da guerra seria mais bem explicado, no nosso entender, pelos reflexos da Grande Depressão de 1929 sobre os poderes oligárquicos bolivianos, que buscavam contornar, por meio da guerra total, os problemas crônicos da nação. Outra causa apontada pela literatura estiveram nas questões fronteiriças mal resolvidas entre os dois países desde o fim do período

---

<sup>72</sup> “No decorrer do conflito armado (1932-1935), a Bolívia, cuja população era então de 3 milhões de habitantes, mobilizou três exércitos e um total de 250 mil homens; a estratificação das forças armadas refletia a da nação: a oficialidade era crioula branca, e a tropa, constituída maiormente por índios aymaras e quéchuas, mal preparada e pior abastecida para o tipo de guerra distante da área montanhosa. Cerca de 52.400 soldados bolivianos perderam a vida, uma parte considerável pelas condições inóspitas do lugar, e 24.000 foram feitos prisioneiros. O custo da guerra para a Bolívia foi de 228 milhões de dólares, financiados pelo Banco Central e por empréstimos negociados com os empresários mineiros, uma vez que o crédito internacional tinha sido cortado”. (MITRE, 2010, p. 9)

colonial. Ambos reivindicavam o Chaco como parte de sua territorialidade, utilizando-se de títulos de propriedade datados do período colonial. A Bolívia se defendia dizendo que:

Los límites internacionales de Bolivia en 1825 estaban referidos a los de la Audiencia de Charcas y se basaban en los títulos coloniales que heredó la República. Si bien es cierto que en algunos casos estos no eran de todo precisos, la soberanía jurídica de Bolivia sobre el chaco fue siempre reconocida en la cartografía internacional del siglo XIX y el XX hasta la guerra (MESA GISBERT, CARLOS D.; DE MESA, JOSÉ; GISBERT, 1999, p. 542)

Do lado paraguaio, também foram apresentados títulos do período colonial, os quais reafirmavam o Chaco como região de domínio paraguaio desde o início dos primeiros anos de colonização:

El chaco fue descubierto, explorado, conquistado, civilizado, defendido, colonizado y poseído por el Paraguay a fuerza de grandes sacrificios aun antes de 1536 hasta 1852, en que por primera vez Bolivia presentó reclamación. Hasta ese año el chaco era considerado netamente posesión paraguaya y nadie osaba discutirlo. (BEJARANO, 1959, p. 31, *apud* ELTZ, 2015, p. 30)

Assim, as causas da guerra também estiveram referendadas por delimitações territoriais, visto que, na formação dos Estados nacionais modernos, *“a fronteira geopolítica era essencial, fazia parte do discurso de legitimação das elites responsáveis pela formação da nação”* (ELTZ, 2015, p. 30). Entendemos que os aspectos fronteiriços geopolíticos, geoestratégicos e imperialistas são importantes para compreender as reais causas da guerra e, por conseguinte, suas consequências, porém, no nosso voo panorâmico de longa duração sobre o desenvolvimento do Estado e do capitalismo na Bolívia, esses aspectos não devem suplantam as explicações referentes aos aspectos sociológicos apresentados por Zavaleta. Presumimos que é justamente na busca da mediação entre esses vários aspectos que se pode compreender, de forma mais totalizante, tanto as causas da guerra quanto suas iminentes consequências para a relação entre Estado e sociedade civil na Bolívia.

Por exemplo, como já apontamos, historicamente, umas das teses mais generalizadas como verdadeira sobre a causa da Guerra do Chaco diz respeito a um suposto conflito entre a Standard Oil of New Jersey, que apoiaria a Bolívia, e a Royal

Dutch Shell, que apoiaria o Paraguai na disputa pela posse dos campos de petróleo, que, também supostamente, existiriam na região do Chaco Boreal. É inegável que as disputas por campos petrolíferos tornaram-se, no decorrer do conflito, de extrema importância, mas essas disputas só ocorreriam nos anos finais da guerra e no próprio território boliviano, aos pés dos Andes, onde os campos existiam de fato e por onde os paraguaios, depois de seguidas vitórias no Chaco, passaram a enviar suas tropas vislumbrando a possibilidade de conquista desses territórios, os quais, no início da guerra, não estiveram, de maneira alguma, em disputa.

Para Muniz Bandeira (1998), essa disputa imperialista entre as duas companhias como causa principal da guerra trata-se de uma análise simplista e que, em boa medida, foge à realidade dos fatos históricos, visto que, ao ter início a guerra, de forma deliberada, a Standard Oil Company of Bolivia dá início à retirada de uma de suas principais refinarias localizadas em solo boliviano a fim de transferi-la à Argentina, que apoiava de forma aberta o Paraguai na contenda. Imediatamente, o governo boliviano ordena à Standard Oil que mantenha suas instalações na Bolívia e dê prosseguimento à exploração petrolífera, o que é acatado pela empresa. Posteriormente, em nova investida, a empresa cravou terem esgotado os poços petrolíferos, os quais exploravam em solo boliviano. Desta vez, e de forma mais veemente, o governo de Daniel Salamanca acenou, então, para a estatização da empresa, fazendo, uma vez mais, a Standard retroceder e, ironicamente, voltar a produzir petróleo em níveis que desmentiam qualquer argumento de que os poços encontravam-se, de fato, esgotados. Outros fatos que corroboram esse não alinhamento da Standard Oil em relação ao governo boliviano ocorreram durante a guerra, como ressalta Bandeira (1998):

(...), quando a Bolívia, a concentrar sua Força Aérea em Puerto Suarez para defendê-lo de um provável ataque do Paraguai, necessitou de gasolina de aviação, a Standard Oil só se dispôs a fornecer qualquer quota, mediante pagamento à vista, por um preço duas vezes mais alto do que o de qualquer outro competidor e, mesmo assim, entregue em Corumbá, no Brasil. Aliás, a falta de suficiente gasolina foi permanente obstáculo à mobilidade do Exército boliviano, que muitas vezes teve de abastecer-se no Peru, conforme o historiador paraguaio Alfredo M. Seiferheld constatou, assinalando que “la Standard Oil no jugó límpio con Bolívia”. **Na verdade, durante a guerra, ela fornecera combustível, em proporções e preços equivalentes, tanto à Bolívia quanto ao Paraguai.** (BANDEIRA, 1998, p. 180-181) Grifos nossos.

Prossegue Bandeira (1998):

E pior ainda, descobriu-se, posteriormente, que também ocultara do Governo de la Paz a exploração de vários poços, a fim de sonegar impostos, bem como evitar o pagamento de royalties, e desde 1925 – 1926 até 1935, bombeava, através de um oleoduto clandestino, que cruzava o rio Bermejo, cerca de 9,1 milhões de barris de petróleo para a Argentina. Seu comportamento foi tão contrário e hostil aos interesses da Bolívia que nem o Embaixador Spruille Braden, representante dos EUA na Conferência de Paz de Buenos Aires, pode deixar de criticá-la, em algumas oportunidades, inclusive em ofícios do Departamento de Estado. (*Ibidem*)

Esses fatos históricos analisados por Bandeira (1988), referentes à relação extremamente contraditória entre a Standard Oil e o governo boliviano, dão a dimensão da importância da mediação na análise entre os aspectos geopolíticos, imperialistas e sociológicos, pois as causas da guerra passariam, antes de tudo, pelo complexo contexto político interno à sociedade boliviana aprofundado pela Grande Depressão de 1929 e não por disputas entre as duas gigantes petrolíferas. Isso não quer dizer que as questões imperialistas não estiveram presentes na guerra. Elas existiram, porém, não como causa, mas como o combustível que faria com que o conflito se prolongasse além do possível caso ficasse restrito apenas à Bolívia e ao Paraguai. Esse “combustível” extra ficaria evidenciado quando se descobriu, após o conflito, que a Standard Oil havia vendido clandestinamente petróleo boliviano para a Argentina, que o repassava ao Paraguai. Como ressalta Klein (2016, p. 233): “(...) a capacidade da Argentina de barrar até o fim os esforços de paz, junto com as contínuas vitórias paraguaias, fez com que, uma vez começada a guerra, a Bolívia tivesse pouco capacidade de interromper o conflito”. O que se constata, em boa medida, são características típicas de conflitos entre duas nações nas quais as forças imperialistas jogaram um papel duplo ao fornecer recursos a ambos os países.

Sem a mediação entre os aspectos sociológicos e imperialistas, não se pode compreender que, por mais que as causas da guerra não tenham se tratado, ao fim e ao cabo, de disputas por campos petrolíferos entre a Standard Oil e Royal Dusch<sup>73</sup>, a

---

<sup>73</sup> “Quanto à Royal Deutch Shell, nada se soube que comprovasse ou, ao menos, indicasse qualquer influência sua quer sobre a eclosão quer sobre o desenvolvimento do conflito no Chaco. A acusação, amplamente difundida pela esquerda, de que ela, a disputar com a Standard Oil as jazidas de petróleo porventura existentes no Chaco Boreal, devem-se, sobretudo, à posição assumida pela Argentina, onde os interesses da Grã-Bretanha predominavam<sup>124</sup>. Esta circunstância, entretanto, não autorizava, de fato, semelhante conjectura. Interesses da Grã-Bretanha também havia na Bolívia, à qual a companhia Vicker

crença generalizada da nação boliviana, à época, referendada pelo Estado, foi nessa direção, isto é, de atribuir a Standard Oil a responsabilidade quase que total pela derrota, retirando, uma vez mais, o foco interno às tensões econômicas, políticas e sociais irresolutas, das quais o Estado oligárquico havia se esquivado, até esse momento, o quanto havia sido possível. Com o fim da guerra e após um longo ciclo de governos civis oligárquicos, que se estendia desde 1880, o governo passaria, uma vez mais, na história boliviana, para as mãos dos oficiais militares, e a consequência direta foi a estatização total da Standard Oil Company of Bolivia, em 1937, sem qualquer tipo de indenização, seguida da monopolização estatal sobre o petróleo através da criação da estatal YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales de Bolivia).

Em suma, o final da guerra forneceu os ingredientes sociais para um golpe militar por parte dos coronéis David Toro e Germán Busch, no ano de 1936, que colocaria no ostracismo político os partidos tradicionais representantes das tradicionais oligarquias mineiras. Toro e Busch eram jovens oficiais que haviam participado ativamente na Guerra do Chaco. Essa oficialidade militar não era composta por agendas políticas homogêneas, isto é, transitavam entre agendas mais conservadoras e outras mais radicais. Não obstante a essa não homogeneidade no corpo dos militares, havia consenso sobre a análise da conjuntura política do país, a qual, expressa por uma atmosfera de reorganização radical dos movimentos de trabalhadores mineiros que, pouco antes do golpe, produzira uma greve geral sem data para terminar, demandando

---

Armstrong vendera armamentos e, em 1933, solicitou a interferência do Foreign Office junto ao Governo do Chile, no sentido de que permitisse a passagem de um carregamento, no valor de £ 300.000, pelo porto de Arica<sup>125</sup>. A Grã-Bretanha, na verdade, exportara grandes quantidades de armas, munições e outros petrechos de guerra, inclusive aeroplanos, tanto para a Bolívia quanto para o Paraguai, entre 1932 e 1935<sup>126</sup>. De modo geral, as indústrias de material bélico não só da Grã-Bretanha e dos EUA como também da Alemanha, França, Bélgica, Tchecoslováquia, Espanha e Suíça realizaram com aqueles dois países beligerantes vultosos negócios, financiados por grandes bancos europeus e norte-americanos, entre os quais o Midland Bank, o Banque de Paris et Pays-Bas e o Chemical Bank and Trust Co.<sup>127</sup> Sem dúvida, interesse elas tiveram na deflagração da Guerra do Chaco, a primeira a empregar, de forma exclusiva, a tração mecânica, a utilizar amplamente o aeroplano e a demonstrar o valor da pistola-metralhadora<sup>128</sup>. E a Alemanha, entre as grandes potências, foi a que melhor aproveitou suas lições, ao avaliar a importância do reconhecimento aéreo, da surpresa, das manobras de limpeza, do uso maciço dos tanques, da infantaria motorizada, das unidades técnicas e do conceito de nação em armas<sup>129</sup>. O Marechal Erwin Rommel teve como precursor o General José Felix Estigarribia, que, com o retorno à manobra genuína na guerra, teve como objetivo tomar Charaguá, seguir por Lagunillas até Monteagudo, invadir o Departamento de Santa Cruz de la Sierra e, finalmente, alcançar Camiri, capturando a refinaria de petróleo, responsável pelo suprimento do combustível à Bolívia<sup>130</sup>. E, aí, o curso da guerra mudou. Conforme o diplomata brasileiro Joaquim Palmeiro salientou, quando o Presidente Eusébio Ayala e o Comandante-em-Chefe José Estigarribia consideraram pela primeira vez a possibilidade de conquistar os campos de petróleo da Standard Oil, a Liga das Nações suspendeu o embargo de armas à Bolívia, o soldado boliviano subitamente se tornou imbatível e o exército paraguaio sofreu os primeiros reveses depois de dois anos de luta<sup>131</sup>. As tropas do Paraguai pararam. A questão do petróleo, evidentemente, assumiu fundamental importância, como fator da Guerra do Chaco, porém mais ao nível do imaginário político do que da realidade econômica”. (BANDEIRA, 1998, pp. 181-182).

um aumento salarial de 100%. O golpe dos militares representou, por conseguinte, uma mistura de insatisfação tanto por parte dos próprios militares, que haviam se frustrado com o comando de Daniel Salamanca na guerra, quanto por parte da sociedade civil, que, nos anos da guerra, tiveram suas demandas reprimidas ao máximo. Os militares procuraram acalmar as tensões sociais por meio de reformas moderadas de bem-estar social, pelas quais se demonstra, minimamente, à sociedade que esta teria uma participação mais ativa nos principais âmbitos decisórios.

Dessa forma, David Toro (1936-1937) procurou realizar um governo reformista que mesclava ideias nacionalistas e socialistas, ficando conhecido na historiografia como “socialismo-militar”. É neste governo que a Bolívia experimenta pela primeira vez a criação dos primeiros Ministérios do Trabalho e da Previdência Social como respostas às demandas sindicais dos trabalhadores mineiros. Intelectuais de cunho nacionalista, como Carlos Montenegro, que posteriormente seria um dos fundadores do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), o qual engendraria a Revolução nacional de 1952, apoiaram o governo e as políticas reformistas de David Toro e Germán Busch.

Esses fatos denotam que havia, sem dúvida, uma aproximação dos militares para com os movimentos de esquerda e para com movimentos nacionalistas. O governo militar aliou-se a organizações progressistas como a Confederação Socialista Boliviana (CSB), a qual assumiu de forma inédita quatro dos oito gabinetes governamentais. Os outros quatro gabinetes ficaram em mãos dos militares (MESA GISBERT, Carlos D.; DE MESA, José; GISBERT, 1999) Somado a isso, no ano de 1936, Toro realiza um ataque frontal aos interesses dos três grandes barões do estanho, resgatando políticas mais protecionistas ao realizar um controle mais rígido sobre as exportações do minério, tendo em vista as denúncias, contra esses magnatas, de conspiração contra o Estado boliviano durante a guerra. A resposta desses setores veio pela criação do Partido Centralista, encabeçado pelo barão Carlos Aramayo, com o intuito de defender, de forma unificada, os interesses das elites estaníferas, o que demonstrava que não seriam mais toleradas divisões no corpo dessa elite, dado o novo cenário social que, diferentemente de anos anteriores à guerra, caracterizava-se por um estágio no qual os movimentos sociais haviam aumentado substancialmente o seu poder político via organizações sindicais. A ideia central do Partido Centralista era acabar com as divisões políticas no seio dos partidos tradicionais, alertando-os de que, ou se uniam em uma frente única, ou estariam fadados a sucumbirem diante das novas forças sociais de caráter nacionalista. Como relata Klein (2016, p. 251). *“esse seria o projeto da elite*

*mineira de 1936 até 1952, quando ela buscou restaurar sua antiga estabilidade, fosse por meio de manobras legais ou ilegais”.*

Apesar da aproximação do governo com os movimentos trabalhistas, Toro tentou de todas as formas contornar as insatisfações que partiam dos setores mais conservadores, os quais haviam governado o país até o momento, o que fez com que o oficial Germán Busch, que até então o apoiara de forma incontestada, num ato de desconformidade com essa forma populista de Toro, se prontificasse a deixar o governo. Pelo aspecto sociológico da análise, a nacionalização, em 1937, da Standard Oil Company of Bolívia, para além das questões imperialistas, deve ser também entendida como uma forma de Toro não perder o apoio político de jovens militares da “*Geração do Cacho*” como Germán Busch, reforçando a ideia de que o governo não abriria mão de suas posições nacionalistas, isto é, do controle sobre as principais exportações do país, atreladas ao estanho e ao petróleo. Ou seja, não retrocederia a posições de *libre mercado* como forma de agradar as elites tradicionais. Mesmo com todas essas demonstrações por parte de Toro para fazer *jus* ao corpo dos militares, Germán Busch era visto por esses como uma liderança incontestada e acabaria golpeando Toro em uma reunião em 13 de julho de 1937, o qual se viu sem o apoio do exército e, assim, forçado a renunciar.

Seria um golpe dentro do golpe, que não mudaria as características nacionalistas iniciadas por Toro, mesmo que, num primeiro momento, se cogitasse, por parte de analistas políticos, que Busch pudesse dar uma guinada no sentido de restaurar seus vínculos com os partidos oligarcas, o que passou longe de se concretizar. A forma de governar reformista e de viés nacionalista teria, portanto, continuidade no governo de Germán Busch (1937-1939)<sup>74</sup>. Desde logo, o que se assistiu, do final da Guerra do Chaco, em 1936, até o início da década de 1950, fora uma transferência massiva de poder dos tradicionais partidos oligárquicos em direção ao Estado militar, fazendo com que, em pouco mais de uma década (1936-1950), o Estado boliviano se tornasse, à revelia das elites tradicionais, a principal *força produtiva* da nação, ao aumentar progressivamente seu monopólio sobre as principais produções estratégicas do país,

---

<sup>74</sup> Segue o pronunciamento de Busch aos combatentes da Guerra do Chaco pouco antes de assumir a presidência “Yo no he llegado a la Presidencia para servir a los capitalistas. Ellos deben servir al país y si no lo hacen por su voluntad, lo harán por la fuerza. Les juro a ustedes, camaradas, que yo, Germán Busch, demostraré a esos Patino, Aramayo, Hoschild, a todos los explotadores de Bolivia, que aquí hay un Presidente que hará respetar a su país... Si es necesario dar mi vida, la daré feliz de que ella sirva de algo a esta pobre patria. No tengo miedo a la muerte, ustedes me conocen” (*apud SANDOVAL*, 2016, p. 277).

concretizando seu controle em de cerca de 50% do PIB a partir da década de 1950. Nas palavras de Klein (2016):

Busch recusou a entrada dos antigos partidos no governo e continuou a discutir a nova legislação reformista. Nenhum partido tinha jamais sido associado ao governo e, portanto, a nova atividade partidária continuou firmemente, levando, no final da década, ao estabelecimento de novos e poderosos partidos reformistas nacionais. **Os partidos tradicionais, por sua vez, descobriram que a incapacidade de participar no governo ou ter voz no Congresso significaria quatro anos de implacável erosão, de modo que, por volta de 1940, eles seriam esqueletos do que haviam sido antes.** (KLEIN, 2016, p. 253) Grifos nossos.

Essa forma de governar, com um viés nacionalista misturado a ingredientes nacionalistas e socialistas característicos dos governos de Toro e Busch foi a expressão da explosão ideológica ocorrida no seio do sistema-mundo moderno<sup>75</sup> por sobre o pensamento criollo dominante da época, referendada pela revolução socialista soviética, em 1917, em suas mais variadas tendências do marxismo (leninismo, stalinismo, trotskismo). E também pelas forças fascistas que dominavam a Itália e a Espanha, misturando características nacional-socialistas, além das vertentes latino-americanas de um indigenismo puro ou mesclado com o marxismo, como eram os escritos do peruano José Carlos Mariátegui. Dada essa explosão ideológica no seio da sociedade boliviana, novos partidos políticos começaram a surgir em contraponto às dificuldades de recolocação dos velhos partidos oligárquicos no cenário político pós-Chaco.

Tratava-se de um *momento constitutivo* de ebulição política advindo dos setores populares e médios. Criaram-se várias correntes políticas no seio desses setores, que rapidamente dariam origem a grandes organizações político-partidárias no início da década de 1940, que acabariam por se estabelecer em três linhas de pensamento e passariam a ter grande influência na política nacional. Foram elas: a marxista, representada pelo Partido de Izquierda Revolucionario (PIR), a trotskista, representada

---

<sup>75</sup> É certo que, na dimensão política, entre o final do século XIX até a inflexão marcada pela Guerra do Chaco temos um período caracterizado por mudanças significativas no cenário mundial, como o são as duas grandes guerras interestatais entremeadas pela Revolução Russa de 1917 e pela Grande depressão de 1929 e, pelo aumento significativo da influência estadunidense, da influência fascista alemã, além da influência das experiências socialistas ante os Estados latino-americanos, coetaneamente. Mudanças que impactaram a história nacional boliviana *redesenhando as correlações de poder* ou, em outros termos, a *dimensão política* entre antiga oligarquia, nascente burguesia nacional e operariado mineiro/indígena/camponês.

pelo Partido Operário boliviano (POR) e a nacionalista, representada pela Falange Socialista Boliviana (FSB) e pelo Movimento Nacional Revolucionario (MNR). Mesmo existindo divergências significativas entre esses partidos, ao menos no momento de suas criações, eles se agarravam às tendências estatistas-nacionalistas e à preocupação sobre uma mudança nas estruturas primário-exportadoras no sentido de revolucioná-las e de impulsionar a Bolívia para um processo de industrialização menos dependente. (MESA GISBERT, Carlos D.; DE MESA, José; GISBERT, 1999, p. 560).

O final do governo de Busch foi marcado por um aprofundamento dessas tendências nacionalistas, além de suas investidas contra os barões do estanho via aumento da participação do Estado por sobre os lucros da mineração em 25% do valor das exportações, como forma de aumentar a arrecadação do Estado boliviano. Busch acabaria por se suicidar em agosto de 1939, sendo elevado à condição de mito pelos movimentos de esquerda, que passaram a vê-lo com um homem do povo que buscou materializar as demandas populares por mudanças radicais em direção a uma maior democratização da sociedade.

A década de 1940 foi uma das décadas mais caóticas na história da Bolívia tanto na dimensão política quanto na dimensão econômica. Os partidos oligarcas viram supostamente renovadas suas possibilidades de restituir as formas de governos pré-Chaco com a morte de Busch, mas, como ressalta Klein (2016), a conjuntura social decididamente era outra. Os movimentos de esquerda radicais e moderados haviam invadido a cena política de forma tão retumbante que não havia mais possibilidades de uma restauração completa dessas forças tradicionais. Mesmo com a vitória do general Enrique Peñaranda, nas eleições de 1940, que representava as classes oligárquicas, os votos em números expressivos da esquerda em José Antônio Arze do PIR, ícone à época do marxismo boliviano, deram uma representatividade valorosa e inédita às forças de esquerda no parlamento. Isso demonstrava que o *clímax* político e as forças em jogo haviam mudado substancialmente, isto é, os *movimentos de libertação nacional* estavam na ordem do dia. Somadas a essas mudanças na dimensão política, desde o final da segunda grande guerra, a dimensão econômica se mostrava extremamente fragilizada e fora aprofundada com a queda dos preços do estanho no mercado internacional atrelada à subida dos preços no mercado interno. Uma situação que

misturava estagnação e inflação. Neste contexto<sup>76</sup>, como ressalta Klein, o regime militar “bloqueou a venda de estanho aos EUA com base na questão do preço, o que levou a uma séria depressão econômica nacional” (KLEIN, 2016, p. 273).

Essa conjuntura caótica desvirtuou para uma escalada dos movimentos grevistas, que foram, um a um, retalhados com veemência pelas forças militares. Não obstante à repressão desmensurada do exército, essas rebeliões não mais cessaram. Em 1945, devido à força das rebeliões por parte de operários mineiros e camponeses indígenas, o governo, a mando de Villarroel, ameaçado por uma grande marcha camponesa que se dirigia até La Paz desde vários pontos do país, realizou, de forma oportunista e como tentativa de cooptar essas massas rebeldes e suas demandas, o que ficou conhecido como o primeiro Congresso Indígena com a participação de milhares de lideranças indígenas. Neste congresso, decretou-se a abolição do regime de *pongueaje*, da *mitanaje* e de toda forma escravista de trabalho, além do comprometimento do governo em resolver os problemas de instrução das comunidades indígenas (MESA GISBERT, Carlos D.; DE MESA, José; GISBERT, 1999). Mesmo com a tentativa do governo de passar a ideia de que o congresso havia sido uma iniciativa do próprio governo, o que não era verdade, visto que havia sido uma iniciativa de lideranças camponesas aymaras como a de Francisco Chipana Ramos, que solicitou a Villarroel a sua realização, isso não significou para a história dos movimentos indígenas uma menor importância do congresso, em suas memórias de lutas futuras, por validar suas históricas demandas. No entanto, na prática, essas demandas ficariam congeladas em forma de documentos e só seriam postas em prática de maneira definitiva com o processo revolucionário de 1952.

Os anos que a Bolívia passaria a viver até que a Revolução Nacional de 1952 fosse vitoriosa foram anos em que os novos partidos como o PIR, POR e MNR se transformariam enquanto seus alinhamentos políticos de origem. O PIR, que tivera desde sua fundação uma postura mais radical e não alinhada a possíveis alianças com os partidos mais tradicionais, acabou por se mostrar cooptado pela *Concordância* durante a década de 1940, conjecturando que não seria possível uma mudança social sem uma retificação com os partidos tradicionais. Isso minou as bases do PIR, que seria usado

---

<sup>76</sup> Era uma postura que ia contra o alinhamento do regime militar que havia se estreitado com os EUA após a morte de Busch apesar dos fortes vínculos ainda mantidos com a Alemanha nazista. O governo de Peñaranda buscava desesperadamente empréstimos americanos, os quais foram significativamente dificultados pela Standard Oil que fazia *lobby* no parlamento americano para que esses empréstimos fossem concedidos tendo como contrapartida a compensação pela estatização da empresa em 1937, além do fim do alinhamento do governo boliviano com a Alemanha nazista.

pelos partidos tradicionais no congresso como o Partido Republicano, para justificar suas investidas contra as organizações trabalhistas.

O MNR, que a princípio esteve mais alinhado com as ideias fascistas-nacionalistas, em virtude de suas derrotas sistemáticas e experiências eleitorais frustradas, principalmente quando, em 1949, havia conseguido, dentro da legalidade, vencer as eleições e foi impedido de assumir o poder pelos militares, acabou se transmutando em um partido de massas e antifascista. Neste interim, o MNR procurou aumentar sua base de apoio no campesinato indígena, nas classes médias, que tradicionalmente já o apoiavam, e, principalmente, nas grandes massas de trabalhadores mineiros urbanos, representados pela recém-criada Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB), em 1944, que até esse momento estivera alinhada com o PIR.

Todos os setores populares que antes apoiavam o PIR tornaram-se pouco a pouco frentes de apoio do MNR e foram fundamentais para tomar o poder, de forma revolucionária, em 9 de abril de 1952, ao serem armados pelo próprio MNR contra as forças militares e oligárquicas a mando de Urrilagoitia (1949-1951). O POR foi o único partido a manter-se fiel à sua agenda política revolucionária, apesar de ser um partido que não dispunha de um apoio popular de relevância, como acontecia com o PIR e com o MNR. As famosas Teses de Pulacayo<sup>77</sup>, de 1946, que exigiam uma aliança operário-camponesa e um governo essencialmente dos trabalhadores, tomado revolucionariamente pelas armas e não mais pela via eleitoral, foi encabeçado pelo POR. O POR foi extremamente importante também para a mudança radical de postura do MNR, exigindo que o partido assumisse uma postura revolucionária contra os partidos tradicionais e contra o exército.

Conclui-se que a Guerra do Chaco marcou um dos *momentos constitutivos* de maior significância na história de formação da nação boliviana. Por isso, nesse sentido, abre-se uma espécie de bifurcação nos rumos dessa história *nacional*, que daria ensejo a “*mais dinâmica revolução econômica social da América Latina desde a Revolução Mexicana de 1910*”. Este, justamente, será o objeto de estudo do nosso próximo voo panorâmico, o qual se estenderá até o último governo de Evo Morales, tendo como objetivo final da tese ver o que muda e o que não muda nas dimensões política e econômica em relação à equação social expressa pelo aprofundamento do vínculo entre

---

<sup>77</sup> Para ter acesso às **Teses de Pulacayo** acessar: <https://www.marxists.org/espanol/lora/1946/nov08.htm>

sociedade civil e Estado, ou, em outras palavras, pela transmutação de um Estado em sua forma *aparente* para um Estado em sua forma *Plurinacional*. (KLEIN, 2016, p. 274)

### **Parte III – A Temporalidade Rebelde (1952-2016)**

## Capítulo 4 – Da Revolução Nacional de 1952 ao Fim da Ditadura Militar (1952-1982)

*Uma fase revolucionária é, para as sociedades, o mesmo que um cataclisma para a geografia.*  
(ZAVALLETA, 1988, p. 52)

Devemos nos perguntar, antes de iniciar o nosso voo panorâmico sobre o período que vai de 1952 até 2006, qual seria a natureza política do Estado nacional revolucionário que nasceu a partir de 1952? O que, de fato, esse acontecimento revolucionário viria a significar para as questões relativas aos processos de democratização e nacionalização da sociedade boliviana? Neste sentido, esses dois questionamentos serão trabalhados neste capítulo, que se concentra nos componentes políticos-ideológicos do que ficaria conhecido na historiografia boliviana como *nacionalismo revolucionário*<sup>78</sup>, o qual se consubstanciou no surgimento de um bloco de poder contra-hegemônico às classes oligárquicas, formado por partidos políticos como o MNR, o POR e instituições sindicais como a Central Obreira boliviana (COB).

### 4.1 A dimensão político-ideológica da Revolução Nacional de abril de 1952

Dando início aos aspectos relativos à dimensão político-ideológica, sabemos que as categorias de *colonialidad del poder*, de *formação social abigarrada* e de *Estado aparente*, trabalhadas na primeira parte da tese, não se extinguem com o processo revolucionário de 1952. A sociedade boliviana permaneceu apresentando características de um *Estado aparente*, materializadas nas formas de hierarquizações sociais com ingredientes ético-raciais, expressas no *abigarramento* e na *colonialidade das relações de poder* entre criollos e indígenas-camposinos-mineiros. Esses traços de permanência de formas aparentes na relação entre Estado e sociedade civil foi consequência do fato de que na sociedade boliviana, “(...) [a] *unidade de Estado ou centralização em realidade* [não] se realiza completamente, [ou seja], o modo de produção capitalista [não se] impôs em plenitude (...) Quanto mais demore a unificação (...) mais

---

<sup>78</sup> “El Movimiento Nacionalista Revolucionario, no fue la primera tentativa para encauzar corrientes políticas desvinculadas de los partidos tradicionales. Debe recordarse a Roberto Hinojosa y el esfuerzo por fundar el “Partido Socialista” en 1927; a Tristán Maroff que responde al nombre de Gustavo Adolfo Navarro, que después de escribir la ‘Tragedia del Altiplano’, terminó fundando el ‘Partido Obrero Revolucionario’. Luego el 15 de agosto de 1937, se funda Falange Socialista Boliviana, que más tarde se convierte en el partido de la oligarquía”. (SANDOVAL, 2016, p. 306-307)

inextirpável, mais difícil é a resolução da questão nacional” (ZAVALETA, 1973, p. 454) (Tradução livre do autor)

Uma das formas de se perceber a permanência dessas categorias advindas da *colonialidade* e a dificuldade de se resolver a questão nacional está no modo como o processo revolucionário de 1952, sob o comando do MNR, procurou borrar as multiplicidades de povos originários através da tentativa de criar uma *sociedade mestiça*. Trataremos dessa questão da mestiçagem com mais profundidade no decorrer deste capítulo. Por ora, é importante se ater ao fato de que, quando aconteceu o processo revolucionário, já haviam se passado quase 130 anos desde a independência, em 1825, quando as características de origem dessa sociedade haviam se modificado com muito pouca *plenitude* na direção de um elevado grau de nacionalização e democratização social. Essa constatação legará especificidades únicas ao processo de desenvolvimento do Estado Nacional boliviano, visto que não seria mais possível pensar essa sociedade e seus processos “evolutivos” unicamente por meio de categorias mais gerais do marxismo, sem que essas levassem em consideração os constructos históricos específicos a essa nacionalidade em construção.

Desde logo, a partir da Revolução Nacional de 1952, a sociedade boliviana foi umas das expressões mais bem acabadas do funcionamento do *sistema-mundo moderno*, pois avançou por sobre outras espacialidades sem produzir, necessariamente, um processo de *igualação social*, isto é, sem produzir unidades político-nacionais endogenamente homogêneas que caminhassem na substituição completa de unidades domésticas não-proletarizadas, a exemplo dos ayllus, para unidades domésticas totalmente proletarizadas. Em outros termos, sem produzir um processo de *subsunção real do trabalho ao capital* de forma totalizante no seio do Estado Nacional boliviano, que extirpasse formas hierárquicas pretéritas ao capitalismo. Fernand Braudel (1987), em *A Dinâmica do Capitalismo*, esclarece essa questão de mais longo prazo relativa às hierarquias e à necessidade do capitalismo em mantê-las:

(...) o capitalismo tem necessidade de uma hierarquia (...). É verdade ainda hoje: mesmo nos Estados Unidos, o capitalismo não inventa as hierarquias, utiliza-as, do mesmo modo que não inventou o mercado ou o consumo. **Ele é, na longa perspectiva da história, o visitante da noite.** Chega quando tudo já está em seus devidos lugares. Por outras palavras, o problema em si da hierarquia supera-o, transcende-o, comanda-o de antemão. **E as sociedades não-capitalistas não suprimiram, ai de nós, as hierarquias.** (BRAUDEL, 1987, 33) Grifos nossos.

Dáí sucede que a *natureza* do Estado nacional boliviano, que emerge do processo revolucionário de 1952, mesmo implicando inegavelmente em um avanço nas formas liberais de estado, não encerrou com as formas hierárquicas advindas da *colonialidade*, nem podia fazê-lo, devido à necessidade dessas hierarquias para a própria manutenção e funcionamento do modo de produção capitalista em âmbito mundial e nacional. Sobrevém que, na Bolívia, o baixíssimo grau de nacionalização da sociedade, que havia persistido de forma duradoura desde a independência, faria com que o processo revolucionário avançasse de maneira pouco unificada no seio do bloco contra-hegemônico em formação desde o final da Guerra do Chaco. Combinaram-se, assim, durante e após a revolução, posturas ideológicas com traços burgueses, socialistas, nacionalistas e indigenistas, além da própria ideologia oligárquica que, mesmo extremamente debilitada, procurou, oportunistamente, manter seus tradicionais privilégios contra o avanço de demandas políticas democratizantes.

Wallerstein (2005), em suas análises mais gerais sobre os processos de igualação social no bojo do desenvolvimento da EMC, nos dá elementos para pensar essa combinação de tendências ideológicas que buscavam ora manter seus privilégios ora engendrar um processo de legitimação soberana negada até esse momento. Por essa perspectiva de análise, entende-se que o que se instalou a partir da Revolução Nacional de 1952, foi um processo revolucionário já maturado ao ponto de forçar as bases superestruturais do Estado boliviano a incorporar, de forma a legitimar juridicamente, *movimentos sociais de rosto índio*, representados tanto pelo operariado-mineiro quanto pelos indígenas-camponeses nas áreas rurais.

Portanto, de forma veraz, o processo revolucionário trouxe consigo uma revisão da relação entre *universalismo* e *particularismo*, na qual, até o momento pré-revolução, havia se baseado a formação social boliviana. A legitimação soberana dos povos originários ao corpo social da nação deve ser compreendida, assim, como um acúmulo de forças desses povos que haviam não só mantido suas formas de sociabilidade específicas em funcionamento, mas reorganizados em organismos sindicais e/ou comunitários nos idos dos anos de 1940. Esse acúmulo de forças com elevado grau de organização, quando comparado à sua fragilidade característica desde o processo de independência, não admitiria margem no bojo do processo revolucionário para que o Estado revolucionário mantivessem os povos originários, uma vez mais, separados das principais instâncias decisórias da nação.

Vejam, a partir dessas características mais gerais do processo revolucionário, que procuram relacionar as dimensões sistêmica e nacional, como, na *práxis* histórica, materializou-se esse processo extremamente contraditório. Historicamente, os três dias entre 9 e 11 de abril de 1952 que estremeceram as estruturas da sociedade boliviana representaram “o ápice de um longo processo em que as massas populares tomaram em suas próprias mãos a história do país” (ANDRADE, 2007, p. 74), sobrepondo-se, inclusive, ao MNR nos momentos mais críticos da conquista do poder estatal.

Essa massa revolucionária em ação, ou, nas palavras de Zavaleta Mercado, essa *autodeterminação das massas*, transformaria a história da Bolívia de maneira profunda, visto que as primeiras ofensivas do MNR contra o governo de Hugo Ballivián Rojas (1951-1952) em forma de golpe deram-se sem que o partido buscasse apoio nessas massas populares. O MNR, apesar de todas as transformações que sofrera em suas agendas políticas, as quais se radicalizaram durante os últimos anos da década de 1940, de forma a aproximar o partido das massas, mantinha-se, pelo menos em parte, relutante a um processo revolucionário que envolvesse a participação popular de maneira central. O receio de alguns membros do MNR, como Siles Suazo, alinhados mais aos interesses pequeno-burgueses, era de que um processo revolucionário com participação das massas escapasse ao controle do partido e produzisse uma ditadura do proletariado mineiro.

Segundo Sandoval (2016), o momento revolucionário deve ser compreendido pela reunião de forças de natureza político-ideológicas diversa, as quais refletem as principais contradições sociais das quais emerge o Estado nacional revolucionário. Esse Estado insurge, como tratamos de explicitar no capítulo anterior, de uma crise generalizada do sistema oligárquico, que abriu possibilidades reais para que setores antes marginalizados do poder superestrutural do Estado convergissem suas demandas em direção ao projeto revolucionário democrático-burguês do MNR. O MNR, mesmo com suas linhas de pensamento divergentes, tinha consenso interno de que havia chegado o momento de produzir um processo de nacionalização, democratização e modernização da nação, até então estancado pelo Estado em sua forma oligárquica.

É preciso expor que esse momento revolucionário da nação boliviana ligava-se à conjuntura externa de transferência geográfica da hegemonia mundial da Europa para a potência do Norte. O resultado desse giro de poder no desenvolvimento do sistema-mundo capitalista trouxe, internamente, aos países latino-americanos, como já salientamos uma espécie de convergência populista de classes. É neste cenário de

consolidação das formas liberais de Estado, principalmente nas partes ocidentais da economia-mundo capitalista, que se deve incluir o projeto de revolução burguesa idealizado pelo MNR de forma conectada aos movimentos populares mineiros-indígena-campesinos. Este também fora um momento no qual as relações entre a hegemonia americana e os países latino-americanos estreitaram-se indelevelmente com a imposição do dólar como moeda internacional, o que implicava no aumento da influência americana via empréstimos internacionais em direção aos países da região.

Na Bolívia pós-revolução, a interferência estadunidense via empréstimos internacionais transformou-se numa estratégia de política externa, que objetivava controlar possíveis tendências socialistas de Estado. Essa estratégia estendeu-se praticamente até os *anos rebeldes*, iniciados na aurora do século XXI, quando foi posta em xeque não só na Bolívia, mas em boa parte da América Latina, no episódio que ficou conhecido como um “*giro à esquerda*” da região. Dadas as dificuldades enfrentadas pelas economias latino-americanas primário-exportadoras, desde o pós-guerra, devido à queda vertiginosa dos preços internacionais das matérias primas que formavam suas pautas de exportação, os empréstimos internacionais estadunidenses se constituíram na principal forma de amenizar, no curto prazo, os problemas de balança de pagamentos desses países. Na Bolívia não seria diferente, e o MNR teria, como um de seus subterfúgios para controlar as dificuldades econômicas, tais empréstimos, os quais eram concedidos sempre com severas contrapartidas impostas pelos EUA e seus organismos de financiamento.

Foi nesta conjuntura que a Revolução Nacional de 1952 e suas pautas populistas-nacionalistas e democratizantes encontraram destino certo, visto que o governo revolucionário do MNR viu-se cada vez mais compelido a intervir de forma monopolística nos mercados, que lhe implicavam de forma a regular os desnivelamentos constantes entre exportações e importações. Já os processos de nacionalização das principais empresas mineiras estaníferas, que ocorreram com a revolução deveram-se à pressão vigorosa da COB para que o processo avançasse nesta direção, e não simplesmente como um ato de boa fé do MNR.

É importante fazer um rápido parêntese e ressaltar que, após a Segunda Grande Guerra, as políticas norte-americanas para reconstrução da Europa, via Plano Marshall, quando comparadas às formas de ajuda americana à América Latina como um todo, como fora a *Aliança para o Progresso* iniciada no governo de John Kennedy, a partir de 1961, eram olímpicamente diferenciadas. Enquanto na Europa foram perdoadas as

dívidas de guerra, como a da própria Alemanha nazista, que havia destruído mais da metade da Europa, somava-se a esse fato a concessão de empréstimos americanos vultosos para a reconstrução total da Europa, com um longo período de carência para o pagamento (entre sete e dez anos). Ironicamente, esses pagamentos eram feitos em moeda nacional e não em dólar. Mais do que isso, os empréstimos, de forma previamente acordada, não retornavam em sua grande maioria para os cofres norte-americanos, mas, eram reinvestidos pelos próprios países europeus e pelas suas instituições financeiras em políticas sociais de grande alcance, a baixíssimas taxas de juros, o que se logrou em um longo ciclo virtuoso de crescimento e redistribuição de renda, ou seja, em um processo de igualação social *suis generis* para a história europeia (Estado de bem-estar social).

De forma completamente diferenciada, na América Latina, a política de *Aliança para o Progresso* jamais conjecturou pôr em marcha um processo semelhante ao que foi o Plano Marshall, que levasse a uma revisão benevolente de suas dívidas externas e/ou a uma injeção contundente de capitais direcionados a criar algo próximo de um estado de bem-estar social como o europeu. Como ressalta o alemão Franz Hinkelammert (2013), em sua palestra “*Crisis de la deuda y vaciamiento de la democracia*”, o que explica essas diferenciações quantitativas e qualitativas entre a estratégia americana para a Europa e para a América Latina seria justamente a conjuntura de Guerra Fria entre EUA e URSS, que obrigava a potência capitalista do Norte a uma estratégia político-econômica de empréstimos à Europa através de gastos massivos em políticas sociais, praticamente sem retorno, que propagandeasse ao mundo “*o rosto humano do capitalismo em contraponto ao rosto desumano do socialismo*” (Hinkelammert, 2013). No caso da periferia latino-americana, esta se viu uma vez mais violentada a resolver seus problemas econômicos e sociais, desmesuradamente maiores do que os europeus, via obtenção de empréstimos internacionais ao custo de uma escalada de sua dívida externa e interna. Em suma, jamais se cogitou algo próximo do que foi o Plano Marshall na Europa para a América Latina.

Feita essa mediação entre o contexto internacional e o contexto interno aos países latino-americanos, tornam-se mais inteligíveis as dificuldades e contradições que a Revolução Nacional de 1952 enfrentou, nas dimensões, econômica e política, para galgar um avanço qualitativo nas relações entre Estado e sociedade civil, internamente (forma primordial), e entre Estado e economia-mundo capitalista, externamente. Não ao acaso, o que foi uma revolução a ser vencida pelas mãos dos movimentos populares

bolivianos, quando o MNR já dava por perdida a batalha para as forças militares contrarrevolucionárias, acabou por expor de forma cabal as fraturas estruturais de longa duração dessa sociedade, como veremos a seguir.

#### **4.2 A formação do governo revolucionário de 1952 e a dualidade do poder MNR-COB**

Não nos concentraremos, nesta seção, às lutas engendradas pelo MNR e pelas massas populares que ensejariam a histórica revolução de 1952 de forma detalhada. Autores como Herbert Klein (2016), Everaldo de Andrade (2007), Carlos Mesa Gisbert, José de Mesa, e Teresa Gisbert (1999), Sandoval (2016) e Silvia Rivera (2010) já o fizeram com propriedade ímpar, e dessa forma nos apoiaremos nestes autores. Desde logo, entendemos não estar ao nosso alcance, por ora, uma releitura crítica que nos possibilitasse *reescrever* a história revolucionária de 1952.

Sem embargo, enquanto *momento constitutivo da nação* da maior significância, sumarizar a Revolução Nacional de 1952 em uma direção que dê sentido lógico, histórico e espacial ao desenvolvimento do capitalismo na Bolívia e às mudanças sociais, políticas e econômicas que transformaram o Estado nacional exige, de nossa análise, um sobrevoo que nos oriente na longa duração dessa formação nacional. A nossa bússola estará voltada, então, para as principais inflexões do período revolucionário e pós-revolucionário. A saber: a criação da Central Obrera Boliviana (COB) e a consequente força que adquire o operariado-mineiro no processo revolucionário, os processos de nacionalização dos principais recursos de exportação do país, como as minas estaníferas, a participação do movimento camponês na revolução, a consolidação da Reforma Agrária e suas contradições em torno do pacto civil-campesino e posteriormente militar-campesino, a questão da homogeneização da nação via mestiçagem e a instituição do voto universal.

Basicamente, a princípio, o que buscava a cúpula do MNR era um processo muito mais golpista do que de fato revolucionário, que produzisse o mínimo de derramamento de sangue através de uma recomposição política a qual levasse em consideração as forças antirrevolucionárias no poder, o que significava, em outras palavras, uma renovada aliança com uma parte das forças militares de caráter mais progressista, como as dirigidas pelo general Seleme. Essa postura, digamos assim, pouco revolucionária por parte do MNR, assinalava seu distanciamento com relação às

demandas políticas populares, que buscavam de todas as formas radicalizar o processo. O MNR, pouco antes de tomar pelas armas as localidades estratégicas de La Paz e Oruro, havia proposto às surdas um pacto com a junta militar a mando do general Humberto Torres, a quem o general Seleme apoiava, além do comprometimento da entrega de ministérios ao partido fascista, representado pela Falange Socialista Boliviana (FSB), que se aliaria ao MNR por um curtíssimo espaço de tempo. Esse pacto consistia na entrega do poder ao general Torres depois de concretizado o golpe revolucionário.

No entanto, o que se viu, de forma a reproduzir a história boliviana permeada de golpes em cima de golpes, como um prelúdio anunciado de uma tragédia grega, foi que, no momento crucial do golpe, quando o MNR havia dominado pontos estratégicos de La Paz e de outras cidades por meio de suas milícias, o general Humberto Torres retrocedeu em seu acordo, mantendo-se leal à Junta Militar contrarrevolucionária. O derramamento de sangue, o qual o MNR buscou de todas as formas evitar, tornar-se-ia fatal. O Exército concentrou suas tropas na região de El Alto, que ficava na cabeça de La Paz, e pôde, assim, estrategicamente, ter um controle quase total das investidas das forças revolucionárias do MNR sobre os principais pontos de La Paz. Como explica Justo (1973, *apud* ANDRADE) em “*La revolución derrotada*”, essa *ingenuidade* do MNR, do ponto de vista militar, faria com que o exército contrarrevolucionário, a mando de Humberto Torres, avançasse contra as tropas emenerristas, cercando-as de todos os lados a tal ponto que, naqueles dias de abril, fora dada, pelo próprio comando do MNR, como iminente a derrota golpista.

Ao fim e ao cabo, essa ingenuidade, que partia principalmente das frações do MNR pequeno-burguesas que comandavam o partido a despeito das frações mais radicais do partido, em certa medida, ignoradas, como um tiro de misericórdia, acabaria com as ilusões do partido de que seria possível um rompimento definitivo com o Estado em sua forma oligárquica, isto é, com o *paradoxo senhorial* sem o apoio das forças populares em ação. Foi, então, como salientamos, quando o MNR praticamente havia se dado por vencido pelas forças do Exército – o que ficava evidenciado no discurso do presidente do partido Siles Suazo, em 9 de abril, que dizia em tom de derrotista: “*volveremos, venceremos e perdonaremos*” (Andrade, 2007, p. 76) – que, de forma surpreendente, as massas populares em ação tomaram a liderança do processo e transformaram, o que a princípio não passara de mais um Golpe, em uma Revolução de fato:

As massas populares de La Paz, como também se verificaria em Oruro, emergiram com sólida energia e disposição para lutar contra o odiado regime oligárquico como talvez nunca acontecera na história do país. **O movimento revolucionário de massas adquiriu dinâmica própria, acima das organizações políticas e sindicais tradicionais.** Nessa noite Siles Suazo desapareceu e se escondeu na periferia da cidade. Nos dias 10 e 11 La Paz estaria sob o comando coletivo de milhares de homens e mulheres anônimos, revolucionários, invencíveis pelos regimentos mais equipados e preparados do Exército boliviano. Era a experiência de pelo menos duas décadas de lutas que agora se condensava na ação coletiva decisiva nas ruas e nos becos de La Paz e em outras cidades do país. (ANDRADE, 2007, p. 76) Grifos nossos.

Essa insurreição das massas em abril de 1952 “*condensada na ação coletiva*” terminava com as teorias de pensadores de concepção liberal do século XIX, como Alcides Arguedas<sup>79</sup>, que davam como definitiva a superioridade caucásica dos criollos sobre cholos e mestiços. Arguedas testemunhava as massas como algo disforme, duvidoso, isto é, como a expressão da irracionalidade, da inconsciência, em que o que prevalecia enquanto essência dessas massas eram apenas surtos instintivos de revoltas que não eram capazes de contribuir decisivamente para transformar a realidade social da nação de forma a nacionalizá-la. O protagonismo dos operários-mineiros-indígena-camponeses na luta política revolucionária de 1952, envoltos por modos de produção diferentes devido às suas particulares ligações jurídicas com a terra, além da persistência incontestada de suas memórias coletivas, traziam consigo, de forma tenaz, o compromisso histórico dessas massas em direção a um processo de democratização e nacionalização social, que seriam explosivos na aurora do século XXI. (SANDOVAL, 2016, p. 302)

Mesmo com a derrota do Exército pelas massas populares, que poria fim definitivo ao antigo regime até então orquestrado pelos partidos tradicionais, o MNR não desistiu de propor pactuações com as forças militares. Imediatamente após a derrota da Junta Militar, o partido propôs ao general Torres o que ficou conhecido na historiografia como o “Pacto de Laja”. Esse pacto buscava uma reaproximação do partido com o exército. Não obstante, em virtude do processo revolucionário perpetrado

---

<sup>79</sup> “Los “caudillos bárbaros” de Arguedas son el prototipo de la ignorancia y la brutalidad: la expresión de la masa inconsciente. Al no diferenciar las clases sociales de las etnias o nacionalidades existentes, su análisis nacional se basa en las categorías del mestizo, el criollo y el indio. O mejor, criollo, cholo e indio. Atribuyendo a cada una de ellas características particulares que definen la superioridad caucásica sobre las demás etnias o nacionalidades. Verbigracia: ‘El cholo es inconsciente, vanidoso, hablador, etc como mestizo degenerado; el indio pongo es mentiroso, adulador, felón, engañador, vengativo, como enemigo de blancos y mestizos.’” (SANDOVAL, 2016, p. 302)

de forma protagonista pelas massas populares, somado ao esfacelamento do exército de uma forma jamais vista até então na história da Bolívia, haviam produzido uma situação política e social que inviabilizava essa nova tentativa golpista emenerrista contras as massas. O MNR, mesmo formalmente sendo visto, à época, como um dos vencedores do processo revolucionário, encontrava-se, agora, com seus poderes muito mais limitados, o que o obrigaria a ceder às pressões das massas populares, cada vez mais organizadas em torno de fortes sindicatos como a COB, que formariam um poder paralelo ao Estado.

Foi nesta conjuntura, pós-revolucionária, que se concretizou uma espécie de *dualidade de poder* encarnada pelo MNR (que assumiria a presidência do país em 15 de abril de 1952) e pela COB (fundada em 17 de abril de 1952). Essa dualidade de poder se corporificou em um *cogoverno* entre esses dois poderes, que seria o resultado, por um lado, da fragilidade do MNR em impor-se sobre as massas, e, por outro, da própria massa organizada em torno da COB de cristalizar-se em uma consciência coletiva revolucionária a ponto de governar o país, descartando as forças emenerristas de forma a reproduzir processos revolucionários nos moldes clássicos de revoluções socialistas como a russa. O que poderia ter feito com que as massas conquistassem essa força necessária para governar o país soberanamente no caminho do socialismo estava expresso nas agendas políticas revolucionárias do POR, que poderia ter sido o partido a liderar essas massas durante a revolução. Sobrevinha que nos anos anteriores à revolução, o POR havia sido o partido que mais sofreu com a perseguição de seus membros pelo regime militar, fragilizando-o demasiadamente e, em alguns momentos, o desvirtuando a atuar na clandestinidade. Durante o momento revolucionário, o POR encontrava-se “*dissolvido no turbilhão popular da revolução*” estando suas células ativas em várias frentes de batalha, porém sem o poder imperativo para reagrupá-las a ponto de influenciar nos rumos da revolução. (ANDRADE, 2007, p. 82)

A revolução havia dado força a frações do MNR ligadas aos movimentos de esquerda, como a ala liderada por Juan Lechín, que condicionava seu apoio à ala da pequena burguesia, representada por Siles Suazo e Vitor Paz Estenssoro, à implementação de uma pauta de reivindicações que iam desde a nacionalização das minas estaníferas sem indenizações e reforma agrária, até a criação de milícias operárias em substituição do Exército na defesa dos interesses soberanos da nação.

Essas reivindicações não seriam de imediato atendidas. O discurso de Paz Estenssoro a uma gigantesca massa de populares no dia 15 de abril na Praça Murillo mostrou-se reticente à imediata implantação da pauta revolucionária, alegando que o governo não detinha naquele momento “*recursos necessários ao melhoramento da vida da coletividade*” (El Diálogo 16.04.1952, apud ANDRADE, 2007). A ala esquerdista do MNR ganharia o apoio do POR, que também o condicionava a um processo de *revolução permanente*. Esse apoio aconteceu numa conjuntura em que a COB havia se tornado um poder, quando não superior, praticamente com a mesma força do MNR. Desse modo, seu grau de autonomia e independência frente ao MNR dotava o operariado-mineiro de um poder jamais visto até aquele momento.

Grandes divergências se instalaram frente à dualidade de poder visto que a COB não aceitou curvar-se aos ditames do MNR. Essa força desproporcional do movimento operário levou o MNR a praticamente dividir o poder com a central sindical, o que gerou receios por parte do POR, que via, nesse movimento do MNR, uma forma de cooptação da central e o início do fim da radicalização do movimento operário. Contudo, isso obrigou, por dentro, as forças no MNR pequeno-burguesas a finalmente porem em prática a nacionalização das minas estaníferas e a reforma agrária. Neste movimento de unificação do MNR com a COB, o POR seguiu aumentando seu poder de influência sobre setores da COB de forma que não desvirtuassem suas pautas de revolução permanente, que incluíam o fim da propriedade privada, a não indenização dos empresários mineiros na consumação da nacionalização das minas e a instalação de um governo operário e camponês<sup>80</sup>. Esse aumento da influência do POR sobre a COB, que buscava pôr em xeque o *cogoverno* MNR-COB, seria de imediato respondida pelo MNR ao acelerar a nacionalização das minas sem indenização, de forma a arrefecer a radicalidade do movimento operário. Dessa forma, o POR, em seu nonagésimo Congresso realizado entre os dias 24 e 29 de setembro, em La Paz, aderiu, não sem controvérsias no seio do partido, ao *cogoverno* MNR-COB. Esse recuo das posições mais radicais levou a fissuras no partido de origem trotskista.

---

<sup>80</sup> Edição do jornal Rebelión editado por Moller que propunha a radicalização do movimento operário. “A COB defende a ocupação das fábricas e das minas pelos trabalhadores, como uma alternativa para prevenir a sabotagem e a desocupação... Nacionalização das minas, sem indenização e sob controle operário. Os trabalhadores não aceitam nenhuma outra forma de nacionalizar as minas... O povo boliviano não pode arcar com o peso que significaria o pagamento de fabulosas indenizações... O destino da revolução se liga intimamente ao destino da propriedade privada, que só poderá ser superada pela ação revolucionária das massas. O Congresso Nacional dos Trabalhadores é um passo na obtenção de um Parlamento Operário que, superando a estrutura jurídica democrática-burguesa, abrirá o caminho para um Governo Operário e Camponês”. (Apud ANDRADE, 2007, p. 90).

Enquanto *momento constitutivo da nação*, a Revolução Nacional de 1952 é tão fundamental na história da Bolívia que seria impossível compreender as insurreições rebeldes, na aurora do século XXI, e a ascensão do Movimento al Socialismo (MAS) ao poder estatal sem entender o significado da Revolução em suas várias dimensões da realidade. A Bolívia, de uma economia controlada por capitais privados mineiros, passaria a uma economia controlada majoritariamente pelo Estado. Assim, deu-se início um processo de maior diversificação produtiva dos setores econômicos, que viria a articular partes do território nacional como o Oriente do país, a exemplo da cidade de Santa Cruz de La Sierra, até então pouco representativa política e economicamente quando comparada às partes andinas. Nas partes rurais, a Reforma Agrária ajudou neste processo de articulação geográfica nacional ao eliminar os grandes latifúndios, aumentando, assim, o grau de integração dos povos originários ao corpo da nação. A Reforma Agrária, apesar de todas as contradições que carrega, mudou substancialmente as relações de poder no campo entre originários e latifundistas criollos. Na dimensão política, o voto, até então *qualificado*, ou seja, restrito a uma ínfima parcela da sociedade, foi universalizado para toda a população acima de 21 anos, independentemente de serem letrados ou não, o que fez, pela primeira vez na história do país, com que essa massa de votantes se constituísse como um sujeito da maior importância para os partidos políticos que almejavam a conquista do poder estatal. Objetivamente, a instituição do *voto universal* mudaria radicalmente as coalizões de poderes no seio da sociedade boliviana.

Na dimensão cultural, como ressaltam Carlos D. Mesa Gisbert, José de Mesa e Teresa Gisbert. (1999), a revolução produziu o surgimento de fortes correntes nacionalistas, socialistas e indigenistas, que emanaram disputas pela narrativa nacional, a qual, anteriormente à revolução, estivera hegemonizada pelos extratos caucasianos criollos. Antes de prosseguirmos com o sobrevoo sobre os principais acontecimentos que marcariam a vida nacional pós-revolucionária, entendemos ser fundamental, para fortalecer a hipótese central da tese, realizar uma breve seção explicativa das mudanças na dimensão cultural consumadas pela revolução, pois estas foram causadoras de fortes contradições sociais entre as várias correntes de pensamentos citadas acima, estando presentes na sociedade boliviana até os dias atuais.

Essas contradições seriam a resultante de longa duração da equação social representada pela relação entre Estado oligárquico e sociedade civil, que havia, tanto antes quanto após independência nacional em 1825, ignorado radicalmente a presença

dos grandes contingentes de povos originários quando se tratava de incorporá-los culturalmente à vida nacional. Nos termos de Anibal Quijano, a *colonialidade das relações del poder*, baseadas nas diferenciações étnico-raciais, continuaria operando nesta sociedade enquanto legitimadoras das hierarquias sociais, porém, a partir da revolução, a percepção dessa operação era dificultada, devido à tentativa do Estado, com traços cada vez mais liberais, de *apagar* a multiplicidade de identidades indígenas por meio da ideia universalista de que todos os membros da sociedade haviam se tornado, com a revolução, cidadãos.

Ocorre que, como ressaltou Zavaleta Mercado, esse lapso de longa duração em dar voz a essas demandas culturais dos originários, isto é, em transitar de *formas aparentes de Estado* para formas que levassem realmente em conta a heterogeneidade social que caracterizava genuinamente essa territorialidade – e que não fora plenamente destruída em processos genocidas e etnocidas – faria com que a política aparente de *igualação social via homogeneização da sociedade boliviana*, pela ideia universal de cidadania e de mestiçagem, não encontrasse, a partir da revolução, um destino totalmente promissor.

Recordando ao leitor a nossa hipótese central sabemos que: o estado das artes do Estado nacional boliviano, a partir dos anos 2000, seria, assim, a *resultante de longa duração* de uma mudança qualitativa na relação entre Estado e sociedade civil, em que as novas forças sociais expressas pela *autodeterminação das massas* indígeno-camponesas, que haviam, desde a Revolução de 1952, refutado os processos de mestiçagem, cumpriria um papel protagonista no avanço dos processos de democratização e nacionalização, conferindo à Bolívia especificidades no quadro mais geral da periferia latino-americana. O fio condutor da análise é a passagem de um *Estado aparente* a um *Estado plurinacional* que, no decorrer dessas transformações, exporia as tensões seculares, ainda permanentes, entre colonizadores e colonizados, germinadas temporalmente e espacialmente no bojo da expansão da *economia-mundo europeia* (EMC), ao final do século XV, em direção às Américas. Observemos com um pouco mais de detalhes essa tentativa de cunho *liberal*, pós-revolução, em homogeneizar a sociedade boliviana a partir das políticas de cidadania e mestiçagem.

#### **4.3 Colonialidad del poder e a tentativa de homogeneização da sociedade boliviana via mestiçagem**

Una de las contradicciones fundamentales generada por la revolución de 1952 fue **el fracaso de su proyecto de homogenización cultural**. El país de indios gobernado por señores debía desaparecer con la revolución. Los señores se convertirían en burgueses de mentalidad democrática y progresista y los indios en ciudadanos, integrados en el sólido cimiento del mercado interno y la castellanización. El indio debía desaparecer con el mestizaje, la educación, la migración a los centros urbanos y la parcelación de las comunidades y desaparecer sus vestigios en los museos y documentos culturales de la nueva nación. Desaparecería también la palabra “indio” del lenguaje oficial, para expresar este tránsito a la ciudadanía que anhelaban los conductores de la revolución. Estos sueños tropezaron, sin embargo, con la terca realidad. Después de la victoria de Abril de 1952, la democracia de las milicias populares y los sindicatos para —estatales en el campo darán paso a la manipulación clientelista y al control vertical desde el partido— Estado, y la ciudadanía del indio se sumergirá en la sutil reconstitución de las formas oligárquico-coloniales de discriminación y dominación. (RIVERA, 2010, p.77) Grifos nossos.

É de fundamental importância compreender historicamente essa questão da mestiçagem enquanto pretendo fator homogeneizador e unificador da nação boliviana, pois é como se ela representasse um centro gravitacional para onde convergem outras questões da mesma espécie que remetem à Temporalidade Colonial, onde aparecem pela primeira vez as relações de poder baseadas nas hierarquias étnico-raciais, ou, em outras palavras, na *colonialidad del poder*. Desde logo, uma das ideias hegemônicas na sociedade boliviana após a Revolução Nacional de 1952 foi a prerrogativa de intelectuais do corpo do MNR, tanto da ala de esquerda quando da ala de direita de que, para se cumprir de forma totalizante um *sentido de nação unitário*, as políticas relativas à *dimensão cultural* deveriam seguir na direção de criar uma *sociedade mestiça* que daria às diversas nacionalidades originárias contidas pelo Estado boliviano um sentido de unidade nacional definitivo.

Para esta visão, encarnada pelos preceitos do liberalismo em suas formas universalizante contra qualquer forma de particularismo, todas as seculares demandas por *autodeterminação nacional* advindas das nações indígenas estariam fadadas, caso se cumprissem, à desagregação e à fragmentação do território boliviano. Justificava-se, assim, pela suposta desagregação territorial, a propaganda política de mestiçagem pós-

revolução como forma de dar unidade nacional diante de tantas nacionalidades indígenas que permaneciam vivas<sup>81</sup> no corpo da nação boliviana.

Justificava-se, também, a ideia de mestiçagem por intermédio do discurso de que ela produziria uma homogeneização cultural da sociedade boliviana, suprimindo o que fora uma *falha estrutural* da relação entre Estado e sociedade civil, de maneira a *eleva*r todos os membros que formavam as diversas nacionalidades indígenas à condição de *cidadãos* dotados dos mesmos direitos e deveres, os quais, até então, haviam sido desfrutados apenas pelas frações criollas da população.

A grande questão era: se esse processo de mestiçagem, em um momento passado da história da Bolívia, tivera tido alguma possibilidade real de se concretizar, essa possibilidade havia se apagado completamente no arremate histórico que produziu a Revolução Nacional de 1952. Havia se apagado em função de que os traços de *abigarramento* característicos dessa sociedade tinham se amalgamado ao longo da Temporalidade Colonial e Republicana a tal ponto que tornavam-se *estruturais*. As diversas nacionalidades originárias, de forma fecunda, haviam mantido suas memórias coletivas, seus idiomas originários e suas formas de sociabilidades em consequência das especificidades históricas do desenvolvimento do capitalismo nesta territorialidade. Dada essa conjunção de fatores, um processo de homogeneização social/nacional/cultural que fosse em direção de *borrar* essa diversidade de nações originárias através da mestiçagem, como foi o impetrado pelo MNR, não encontraria,

---

<sup>81</sup> “En 1952, la distribución étnica, en el censo, registró un 63% de población indígena (quechua, aimara y etnias del oriente). La distribución lingüística reflejaba un 36.5% de lengua materna quechua, un 36% de lengua materna castellana y un 24.5% de lengua materna aimara. En ese momento la idea de reconocer territorios indígenas en el oriente simplemente no existía. Las etnias de los llanos estaban olvidadas y no formaban parte de la sociedad activa de nuestro país. “En septiembre de 1991 etnias del oriente boliviano (Guaraníes, Mojeños, Chimanés, etc.), protagonizaron una marcha desde Trinidad a La Paz bajo el denominativo de “Por la dignidad y el Territorio”, para concientizar al país de su existencia y sus derechos. Era la primera vez que el estado boliviano reconocía a los indígenas del oriente como interlocutores válidos y le reconoció el derecho de propiedad y administración de territorios ancestrales.” Actualmente Bolivia tiene la mayor población indígena en toda Sud América. Las etnias que coexisten en el territorio boliviano son 36, aunque Bolivia es generalmente considerada como un país eminentemente andino y altiplánico, quechua y aimara, la mayor parte del territorio pertenece a lo que se denomina Oriente, Chaco y Amazonía. Según información del CENSO 2012, del INE (Instituto Nacional de Estadística) más de dos millones de bolivianas y bolivianos se identifican con un pueblo indígena y se distribuyen de la siguiente manera: Bolivia... sus 36 etnias indígenas: Los Aymaras, Los Quechuas, Los Yuracares, Los Ayoreos, Los Canichanas, Los Guarayos, Los Guaraniés, Los Mosesténes, Los Tacanas, Los Mores, Los Moxeños, Los Urus, Los Reyesanos, Los Esse Ejjas, Los Tapiétes, Los Araonas, Los Chiquitanos, Los Afrobolivianos, Los Nahuas, Los Pacahuaras, Los Yaminahuas, Los Chácobos, Los Yuquis, Los Toromonas, Los Baures, Los Itonamas, Los Cayubabas, Los Weenhayek, Los Machineris, los Lecos, Los Movimas, Los Chimánes, Los Guarasugues-Pausernas, Los Cavimeños, Los Joaquinianos, Los Mojeño y los Siriónos”. (CENSO 2012, del Instituto Nacional de Estadística)”.

principalmente após a Revolução de 52, um ambiente propício para germinar de forma plena.

O que está por trás, em termos mais gerais, dessa dificuldade da Revolução de 1952 em caminhar no sentido de uma homogeneização cultural via mestiçagem e cidadania, trata-se do complexo processo de construção e consolidação de nações no bojo do desenvolvimento do capitalismo. Como explica Álvaro Garcia Linera (2010, p. 178), “*uma nação é uma unidade de idioma, cultura, território e economia. Em parte isso é verdade, mas como resultado da consolidação da nação, e não como seu ponto de partida ou substância definidora*”. Isso significa que a formação das nações não foi um processo que se produziu de forma linear ao longo do desenvolvimento do *sistema-mundo capitalista*. Existiram nações que se formaram tendo, por exemplo, mais de uma língua como oficial, como foi o caso de Bélgica e do Paraguai. Outras, como os EUA, no início de sua formação, dado o processo de emigração de várias partes do mundo a essa territorialidade, caracterizavam-se por um mosaico de idiomas, o que não impediria que se criasse uma comunidade nacional imaginada dotada de um espírito nacional que lutasse pela independência americana.

O fato central em questão é que, ao longo do desenvolvimento do sistema-mundo capitalista, desde o século XVI, o número de Estados Nacionais aumentaria de forma exponencial. No presente momento, são 193 Estados considerados membros da Organização das Nações Unidas (ONU). O interessante é que o número de idiomas, hoje, supera de longe o número de Estados Nacionais, sendo em torno de 400 idiomas, o que sugere que, no seio desses Estados Nacionais, esses idiomas não desapareceram, porém também nem todos se consolidaram em novos Estados Nacionais (Wallerstein, 2005, Linera, 2010).

O resultado dessa constatação é que não há um caminho unilinear no processo de formação dos Estados Nacionais modernos. Eles podem ser resultados de longos processos de coesão social que foram capazes de se articular em uma identidade nacional mais sólida, ou seja, menos heterogênea. Podem, também, ser decorrência de questões relativas a identidades religiosas misturadas a questões econômicas e territoriais, como foi o caso da formação do Estado de Israel, o qual muito antes de ser aceito enquanto membro da ONU já formava-se em uma identidade nacional coesa.

Há também nações como a Catalã, que buscou e continua buscando tornar-se uma nação soberana frente ao Estado espanhol sem, até o presente momento, ter obtido sucesso. Esse insucesso, que pode ser momentâneo ou permanente, não impede de

afirmarmos que a região da Catalunha produziu, historicamente, uma coesão identitária que lhe capacita a tornar-se, futuramente, mais um Estado Nacional. Linera (2010) aponta, portanto, para o fato de que a formação de um Estado Nacional e sua validação não é simplesmente o somatório entre território, línguas, culturas, e economia, mas, sim, como esses elementos se articulam entre si a ponto de forjar um sentimento de pertencimento à nação; um sentimento de coletividade, um devir nacional que seja compartilhado pelas várias culturas que estão contidas nesta territorialidade, sem que, necessariamente, este mosaico de culturas tenha que desaparecer para que uma cultura nacional possa emergir. Nas palavras de Linera (2010):

As nações resultam, em geral, da agregação política de muitas etnicidades, pois a nação há de ser, precisamente, a produção de uma nova etnicidade (real ou fictícia) que permita projetar no passado, de forma imaginária, a pertinência e necessidade de sua existência no presente. Essa ancoragem comum, produz (ou desenterra, ou inventa) uma irmandade estendida, um parentesco ampliado capaz de criar, primeiro, um efeito de atração gravitacional nos setores populacionais que se sentirão atraídos e, segundo, um efeito complementar de repulsão naqueles que se sentirão excluídos. Por tudo isso é que se diz que as nações são ‘comunidades imaginadas. (LINERA, 2010, p. 180-181)

Nesta explicação de Linera (2010), fica evidenciado um ponto de contradição na formação das sociedades modernas, visto que os processos de nacionalização, ao mesmo tempo em que atraem setores populacionais para que estes componham a nacionalidade em questão, repelem outros, tornando-os marginais ao processo de nacionalização e democratização social. Isso não significa que esses últimos não possam, no processo de consolidação da nação, tencionar sua participação e, de fato, conquistá-la.

Na Bolívia, segundo Zavaleta, o processo de nacionalização da sociedade, produzido pela Revolução de 1952, manteve formas *aparentes* na relação entre Estado e sociedade civil, isto é, manteve uma “*comunidade ilusória*” (LINERA, 2010) que não resultou na institucionalização explícita dos povos indígenas na “*comunidade imaginada*”. A política de mestiçagem não pôde projetar no passado a pertinência e necessidade de sua existência no presente, de forma a criar uma comunidade nacional mestiça, simplesmente pelo fato de que essa projeção nunca existiu no passado dessa

sociedade. O que existiu e que poderia ter sido projetado pelas políticas de nacionalização pós-1952 foram as presentes memórias coletivas dos povos originários.

No entanto, a despeito da imensa maioria da população de origem indígena, o que prevaleceu enquanto processo de nacionalização, após 1952, e que durou até 1994 – quando uma reforma constitucional instituiu o aymara e o quéchua como línguas também oficiais – foi a política de mestiçagem através da institucionalização de um Estado monolíngue e monocultural, assentado na identidade de origem castelhana. Dessa forma, os traços da *colonialidad del poder* e de um *Estado aparente* mantinham-se, esses sim, projetados do passado em virtude da memória senhorial de exclusão dos povos indígenas, ainda muito presente na Temporalidade Republicana.

O paradoxal de todo esse processo de homogeneização cultural via um *Estado monocultural* recaía no fato de que, para que os povos originários pudessem acessar as diferentes estruturas de poder da nação, fossem elas econômicas, políticas, jurídicas e/ou militares, estes deveriam, obrigatoriamente, abandonar sua pluralidade linguística, suas identidades étnicas, suas referências cognitivas; em suma, o mundo simbólico que os organizava e que lhes dava sentido de existência. Aparentemente, o processo de democratização e nacionalização da sociedade civil, ao incorporar os indígenas unicamente pelas referências cognitivas do liberalismo, procurando transformá-los todos em cidadãos de identidade mestiça, transparecia como produtor de uma *igualação social*.

Não se pode negar as conquistas modernizantes de 1952, a exemplo do sufrágio universal, da reforma agrária e dos processos de nacionalização das empresas até então controladas pelos três barões do estanho. Ocorre que um processo de igualação social, dessa natureza, pressupunha que os povos indígenas partiam das mesmas condições objetivas que a “branquidão” crioulo-mestiça; fato que não condizia com a realidade da vida cotidiana de longa duração dos indígenas. O simples fato de *não* serem instruídos na língua castelhana era demonstrativo de um abismo de aptidões e competências que, de saída, restituía os processos de hierarquização social baseados nas diferenças étnico-raciais constitutivas da colonialidade. Como explica a cientista política Sue Iamamoto (2011) em sua dissertação de mestrado intitulada “*O nacionalismo boliviano em tempos de plurinacionalidade*”:

(...) a perspectiva normativa do nacionalismo revolucionário mantinha uma distância gritante com a realidade,

na qual camponeses e pobres eram indígenas que destoavam do ‘padrão nacional’ pela sua língua, pela sua cor de pele, pelas suas roupas e pelos seus costumes. Tratava-se de um nacionalismo discursivamente inclusivo (a partir da ideia de mestiçagem), mas com uma prática que reproduzia segregações culturais e étnicas como sociais e políticas. Na experiência concreta, a cidadania era vivida de forma diferente pelos índios. É difícil precisar em que medida a percepção de uma cidadania incompleta é causa ou consequência da percepção de identidade cultural diferenciada que precisa ser afirmada, mas ambas compuseram um contexto que impôs o fracasso do projeto homogeneizador de 1952. (IAMAMOTO, 2011, p. 21-22)

Há, portanto, uma disputa de narrativas pelo sentido de nação no seio da sociedade boliviana, e a direção do pêndulo dessa disputa dependeria, após a Revolução de 1952, do poder, ou melhor, do acúmulo e do exercício desse poder por parte dos movimentos contrários e/ou a favor de uma determinada visão de nação.

Em um resumido panorama dos dois lados dessa disputa, pode-se afirmar que os movimentos advindos das elites autodenominadas criollas trataram de reforçar a identidade da nação como uma identidade essencialmente mestiça por meio da contestação do caráter “originário” dos povos indígenas. Apoiavam-se na prerrogativa de que a ocupação humana das Américas realizada por homens advindos de outros continentes ocorrera muito anteriormente à própria constituição do Império incaico, surgido nas terras altas peruanas apenas no século XIII. Tal visão colocava em pauta a impossibilidade de se falar em povos originários ou indígenas “puros” nesta territorialidade, atribuindo, assim, uma patologia separatista aos movimentos indígenas quando procuravam reivindicar sua pertinência originária e suas territorialidades na tentativa de fazê-las coincidir. (CRUZ, 2010, p. 132). Afirmavam, assim, que havia uma impossibilidade em dizer quem seriam, de fato, os verdadeiros originários, o que fortalecia a ideia de que a identidade mestiça seria a que mais favoreceria um processo de integração nacional verdadeiramente includente.

Já na visão dos movimentos indígenas, principalmente nas vertentes de intelectuais indianistas mais radicais como Fausto Reinaga (2010)<sup>82</sup>, diferenciar-se desse discurso propagado pelas elites autodenominadas mestiças tratava-se de algo essencial não apenas para integrar os indígenas ao imaginário nacional, mas, principalmente, para libertá-los enquanto nacionalidades que foram negadas desde temporalidades anteriores. É bem verdade que, em Reinaga, podemos encontrar, como

---

<sup>82</sup> “*La Revolución india*” teve sua primeira edição publicada em janeiro de 1970.

sugere Edwin Cruz (2010), duas perspectivas em relação a que direção o processo de libertação das nacionalidades indígenas deveria seguir.

Em “*La revolución india*” (2010), Reinaga expressa toda sua radicalidade ao privilegiar deliberadamente em suas análises a criação de uma “nação índia” e de um partido boliviano índio (PIB) que não estaria de acordo, após a conquista formal da independência em 1825, com os limites territoriais, institucionais e culturais expresso na fundação do Estado Nacional boliviano. A postura político-ideológica de Reinaga concentrava-se em radicalizar o discurso e a práxis dos povos indígenas, entendendo que só através desta radicalidade se conseguiria evidenciar, de forma irrefutável, a opressão das nações originárias e seu exílio secular em acessar as instâncias superestruturais da forma estatal-oligárquica, procurando quebrar uma narrativa eurocêntrica que ligava os indígenas à ideia de *povos sem história*<sup>83</sup> e, conseqüentemente, fadados a desaparecer, fosse por processos genocidas ou etnocidas.

Nesta perspectiva mais radical, Reinaga (2010) compreende a criação de uma “nação índia” como possível apenas à margem do Estado boliviano em suas formas liberais ocidentais. Não obstante, ao longo de sua obra, é notável outra preocupação tão central quanto à primeira. Reinaga não deixa com que essa radicalidade necessária, atribuída aos discursos e à práxis indianista, se sobrepujasse totalmente às questões de cunho anti-imperialistas pelas quais a nação boliviana esteve subjugada desde o início do processo colonizador europeu. Reinaga (2010) entende que não apenas os indígenas sofreram as agruras do processo de exploração engendrado pela expansão do moderno sistema mundial em direção às Américas, mas os próprios mestiços (nação chola) que, mesmo oprimindo os indígenas, foram também oprimidos por poderes imperiais externos ao Estado nacional boliviano.

Não há, portanto, na nossa leitura de Reinaga, uma ambigüidade em sua obra, mas, sim, a sensibilidade do autor em enxergar o processo de formação do Estado nacional e do desenvolvimento do capitalismo na Bolívia de maneira radical; porém, sem que essa radicalidade o cegasse para a necessidade da construção de uma

---

<sup>83</sup> Em seu livro *Filosofia da História*, Hegel tomado pelo *espírito universal/liberal* de sua época, ao se referir à América e aos povos originários assim os via: “Apesar de termos algumas informações sobre a América e sua cultura, principalmente sobre o México e o Peru, sabemos que foram povos bem primitivos, que fatalmente sucumbiram assim que o espírito se aproximasse deles. A América sempre se mostrou e ainda se mostra física e espiritualmente impotente. Depois que os europeus desembarcaram na América, os nativos declinaram gradativamente à sombra da atividade europeia... A fraqueza do nativo americano foi a principal razão de se levar negros para a América, com o objetivo de empregar a capacidade que eles têm de trabalhar, pois os negros são mais receptivos à cultura europeia do que os índios [...] tudo o que se passa na América tem a sua origem na Europa”. (HEGEL, 1999, pp.74-75)

identidade nacional que explicitasse, de forma cristalina, que a Bolívia se constituía, sim, por um Estado nacional de maioria indígena oprimida, mas que não se podia negar a necessidade de libertar a nação boliviana em sua *totalidade de nacionalidades* (incluindo a nação mestiça) contra os poderes imperialistas. Cruz (2010) nos brinda com duas citações de Fausto Reinaga (2010), retiradas do livro “*La revolución india*” que, no nosso entendimento, sintetiza o pensamento de Reinaga, o qual, por sua vez, sintetiza a própria história de formação da nacionalidade e da identidade boliviana de forma plural e não aparente. A primeira citação trata de sua reflexão mais radical e mais voltada ao contexto interno:

“El índio es una raza, un pueblo, una nación oprimida (...) El índio no lucha por el salario, que nunca conoció; ni por la justicia social, que ni siquiera imagina. El índio lucha por la justicia racial, por la libertad de su raza; raza esclavizada desde que el Occidente puso su pezuña en las tierras de Tawantinsuyu. El problema del índio no es asunto de asimilación o integración a la sociedad ‘blanca, civilizada’; el problema del índio es problema de LIBERACIÓN” (REINAGA, 2010, pp. 54-55, *apud* CRUZ, 2010, pp.8-9)

A segunda citação traz o caráter, digamos, mais plural do autor, quando relaciona o contexto interno ao contexto imperialista:

“Luchamos por la liberación de Bolívia. De esta Bolívia que la defendimos a sangre y fuego en la Guerra del Pacífico, en la Guerra del Acre y la Guerra del Chaco. Porque en esta Bolívia está nuestra vida, nuestra casa, nuestra familia (...) Porque en Bolívia está nuestra PATRIA INDIA (...) **lucharemos hasta liberar, tanto a la Bolívia chola como a la Bolívia india.**” (REINAGA, 2010, p. 432-433, *apud* CRUZ, 2010, pp. 9) Grifos nossos.

Poder-se-ia argumentar que essa dualidade, que aparece no pensamento de Reinaga a partir da década de 1970, permaneceria latente na Temporalidade Rebelde ao iniciar-se a aurora do século XXI. Essa latência estaria presente na medida em que, ao mesmo tempo em que os movimentos indígenas, de forma protagonista e decisiva, conquistariam sua inclusão a partir de 2006 nas formas estatais de poder, passando a influenciar decisivamente os rumos da comunidade nacional imaginada, sem que, para isso, abdicassem de suas memórias coletivas, tem-se que as *estruturas de longa duração*, expressas, por exemplo, *pela falha estrutural primário-exportadora*, denotavam os limites possíveis ao avanço do Estado boliviano em libertar-se desse

formato periférico relativo às estruturas da dimensão econômica do *moderno sistema mundial*.

Tinha-se, dessa forma, uma tendência democratizante mais promissora na dimensão político-ideológica relativa às mudanças na superestrutura estatal, que passava a incluir os povos indígenas. Todavia, quando se tratava de libertar a Bolívia das amarras impostas externamente pela dimensão econômica hierárquica do moderno sistema mundial (da relação desigual centro/periferia), as limitações eram evidentes. Trataremos com mais detalhes desta problemática dual no último capítulo da tese. Por ora, é importante retomarmos o nosso voo panorâmico de forma a sobrevoar *o eixo organizador* das relações entre Estado e sociedade civil que se construiria e que passaria a ditar a dinâmica da sociedade boliviana a partir da revolução de 1952. Forma-se uma espécie de engrenagem social pós-revolução – apesar das dificuldades cada vez mais evidentes de se criar uma sociedade mestiça por parte de governos, fossem eles civis ou militares – que se mostrará exitosa em conectar de maneira decisiva esses governos às massas indígenas, a ponto de permitir-nos arriscar a dizer que a relação Estado/sociedade civil e suas consequências constitutivas para a história de democratização e nacionalização boliviana jamais seriam as mesmas.

#### **4.4 Um sobrevoo sobre os anos pós-Revolução Nacional (1952-1964)**

Enquanto *momento constitutivo da nação*, a Revolução Nacional de 1952 é tão fundamental na história da Bolívia que seria impossível compreender as insurreições rebeldes de rosto índio na aurora do século XXI e a ascensão do Movimento al Socialismo (MAS) ao poder estatal sem entender seu significado nas suas várias dimensões da realidade (política, econômica e cultural). Na dimensão econômica, a Bolívia passava de uma economia controlada por capitais privados mineiros a uma economia controlada majoritariamente pelo Estado, que duraria até 1982 com o fim de governos militares e com a restauração da democracia. Com a Revolução de 1952, iniciou-se paulatinamente um processo de maior diversificação produtiva dos setores econômicos, que viria a articular partes do território nacional, como o oriente do país, a exemplo da cidade de Santa Cruz de La Sierra, antes pouco representativa política e economicamente quando comparada às partes andinas da Bolívia. Nas partes rurais, a reforma agrária, iniciada em 1953, ajudava neste processo de articulação geográfico-nacional ao eliminar os grandes latifúndios, aumentando, assim, o grau de integração

nacional dos povos originários, principalmente dos povos da região andina, ao corpo da nação. A reforma agrária, apesar de todas as contradições que carrega mudou substancialmente as relações de poder no campo entre originários e latifundistas-criollos.

Na dimensão política, o voto, até então *qualificado*, ou seja restrito a uma ínfima parcela da sociedade, foi universalizado para toda a população acima de 21 anos, independentemente de serem letrados ou não – o que faria, pela primeira vez, com que essa massa de votantes, em sua grande maioria indígenas, se constituísse como um sujeito da maior importância para os partidos políticos que almejavam a conquista do poder estatal. Dessa forma, a instituição do voto universal mudava radicalmente as coalizões de poderes que haviam vigorado até então no seio da sociedade boliviana. Na dimensão cultural, principalmente a partir do final da década de 1970, com o fim do pacto militar-campesino, começaram a surgir movimentos indianistas, como o Movimento Tupac Katari, que seriam fundamentais tanto na conjuntura neoliberal quanto na renovada conjuntura nacionalista, a partir de 2006, que ensejaria uma política cultural de *descolonização* mental da sociedade boliviana.

Portanto, a Revolução Nacional de 1952 engendraria uma renovada dinâmica social e um renovado eixo organizador das relações entre Estado e sociedade civil. Desde logo, em decorrência da derrota das forças oligárquicas e da massiva organização de sindicatos indígena-campesinos e operário-mineiros, foi possível ao MNR reunir uma ampla base de apoio em torno de um projeto de modernização econômica e política a partir de 1952. A grande questão era como controlar essas massas em ação.

A forma encontrada pelo MNR, e, posteriormente, pelas ditaduras militares, que se instalariam após 1964 e durariam praticamente até o final da década de 1970, foi a instauração de uma espécie de pacto com as grandes massas indígena-campesinas, as quais, a partir do estabelecimento do sufrágio universal, constituíram-se numa massacrante maioria de votantes. Em termos de política externa, o MNR procuraria estreitar seus laços com a potência do Norte através de posições políticas ideológicas anticomunistas<sup>84</sup>. Não obstante, não se podem negar as intenções do MNR, na origem do partido, de políticas de cunho nacionalistas e anti-imperialistas. Não é tão simples

---

<sup>84</sup> Essa posição anti-comunista fica evidenciada na resposta do MNR às mobilizações do POR e da COB que buscavam engendrar ações revolucionárias: “O MNR é em essência uma partido nacional e em consequência contrário ao comunismo internacional (...) O MNR considera que no país deve formentar-se o espírito de empresa entre os bolivianos e também atrair capitais estrangeiros. (Apuđ ANDRADE, 2007, p. 91) Grifos nossos.

explicitar essa engrenagem social que vai se formando no decorrer da revolução. É, pois, na complexidade que vai adquirindo a relação entre sociedade boliviana e Estado revolucionário que está a chave mestra dessa renovada engrenagem social.

Essa complexidade pode ser observada de várias maneiras. Por exemplo, no apoio do MNR à criação da *Central Obrera Boliviana* (COB) ao final de abril de 1952. É importante ressaltar que o MNR nunca se constituiu por um partido de base operária, sua maior base de apoio era advinda das classes médias urbanas e dos setores da nascente pequena burguesia. Mesmo a ligação que se estabelecerá entre MNR e massas indígena-campesinas após a revolução, a qual daria início a um pacto político entre MNR e campesinato indígena, mantido também ao longo período dos governos militares (1954-1980/82), estava ausente do escopo programático do partido antes da Revolução de 1952.

Os atos de nacionalização das minas estaníferas, realizados de forma extremamente cautelosa pelo partido, em contraponto às pressões constantes do POR e da COB para que o processo fosse feito de maneira revolucionária, demonstravam sua preocupação em não criar uma imagem internacional de intransigência que levasse a uma quebra das relações com as potências capitalistas e, principalmente, com os EUA. Observemos que, mesmo com sua postura originalmente anti-imperialista, o MNR manteve e aprofundou seus vínculos com os EUA nos doze anos em que esteve à frente do poder (1952-1964). De forma contraditória, do mesmo modo que o partido nacionalizava as principais minas estaníferas em mãos dos barões do estanho, também dava início à abertura da economia relativa aos setores petrolíferos através de concessão às empresas norte-americanas, como a *Gulf Oil Company* que, em 1955, deu início à exploração do óleo em território boliviano. São vários, portanto, os eixos dessa complexa engrenagem social que foi se formando com o processo revolucionário. Alguns desses eixos, que inicialmente constituíram-se como centrais, vão se rompendo e sendo substituídos por outros.

No primeiro mandato do MNR sob o comando de Vitor Paz Estenssoro (1952-1956), a engrenagem social constituiu-se internamente pela ligação visceral do partido com a COB, a FSTMB e setores pequeno-burgueses representados pelas classes médias urbanas. Além dessas ligações, em decorrência da radicalidade dos movimentos indígenas no processo de reforma agrária – que poria fim à tutela dos grandes fazendeiros para com as comunidades, principalmente nas regiões do altiplano como Cochabamba e Achacachi –, o MNR acabou por incluí-los de forma definitiva em suas

finalidades programáticas. Assim, o MNR, que até então havia ignorado notoriamente o campesinato indígena, dava-se conta, no bojo de suas reformas estruturais, de que o país se tornaria praticamente ingovernável sem esse apoio.

Essa incorporação do campesinato indígena, de forma tão visceral ao longo dos três mandatos em sequência do partido, tornou-se uma parte do eixo central da engrenagem social. A outra ponta dessa engrenagem, ou seja, a relação externa do partido se pautava pela ligação, em plena vigência da Guerra Fria, aos interesses dos EUA e seus capitais de forma a rechaçar as ideologias socialistas e mesmo os possíveis investimentos advindos da URSS.

Ao longo do desenvolvimento dessa renovada engrenagem, as classes médias pequeno-burguesas, que haviam se constituído, desde a fundação do MNR em 7 de junho 1942, como seu coração, paulatinamente deixavam de apoiá-lo. Com o aumento do poder dos sindicatos operários e a ligação do MNR com o campesinato indígena, o poder do partido frente às classes médias tornava-se, assim, decadente. Essa decadência foi o resultado não apenas das ligações do MNR com setores contrários aos interesses dessa classe, mas, também, da devastadora crise econômica que atingiu a Bolívia a partir de 1952 e durou até a restauração dos militares no poder, quando a Bolívia passava a experimentar uma fase mais próspera na dimensão econômica.

Portanto, todas as transformações profundas na sociedade boliviana impetradas pelo MNR tiveram impactos imediatos em sentido negativo na produção de excedente econômico em variados setores da economia. As nacionalizações das minas demandavam do Estado uma injeção de investimentos que não estava ao seu alcance, levando-o a um processo de endividamento sistemático. A reforma agrária fez com que a produtividade agrícola, que já era baixíssima, caísse para níveis ainda mais dramáticos, posto que havia claras limitações fiscais, por parte do governo, que o impediam de aumentar o grau de mecanização no campo.

Dessa forma, o primeiro governo do MNR ao concretizar mudanças intensas na engrenagem social fez com que o partido sentisse com todo vigor o peso da *falha estrutural primário-exportadora* relativa à dimensão econômica e política. O estanho, enquanto principal *commodity* de exportação, entrava em franco processo de estagnação, como podemos observar nos dados relativos à Tabela 2 e ao Gráfico 2 (ver capítulo 3). A média de produção anual estanífera jamais voltou a atingir seus históricos níveis de produção da primeira metade do século XX, e um sério desajuste macroeconômico estava na ordem do dia da sociedade boliviana. Esse desajuste atingia

frontalmente o poder de consumo das classes médias pequeno-burguesas e, conseqüentemente, suas rendas, sendo um divisor de águas que estremeceria, de forma definitiva, as relações dessa classe com o governo emenerrista, visto que ela se via, nos primeiros anos do processo revolucionário, como a mais afetada negativamente pelas mudanças estruturais.

Entre 1952 e 1956, devido a um processo inflacionário ascendente que atingiria a marca de 900% ao ano, o MNR, em 15 de dezembro de 1956, promoveu um programa ortodoxo de ajuste macroeconômico, respaldado diretamente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelos capitais estadunidenses<sup>85</sup>. Para termos a ideia do tamanho da crise econômica que assolaria a sociedade boliviana; (...) “entre 1945 e 1950 o PIB teve crescimento de 0% e entre 1950 e 1955 teve a taxa negativa de 0,8%. O custo de vida disparou: para um índice 100 em 1945, ele atinge 188 em 1950 e dispara para 2525 em 1955” (Andrade, 2012, p. 15).

Da mesma forma que a crise econômica atingiu a classe média num primeiro momento, a partir de 1956, com governo de Siles Suazo, ela atingiria, também, os setores do operariado-mineiro, colocando em xeque o cogoverno entre MNR e COB construído a partir dos primeiros anos do processo revolucionário. Na dimensão política, a crise abalou, portanto, os laços do MNR com o movimento operário. Para Zavaleta (1988), a crise chegaria ao seu ponto máximo quando Siles Suazo conquista o poder em 1956, num momento em que o imperialismo norte-americano “já havia obtido um *modus vivendi* provisório com o MNR” (Zavaleta, p. 55). O Plano de estabilização realizado pelo enviado norte-americano George Jackson Eder significaria a desmoralização sumária das ideias nacionalistas e antiimperialistas do MNR<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup> “A ‘ajuda’ norte-americana somou, entre 1953 e 1959, 214 milhões de dólares. Destes, onze milhões foram empréstimos do Export-Import Bank, quatro milhões do Development Loan Fund e quinze milhões do empréstimo de estabilização do FMI e do Tesouro americano. O aumento dos empréstimos à Bolívia, que passaram de um milhão e meio de dólares em 1953 para 22,7 milhões em 1959 é traço suficiente para notar-se a preocupação do “colosso do Norte” em relação à nação boliviana. O programa norte-americano, assim, chegou a ser o maior desta espécie em toda a América Latina (Patch, 1970). Em 1955, como sintoma da política imperialista dos Estados Unidos, foi decretado o Código do Petróleo, ‘a primeira lei pós-revolucionária escrita por americanos e promulgada sem debate público ou modificação por autoridades bolivianas’ (Whitehead, 1969: 11). Isso significava que a Bolívia renunciava ao monopólio governamental do petróleo e os Estados Unidos, que não queriam financiar operações governamentais relativas a esta área, preferindo deixar tais atividades para o setor privado, apoiariam grupos econômicos norte-americanos ligados a esta atividade, a escrever os estatutos do petróleo boliviano para atrair investimentos externos àquele país. (PERICÁS, 1997, p. 117).

<sup>86</sup> “Apesar do discurso antiimperialista, desde o início da revolução, e principalmente durante o governo de Siles Zuazo (1956-1960), a Bolívia recebeu gigantescos empréstimos dos Estados Unidos. A inflação atingiu níveis altíssimos, cresceu o desemprego no país, começou um processo de recomposição do exército regular e a dependência aos norte-americanos tornou-se cada vez maior. No segundo governo de

Supostamente, o Plano Eder, como ficaria conhecido, tinha a prerrogativa de desenvolver a industrialização mineira, porém, de forma a aparelhar as empresas agora estatais, fazendo com que a acumulação no seio desse setor se destinasse não mais às reformas de bem-estar social. O excedente econômico desses setores passaria a direcionar-se, a partir de 1957, a uma insurgente burguesia tecnocrática. O MNR seria, assim, convencido pelo economista norte-americano e pelo FMI de que o processo inflacionário era a grande causa das dificuldades em dar continuidade ao processo de industrialização do país, e as políticas de bem estar-social que haviam caracterizado os primeiros anos do processo revolucionário deveriam ser deixadas momentaneamente de lado, até que a crise econômica fosse superada.

De fato, a estabilização monetária foi um alento momentâneo à pequena burguesia urbana que, de forma agora contida, apoiou as medidas do governo de Siles que fossem nesta direção ortodoxa. De forma contrária, o aparelhamento das empresas estatais por um tecnocracia burguesa foi um desalento ao operariado-mineiro sobre o manto da COB, pois viam diminuir expressivamente seu poder de atuação sobre o setor mineiro, há pouco conquistado com muito esmero e derramamento de sangue. Já o campesinato indígena, que fora o menos atingido pela escalada inflacionária em virtude suas formas de sociabilidades comunais aliadas ao baixo nível de integração com a economia nacional, mantinha-se numa posição de placidez frente ao plano de estabilização.

Dessa forma, a engrenagem social nos governos de Siles (1956-1960) e de Paz Estenssoro (1960-1964) assinalou um refluxo do alcance do operariado mineiro relativo às diretrizes políticas tomadas pelo MNR. Refluxo este que confirmava à classe operária que o Estado de 1952, cada vez menos revolucionário em suas ações, havia adquirido força suficiente para desfazer os laços com esse setor que havia sido decisivo para o sucesso do processo revolucionário. Como explica Zavaleta (1988), essa posição do MNR tinha suas causas não só nas resoluções ortodoxas da crise econômica, mas também passava pela patologia do partido que, desde sua fundação, sempre fora receoso com as ações das massas populares, pois sabia que não podia controlá-las de maneira totalmente organizada. O autor também indica o fato de que a própria classe operária e suas formas de organização sindicais não haviam sido capazes de se impor

---

Paz Estenssoro (1960-1964) ocorreu uma guinada para a direita no direcionamento político do país, apesar de o vice-presidente ser Juan Lechín". (PERICÁS, 1997, p. 116).

politicamente enquanto um bloco de poder contra-hegemônico que fosse capaz de produzir uma *pax-operária*:

“[...] alguém poderia se perguntar aqui, e da maneira legítima, como é que os mesmos que haviam vivido, na fundação de seu movimento, emoções tão nacionalistas que limitavam com o chauvinismo, uma desconfiança para com o estrangeiro que se convertia sem cessar em xenofobia, pudessem, com o passar dos anos, acabar fazendo tudo aquilo e entregando o mesmo petróleo por cuja defesa se supõe que haviam lutado. **Nisto, sem dúvida, operou já certo terror às massas; pensavam que tinham que escolher entre a sobrevivência organizada do país e a sobrevivência desorganizada das massas, e elegeram a primeira (...) aquilo que se dizia de um modo reacionário a direita do MNR era verdadeiro, já que a classe operária era produtora do caos, não por causa de suas reivindicações, mas por causa de sua incapacidade de impor uma espécie de paz operária**” (ZAVALETA MERCADO, 1988, pp. 55-56) Grifos nossos.

De fato, de 1956 a 1964, com o enfraquecimento da classe operária, dos partidos de esquerda e do próprio MNR, o *clímax* político e econômico que regia as relações entre Estado e sociedade civil era de americanização total, e a história, antes revolucionária, começava a mover-se pelos vínculos entre o MNR e os planos de estabilização arquitetados pelo imperialismo norte-americano. Esse laço entre MNR e EUA forçava a engrenagem social e, conseqüentemente, o MNR, a ressuscitar paulatinamente as forças militares como forma de controlar as massas, e, pouco a pouco, essa força foi se sobrepujando novamente ao poder das armas em mãos operárias e ao próprio poder do MNR. Nas palavras de Bethell (2002):

“Después de 1956 los objetivos del impulso económico norteamericano fueron reducir el tamaño y la capacidad organizativa de la fuerza laboral de la COMIBOL y a la vez incrementar el tamaño, la potencia de fuego y la autonomía de las fuerzas armadas. Que esta política diera fruto fue sólo cosa de tiempo y en 1964 el ejército invadió los campos mineros y volvió a someterlos al control militar a partir de entonces”. (BETHELL, 2002, p. 143)

A principal alegação do imperialismo da potência do Norte para com o MNR era que não seria possível pôr em prática, de forma eficiente, os planos de estabilização (*Plano Eder e Plano Triangular*) sem a garantia das forças militares. No segundo governo de Paz Estenssoro (1960-1964), era cristalina a percepção de que o MNR

estava totalmente desorientado internamente e em contradição com suas primeiras mudanças estruturais postas em prática nos primeiros anos revolucionários, como fora a desestruturação do Exército em virtude de suas atuações contrarrevolucionárias.

Logo, desde que o plano de estabilização monetário fora posto em prática a partir de 1956 uma ruptura pública no seio do MNR fez-se presente. O *cogoverno* entre MNR e COB aproximava-se do seu fim, posto que o plano de austeridade, o qual havia permitido que a Bolívia cobrisse seu déficit fiscal de forma imediata e suprisse uma crise alimentícia de grandes proporções<sup>87</sup>, vinha ao custo de que o país se comprometesse a pagar os títulos da dívida externa calculados desde 1931.

Esse custo altíssimo – quando comparado ao tratamento dado à reconstrução da Europa pós-Segunda Guerra Mundial, que havia praticamente isentado mesmo países rivais, como a Alemanha, do pagamento de suas dívidas de guerra, além do fornecimento de capitais a um custo baixíssimo em com prazos dilatados de pagamento – era revelador da diferença de tratamento da potência do Norte para com os países latino-americanos. Desde logo, o pacto entre MNR e EUA, que jogaria um papel preponderante, ano após ano, aumentando a dependência da Bolívia desses capitais, atingiria centralmente as relações entre COB e MNR, materializando-se no congelamento dos salários dos trabalhadores mineiros e em demissões, dando início a sucessivas greves de caráter violento. O processo eleitoral de 1960, que fez, uma vez mais, Paz presidente da Bolívia, demonstrava claramente essa divisão interna no seio do MNR. A disputa eleitoral pela presidência entre a chapa Paz e Lechín versus Wálter Guevara, que rompera com o partido antes do pleito e criara o PRA (Partido Revolucionario Auténtico) com o intuito de disputar as eleições, era a expressão mais bem-acabada de que o partido havia se fragmentado definitivamente.

Vitorioso nas eleições em 1961, Paz tratou de aprovar o que não havia sido feito nos primeiros anos revolucionários: um novo texto constitucional que tinha por objetivo constitucionalizar algumas das conquistas da revolução, como o voto universal, a reforma educacional, a reforma agrária e a nacionalização da mineração do estanho. Todavia, Paz colocaria em pauta também a possibilidade de uma nova postulação sua à

---

<sup>87</sup> “A lei Pública número 480, de envio de alimentos, forneceu à Bolívia os produtos essenciais de que os país precisava para atravessar o período de sérios deslocamentos agrícolas ocasionados pela Reforma agrária. Essa ajuda sem dívida proporcionou ao governo o equilíbrio necessário para lidar com os camponeses, o que, de outra forma, poderia não ter ocorrido caso tivesse havido uma privação real de alimentos nas cidades (...) finalmente, o caráter crucial e pouco comum do financiamento às operações diretas do governo ajudou a garantir a paz social, que poderia não ter existido caso o regime se mantivesse desassistido”. (KLEIN, 2016, p. 287)

presidência para mais um mandato, o que até então era vetado pelo próprio MNR. Como assinala Mesa (1999), o texto constitucional, a despeito de procurar alinhar as reformas de 1952 à renovada engrenagem econômica e política da sociedade boliviana, visava mais do que tudo a consolidar o desejo de Paz de estar apto a concorrer no pleito de 1964 (MESA GISBERT, Carlos D.; DE MESA, José; GISBERT, Teresa., 1999, p. 636).

Essa atitude unilateral e personalista de Paz, consolidada com sucesso na reforma constitucional de 1961, transformou-se no episódio derradeiro para que a fileira mais à esquerda do MNR, representada por Lechín – que havia concordado em concorrer como vice-presidente do partido nas eleições de 1960, com o compromisso de Paz de que ele seria o próximo candidato do partido nas eleições de 1964 – esgotasse qualquer possibilidade de realinhamento político no seio do partido. A decisão de Paz pela reeleição mostrava-se, no decorrer de seu segundo mandato, como um grave erro de estratégia, tanto em termos personalistas com em termos dos avanços do próprio processo revolucionário.

Esse erro constrangeu Paz a se aproximar inescrupulosamente do Exército como forma de manter-se no poder após 1964. Em 1963, Lechín, dirigente máximo da COB e então vice-presidente da república, desertava de vez do MNR e fundava o PRIN (Partido Revolucionario de Izquierda Nacional). Siles Suazo e Wálter Guerrava também se posicionaram veementemente contra essa manobra de Paz e tornaram-se desse modo nas eleições de 1964, uma oposição tenaz ao líder máximo do MNR, Vitor Paz Estenssoro.

Em resumo, mesmo Paz sustentando publicamente que sua aproximação com o Exército e o seu fortalecimento não significavam a participação direta dessa força nas decisões internas do partido, nas eleições de 1964, com a necessidade de fazer frente aos inimigos que ele próprio havia ajudado a criar com a decomposição do MNR, Paz elegeu como seu vice-presidente, para a corrida presidencial, o general das forças aéreas Rene Barrientos. Sem embargo, é importante dizer que a aproximação de Paz com o Exército já estava colocada muito antes de 1964 e não deve ser interpretada apenas como uma necessidade que havia surgido somente nas eleições de 1964.

Entre 1956 e 1960, essa aproximação já se encontrava candente e materializada na força repressiva do Exército, que fora convocado pelo próprio MNR para: (1) controlar as *guerras virtuais* no vale de Cochabamba entre camponeses; (2) controlar as violentas greves do operariado mineiro nas zonas mineiras; e (3) controlar as demandas

de uma insurgente elite política na região de Santa Cruz de la Sierra, que dava voz a demandas por *descentralização do poder estatal* como consequência do desenvolvimento de um capitalismo agrário na região, possibilitado pelas políticas de colonização mais equânimes do território boliviano praticadas pelo MNR pós-revolução<sup>88</sup>.

Assim, o General Barrientos, de origem *cochabambina* e que falava fluentemente o idioma *quechua*, transformou-se em personagem central durante os momentos mais agudos da crise econômica e política, a partir de 1956, ao liderar processos de negociação nestas várias regiões, amparando-se nas forças do Exército com o respaldo do MNR. Essas atuações de Barrientos o municiaram, após o golpe de estado em 1964 contra o próprio MNR e contra Paz, do que todo governante carecia para conduzir a nação boliviana naquele momento, isto é, ter as massas do campesinato indígena sob seu rigoroso controle, somado ao enfraquecimento do poder da COB enquanto centro de organização dos trabalhadores mineiros.

\*\*\*

Não vamos adentrar, na próxima seção, nos pormenores de todos os governos militares que se seguiram com a queda do MNR. Mas é importante demonstrar como a engrenagem social entre Estado e sociedade civil se mantém em alguns pontos e se modifica em outros. O ano de 1964 foi, portanto, um ponto de inflexão na história revolucionária iniciada em 1952, que terminava de vez com o *cogoverno* entre MNR e COB e, conseqüentemente, pôs fim à hegemonia do MNR, no seio dessa estrutura sindical e no seio de toda a sociedade civil. O golpe de Barrientos destruiu e passou a impor um período de perseguição e exílio de todas as formas sindicais do operariado mineiro que haviam se constituído desde 1952. Ao mesmo tempo, esse rompimento definitivo entre Estado e movimentos sociais operários trazia de volta a combatividade dos mineiros, que teria sua maior expressão durante o curto governo do general Juan Jose Torres Gonzáles (1970-1971), através da organização dos trabalhadores e dos partidos de esquerda, no que ficaria conhecido na literatura como a *Assembleia Popular* de 1971, a qual era a expressão mais bem-acabada da força vital do operariado mineiro a despeito de todas as retaliações promovidas de 1964 até 1971.

---

<sup>88</sup> “La marcha al oriente, eje de la política espacial del MNR, supuso crédito, apoyo técnico y traslado de población en programas de colonización. La amplia frontera agrícola y la ausencia de la Reforma Agraria sirvieron de cobijo y ambiente favorable de recepción. Basta con decir que entonces se inició un sostenido despegue y desarrollo de la región, que transformó de raíz su antigua fisonomía precapitalista en una pujante empresa capitalista agroindustrial, sede de demostrativos procesos de acumulación, polo de atracción de migrantes y un poder político en continuo ascenso” (OSTRIA, 1992, p. 107)

#### 4.5 Os governos militares (1964-1978)

“El «Pacto Militar-Campesino», que sería el puntal del gobierno de los militares durante una docena de años después de la caída del MNR, debía su origen a esta experiencia en Cochabamba, donde las fuerzas armadas adquirieron la facultad de excluir a los civiles indeseables de una zona rural densamente poblada y de reorganizar los sindicatos de campesinos de acuerdo con las instrucciones procedentes del cuartel local. Así pues, el régimen del MNR se derrumbó a causa de asuntos relacionados tanto con la gestión de la economía como con el control social”. (BETHELL, 2002, p. 145)

A citação de Leslie Bethell (2002) nos proporciona alguns pontos importantes de reflexão para compreendermos o fim de doze anos da Revolução Nacional (1952-1964) sob o comando do MNR, cujo alcance ainda se desdobra na atualidade da sociedade boliviana, visto que movimentos sociais de rosto índio, como o MAS, que ressurgem na aurora do século XXI, tiveram suas origens nas organizações indígena-sindicais de Cochabamba. Trataremos desse ponto com mais profundidade no último capítulo.

O primeiro ponto importante de reflexão na citação de Bethell (2002) trata-se do estabelecimento instrumentalizado de um *Pacto militar-campesino* que, de certa forma, já estava em funcionamento nos governos do MNR, porém não com o mesmo grau de aparelhamento pelo Estado. Essa operacionalização entre Estado militar e campesinato indígena se concretizou, de forma definitiva, após o golpe de 1964 e se constituiu como o principal eixo de organização sob o qual os seguidos governos militares, que subiram ao poder até o final da década de 1970, se apoiaram para determinar os rumos da questão nacional do país.

O segundo ponto são as causas assinaladas por Bethell referentes à queda do poder do MNR nas eleições de 1964. O autor aponta que a crise econômica e a dificuldade de controlar a sociedade na dimensão política foram fundamentais neste processo, o qual reinstaurou os militares à frente do poder estatal por longos 18 anos (1964-1982). Não obstante, não podemos deixar de destacar que a aproximação visceral com os EUA, desde os primeiros anos revolucionários, foi minando pouco a pouco a mística em torno do MNR de um partido pautado pelo orgulho nacionalista e anti-imperialista. Nos doze anos em que esteve à frente do poder o MNR a despeito de sua relação com a potência do Norte, o partido ainda foi capaz de, nos momentos mais críticos, alçar a bandeira nacionalista como seu grande bastião frente às forças políticas mais radicais, fossem elas de direita ou de esquerda.

Contudo, a estratégia de aproximação do partido, que o tornava cada vez mais dependente dos capitais estadunidenses, o levou, como procuramos explicar na seção anterior, ao refortalecimento do Exército com o intuito de controlar as *massas em ação*, fossem elas campesinas ou urbano-proletárias. Aos poucos, a pressão do governo dos EUA para que a Bolívia abandonasse qualquer tipo de apoio a outros movimentos nacionalistas e anti-imperialistas que surgiam na região, a exemplo do cubano<sup>89</sup>, foram alterando significativamente a face nacional-revolucionária, que havia marcado as origens do MNR nos primeiros anos, através de grandes transformações nas estruturas sociais do país, as quais caminhavam na direção do aumento do grau de nacionalização e democratização social quando comparado ao período pré-revolucionário.

Diante da conjuntura mundial de Guerra Fria, que implicava o apoio direto dos EUA a regimes militares anticomunistas em toda a região latino-americana, o fim dos anos do MNR no poder em sua forma civil estava anunciado, muito em função da fragmentação interna do partido. O MNR havia, a partir do terceiro mandato de Paz Estenssoro, perdido sua capacidade político-hegemônica perante a sociedade civil de mostrar-se como o principal partido que levaria a Bolívia a uma fase de contínuas e profundas transformações, como outrora havia feito. O golpe de estado contra o MNR e contra a figura de Paz Estenssoro, em novembro de 1964, foi apoiado inclusive por setores da sociedade antes extremamente ligados ao partido, como seus antigos quadros (Juan Lechín, Hernán Siles Suazo, e Walter Guevara) e também pela própria COB, ainda dirigida por Lechín. “Embora os líderes de oposição ao MNR supuseram que a derrubada de Paz Estenssoro fosse uma transição temporária, a realidade foi que uma nova era política emergiu em 1964” (Klein, 2016. P. 292).

As medidas políticas de Barrientos contra essa classe – como os decretos de maio de 1965, que reduziam em 65% os salários da mineração de forma a reestruturar o *conflicto distributivo* a favor do Estado militar, drenando o excedente econômico da COMIBOL – levaria a reações de reorganização da classe trabalhadora. As greves gerais de mineiros tornar-se-iam lugar-comum nestes próximos anos, e redes clandestinas se formariam. As respostas de Barrientos não tardariam, e massacres contra

---

<sup>89</sup> “En la fase heroica de la revolución el MNR todavía pudo sacar partido de la afirmación nacionalista a pesar de que se vio obligado a efectuar transacciones que algunos consideraron indignas con el FMI, la Gulf Oil y el Pentágono. La revolución cubana significó un punto decisivo de este proceso. A partir de 1959 Fidel Castro eclipsó a los tibios radicales de Solivia, y a partir de 1961 las presiones de Washington para que Bolivia se disociara del ejemplo cubano destruyó la mística nacionalista y revolucionaria del MNR. **Resultó obvio que fueron las presiones norteamericanas las que empujaron a Bolivia a mostrarse conforme con que se expulsara a Cuba de la Organización de Estados Americanos en 1963**” (BETHELL, 2002, p. 145) Grifos nossos.

mineiros, como o de San Juan, perpetrado pelas forças do exército em junho de 1964 num momento de festejo, demonstravam o ímpeto destrutivo do novo governo sobre a FSTMB e a COB. (ANDRADE, 2007, p. 139)

As organizações obreiras logo perceberam que o mando dos militares sobre o comando de Barrientos caracterizava-se como o mais implacável contra os anseios dessa classe desde antes do processo revolucionário, quando a engrenagem se encontrava sob a hegemonia da oligarquia mineira e latifundiária. O pacto militar-campesino levou a certa “domesticação” do campesinato indígena visto que Barrientos, estrategicamente, por meio de “*guerra de posições*”<sup>90</sup>, procurou ressuscitar a Constituição de 1945, a qual eliminava os trabalhos obrigatórios de indígenas como a *pongueaje*. Barrientos posicionava-se, assim, dando prosseguimento às reformas revolucionárias que incidiam diretamente sobre a vida do campesinato indígena, como a legitimação dos títulos de propriedade de terras camponesas e a manutenção do sufrágio universal. É importante recordar que, mesmo com a reforma agrária iniciada em 1953 em plena “*guerra de movimento*”<sup>91</sup>, seus benefícios reais, isto é, a legitimação das terras camponesas por meio de títulos individuais de terra dependia, uma a uma, da assinatura da presidência da República. De 1953 até 1964, devido à lentidão desse processo, havia um grande temor por parte dos campesinatos indígenas, principalmente os das terras altas, de um possível retrocesso dessa política agrária em favor das velhas oligarquias latifundiárias.

Muito se diz na literatura desse período em que o campesinato indígena havia se tornado uma “força conservadora” que sustentou a hegemonia do MNR, a partir de 1952, e posteriormente dos militares, a partir de 1964. Herbert Klein (2016) corrobora essa tese dizendo que os indígenas haviam ficado “satisfeitos com a solução dada à questão da terra (...) e tornaram-se uma força conservadora no país e crescentemente indiferente aos trabalhadores urbanos, seus antigos companheiros” (KLEIN, 2016, p. 283). Já a indianista Silvia Rivera (2010) contesta veementemente essa tese,

---

<sup>90</sup> “**Guerra de Posição** - Conceção gramscista, mais adequada contra os Estados modernos e democráticos do tipo “Ocidental”, para conquista do socialismo. Essa concepção está sendo implantada com sucesso no Brasil, desde a redemocratização (1979), com a atuação das esquerdas em todos os órgãos nacionais, governamentais ou não - especialmente na Educação e nos meios culturais”. Disponível em: [http://www.hlage.com.br/E-Books-Livros-PPS/Comunismo-Nazismo-Etc/PEQUENO\\_DICIONAIO\\_GRAMSCISTA.pdf](http://www.hlage.com.br/E-Books-Livros-PPS/Comunismo-Nazismo-Etc/PEQUENO_DICIONAIO_GRAMSCISTA.pdf)

<sup>91</sup> “**Guerra de Movimento** - Conceção gramscista, equivalente à “revolução permanente” de Marx e Engels, adotada pelos comunistas contra os Estados absolutistas ou despóticos do tipo “Oriental” e também contra os Estados liberais elitistas da 1ª metade do Século XIX, para implantação do socialismo”. Disponível em: [http://www.hlage.com.br/E-Books-Livros-PPS/Comunismo-Nazismo-Etc/PEQUENO\\_DICIONAIO\\_GRAMSCISTA.pdf](http://www.hlage.com.br/E-Books-Livros-PPS/Comunismo-Nazismo-Etc/PEQUENO_DICIONAIO_GRAMSCISTA.pdf)

denunciando que esse “pacto” não fora uma simples aceitação estratégica desses governos para com as demandas seculares por terra do campesinato indígena. Ao contrário, o campesinato indígena foi quem havia se tornado, a partir da revolução de 1952, em virtude da permanência de uma *formação social abigarrada* da sociedade boliviana e sua articulação com *formas aparentes de estado*, uma força cada vez mais organizada organicamente, capaz de impor:

“suas próprias condições ao Estado para participar da nova estrutura de poder. Este ato quase voluntário de lealdade ao novo Estado, longe de ser consequência mecânica da parcialização dos terrenos dos campesinos, deve ser visto mais como a aceitação e defesa de uma maneira de inserção no sistema de mercado e na estrutura de poder que logo não podia ser desmontada facilmente nem mesmo pelo Estado” (RIVERA, 2010, p. 164) tradução nossa.

Portanto, insistimos que a política do general Barrientos – primeiramente como *guerra de movimento* para liquidar com o MNR e com a COB, através do golpe militar, e, posteriormente, como *guerra de posição*, para manter a hegemonia política entre Estado e sociedade civil assentada no *pacto-militar-campesino* e no aprofundamento do apoio dos EUA durante os anos de seu governo<sup>92</sup> – não se constituíram em tendências totalmente destrutivas que visassem pôr fim à engrenagem social aberta a partir de 1952. Mesmo porque essa engrenagem social, para funcionar de forma hegemônica, não dependia, a partir das conquistas de 52, apenas de um ato voluntário de força do Estado, agora militarizado, mas de sua capacidade de manter estrategicamente pactuada suas relações com o campesinato indígena como forma de conservar o poder.

O principal ponto de ruptura do governo Barrientos, que, de certa forma, já estava em abalo desde o último governo de Paz Estenssoro (1960-1964) – que vinha se manifestando contrário à continuidade do poder da COB, considerando-o desproporcional frente aos assuntos estatais, mas o qual ainda encontrava retaguarda em quadros da esquerda há pouco desertados do MNR, como Lechín – foi o de sacramentar

---

<sup>92</sup> “El apoyo estadounidense a los programas de acción cívica bolivianos empezó a finales de los años cincuenta con moneda local acumulada de las ventas de Alimentos para la Paz. «En 1958, con ayuda de los Estados Unidos ... en varias regiones el gobierno había entregado todos los proyectos a los militares. Consistían en la construcción y el mantenimiento de carreteras (...) la construcción de escuelas; el desbrozo y el cultivo de tierras; la construcción de casas; el desarrollo comunitario ... y la provisión de tratamiento médico y transporte aéreo para las regiones remotas.» En 1965 sólo estaba previsto construir 156 escuelas al amparo de este presupuesto de ayuda cívica. **Barrientos «usó la dedicación de tales escuelas como oportunidades para ganar seguidores políticos entre los campesinos» y consolidó su control personal sobre todos estos proyectos**” (EWELL, Gary J., 1970, p. 18, *apud* BETHELL, p. 147). Grifos nossos.

essa tendência de romper com o cogoverno MNR-COB ao instituir a repressão generalizada contra o movimento obreiro e os partidos de esquerda, colocando-os na ilegalidade total.

Barrientos efetivou, assim, a repressão ao movimento obreiro que já estava em processo no último suspiro do governo do MNR, ao final de 1964. As forças imperialistas estadunidenses se inseriam em todos os níveis da economia e da política boliviana, e o pacto militar-campesino chancelava a restauração das forças militares no poder. Na dimensão econômica, a Bolívia começava a experimentar no mercado internacional uma combinação de preços crescentes do estanho, aliada ao aumento de investimentos externos provindos da potência do Norte que, somados ao refluxo operário, isto é, às demissões em massa de 6 mil mineiros em 1966 levaram ao ressurgimento dos lucros em torno da estatal COMIBOL. Impulsionado por essas melhoras nas relações de troca com o mercado internacional, há uma expansão da indústria em vários de seus segmentos a partir de 1966, mas, principalmente, nas áreas primário-exportadoras, que, com a abertura econômica a empresas estadunidenses como a *Gulf Oil*, passaram a melhorar significativamente as fontes de renda do governo.

Com a dimensão econômica relativamente estabilizada quando comparada a períodos anteriores de hiperinflação, e mesmo enfrentando movimentos clandestinos e armados de trabalhadores mineiros e de partidos como o POR durante todos os seus anos de governo, inclusive movimentos guerrilheiros de esquerda revolucionários advindos de forças externas ao território boliviano, como o orquestrado por Che Guevara no ano de 1966, Barrientos havia adquirido, com o suporte do Exército e dos capitais estadunidenses e com o estabelecimento do pacto militar-campesino, uma fusão entre Estado e sociedade civil que lhe dotava de poder suficiente para controlar os rumos da nação.

Um ponto no qual tendemos a concordar com análise de Herbert Klein (2016), porém não totalmente, é em relação à imprevisibilidade das forças políticas no seio do Exército como fica evidenciado com a morte trágica de Barrientos em um acidente aéreo em 27 de abril de 1969. Diferentemente da maioria dos regimes ditatoriais que surgiram na América Latina entre os anos de 1960 e 1980, onde os militares assumiam posturas ideológicas pró-imperialistas, como no Chile, no Brasil e na Argentina, na Bolívia isso não se verificou em todos os governos militares. A morte de Barrientos marca, portanto, mais uma inflexão em termos de direcionamento político-ideológico. De 1969 a 1982:

“surgiria um regime militar depois do outro, cujas políticas se estendiam desde a extrema esquerda, passando pelo reformismo, até a direita reacionária. **As políticas do governo dependiam inteiramente das personalidades individuais e das ideias dos oficiais que ocupavam o governo, e de modo algum refletiam uma posição coerente do próximo exército.** Enquanto na maior parte da América do Sul nesse período o exército apresentava uma personalidade corporativa e uma política comum em relação ao mundo civil, na Bolívia isso não acontecia” (KLEIN, 2016, p. 296) Grifos nossos.

Concordamos com Klein sobre essa imprevisibilidade do exército, mas entendemos que ela não é apenas fruto de posições ideológicas personalísticas de cada militar que subiu ao poder desde 1964. As posturas dos generais Ovando e Torres são também posturas moldadas pelo horizonte de conquistas abertas com a revolução de 1952, as quais haviam criado, mesmo dentro do exército, quadros muito ligados às bandeiras nacionalistas e anti-imperialistas. O general Alfredo Ovando Cândia (1969-1970) destoava em pontos cruciais de seu antecessor não por questões puramente personalistas, mas também conjunturais.

General de postura mais reformista, Ovando reatou consideravelmente os laços com a COB e a FSTMB, tirando-as da clandestinidade e reautorizando Lechín a retornar ao posto de liderança da COB. Outro fato expressivo na direção do reformismo foi sua postura de ressuscitar políticas nacionalistas e anti-imperialistas como a nacionalização da petroleira *Gulf Oil Company of Bolivia*, que há pouco tempo havia começado suas explorações em território boliviano, além de revogar o Código de Petróleo de 1955, que havia permitido a exploração das jazidas por empresas internacionais. (Andrade, 2011, p. 45)

Mesmo com o golpe de Barrientos e suas ações de afastamento radical dos movimentos de esquerda da cena política, os limites da revolução de 1952 ainda permaneciam encarnados nas posturas político-ideológicas de frações do exército ligadas às bandeiras nacionalistas, solidificadas pelas transformações que haviam se produzido na relação *primordial* entre *Estado e sociedade civil*. Como já dissemos, apesar da ruptura que representa o governo Barrientos, no sentido de findar com anos de civilismo, havia se criado uma tendência de manutenção das conquistas sociais mais expressivas da revolução de 52, ou seja, de um horizonte político mais democratizante e nacionalizante, o qual se impunha, até certo ponto, sobre quaisquer que fossem as formas de governo e/ou as personalidades que o corporificassem.

No processo revolucionário de 1952 e suas conquistas, por mais que se possa dizer que, com o passar dos anos, elas haviam declinado, entendemos que uma sociedade jamais pode ser a mesma ao passar por mudanças tão profundas que implicam uma revolução. Uma coisa são as insurreições revolucionárias das massas em ação de abril de 1952, o que Gramsci caracterizou de *guerra de movimento*, outra são os momentos pós-revolucionários, ou, *guerra de posições*<sup>93</sup> onde ocorrem, sim, retrocessos, mas muitas das conquistas também se mantêm e mesmo avançam. Desde logo, os governos de Ovando (1969-1970) e Torres (1970-1971) – e, nos arriscamos a dizer, também o governo de Hugo Banzer (1971-1978), que se caracterizava por posturas políticas muito próximas das ditaduras latino-americanas anti-imperialistas – seriam a demonstração cabal desse processo contraditório entre avanço e retrocesso. Isso significa que não era mais possível um retrocesso ao ponto de suprimir todos os avanços da revolução de 1952. O proletariado mineiro, a COB, o campesinato indígena, a classe média, o exército, as elites antigas e novas, ou seja, todas essas forças não eram mais as mesmas do período pré-revolução. Haviam adquirido outra musculatura política.

No bojo desse processo de avanço e retrocesso – que poderia ser resumido em momentos como a morte de Barrientos, o rápido governo de Ovando, substituído em pouquíssimo tempo pelo general Torres em meio a discordâncias internas aos militares e a retomada da organização das forças de esquerda materializada na *Assembleia Popular de 1971 (AP)* – a Bolívia viu-se, uma vez mais, bifurcada historicamente, posto que o horizonte de possibilidades que se colocava naquele específico momento tanto podia recolocar nas mãos dos movimentos operários os rumos da nação, quanto reforçar uma vez mais que o poder continuasse sob o manto dos militares, fossem eles mais

---

<sup>93</sup> É importante dizer que na leitura que fazemos de Gramsci (1999) sobre os conceitos de guerra de posição e guerra de movimento não os entendemos como algumas vertentes do marxismo o interpretam como conceitos opostos, mas complementares “*como momentos diferentes de um mesmo processo sendo a primeira ‘a causa eficiente, que prepara o acontecimento histórico ou político de grau ou significado (ou extensão) diversos’ e a segunda, a ‘causa determinante, que produz imediatamente o acontecimento e é a resultante geral e concreta da causa eficiente’*” (GRAMSCI, 1999, p. 322; *apud.* NARCISO, 2018). Ainda nas palavras de Gramsci (1999) “*(...) en el estudio de los diversos grados o momentos de las situaciones militares o políticas no se suele hacer las debidas distinciones entre: causa eficiente, que prepara el suceso histórico o político de diverso grado o significado (o extensión) y la causa determinante que inmediatamente produce el suceso y es la resultante general y concreta de la causa eficiente, la precipitación concreta de los elementos realmente activos y necesarios de la causa eficiente para producir la determinación*” (GRAMSCI, 1999, p. 332)

inclinados a ideologias de esquerda ou de direita. Podemos dizer que a Bolívia vivia, naquele momento, uma crise de hegemonia cultural<sup>94</sup> no sentido gramsciano do termo.

Esse horizonte de possibilidades, digamos assim, havia se comprimido na relação espaço/tempo, e a história boliviana dada as suas contradições, passaria a viver, no curto governo de Torres (1970-1971) e em meio ao caos político aberto com a morte de Barrientos, uma tentativa de rearticulação dos movimentos operários para reativar o processo revolucionário de 1952. Esse momento se consubstanciou em pleno governo militar de Juan José Torres, em torno da *Assembleia Popular* 1970 e 1971. Nas palavras de Rivera (2010):

“El Gral. Alfredo Ovando (septiembre 1969 octubre 1970) y el Gral. Juan José Torres (octubre 1970-agosto 1971) inauguran un breve pero intenso período de la historia política de Bolivia en el cual vuelven a emerger a la superficie, quizás por última vez, los contenidos democráticos, populares y antiimperialistas. El fin de la “larga noche” barrientista, el clima de libertades democráticas y algunas espectaculares medidas gubernamentales de corte antimperialista y democrático — como la nacionalización de la Gulf de la revolución nacional de 1952. El papel protagónico que jugó la COB en el desenlace de la crisis política de octubre de 1970, decretando la huelga general que permitió bloquear la intentona golpista de derecha y preparar el camino para el ascenso de Torres al poder, convirtió al máximo organismo laboral en el eje en torno al cual giró el proceso de reorganización de las fuerzas populares en este período”. (RIVERA, 2010, p. 171-172)

#### **4.6 A Assembleia Popular de 1971 e a ditadura Banzer: contradições e novos horizontes de luta populares (1971-1982)**

É importante relatarmos de forma sintética o que foi a Assembleia Popular de 1971, pois muitos estudos foram feitos no intuito de compará-la à Assembleia Constituinte realizada em 2006 a partir da conquista do poder por movimentos sociais de rosto indígena-camponês emergidos na aurora do século XXI. Isso nos ajudará a refletir sobre o que muda e o que não muda nos anos de governo do MAS (Movimento ao Socialismo) em termos de democratização e nacionalização dessa sociedade.

---

<sup>94</sup> Hegemonia cultural - “A hegemonia consiste na criação de uma mentalidade uniforme em torno de determinadas questões, fazendo com que a população acredite ser correta esta ou aquela medida, este ou aquele critério, esta ou aquela ‘análise de situação’”. Disponível em: [file:///C:/Users/Douglas/OneDrive/Autores/Gramsci/PEQUENO\\_DICIONARIO\\_GRAMSCISTA.pdf](file:///C:/Users/Douglas/OneDrive/Autores/Gramsci/PEQUENO_DICIONARIO_GRAMSCISTA.pdf)

Iniciada em primeiro de maio de 1971 na sede do Palácio Legislativo, a Assembleia Popular era a expressão da retomada da liderança política do país pela classe operária possibilitada pelo momento de caos político generalizado que vivia a nação boliviana devido à morte de Barrientos. Esse momento reabria, portanto, uma nova oportunidade para que o processo revolucionário de 1952 voltasse a ditar os rumos da nação, tendo a classe operária, uma vez mais, como protagonista. Também caracterizada como a *Comuna de La Paz*, em alusão à *Comuna de Paris* de 1871, a Assembleia Popular foi um processo marcado por contradições tais que a torna, sem dúvida, um dos *momentos constitutivos* da nação boliviana de maior significado explicativo e de longo alcance sobre os processos de democratização e nacionalização das relações entre Estado e sociedade civil. Como nos aclara Andrade (2011):

“A ASSEMBLEIA POPULAR DE 1971 (...) possui raízes, ainda que difusas e marginais, com uma longa tradição histórica de democracia direta e autogoverno local das comunidades indígenas e dos cabildos abertos que se plasmará com o legado fundamental do movimento operário-internacional e a tradição de conselhos operários (...) **Se o operário boliviano era ao mesmo tempo o índio do altiplano, a vida das minas transformava o antigo camponês acostumado com a vida pacata dos campos no operariado dinâmico e exigente, intempestivo e extrovertido.** Suas características físicas e culturais estão presentes e se mesclam com as que são próprias do proletariado no sistema capitalista”. (ANDRADE, 2011, p. 15-18) Grifos nossos.

A forma extremamente rica com que Andrade (2011) nos brinda através de sua análise sobre a Assembleia Popular de 1971 proporciona entendê-la como uma experiência histórica que está conectada indelevelmente com o desenvolvimento e a expansão da economia-mundo capitalista em direção às Américas, e, em especial, às territorialidades andinas. Ao longo do processo de colonização, articulado sobre os povos indígenas, a Coroa Espanhola se veria obrigada a manter consideravelmente as formas de sociabilidade comunais dessas comunidades – as quais, em virtude das estruturas geográficas de isolamento do altiplano andino, adquiriram características de sociabilidade de cooperação e coletivismo – como forma de obter certa legitimidade sobre essas nações originárias sem recorrer sistematicamente à violência, dada a necessidade de sua força de trabalho e conhecimento singular do território.

Essas características de origem de *democracia direta* das nações da região do altiplano, baseadas em decisões coletivistas, não foram, portanto, apagadas na

Temporalidade Colonial e permaneceram ativas na Temporalidade Republicana, sendo fundamentais como meios políticos de lutas por democratização social na forma de autogovernos populares que, no decorrer de um processo secular de colonização. Além disso, dadas às características mais gerais de desenvolvimento do sistema capitalista nestas regiões, se plasmariam na Temporalidade Republicana na formação de movimentos operário-indígena-camponeses como resposta organizada à brutal exploração sofrida por essas nações renegadas à condição de sub-raças via mecanismos de *colonialidade de poder*.

Andrade cita um fragmento do livro *Los mineiros, sus luchas, frustraciones y esperanzas* de Gregório Iriarte (1983)<sup>95</sup> que expressa de maneira emblemática essa brutalidade contra os povos indígenas, quando foram transformados em proletariados a partir do início do século XX, no momento em que o estanho se tornava o principal produto de exportação do Estado boliviano. Essa brutalidade também pode ser compreendida como a expressão do próprio processo de acumulação originário do modo de produção capitalista, que instituiu as formas estruturais de acumulação primário-exportadoras nas zonas periféricas da EMC e, de forma contraditória, dava ao proletariado indígena-mineiro, a partir da revolução de 1952, uma importância *sui generis*, visto que as estruturas econômicas do país, para funcionarem, dependiam dessa força de trabalho que havia adquirido, com o processo revolucionário, a capacidade de praticamente paralisar a economia nacional através de greves gerais, como a que antecedeu a Assembleia Popular em 7 de outubro de 1970. O ápice dessa contradição teve, assim, seu arremate histórico na Assembleia Popular de 1971, quando as exportações de minérios representavam 87,23% do total de exportações do país<sup>96</sup>, e o operariado mineiro se via novamente capaz de rearticular suas formas de autogoverno popular à margem das instituições liberais de estado, praticamente como um poder paralelo.

Dado o tempo limitado que temos, não há a possibilidade de adentrar nos pormenores de todas as discussões que envolveram a Assembleia Popular de 1971 no

---

<sup>95</sup> “Nos acampamentos tudo é provisório, desumanizado e artificial. Nasceu proque existe estanho e durará enquanto dure o estanho. O importante é a mina, sua produção, as leis do mineral, os lucros líquidos (...) os demais, moradias, alimentação, saúde, educação vem depois e às vezes nunca ghegam (...) As convulsões sociais que muitas vezes altera a ‘ordem’ nas minas, não são mais que os espasmos dos condenados à morte, que não querem morrer (...) Na história dos movimentos sociais da América Latina, sem dúvida, não existe nenhum caso de exploração tao opressiva, tao desumanda e tao voraz, como a que sofreu o proletariado boliviano de parte da oligarquia mineira” (IRIARTE, 1983, p. 298, *apud* ANDRADE, 2011, p. 18)

<sup>96</sup> FMI, janeiro de 1979, (ZAPATA, p. 1448, *apud* ANDRADE, 2011, p. 48)

âmbito político das organizações que a formavam. Em termos gerais, as tendências políticas que compuseram a Assembleia Popular iam desde posições nacionalistas revolucionárias ligadas ao MNR, passando por linhas trotskistas representadas pelo POR-massas, linhas leninistas como PCML (Partido Comunista Marxista-leninista), linhas de terceira via entre capitalismo e socialismo representados pelo PDC (Partido Democrata Cristão), linhas guerrilheiras, como o MIR (Movimento de Izquierda Revolucionario), surgidas do impacto das guerrilhas de Che Guevara e de Teoponte organizadas pelo ELN (Exército de Libertação Nacional), linhas pequeno-burguesas e de classes médias representadas por sindicalistas da FSB (Falange Socialista Boliviana), além de um número reduzido de sindicalistas advindos do movimento indígena-camponês, que estavam, em certa medida, desprestigiados em função da engrenagem social assentada sob o pacto militar-campesino que, na visão do operariado mineiro, havia sido central na desarticulação do processo revolucionário de 1952.

Em linhas gerais, o documento orientador dos primeiros debates da Assembleia avaliava que o processo revolucionário havia fracassado e que era chegado o momento de orquestrar uma estratégia revolucionária em direção ao socialismo de forma definitiva. Desenvolve-se, a partir desse diagnóstico, uma série de propostas que atravessavam tanto a dimensão política quanto a dimensão econômica, consolidadas no fortalecimento das empresas públicas, na criação de uma universidade operária, na nacionalização de todos os meios de produção, na independência da classe trabalhadora em relação ao Estado militar de Torres, no controle da produção sob o comando da classe trabalhadora em torno da COB e, como arremate, a instauração do socialismo. Houve um intenso debate sobre se a Assembleia deveria ou não realizar uma espécie de cogoverno com o general Torres, que havia demonstrado, em suas ações práticas, concordância com o reestabelecimento do processo revolucionário ao propor o que nem mesmo o MNR, com a revolução de 1952, havia feito com relação à COB. Torres propunha um cogoverno em que a COB dividiria, de fato, o poder com o Estado. Medidas de nacionalização como a da mina Matilde, que passava ao controle do Estado, davam o tom dos direcionamentos políticos de Torres.

Um dos principais debates da Assembleia Popular passava pelo receio de que um novo cogoverno com Torres poderia repetir a experiência de fracasso do cogoverno MNR-COB, quando o operariado rapidamente se veria à margem do poder. Não obstante, as forças operárias em torno da Assembleia tinham claras as condições de dificuldade financeira que enfrentavam empresas mineiras como a COMIBOL, e que

seria difícil realizar um processo de autogestão dessas empresas sem o aparato institucional do Estado, que requeria tanto mecanismos burocráticos quanto aparatos de controle pela força materializada no Exército. Os debates foram intensos sobre uma possível cogestão da COB com o Estado *torrista*. Uma das principais conclusões a que se chegava naqueles dias era a de que seria impossível tomar a gestão das empresas sem, antes, criar os meios coercitivos autônomos ao próprio movimento operário, além da base material necessária para esse tipo de ação. Andrade (2011) expressa com exatidão esse debate e suas posturas antagônicas:

Desde o princípio, o debate no interior da Assembleia sobre o projeto de controle operário da mineração originou duas linhas de argumentação. Um primeiro setor assinalou na gestão da mineração um caminho para se discutir o poder político operário pela via do controle da produção. Um segundo setor se contrapôs, dizendo que primeiro teria que se tomar o poder político e depois os meios de produção, pois da forma como se colocava, a questão teria um efeito distracionista e não político. Entre os que se opuseram à proposta de cogestão da mineração, alinhou-se um bloco de delegados do PCML, do MIR e membros ligados ao ELN (...) Eles consideravam que era fora de propósito pensar em administração das empresas mineradoras pelos operários enquanto a Assembleia não dispusesse de meios coercitivos armados próprios. Para o dirigente do MIR René Zavaleta Mercado, em balanço posterior, a proposta de cogestão da mineração foi de fato um pacto como governo Torres. (...) como isso não se questionava o poder como totalidade e o necessário armamento das massas (ANDRADE, 2011, p. 187)

Sem embargo, essa primeira linha de argumentação, que entendia não haver espaço para controlar a mineração sem antes munir-se da força das armas, seria derrotada. Dirigentes sindicais como Simon Reyes, Filemon Escobar e Vitor Lopez argumentavam que:

O governo existe porque as riquezas fundamentais estão em suas mãos. É inconcebível que os universitários não se deem conta de que estamos sustentando uma luta política como governo em torno do controle das riquezas. Aceitar que os trabalhadores não possam controlar os meios de produção sem antes conquistar o poder político é um equívoco (Jornal *El Diario*, 30 de juho de 1971, Apud ANDRADE, 2011, p. 188)

Independentemente dessa decisão vitoriosa – na qual os operários se prontificavam a assumir o gerenciamento da mineração de forma autônoma, correndo o

risco de sofrerem com a criação de uma burocracia sindical que poderia repetir a experiência de 1952 de forma a corroer o poder por dentro do próprio movimento – foi inegável que essa resolução de participação majoritária do operariado mineiro no controle e gestão da mineração estatal não se fez com mero espontaneísmo, sem uma avaliação minuciosa das táticas de ação a serem orquestradas passo a passo. O documento aprovado continha desde posicionamento político-ideológico claro em direção ao socialismo, a ações econômicas práticas extremamente detalhadas, que o torna, sem dúvida, um dos mais importantes produzidos pela Assembleia Popular durante suas convenções no ano de 1971.

O ponto crucial neste processo vigoroso de retomada das lideranças operárias, em tom de ressuscitar o processo revolucionário de 1952, está contido em suas próprias contradições, refletido no seio da sociedade boliviana, que tinham como causa a engrenagem social construída desde o desmantelamento do cogoverno MNR-COB. As formas de lutas materializadas em processos de autogoverno popular não eram, como já dissemos, uma novidade na história de democratização e nacionalização da sociedade boliviana. Eram representativas das formas ancestrais de lutas dos povos indígenas que foram, no decorrer da formação do Estado boliviano e do desenvolvimento do capitalismo, plasmadas nas zonas mineiras em movimentos proletários de rosto indígena, e, nas zonas rurais, em movimentos camponeses indígenas que lutavam pelo bem mais precioso, que era o direito a terra em seu formato comunal.

Na medida em que a engrenagem do pacto militar-campesino continuava em funcionamento, a despeito da postura de intelectuais indianistas como Genaro Flores, que, partir da década de 1970, passavam a entender que era necessário findar com o pacto para dar autonomia total ao movimento do campesinato indígena, havia sérias divergências no seio do movimento operário e, conseqüentemente, da AP quanto à participação do campesinato indígena na tomada de decisões. Ao tratar do “problema do índio” e do “problema da terra” em seu clássico *“Sete ensaios de interpretações da realidade peruana”*, Mariátegui (2010) com muita lucidez coloca que:

a solução do problema do índio tem que ser uma solução social. Seus realizadores devem ser os próprios índios (...) Falta vinculação nacional aos índios. Seus protestos sempre foram regionais. Isso contribuiu, em grande medida, para seu esmagamento (...) Nosso primeiro esforço tende a estabelecer seu caráter de problema fundamentalmente econômico (...) não reduzi-lo a um problema meramente administrativo, pedagógico, étnico ou moral, para escapar de qualquer maneira

do plano da economia. Não nos contentamos em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, seu direito à terra (...) não se pode liquidar a servidão que pesa sobre a raça indígena sem liquidar o latifúndio (...) aparece em toda sua magnitude de problema econômico-social – e portanto político. (MARIÁTEGUI, 2010, p. 54-68)

É compreensível que existisse uma desconfiança do movimento operário, desde a década de 1960, que fora aprofundada no governo de Barrientos, em que o exército se comprometia a manter as conquistas camponesas decretadas oficialmente desde 1953, quando a reforma agrária fora implantada pelo MNR como forma de estancar as ações violentas dos indígenas, corporificadas na expulsão e morte de latifundiários nas partes andinas, como Cochabamba, de forte influência trotskista, no processo de formação dos sindicatos campesino-indígenas. A contrapartida desse apoio das forças armadas ao movimento campesino se deu através do apoio irrestrito desses às políticas de Barrientos contra o avanço do movimento operário e, também, na corrida eleitoral de 1966.

Não obstante, se olharmos com mais profundidade histórica esse pacto, temos que, como colocou Mariátegui, a questão da posse da terra era o ponto fulcral de luta do campesinato indígena; e, na nossa visão, o pacto foi uma forma encontrada pelos campesinos, dado o desvirtuamento do movimento operário pelo MNR, para manter a terra sob seu controle. Desde logo, não é tão simples dizer que as lutas dos indígenas no campo não fossem lutas também anticapitalistas e que o pacto lhes transformava em uma força conservadora, dado que não é possível desconhecer que a solução liberal do problema da terra, posta em marcha pelo MNR, passava pelo parcelamento dos latifúndios em pequenas propriedades, fato a que os indígenas se opunham veementemente, pois isso rompia com o formato comunal de suas terras.

Essa forma de parcelamento liberal da terra passava longe de ser um ato revolucionário e estava muito mais colada a formas tipicamente capitalistas de propriedade da terra. Nesse sentido, deve-se atribuir, também, ao movimento proletário e aos partidos de esquerda, desde o processo revolucionário de 1952, a falta de uma estratégia para transformar o campesinato indígena em bases de apoio do movimento contra formas de *Estado aparente*. Na AP essa questão veio à tona em um momento em que havia a “perspectiva de que os militares perdessem o controle da Federação Camponesa (...) era muito concreta no começo de 1970 a ameaça [de] ruir o principal

pilar social de sustentação dos governos militares desde o golpe de Barrientos em 1964” (ANDRADE, 2011, p. 165).

Álvaro Garcia Linera (2010) enxerga essa rarefeita importância dada ao campesinato indígena pelas forças de esquerda naquele momento como um “marxismo primitivo”, isto é, como uma ideologia de modernização industrial do país, de substituição das relações “tradicionais” de produção típica das sociedades camponesas para relações que as transformassem, todas, em classe trabalhadora, indo na direção de uma homogeneização cultural, o que se aproximava muito das ideias liberais de mestiçagem da sociedade boliviana. Nesta estratégia modernizadora da esquerda, as comunidades indígenas e suas relações de produção comunais “não aparecem no horizonte explicativo desse marxismo”. Na visão de Linera:

Para esse marxismo não havia nem índio nem comunidade, o que fez com que uma das mais ricas vertentes do marxismo clássico fosse bloqueada e rechaçada como ferramenta crítica de interpretação da realidade boliviana., além do mais, tal posição obrigou o emergente indianismo político a se afirmar em combate ideológico, tanto contra as correntes nacionalistas como contra as marxistas, que rejeitavam e negavam a temática comunitária agrária e étnico-nacional como forças produtivas políticas capazes de servir de poderes regenerativos da estrutura social, precisamente como fez o indianismo (LINERA, 2010, p. 320)

Essa vertente do marxismo clássico a que Linera se refere e que fora rejeitada por um marxismo considerado por ele como primitivo está baseada nas próprias reflexões de Marx continha nos *Grundrisse* sobre a questão das comunidades primitivas. Como coloca Hobsbawn (1985) em *Formação Econômicas pré-capitalistas*:

(...) sabemos que ele [Marx] sempre admirara os valores sociais positivos incorporados à comunidade primitiva, embora em forma atrasada. E é certo que depois de 1857-8 - tanto no CAPITAL III como na subsequente discussão russa - ele cada vez mais enfatizou a viabilidade da comuna primitiva, seu poder de resistência à desintegração histórica e mesmo - embora, talvez, somente no contexto da discussão dos Narodniks - sua capacidade de desenvolver-se numa forma superior de economia, sem prévia destruição. (HOBSBAWN, 1985, p. 50)

É neste sentido que caminha o pensamento de Linera ao seguir Mariátegui e os escritos etnográficos de Marx (1988) sobre a persistência das comunidades indígena-

camponesas e a possibilidade de um encontro entre essas comunidades com o operariado mineiro, que também não deixava de ter suas raízes nas comunidades indígenas, e que isso poderia, independentemente do grau de desenvolvimento das forças produtivas ou do grau de modernização/homogeneização da nação, levar a uma sociedade superior, ou seja, ao socialismo. É importante dizer que quando Mariátegui, em 1928, escreve sobre essa potencialidade socialista das comunidades indígenas em seu formato comunitário, os escritos de Karl Marx referentes a esse tema ainda não haviam sido publicados. Estes escritos foram compilados na edição brasileira do livro *Luta de classes na Rússia*, publicado pela editora Boitempo em 2013. No terceiro esboço da carta escrita a Vera Zaslitch Marx, ele se debruça sobre esse tema em decorrência das especificidades da sociedade russa:

É compreensível que o *dualismo* inerente à constituição da comuna agrícola pudesse dotá-la de uma vida vigorosa. Emancipada desses laços fortes, mas restritos, do parentesco natural, a propriedade comum do solo e as relações sociais dela decorrentes garantiram-lhe uma base sólida, ao mesmo tempo que a casa e seu pátio, como domínio exclusivo da família individual, o cultivo parcelado e a apropriação privada de seus frutos impulsionaram à individualidade, algo incompatível com o organismo das comunidades mais primitivas. (MARX, 2013b, p. 110)

Em outro texto incluindo neste livro, Marx, em carta à redação da revista *Otechestvenye Zapiski*, em 1877, em resposta a Mikhailovski, teórico russo que criticava Marx por ver em sua teoria a ideia geral de que para se chegar ao socialismo era impreterível que todas as sociedades passem antes pelo capitalismo, Marx escreveu:

[Mikhailovski] ainda tem necessidade de metamorfosear totalmente o meu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem, para acabar chegando à formação econômica que assegura, com o maior impulso possível das forças produtivas do trabalho social, o desenvolvimento mais integral possível de cada produtor individual. Porém, peço-lhes desculpas (Sinto-me tão honrado quanto ofendido com isso.) (MARX, 2013a, p. 68)

Prossegue o autor alemão:

Portanto, acontecimentos de uma analogia que salta aos olhos, mas que se passa em ambientes históricos diferentes, levando a resultados totalmente díspares. Quando se estuda cada uma dessas evoluções à parte, comparando-as em seguida, pode-se encontrar facilmente a chave desse fenômeno. Contudo, jamais se chegará a isso tendo como chave-mestra uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica. (MARX, 2013a, p. 69)

Essas contradições no seio do marxismo estariam todas expressas na Assembleia Popular e, independentemente de sua derrocada frente a forças conservadoras, materializadas no golpe militar de extrema direita, impetrado por Hugo Banzer (1971-1977), foram sem dúvida um dos momentos constitutivos da nação boliviana de maior envergadura política no sentido de abrir novos horizontes de luta ao expor todas as contradições sobre os caminhos possíveis ao socialismo, em uma sociedade com as especificidades da boliviana, composta por maioria indiscutivelmente indígena.

A despeito do golpe de Banzer<sup>97</sup>, o processo de construção da Assembleia Popular não foi de forma alguma infrutífero. Havia viabilizado demandas como o reestabelecimento do salário dos mineiros da COMIBOL ao valor anterior ao de 1965, retardando o golpe que poderia ter ocorrido imediatamente às ações de Ovando e, posteriormente, de Torres, que reatavam seus laços com o operariado-mineiro, além de possibilitar o surgimento, no seio do movimento campesino, de críticas radicais ao pacto militar-campesino. Críticas essas que deram origem ao movimento de intelectuais indígenas que transformaram, num intervalo de 15 anos (1970-1985), “a imagem simbólica da classe trabalhadora boliviana que deixaria de ser associada ao proletariado mais ‘clássico’ do setor da mineração e assumiria com fervor as tradições, práticas e identidade de origem campesina-indígena. A partir daí, nunca mais [esse movimento] deixou de exibir *poncho e wiphala*” (HASHIZUME, 2010, p. 6).

A Assembleia Popular teve, assim, importância fundamental no impulso definitivo para a formação do movimento Katarista que passou a liderar a Confederação Nacional dos Trabalhadores Campesinos da Bolívia (CNTCB) durante a década de 1970. Após 1974, ainda durante a ditadura Banzer, um “golpe dentro do golpe” foi dado de forma a concentrar enormes poderes no ditador. Esses suprapoderes foram

---

<sup>97</sup> “Entre os dias 19 e 21 de agosto de 1971 haverá um levante militar em Santa Cruz, violentos enfrentamentos armados em La Paz e Oruro. Neste processo de convulsão social Hugo Banzer fecha a Assembleia Popular, derruba Torres e assume a Presidência, mediante golpe militar, apoiado pela Frente Popular Nacionalista (FPN), MNR-Estenssoro, FSB (Falange Socialista Boliviana) e Confederação de Empresários Privados da Bolívia (CEPB)”. (CARVALHO, 2016, p. 22)

direcionados na forma de um virulento pacote econômico que atingiria diretamente os camponeses ao aumentar os preços dos alimentos que lhes eram essenciais, o que colocava em xeque o pacto militar-camponês. Os protestos do camponês indígena contra o pacote eram intensos e reprimidos com violência sistemática pelas forças armadas, resultando em massacres como de Tolata, Epizanga e Melga (Rocha, 2006, p. 25). As lideranças Kataristas eram, muitas delas, perseguidas, mortas e exiladas. Com relação à COB, à FSTMB e aos partidos de esquerda, imediatamente após o golpe, Banzer decretou novamente suas ilegalidades, de forma a esvaziar suas participações na vida política da nação, ao mesmo tempo em que buscava rapidamente reatar os laços com a potência do Norte, interrompidos com os governos de cunho nacionalista e anti-imperialista de Ovando e Torres.

Em suma, a Assembleia Popular ficaria para a história dos movimentos sociais bolivianos, fossem eles advindos do proletariado-mineiro ou dos movimentos indígena-camponeses, marcada como uma das respostas mais bem organizadas politicamente à persistência de *formas aparentes de estado* advindas da colonialidade. Ela significou, portanto, um momento de *colisão* entre temporalidades sociais antagônicas e coexistentes no tempo e no espaço, típicas de uma *formação social abigarrada*, onde o desenvolvimento das formas capitalistas haviam se articulado com formas cooperativistas de autogoverno indígenas sem que esse processo, na sua longa duração, tivesse levado a uma modificação substancial na *relação primordial* entre Estado e sociedade civil. A AP pode ser interpretada, portanto, como um momento de síntese secular desse processo contraditório em movimento, de crítica das relações aparentes entre Estado e sociedade civil que evidenciava o baixíssimo grau de nacionalização e democratização social que, mesmo com o processo revolucionário de 1952, não havia, até aquele momento, dadas as especificidades dessa sociedade, sido superadas.

Os longos sete anos da ditadura Banzer (1971-1977) seriam marcados por inflexões na dimensão econômica e política. Na dimensão econômica, nos primeiros quatro anos, houve uma significativa melhora dos preços internacionais dos minerais, que praticamente triplicaram as exportações bolivianas entre 1970 e 1974 (de US\$226 milhões para US\$650 milhões), alinhados ao novo dinamismo das exportações de produtos agrícolas e petrolíferos na região de Santa Cruz, que a tornava um importante polo industrial a partir desse movimento, passando a rivalizar com as regiões do altiplano – as quais, desde o início do processo colonizador, haviam se constituído em virtude da exploração da prata e do estanho como o principal polo produtor do país. Era

evidente o aumento da importância do Oriente boliviano, o que trouxe mudanças profundas nas relações de poder em âmbito regional e nacional. Essas mudanças deram início a demandas por *descentralização do poder* via políticas de autonomias regionais, que passariam a reivindicar que os excedentes econômicos gerados nestas regiões orientais, como Santa Cruz de La Sierra, não fossem direcionados, em sua grande maioria, ao governo central de La Paz. Como explica Klein (2016):

(...) Banzer obteve um importante financiamento da elite regional de Santa Cruz **[para realizar o golpe]** que tinha sido perturbada pelas ameaças de extensão da reforma agrária a novas regiões onde havia agricultura comercial (...) Devido aos significativos investimentos em petróleo e em agricultura na região de Santa Cruz e ao crescimento de sua população, foi inevitável que sua população basicamente formada por brancos e *cholos* demandasse uma voz mais ativa na tomada nacional de decisões. **Pela primeira vez na história nacional surgiu uma importante fonte de poder econômico e político fora das tradicionais terras altas e regiões dos vales intermontanos** (KLEIN, 2016, p. 300-301) Grifos nossos.

É importante ressaltar, também, que as nacionalizações de empresas estadunidenses, feitas sem indenização no governo de Torres, quando não revertidas no governo Banzer, foram indenizadas de forma supervalorizada. As empresas estadunidenses voltaram a operar normalmente, sendo novamente majoritárias no setor petrolífero. De um total de quinze empresas do setor, mais de dez eram estadunidenses (Duran, 2008, p. 164). Houve, a partir daí, um avanço dos processos de privatização do petróleo, que levaria a Bolívia, em menos de oito anos, a passar de exportadora de petróleo a importadora<sup>98</sup>. Segundo Mortimore (1981) “a dívida interna e externa contraída pela estatal boliviana **[YPFB]**, no período 1971-1979 chegou a 515 milhões

---

<sup>98</sup> “A ditadura banzerista (1971-1978) reverte o processo de nacionalização e paga indenização sobrefaturada; e tais firmas voltam ao país com o outro nome. O número de firmas estrangeiras do setor petrolífero que passam a operar no país chega a 15, das quais mais de 10 eram estadunidenses. Vemos assim que há um retorno ao processo de desnacionalização, desta vez mais acelerado, sendo também acelerado o processo de pilhagem (exportação) do petróleo boliviano. Em menos de oito anos as reservas petrolíferas são esvaziadas e saqueadas pelo capital estrangeiro e o país torna-se um importador de petróleo. A estatal petrolífera boliviana chega à falência por volta de 1975/1976, tendo a COMIBOL a mesma sorte no final dessa década. A intervenção da Gulf, corroborada pelos grandes bancos americanos, acelerou a falência da empresa petrolífera estatal boliviana. Conforme o acordo entre o governo e a Gulf, em 1972, a YPFB devia reservar entre 50% e 54% do total das suas divisas provenientes das suas exportações no período 1974-78, as quais eram canalizadas a um fundo fiduciário administrado pelo FNCB (First National City Bank). O Bank of America Trust and Saving Association interveio dando o golpe de graça: passa a controlar praticamente o resto da renda da YPFB proveniente da exportação de petróleo, retendo-a em fideicomisso para pagar empréstimos externos contraídos para construir e ampliar as refinarias locais” (DURÁN, 2008, p. 164)

de dólares, mais alta que a da COMIBOL, clara expressão do desfalque das empresas estatais, da acumulação acelerada de capital público pela burguesia de Estado e da pressão permanente do capital estrangeiro para liquidar as empresas estatizadas” (Mortimore, 1981, apud Durán, 2008, p.164). Na tabela 1, construída por Mortimore (1981), temos uma ideia evolutiva da deterioração da situação econômica da Bolívia de 1974 a 1980, através de alguns indicadores centrais.

**Tabela 1 - Bolívia: Taxa de variação de indicadores econômicos selecionados durante a crise econômica (1974-1980)**

Ano	Exportações de bens e serviços	PIB	FBCF
1974	5,5	6,1	n. d.
1975	- 3,4	5,1	n. d.
1976	10,8	6,8	-6,7
1977	- 5,6	3,4	2,5
1978	-12,7	3,1	-7,5
1979	-10,5	2,0	-13,4
1980	- 9,5	0,3	-32,5

Fonte: CEPAL, apud MORTIMORE, 1981, p. 126.

Mortimore (1981) entende que as principais causas da crise, após 1975, foram frutos da política econômica desequilibrada do general Banzer, que afetava diretamente, e de forma negativa, o funcionamento da empresa estatal YPFB. Essa política tinha por objetivo uma drenagem financeira da empresa muito superior aos níveis máximos de exportações de petróleo cru e gás natural a qual ela podia suportar. É verdade que essa drenagem financeira ocorria paralelamente à política de aumento do investimento público, porém, esses investimentos, feitos em sua grande maioria com capital de bancos transnacionais, tinham como contrapartida a obrigatoriedade de pagamentos desses empréstimos internacionais, providos de bancos transnacionais, justamente pela drenagem financeira das empresas estatais. Houve, no período, uma expectativa superestimada com relação ao aumento dos níveis de exportações a preços condizentes com o pagamento desses empréstimos. Somado a isso, houveram retiradas financeiras vultosas da YPFB e da COMIBOL também para indenizar a nacionalização da *Bolívia Gulf Company*. Esses acordos de indenização haviam sido acordados pelo governo Banzer em 1972 como forma de reatar os laços com os EUA. “Outros acordos

celebrados em 1975, administrados desta vez pelo *Bank of America Trust and Saving Association*, tirava do controle da YPFB praticamente o que restava de seus ingressos de exportação de petróleo cru (...) contratados com o propósito de construir e ampliar as refinarias locais” (MORTIMORE, 1981, p. 148) (Tradução livre do autor).

Imaginava-se que a empresa poderia suportar com vigor esse tipo de política, mas o fato real era que, cada vez mais, ela se tornava menos independente em suas ações devido à excessiva drenagem de seus excedentes, levando-a, em poucos anos, a se aproximar de uma situação de falência total, que teria como consequência imediata a diminuição vertiginosa do investimento interno bruto, o que fica evidenciado na tabela 3. Não havia, portanto, um equilíbrio entre o crescimento das exportações de maneira vinculada aos aumentos dos empréstimos internacionais para que esses pudessem ser quitados sem grandes desfalques para as empresas públicas.

Esse arranjo desfavorável fez com que os bancos transnacionais decidissem, a partir de 1976, por não manterem o financiamento dos programas de investimentos programados pelo governo, além de se oporem a renegociar as condições de pagamento das dívidas interna e externa. Dessa forma, o Estado boliviano entraria numa crise econômica de grandes proporções a partir de 1976. Apesar dos bancos transnacionais se oporem a rever os contratos de empréstimos internacionais, esses seguiam, pelos contratos firmados anteriormente, drenando o excedente econômico das empresas estatais para o pagamento dos empréstimos. Como podemos observar na Tabela 3, a dívida externa com os bancos transnacionais vão caindo significativamente, o que demonstra o processo em movimento de drenagem financeira de empresas como a COMIBOL e a YPFB.

As conclusões que Mortimore tira dessa experiência dramática da economia boliviana durante o governo do ditador Banzer são no sentido de demonstrar que um país como a Bolívia, com *falhas estruturais primário-exportadoras*, deve ter ciência de que financiamentos externos, mesmo em épocas de auge de exportações, devem ser feitos com muito zelo e não podem, de nenhuma maneira, ser o eixo principal da política econômica como forma de resolver as contradições internas entre Estado e sociedade civil, e, tampouco, para evitá-las. A utilização desequilibrada de empréstimos internacionais, em termos históricos, sempre se fez onerosa para países com características periféricas. O resultado sempre foi o aumento da influência externa, que colocava em xeque a *soberania nacional* do país, desencadeando um processo de *dependência consentida* com reflexos extremamente negativos para a atividade

econômica e, conseqüentemente, para a sociedade como um todo. Ainda segundo Mortimore, os bancos transnacionais visam única e exclusivamente ao lucro e dispõem de grandes poderes de influência e de instituições que lhes garantem chegar a esse fim. A história econômica dos países latino-americanos, principalmente a que se desdobra da Segunda Grande Guerra (1945) até o final da década de 1990, é o reflexo cristalino desse tipo de política de *dependência consentida*.

Desde logo, na dimensão política boliviana, os reflexos da crise do final dos anos 1970 se consubstanciaram, como não poderia ser diferente, em greves massivas do operariado-mineiro e do campesinato indígena, além de severas críticas ao governo dentro das universidades, o que levou Banzer a decretar o fim de suas atividades políticas e de suas autonomias universitárias<sup>99</sup>. As classes médias e altas, que até então apoiavam o ditador acriticamente, já não se mostravam mais afeitas ao deteriorado cenário econômico e político. Cada vez mais pareciam inclinadas a apoiar um regime de partidos democráticos em contraposição às formas ditatoriais que esmagavam suas liberdades civis.

Com relação à COB, a FSTMB e aos partidos de esquerda, mesmo nos anos de clandestinidade impostos pela ditadura Banzer estes mantiveram suas ações sindicais em funcionamento, e, com a crise aguda a partir de 1977, que forçou Banzer a convocar eleições três anos antes de seus planos, esses órgãos populares, uma vez mais, saíram da clandestinidade e do exílio e voltavam a ter um peso importante nos rumos da nação. Com relação ao campesinato indígena, desde o Congresso da Confederação Nacional de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CNTCB), realizado em 2 de agosto de 1971 e liderado pelo Katarista Genaro Flores já havia um consenso em rechaçar o pacto militar-campesino como forma de se aproximar da Assembleia Popular e, conseqüentemente, do operariado mineiro. Essa aproximação ficou cada vez mais fortalecida durante a década de 70 e teve seu auge no ano de 1979. Esse auge está descrito no que Zavaleta<sup>100</sup> denomina de “*acumulação no seio da classe operária*”.

Essa percepção do autor é fruto de um momento *sui generis* da história da Bolívia, que marcava, ao final da ditadura Banzer, a aproximação entre a classe trabalhadora mineira e as organizações indígenas. Ela está contida em um de seus últimos trabalhos denominado “*Las massas de noviembre*”, escrito em 1983. Sua

---

<sup>99</sup> “As universidades do país foram fechadas entre 1971 e fim de 1972. Um dos fatos mais terríveis foi o fuzilamento de vários estudantes na universidade cruzenha em agosto de 1971” (MESA, José; GISBERT, Teresa; GISBERT, José, 1999, p. 661). (Tradução livre do autor)

<sup>100</sup> TAPIA, 2002, p. 261).

intenção, naquele momento, era pensar a Bolívia moderna (1980 e 1984). Desde logo, Zavaleta busca compreender como a persistência da memória coletiva indígena estava a fundir-se com a história da classe trabalhadora mineira de forma a criar uma nova intersubjetividade no seio dos movimentos sociais contra-hegemônicos, a qual teve sua primeira expressão na formação do proletariado mineiro, materializada no momento de fundação da COB logo após a revolução de 1952. Posteriormente, ao final dos anos 1970, há, para Zavaleta, uma *ampliação da centralidade operária* que se dá a partir da fusão dessa classe com as organizações de sindicatos advindos do campesinato indígena, os quais haviam chegado a um ponto culminante de suas formas de organização no ano de 1979, com a criação da Confederação Única dos Trabalhadores Campesinos da Bolívia (CSUTCB), sob a liderança de Genaro Flores.

Na análise zavaletiana mais contemporânea da história da Bolívia, o surgimento e o desenvolvimento da classe operária estaria vinculado, assim, indelevelmente, à construção em movimento do sujeito político coletivo, que tinha sua expressão também na dimensão cultural desse processo, isto é, nas memórias coletivas de lutas e nas formas de sociabilidade comunais dos movimentos indígenas. Essas formas atravessaram e moldaram, dessa maneira, a formação da classe proletária no que tange às suas formas de autogoverno, a exemplo do que havia sido a Assembleia Popular. Em suma, “*as massas de novembro*” e suas ações dirigidas pela COB no ano de 1979, ao convocar uma greve geral que seria prontamente aderida pela CSUTCB, demonstrava o fim total do pacto militar-campesino e a criação de um pacto operário-campesino. Juntas, essas duas forças buscavam, naquele exato momento, resistir coordenadamente a um novo golpe militar orquestrado pelo militar Natush Busch. Por conseguinte, essa fusão de métodos de lutas modernos e pré-capitalistas, que antes estiveram em posições opostas, apesar de serem ambas as forças populares, era representativa de um arremate histórico de longa duração. Era a primeira vez na história dos movimentos sociais bolivianos em que havia, de fato, um encontro consentido entre classe operária e campesinato indígena. Nas palavras do próprio Zavaleta (2009) temos que:

Era la primera huelga general obrera que se hacía en defensa de la democracia representativa (...) Fue también la primera vez que el campesinato como un todo se pronunció por el apoyo a la huelga general obrera, o sea que se trataba ya de un eje de constitución de la multitud, si se quiere, de un bloque histórico (...) Era la recomposición de la alianza de 1952.. (...) En lo que es más importante aún, como acumulación de masa, se produce

la incorporación de los métodos políticos de la lucha agraria clásica al patrón insurreccionalista de la clase obrera.” (...) .Es un caso de interpelación proletaria sobre grandes masas pré-capitalistas. (ZAVALETA, 2009, pp. 219-220)

Esse momento marcou mais uma crise das relações entre Estado e sociedade civil. Mas não é qualquer crise. É uma crise de desconstrução do Estado formado desde o processo revolucionário de 1952. Havia, a partir daí, uma nova articulação da engrenagem social que dava origem a um novo bloco histórico operário-campesino. Segundo Tapia (2002) há, a partir desse momento, uma separação ideológica e política da sociedade civil em relação ao Estado. Esse momento deve ser visto como uma decomposição das engrenagens sociais que haviam sustentado as formas estatais em suas relações com a sociedade civil, as quais possibilitaram a criação do Estado de 1952. As alianças históricas entre militares e campesinos estavam mortas, e, com elas, a possibilidade de hegemonia sob esse tipo de articulação. As forças militares perdiam prestígio na sociedade como um todo. Os velhos partidos, como o MNR, buscavam recuperar o poder, mas agora sem o uso do manto da ideologia nacionalista revolucionária, que havia lhe permitido criar uma hegemonia consentida.

O ano de 1979 foi um momento em que o consenso social não mais existia, e, sem isso, as possibilidades para a criação de um novo consenso estavam abertas. Por mais que o movimento do campesinato indígena camponês tenha sido cooptado novamente durante os anos neoliberais – porém jamais com a mesma magnitude dos tempos de pacto militar-campesino – que se estenderiam de 1985 até a aurora do século XXI e, por mais que o movimento operário mineiro perdesse muito de seu papel protagonista a partir desse momento, devido às privatizações das principais empresas estatais e do avanço das políticas neoliberais, novembro de 1979 é, sem dúvida, um momento de nacionalização da sociedade civil contra o Estado em suas formas aparentes. Representa um momento de encontro de massas populares, da *plebe em ação* no seu sentido mais plural de suas reivindicações em busca de um sentido comum. Não obstante, 1979 “é um momento de nacionalização sem o manto da ideologia nacionalista” (TAPIA, 2002, p. 271). Isto é, sem a ideia de homogeneização da sociedade como se fosse esta que lhe possibilitaria unidade. É um momento, portanto, de nacionalização “da unidade com a diversidade” tendo como centro o proletariado mineiro e os movimentos indígenas. Nas palavras de Tapia (2002):

Novembro mostra que se é que existe a nação boliviana esta é uma nação proletária e indígena, que existe contra um estado altamente aparente e uma classe dominante também senhorial e autoritária. (TAPIA, 2002, p. 271) (Tradução livre do autor).

O ponto que queremos frisar, para finalizar esse capítulo, é que a queda da ditadura Banzer, a partir de 1978 e os quatro anos de interregnos que passariam por vários governos provisórios, desde militares a civis – a saber: Juan Pareda Asbún (1978-1978), David Padilha Arancibia (1978-1979), Wálter Guevara (1979-1979), Alberto Natusch Busch (1979-1979), Lidia Tejada (1979-1980), Luis García Mesa (1980-1981), Celso Torrelio (1981-1982), Guido Vildoso Calderón (1982-1982), e, finalmente Hernán Siles Zuazo (1982-1985) –, é a expressão de mais um dos momentos constitutivos da nação boliviana dos mais significativos por dar origem a uma nova engrenagem social materializada em um sistema de partidos políticos sob o manto de uma aparente democracia. Essa nova engrenagem desmantelará por meio de políticas de cunho neoliberal a força do proletariado mineiro, e, conseqüentemente, da COB, Não obstante, terá como contraponto devido às políticas de descentralização, o fortalecimento de partidos indígenas a partir de 1995, os quais se tornam na aurora do século XXI os novos movimentos protagonistas na luta contra as políticas neoliberais.

É disso que se trata o nosso próximo voo panorâmico que se estende até o último governo de Evo Morales. Tendo em vista a história de longa duração da sociedade boliviana em busca de democratização e nacionalização das relações entre Estado e sociedade civil, esse voo nos possibilitará compreender o que muda e o que não muda a partir dos processos revolucionários de movimentos sociais de rosto indígena materializados nas guerras da água (2000) e do gás (2003), além dos limites e contradições que enfrenta o governo Evo Morales nos seus onze anos (2005-2016) à frente do poder estatal.

## Capítulo 5 – Do Período Neoliberal ao Estado Plurinacional da Bolívia (1982-2017)

### 5. 1 Crise econômica e adesão ao neoliberalismo (1982-2006)

Para analisarmos a evolução política e econômica da Bolívia durante o governo Evo Morales (2006-2017), atentando para suas *contradições* e seus *limites*, é necessário retrocedermos brevemente ao início do período neoliberal, iniciado a partir de 1985. Sucintamente as décadas de 1980 e 1990 produziram impactos em dois sentidos ao findar com os anos ditatoriais trazendo de volta as liberdades civis e políticas, ao mesmo tempo em que demarcava a implantação de reformas econômicas de cunho neoliberal. Essas reformas, como veremos, terão consequências severas sob as condições de vida da grande massa empobrecida da sociedade boliviana e na desarticulação da COB como principal organismo histórico de mobilização social.

O estopim dessas reformas foi, sem dúvida, o processo hiperinflacionário que seguiu após a crise cambial ligada à Crise da Dívida Externa da década de 1980, que eclodiu após o 2º Choque do Petróleo e a abrupta elevação da taxa de juros norte-americana, no ano 1979, que acabaram por resultar na moratória mexicana, em 1982, e, assim, na interrupção dos fluxos de capitais voluntários para a América Latina pelos anos seguintes e aos programas de ajuda liderados pelo FMI.<sup>101</sup>

Entre 1982 e 1985, a Bolívia estava sob o governo de Silas Suazo (1982-1985) do partido União Democrática Popular (UDP), o qual congregava o apoio das lideranças sindicais da COB, dos movimentos indígena-camponeses e dos partidos de esquerda como o MNRI (Movimento Nacional Revolucionário de Izquierda), o PCB e o MIR. A realidade caótica dos fatos que pairou sobre o governo de Siles implicou na incapacidade desse governo para reverter a deterioração econômica e social herdada a partir de 1978 com o fim da ditadura Banzer e o interlúdio de quatro anos (1978-1982) de governos provisórios.

Cabe destacar que as dificuldades políticas e econômicas acumuladas em dezoito anos de regimes militares (1964-1982) foi sentido de forma intensa no processo de redemocratização iniciado a partir de 1982. Esse caos era de tal magnitude que colocava

---

<sup>101</sup> O tema da crise da dívida externa e seus impactos na Bolívia, apesar de serem de suma importância para a compreensão deste período não se tratou nesta tese. A este respeito, ver, por exemplo, MORTIMORE, 1981 e DELGADILLO CORTEZ (1992).

o governo Siles frente a limites sociais dramáticos. Ele estava pressionado a atender as demandas dos trabalhadores e camponeses que o haviam apoiado e aguardavam ansiosamente por reajustes salariais, capazes de recompor seu valor real resultante das perdas inflacionárias do período predecessor, o que, em face da deterioração das cântas externas, contribuía para realimentar o processo inflacionário em curso. Apesar dos seis pacotes econômicos anti-inflacionários, a espiral inflacionária atingiria a cifra de 24 mil % em maio de 1985 e a situação de ingovernabilidade tornara-se tão insustentável que levaria o presidente Siles Suazo – (em um gesto considerado à época, democrático e republicano) – a reduzir seu mandato em um ano do que seria o normal ao convocar eleições gerais como forma de dar um horizonte mais democrático a uma sociedade que havia acabado de sair de longos anos de regimes militares.

O fato inusitado nessas eleições foi que o presidente eleito pelo parlamento<sup>102</sup> em 1985 para comandar o país era Victor Paz Estenssoro, do MNR, que simbolizava a histórica revolução nacional de 1952. Seus discursos no seio da Convenção Nacional do MNR em abril de 1985 tinham obviamente um viés de combate à hiperinflação, mas não deixavam de supostamente resgatar a memória nacionalista do partido, ideologicamente central no processo revolucionário de 1952. Não obstante, o que se assistirá no quarto mandato de Estenssoro (1985-1989) por meio da aplicação da *Nova Política Econômica* (NEP) era a aversão a qualquer lembrança mais remota das políticas nacionalistas e revolucionárias de 1952. Tratava-se, ao contrário, de adotar uma política de natureza liberal, com redução do papel do Estado na mediação das relações econômicas, que rompia profundamente com as origens nacional-revolucionárias do MNR quando da sua criação durante a década de 1940.

Esta guinada na condução da política econômica se traduziu, entre outras, nas seguintes ações: austeridade fiscal; demissões em massa de operários das duas principais empresas públicas – COMIBOL e a YPFB; abertura ao investimento estrangeiro; decretos de estado de sítio como forma de coibir os crescentes protestos desencadeados ao final da década de 1970, dada a histórica fusão entre COB

---

<sup>102</sup> É importante salientar que nestas eleições o partido mais votado foi a ADN de Hugo Banzer. Não obstante, no sistema eleitoral boliviano se o candidato não obtinha 50% dos votos no primeiro turno, o Congresso era quem escolhia de forma indireta o presidente. Como neste momento o congresso era dominado pelo partido de centro-esquerda, foi escolhido Victor Paz Estenssoro, aos seus 79 anos para seu quarto mandato presidencial. Ver, por exemplo, Herbert Klein, 2016, p. 319.

(movimento operário-mineiro) e CSUTCB (movimento indígena-camponês)<sup>103</sup>. Uma vez mais, a história política e econômica da Bolívia sentiria a interferência estadunidense nos rumos da nação. O economista norte-americano Jeffrey Sachs<sup>104</sup> foi o principal assessor econômico do governo boliviano nestes anos, nos marcos daquilo que ficaria conhecido como *Consenso de Washington*, em que um conjunto de políticas liberalizantes era defendido por parte de intelectuais liberais e organismos multilaterais, como o FMI, como o caminho a ser seguido pelos países da América Latina com o objetivo de solucionar os processos de alta inflação e retomar o desenvolvimento econômico na região, que incluía, por exemplo a defesa de um amplo processo de privatizações e abertura comercial e financeira.<sup>105</sup>

Em suma, tratava-se de um governo privatista que atacava frontalmente as demandas das classes menos favorecidas. Santaella Gonçalves (2013), apoiando-se no livro *Impasse in Bolivia* de Benjamin Kohl e Linda Farthing (2007), dá-nos a dimensão quantitativa e qualitativa desse ataque.

Mais de 23 mil, de um total de 30 mil mineiros, perderam seus empregos com o fechamento das minas e as privatizações; ao final de 1986, os salários reais no país caíram para dois terços do que valiam em 1985, 10 mil servidores públicos e quase 25 mil professores do campo perderam seus empregos; os preços do gás subiram em sete vezes; a flexibilização laboral passou a atormentar os trabalhadores empregados formalmente, enquanto mais de 60% da população passava para o mercado informal, sem direitos nem garantias; sem os subsídios estatais o pequeno setor industrial baseado no processamento de alimentos e nos têxteis entrou em crise, com mais de 120 fábricas fechadas, etc. (KOHL; FARTHING, 2007, p. 71, *apud* SANTAELLA GONÇALVES, 2013, p. 45)

Em verdade, para história do movimento operário, os anos neoliberais expressaram uma desestruturação radical da COB como principal organismo histórico de mobilização social. Inicialmente as greves convocadas pela COB com o apoio da CSUTCB durante o governo de Paz (1985-1989) foram de grande fôlego e muita

---

<sup>103</sup> O estado de sitio confiscou mais de 150 dirigentes no norte do país, entre eles o próprio Jaun Lechín. MESA GISBERT, Carlos D.; DE MESA, José; GISBERT, Teresa, 1999, p. 703) (Tradução livre do autor).

<sup>104</sup> Jeffrey David Sachs (Detroit, 5 de novembro de 1954) é um economista norte-americano conhecido pelo seu trabalho como conselheiro econômico de diversos governos da América Latina, do Leste Europeu, da extinta União Soviética, da Ásia e de África. Atualmente, trabalha como professor na Universidade de Columbia. Propôs uma "terapia de choque" como solução para as crises econômicas que afectavam a **Bolívia**, a Polónia e a Rússia como parte do seu trabalho de aconselhamento.

<sup>105</sup> A respeito do Consenso de Washington ver, por exemplo, WILLIAMSON (1992).

aderência dos setores populares mais atingidos pelas políticas adotadas. Não obstante, não foram suficientemente capazes de forçar o governo a retroceder em suas políticas anti-trabalhistas. As greves foram seguidas de ameaças de mais demissões e de perseguições e prisões de vários dirigentes sindicais, a exemplo do histórico presidente da COB Juan Lechín. Paulatinamente, a COB e seus principais dirigentes tomavam consciência de que o horizonte da revolução de 1952, o qual se imaginava ser possível resgatar, com o fim da ditadura Banzer, mostrava-se cada vez mais difuso dado o ambiente devastador criado pela aplicação das políticas neoliberais.

O golpe final sobre um possível resgate do horizonte revolucionário viria no ano de 1986, após a “*Marcha pela vida e pela Paz,*” na qual a COB convocava em forma de protestos uma massa de mineiros de Oruro em direção a La Paz. A marcha congregava trabalhadores de várias minas como San José, Huanuni, Siglo XX, Llallagua, Catavi e Uncia e ansiava por reverter o fechamento de minas e as demissões em massas dos mineiros decretada pelo governo. Sem hesitar, por esta ocasião, Paz Estenssoro enviou força máxima do exército, entre canhoneiras e aviões, para conter os manifestantes prevendo uma guerra civil de grandes proporções. Como relata Álvaro Garcia Linera (2010), para a grande massa que se movia até La Paz o resultado foi decepcionante, visto que os dirigentes da FSTMB firmariam um acordo com o governo, imediatamente repudiado pela maioria dos sindicatos de base. Nas palavras de Linera “(...) **a COB, que havia nascido entre os fuzis e barricadas de abril de 1952, em 1986 experimentou uma das mais fortes derrotas de sua história**” (LINERA, 2010, p. 69-70) (Tradução livre do autor).

Deste momento em diante, a COB jamais recuperaria seu protagonismo histórico como principal movimento social revolucionário da Bolívia. Ela continuaria existindo, porém sua capacidade orgânica de mobilização social jamais seria a mesma dos anos de revolução, quando havia se constituído como um poder paralelo, praticamente tão poderoso quanto o próprio Estado boliviano. Na conjuntura de 1952, tal empoderamento da COB havia sido possível já que a revolução havia destruído o monopólio da violência do Estado materializado no Exército e instituído milícias populares com o objetivo de defender e avançar no processo revolucionário.

A despeito de seu enfraquecimento nos anos neoliberais, a COB deixaria como legado histórico às classes subalternas uma memória histórica de lutas coletivas, de repertórios de mobilização social que não seriam apagados e tornariam a irromper novamente na alvorecer do século XXI, em resposta às políticas neoliberais que já

duravam praticamente 15 anos (1985-2000). É importante relatar que nas eleições de 1985, o Movimento Revolucionário Tupac Katari (MRTK) concorreu às eleições presidenciais pela primeira vez obtendo 2% dos votos. Podia parecer uma votação pouco expressiva, mas já insinuava a *conjuntura rebelde* que seria protagonizada por movimentos indígena-campesinos em um futuro próximo. Ou seja, a partir dos anos 2000, as novas insurreições populares se diferenciariam das insurreições do proletariado-mineiro de 1952, na medida em que o protagonismo e a discursividade da luta contra o neoliberalismo não teriam mais como sujeito histórico central o proletariado-mineiro, mas, sim, os movimentos sociais de rosto indígena, urbanos e campesinos. (SANTAELLA GONÇALVES, 2013)

Por ora, é importante frisar que desde 1985 as políticas neoliberais tiveram como resultado final o enfraquecimento das estruturas sindicais de base proletária, historicamente encarnada pela COB. O desmantelamento das bases sindicais resultava das privatizações das grandes empresas públicas como a COMIBOL e a YPFB, das flexibilizações dos contratos de trabalho, do redirecionamento de trabalhadores dentro dessas empresas como forma de desarticular os sindicatos de base, do congelamento dos salários e, no cenário internacional, da queda das exportações que impactaram negativamente no crescimento do PIB, levando ao aumento do desemprego na economia boliviana para a casa dos dois dígitos. Entre 1985 e 1986, a taxa de crescimento do PIB foi, respectivamente, de -0,97 e -2,49<sup>106</sup>. Não podemos nos esquecer de que a necessidade de aumentos constantes das exportações sempre foi crucial para a estabilidade econômica e política do país, seja como componente importante da demanda agregada assim como para financiar as importações.

Esse desmantelamento das estruturas sindicais foi a porta de entrada para se hegemonizar o pensamento (neo)liberal que pautaria de forma monopólica as visões de mundo vigentes àquela época, baseadas fundamentalmente na ideologia do *livre mercado*. A força que adquiriu os partidos de direita nesta periodicidade (1980-1990) contrastava com o enfraquecimento significativo dos sindicatos e dos partidos de esquerda. A partir dessa conjuntura, as disputas políticas entre os partidos de direita como o MNR e ADN, além dos convertidos à direita, como o MIR de Paz Zamora, giraram em torno de meras disputas por poder, sem que houvesse diferenças ideológicas substanciais entre eles.

---

<sup>106</sup> Fonte: INE (Instituto Nacional de Estadística) e Banco Central. *Apud* MESA GISBERT, Carlos D.; DE MESA, José; GISBERT, Teresa, 1999, p. 704).

Não havia, portanto, diferenciações quanto ao tipo de política a ser aplicada pelos partidos. O que havia eram posições, mais ou menos ortodoxas, quanto à forma de aplicação do neoliberalismo. Eram partidos ligados visceralmente aos setores burgueses da sociedade boliviana que se alternariam no poder entre 1985 e 2004 sob o manto da consolidação de uma *aparente democracia moderna*<sup>107</sup> que, como ressalta Andrade (2012), “excluía os setores populares, indígenas e operários, através da organização [centralizadora] de coalização parlamentares e governamentais”. (ANDRADE, 2012, p. 31). Como consequência se estabeleceu uma situação social onde persistia o baixo nível salarial, altas taxas de desemprego (acima dos 10%) e uma explosão da economia informal nas grandes cidades.

Em suma, a partir de 1985, produzir-se-ia um ciclo de desgaste irreversível do movimento operário e da COB em função das políticas neoliberais com continuidade no governo de Jaime Paz Zamora (1989-1993), do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionário). Ressalta-se que nos primeiros anos de reabertura democrática (1978-1982) o MIR esteve alinhado a uma postura de esquerda pela história de sua fundação e pelo apoio à UDP de Siles Suazo que congregava os partidos de esquerda no momento de reabertura democrática. No entanto, ao ser eleito em 1989 via parlamento, o MIR daria um giro total à direita aprofundando ainda mais as políticas de corte neoliberal.

Gonzalo Sanchez de Lozada (1993-1997) do MNR seria o próximo governante eleito após os anos Paz Zamora, mas para assumir o poder precisou apoiar-se nos Kataristas nas zonas rurais oferecendo a vice-presidência a um de seus líderes, Victor Hugo Cárdenas<sup>108</sup>, fato que demonstrava a força que adquiria os partidos de raiz indígena a partir dessa conjuntura para as pretensões dos partidos tradicionais que buscavam manterem-se no poder. Trata-se, portanto, de um governo e de uma atitude política que devido às suas ambiguidades, essencialmente na dimensão política, foi de suma importância para a aparição de *novos* partidos políticos, especialmente de partidos indígenas como o MAS (Movimiento al Socialismo), fundado no ano de 1995.

Na esfera econômica, tratou-se de um governo como os anteriores por consolidar e ampliar ainda mais as políticas de corte neoliberal. A principal medida nesta direção foi a aplicação da “*Lei de Capitalização*” de empresas estatais dos setores de gás e

---

<sup>107</sup> Entre 1985 e 2005 todos candidatos que conquistaram o poder, o conquistaram de forma indireta por não obterem uma maioria nas urnas que lhes possibilitasse não depender das votações indiretas no Congresso para assumirem o poder. Ao fim e ao cabo, todas as decisões foram pós-eleitorais e eram decididas entre MNR, MIR e ADN.

<sup>108</sup> (KLEIN, 2016, p. 334).

petróleo, as quais se tornavam cada vez mais importantes nas pautas de exportação boliviana. É inegável que a partir da lei de capitalização houve um incremento no nível de emprego nos setores de gás e petróleo como demonstra a literatura econômica desse período, mas é também inegável que sua reverberação na criação de empregos em outros setores ficou aquém do almejado pelo governo.

Na esfera política, no ano de 1994 foi aprovada a “*Lei de Participação Popular*” (LPP) que *descentralizava* as decisões federais para regiões e municípios. Essa descentralização era o que propiciaria, de forma ambígua, que novos partidos políticos, dentre eles os partidos indígenas, começassem a se formar e se fortalecer regionalmente e posteriormente nacionalmente. A aprovação da LPP traz, portanto, algumas ambiguidades por ser implantada em plena era neoliberal, por meio de uma reforma política que modificava o texto do artigo 1º da Constituição ao inserir pela primeira vez na história das constituições bolivianas os termos “*multiétnica*” e “*plurinacional*” na caracterização da Bolívia enquanto Estado nacional.

Também, modificava-se o texto constitucional nos artigos 170, reconhecendo os direitos sociais e econômicos relativos às terras indígenas de caráter comunitário. Os artigos 109 e 100 também foram modificados, tornando possível que as comunidades indígenas se fortalecessem em termos regionais.

Tendo como primeiro vice-presidente da história boliviana o indígena Víctor Hugo Cárdenas, uma das lideranças do MRTK, fato que gerou divisões dentro desse partido indígena fundado em 1978, dado seu alinhamento com um partido da ordem, poderíamos concluir que o governo de Sanches de Lozada, ao menos politicamente, trata-se de um governo distinto dos anteriores ao recolocar por meios de reformas constitucionais a “**questão indígena**” no centro do debate político do país. Vejamos a seguir essa questão da LPP com mais profundidade

As ambiguidades sobre a LPP estavam balizadas em termos mais gerais em dois posicionamentos políticos contraditórios em relação à questão indígena:

(1) a lei, ao sustentar que a Bolívia é um país **multiétnico e plurinacional**, poderia levar a movimentos separatistas entre os bolivianos e mesmo à desaparecimento da Bolívia enquanto Estado nacional tal como se conhecia até aquele momento;

(2) a lei tratava de um reconhecimento histórico de que na Bolívia habitavam secularmente várias etnias/nações, e que esse fato de forma alguma seria uma barreira à construção de um projeto comum de nação que tivesse na **diversidade sua unidade**.

Para pensarmos as ambiguidades em torno da LPP é preciso nos afastar brevemente da história nacional boliviana. Assim, entendemos que tais ambiguidades surgidas no seio da sociedade tratam-se, em termos gerais, da problemática inerente ao próprio desenvolvimento do moderno sistema mundial no âmbito nacional dos Estados ao refletir a antinomia universalismo e particularismo, sem dúvida umas das problemáticas centrais da civilização capitalista desde seu início no século XVI, segundo Wallerstein (1997)

Logicamente, essa antinomia entre universalismo e particularismo que visava a um adequado funcionamento do sistema-mundo de forma a manter as exigências de acumulação incessante de capital, evidenciava que por mais que se afirmasse a necessidade última de homogeneização cultural e universalizante dentro dos Estados modernos, foi essa própria antinomia e sua necessidade de perpetuação que moldaria o sistema-mundo no que tange à manutenção dos processos de acumulação incessante de capital por meio da criação de hierarquias sociais baseadas em divisões sociais de natureza étnico/racial e sexista, além das divisões de classe.

Portanto, a *antinomia* aparentemente oposta entre universalismo e particularismo tratou-se da *quintessência* da civilização capitalista ao *domar* suas contradições. Como explica Wallerstein (1997), o universalismo implica necessariamente a homogeneização moral da humanidade. Ou seja, “não é apenas a afirmação de que todas as pessoas têm os mesmos direitos e deveres, mas também a afirmação de que há universais no comportamento humano que podemos determinar e analisar”. Já o racismo-sexismo trata-se do oposto; de que as pessoas não têm os mesmos direitos humanos, “mas que estão ordenadas mediante hierarquias biológicas ou culturalmente definidas” (WALLERSTEIN, 1997, p. 83). Assim, esta ambiguidade ou este processo “zigzagueante” que nos fala Wallerstein estaria contida na ideia de que o universalismo explicaria e justificaria o melhoramento da situação das “minorias”, enquanto o racismo-sexismo explicaria e justificaria a piora das “maiorias”.

O modo em que cada uma dessas práticas contém a outra é o que sempre fez possível usar uma contra a outra: **usar o racismo-sexismo para impedir que o universalismo avance demasiadamente em direção ao igualitarismo; e usar o universalismo para impedir que o racismo-sexismo avance demasiadamente em direção a um sistema de castas que inibiria a mobilidade da força de trabalho, que tão necessária é para o processo de acumulação capitalista.** Isso é o que se queria dizer com o processo **zigzagueante**.

(WALLERSTEIN, 1997, pp. 84-85) (Tradução livre do autor)  
Grifos nossos.

Como tratamos de analisar teoricamente no Capítulo 1, ao longo do processo de formação da EMC, concomitantemente aos Estados nacionais, quando a força de **identidades étnicas** persistiu no tempo e no espaço das territorialidades nacionais, essa força foi paulatinamente encurralando as instituições “universais” do Estado liberal para que as incorporassem sem que tais identidades perdessem necessariamente seus *rasgos* ético-culturais (língua comum, formas de sociabilidades, etc.,..).

Esse processo levou a um fortalecimento em certos espaços nacionais do grau de democratização e nacionalização das relações entre Estado e sociedade civil, ou seja, onde essas identidades se fortaleciam, dado que o Estado se via compelido a incorporar essas identidades como saída ou subterfúgio para domar essa diversidade de identidades/nações/grupos étnicos de forma a não desagregar-se enquanto Estado pretensamente nacional. O caso do Estado nacional boliviano explicita que a diversidade de identidades nunca deixou de existir nesta territorialidade.

A explicação de tal constatação está nas especificidades históricas do processo colonizador nesta territorialidade que daria origem à Bolívia e de como esse processo avançou durante os anos republicanos. A resultante no caso boliviano foi o aprofundamento dos processos de democratização e nacionalização da sociedade boliviana, fosse ele engendrado por movimentos proletários de rosto índio, fosse ele engendrado por movimentos indígena-camposinos, ou ainda na fusão entre ambos os movimentos, como ocorreria em novembro de 1979 no processo que Zavaleta caracterizou como *autodeterminação das massas*.

Em síntese, essa tem sido uma disputa central no processo contraditório de formação e expansão da EMC, de suas complexas relações entre os Estados e dentro deles. O próprio conceito de Estado-nação que trata de transformar a população existente em suas fronteiras em uma única nação culturalmente homogênea tratou-se, ao longo do processo de formação do moderno sistema mundial, essencialmente após a Revolução Francesa, de uma das funções primordiais de cada Estado para exercer sua autoridade de forma legítima e soberana perante tanto ao “seu povo” como em relação aos outros Estados nacionais.

Feita essa observação mais geral acerca do funcionamento da lógica da antinomia universalismo/particularismo, é possível afirmar que a LPP, ao ser orquestrada em pleno governo neoliberal de Sanches de Lozada, é a expressão dessa

antinomia no seio do próprio Estado nacional boliviano. Isto é, ao passo que a LPP buscou modificar a Constituição de forma a incorporar os povos indígenas dentro das formas liberais de Estado, o fez como forma de conter essas identidades dentro dos marcos “universais” do liberalismo, sem que tais identidades agregassem força suficiente para lutar pela criação de novos Estados, pretensamente nacionais. Não obstante, o fato de este processo ser, digamos, *absorvido* pelo Estado em suas formas liberais, isto não significou que as relações entre Estado e sociedade civil não estivessem avançando num sentido mais democratizante e nacionalizante.

Nos estudos de Gonzalo Rojas e Xavier Albó (1995), realizados um ano depois de promulgada a LPP, eles já antecipavam que “o reconhecimento das organizações tradicionais dos povos e comunidades indígenas, ayllus, cabildos, sindicatos, etc., como sujeitos de participação, incrementaria o interesse, a participação e a afirmação campesina e indígena” (BALLIVIÁN, 2012 p. 116). Já em 1995, os autores mostravam que um terço das autoridades municipais ainda se autodefiniam como indígenas. Em 1999, na continuação desses estudos já era possível verificar que dois terços dessas autoridades se autodefiniam como indígenas e, em 2004, quatro de cada cinco prefeitos se incluíam na categoria de indígena.

Desde logo, o espaço aberto pela LPP, ao passo que permite ser interpretado como um processo de cooptação das organizações indígenas dentro das instituições universais do Estado liberal, como um *bumerangue*<sup>109</sup>, se voltava contra essas instituições ao engendrar em um país de maioria indígena o fortalecimento dessas organizações em termos de suas identidades originárias. Produzia-se, ainda que não fosse aspirado pelo Estado liberal, o aumento da presença indígena nos órgãos de poder municipal levando a uma retomada moral do valor territorial das terras indígenas em seu formato comunitário, principalmente nas zonas rurais do país.

Esse processo foi descrito por Moira Zuazo (2012) com uma “*ruralização da política*” por reforçar as características comunais das comunidades indígenas. Diferentemente do processo revolucionário de 1952, o qual buscava criar uma nação moderna através da *imposição da mestiçagem como característica unificadora e universal* da sociedade boliviana *borrando as diversidades identitárias dos povos originários*, a LPP, devido às suas contradições expandiu o poder político em termos regionais e identitário, abrindo espaço para que as comunidades indígenas pudessem

---

<sup>109</sup> “El éxito del MAS pudo acunarse en la LPP, una reforma que debió tornar más potable el proyecto liberal, pero que se convirtió en un boomerang” (OSTRIA, 2012, p. 118).

controlar seus territórios de forma muito mais autônoma do que nas temporalidades anteriores, sem o imperativo do Estado liberal para que fossem extintos seus rasgos culturais.

Corroborando essa análise, Klein (2016) demonstra que foi a partir da LPP que se pôde verificar um aumento brutal do número de municípios bolivianos. A LPP criava no país a partir de 1994, 311 novos municípios e lhes outorgava autoridades executivas e legislativas. Na mesma linha, Moreno (2012) verifica que se inicia um processo de transferências aos governos municipais de 20% dos recursos de coparticipação tributária, algo impensável em conjunturas anteriores. Antes de 1994, o governo municipal só estava presente nas 40 maiores cidades do país, sendo que no resto do território nacional não havia municipalidades. Entre 1994 e 1997<sup>110</sup>, 13.827 novas “organizações territoriais, desde comitês urbanos de vizinhos a sindicatos camponeses” foram instituídos de forma definitiva dentro da legalidade do processo democrático. (KLEIN, 2016, p. 335; MORENO, 2012, p. 382).

Esse abalo nas estruturas de poder vai gerando uma crise da democracia até então pactuada entre os partidos tradicionais (MNR, ADN e MIR), que tinham dominado politicamente o país. Essa mudança de legitimidades faria com que esses partidos tivessem que readequar suas estruturas de poder, que historicamente caracterizavam-se por serem centralizadoras e hierárquicas em relação às demais regiões do país. Fez-se notória a dificuldade dos partidos tradicionais para se adaptarem ao processo de descentralização política.

No bojo dessas contradições surgem novos partidos políticos, tais como o *Movimiento sin Miedo* (MSN) e a *Nueva Fuerza Republicana* (NFR) em Cochabamba. O MAS (*Movimiento al Socialismo*) também é fruto desse processo e surge da aliança entre ASP (*Asamblea por La Soberanía de los Pueblos*) e a *Izquierda Unida* (IU). Essa união levaria à vitória dos primeiros conselheiros do MAS em várias municipalidades do Chapare. No ano de 1997, uma vez mais essa união teria com fruto a eleição de quatro deputados uninominais<sup>111</sup> entre eles, Evo Morales.

---

<sup>110</sup> No ano de 1997 surge também o **Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu** (CONAMAQ), que representa uma organização das nacionalidades e povos indígenas das terras altas de Bolívia, constituída em 22 de março de 1997. A ideia original desse conselho consistia na busca pela reconstituição dos ayllus, markas y suyus do Qullasuyu de forma a caminhar na direção de transformar o actual Estado Uni(nacional) em um Estado Pluri(nacional).

<sup>111</sup> “La **introducción de las diputaciones uninominales** modificaría sustancialmente la composición del Parlamento, pues gracias a ella un poco más de la mitad de la Cámara de Diputados quedó constituida por representantes elegidos de manera directa y por simple mayoría en circunscripciones territoriales. Esta reforma tendió un puente entre lo local y lo nacional, pero no supuso un mecanismo de fortalecimiento de

Desde logo, os partidos que obtiveram um crescimento eleitoral significativo entre 1999 e 2004 foram os que nasceram nas localidades/municipalidades, em contraposição ao enfraquecimento dos partidos tradicionais. O NRF, criado em Cochabamba em 1995 por Manfred Reyes Villa era uma dissidência regionalista da ADN do ex-ditador Hugo Banzer. Este partido obteve êxitos eleitorais significativos nos seus primeiros anos. Contudo, ao se projetar nas eleições de 2002 à presidência da república tendo como candidato Reyes Villa e ser derrotado por Sanches de Lozada do MNR, o NRF sofreria um decréscimo significativo do número de seus votantes nas eleições posteriores de 2005.

Como já dissemos, o MAS e MSM também foram partidos nascidos de movimentos regionalistas e os únicos a manterem um crescimento eleitoral vigoroso entre 1999 e 2004. Esse crescimento está intimamente ligado ao rechaço à ideologia e às políticas neoliberais por parte desses movimentos sociais a partir de 2000. Na tabela 2 temos uma dimensão desse enfraquecimento dos partidos tradicionais em contraposição ao fortalecimento dos novos partidos regionais em termos do percentual dos votos emitidos entre 1999 e 2004.

**Tabela 2 - Enfraquecimento e fortalecimento de partidos tradicionais e novos partidos regionais (% dos votos emitidos entre 1999-2004)**

<b>Partidos</b>	<b>1999</b>	<b>2004</b>	<b>Variación percentual entre 1999 e 2004</b>
MNR	19,2	6,1	-15,1
MIR	15	6,5	-8,7
ADN	13,7	2,3	-11,4
UCS	11,1	2,5	-8,6
NRF	7,8	2,7	-5,1
MSN	5,4	8,1	2,7
MBL	4,2	2,3	-1,9
MAS	3	17,1	14,1

Fonte: AYO 2010, a partir de Romero Ballivián 2010 (*Apud* Moreno, 2012, p. 385).

O MNR, o MIR e a ADN, os partidos mais tradicionais vão tendo um decréscimo espantoso de seu eleitorado. Essas mudanças se aprofundariam a tal forma que “foi estimado que quase dois terços dos 1.624 prefeitos municipais e vereadores

---

los partidos políticos del sistema tradicional, sino que ayudó a reconfigurar el sistema político desde lo local. Esta situación queda clara en el caso del MAS, que al haberse apropiado de espacios rurales municipales, empezó a proyectar su influencia a escala nacional a través de sus diputados uninominales, paralelamente a su actividad política en las calles”. (MORENO, 2012, pp. 384-385)

eleitos depois da LPP eram camponeses ou indígenas” (KLEIN, 2016, p. 335). Essa tendência se solidificará definitivamente em nível nacional a partir de 2005, com a vitória de Evo Morales.

Dessa forma, em termos históricos, podemos sustentar que na aurora do século XXI haverá uma inflexão nas demandas e nas formas de organização dos movimentos sociais. Isto quer dizer que devido às especificidades que marcaram a história de longa duração da sociedade boliviana, o *sentido histórico* que imprime o sentido das transformações dessa sociedade, suas demandas populares começam a ir muito além das concepções baseadas na ideia moderna de “luta de classe” e da liderança da classe operária nos processos revolucionários, para assumir uma postura mais totalizante ao fundir essa ideia moderna com as próprias demandas seculares dos movimentos indígenas. Sua defesa por recursos naturais, por territórios e por autodeterminação local/regional, farão reemergir o tecido social indígena, que até então se encontrava disperso por todo o território boliviano. Segundo, Álvaro Garcia Linera (2010):

(...) la virtud de estos movimientos sociales se asienta en que han creado mecanismos de participación, de adhesión y filiación colectiva a escala regional flexibles que se adecuan a la nueva conformación híbrida y porosa de las clases e identidades sociales en Bolivia (...) **Mientras el antiguo movimiento obrero tenía como centro la cohesión sindical por centro de trabajo en torno al cual se articulaban otras formas organizativas de tipo gremial urbanas, los actuales movimientos sociales tienen como núcleo organizativo (CSUTCB, CIDOB, colonizadores, CPESC, regantes, cocaleros) a la comunidad indígena-campesina, alrededor de la cual se aglutinan asociaciones laborales (maestros rurales), gremiales (transportistas, comerciantes de la zona), vecinales, estudiantiles, etc. Aquí, la comunidad indígena, campesina y ayllu, que es lo mismo que decir las células de una otra sociedad, son la columna vertebral articuladora de otros grupos sociales y otros modos locales de unificación influenciados por la actividad económica y cultural campesino-indígena y hacen de esta acción colectiva más que un movimiento social un movimiento societal<sup>112</sup>, pues se trata de una sociedad entera que se traslada en el tiempo.** (LINERA, 2010, p. 5) Grifos nossos.

Essa articulação de demandas políticas assumiria em menos de uma década formas insurrecionais contra as políticas neoliberais, como a Guerra da Água, em 2000, em Cochabamba, e a Guerra do Gás, em 2003, na cidade de El Alto e La paz. Tais

---

<sup>112</sup> Luis Tapia, La condición multisocietal. Multiculturalidad, pluralismo, modernidad. Muela del Diablo/CIDES-UMSA, La Paz, 2002, apud LINERA 2010, p. 5

revoltas populares de rosto índio era uma resposta à “mercantilização de todas as esferas da vida” (CARVALHO, 2016, p. 126). Não cumpre detalhá-las no espaço desta tese, mas podemos assinalar que elas ocorreram durante a primeira metade da década de 2000 e indicam a crise do modelo neoliberal na Bolívia. Por exemplo, em Cochabamba, ocorre revoltas contra o processo de privatização da água pela empresa *Bechtel* dos EUA, que resultaram no aumento dos preços da água – justificado pela empresa como forma de possibilitar maiores investimentos –, o que levaria a conflitos internos de tal magnitude, que em menos de três meses o projeto seria cancelado<sup>113</sup>.

Era uma primeira demonstração em décadas de uma vitória contundente das revoltas populares com participação direta dos movimentos indígenas, cocaleiro, de mineiros e de grande parte da população que não tinha nenhuma filiação partidária. O movimento cocaleiro, liderado por Evo Morales, por exemplo, compreendia que essa luta era a mesma que travava contra as políticas de erradicação do plantio da folha de coca desde os anos de 1980, engendradas pelos governos neoliberais em consenso com as políticas estadunidenses de combate ao narcotráfico. Essa guerra ocorreu em pleno governo do ex-ditador Hugo Banzer (1997-2001) da ADN e é um marco que rompe com as dificuldades de uma aliança mais vasta das forças sociais mobilizadas. Essa ampla mobilização ficaria evidenciada nas eleições que levaria Sanches de Lozada do MNR novamente ao poder de estado no ano de 2002, porém, tendo como segundo colocado, o candidato Evo Morales, do MAS, que conseguia surpreendentes 20,94% dos votos contra 22,45 % de Lozada.

Neste segundo governo de Sanches de Lozada (2002-2003), a tentativa de abertura à participação de empresas estrangeiras no setor de gás natural suscitaria revoltas populares contra a privatização desse recurso. Essas revoltas visavam impedir a desvinculação das receitas das empresas públicas do setor de gás, como a YPFB, a serem direcionadas para a construção de um gasoduto, que iria dos Andes até os portos chilenos. A memória da Guerra do Pacífico também viria à tona nestas insurreições, na medida em que era inadmissível para os movimentos sociais bolivianos aceitar que o gás extraído em seu território fosse direcionado ao país que lhe havia vedado sua única

---

<sup>113</sup> “Se [a companhia de água] tenta aumentar os preços demais, os clientes e o governo da cidade, podem se enfurecer, levando a contratos cancelados, grandes perdas, e pior. Por exemplo, Cochabamba, a terceira maior cidade da Bolívia, decidiu privatizar e contratou um consórcio privado que incluía a Bechtel dos EUA para melhorar o seu sistema de água. A cidade, em seguida, aumentou as taxas de água para pagar o projeto. A água tornou-se uma chama, ondas de manifestantes atacaram soldados e bloquearam estradas. Cochabamba foi forçada a cancelar o projeto” (TULLY, 2000, tradução nossa, apud Carvalho, 2016, p. 127).

saída ao mar, além da forma como isso seria feito, ou seja, descapitalizando a principal empresas pública do país. Uma vez mais, a participação massiva dos indígenas nas insurreições de massa nas cidades de La Paz e El Alto foi decisiva para a defesa dos recursos naturais.

Um grande número de mortes de *manifestantes desarmados* colocaria o presidente Lozada em xeque. A selvageria do exército contras as *massas em ação* foi sem dúvida uma verdadeira operação de guerra, onde houve mais de 400 feridos a balas à queima roupa e um total de 70 mortes pelos dados oficiais do governo. Era o fim precoce do governo de Sanches de Lozada que acabaria por renunciar à presidência no dia 17 de outubro. O vice-presidente Carlos Mesa assumiria o poder e imediatamente seria pressionado pelo MAS, pelo MIP<sup>114</sup> (Movimento Indio Pachacuti) e pela COB que promulgasse uma nova lei de hidrocarbonetos em função de um referendo nacional. Como explica Andrade (2007):

O referendo sobre a gestão dos hidrocarbonetos de julho de 2004 tem resultados incontestáveis. Em um universo de 4,4 milhões de eleitores submetidos a cinco questões, os resultados foram: mais de 80% dos votantes aprovam a revogação da lei **[de hidrocarbonetos]** de 1997, mais de 90% aprovam a recuperação pelo Estado boliviano da propriedade dos hidrocarbonetos, mais de 85 % se pronunciam pela reativação da empresa pública de hidrocarbonetos, YPBF, mais de 60% pela utilização do gás como fonte estratégica para obter acesso a soberania da Bolívia ao Oceano Pacífico, enfim, mais de 65 % aprovam a exportação do gás. (ANDRADE, 2007, p. 176) Grifos nossos.

Não obstante ao resultado incontestável do referendo, a lei promulgada por Mesa, em 17 de maio de 2005, não nacionalizava os hidrocarbonetos, apenas aumentava as taxações sobre os lucros das empresas privadas. Assim, tornava-se cada vez mais claro aos movimentos sociais a necessidade de convocar uma Assembleia Popular Nacional nos moldes da de 1971, como saída para forçar o governo a aceitar as determinações do referendo nacional.

Foi então que o governo Mesa, como forma de acalmar as massas, reassumiria sua proposta original no momento da posse de convocar uma Assembleia Constituinte. Os dirigentes do MIP, do MAS e da COB dariam uma trégua de três meses para que a

---

<sup>114</sup> “O MIP surgiu em 2000 após a iniciativa da CSTUTCB construir um “instrumento político” para intervir nas eleições. A proposta do MIP é representar um outro Estado correspondente à nação Qullasuyana, que deve ser reconstruída. Sua base é composta por camponeses/indígenas do altiplano. Seu principal dirigente é Felipe Quispe”. (CARVALHO, 2016, 144).

“Agenda de Outubro”, popular e antigovernamental, fosse acatada. Somados a essas forças populares o governo Mesa esteve sob a pressão dos comitês cívicos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija que, como explica Carvalho (2016) “demandavam mais descentralização e autonomia regional. Questões que Mesa relegou para serem debatidas junto com a constituinte” (CARVALHO, 2016, p. 140).

No momento em que as marchas retornam em março de 2005 demandando de forma tenaz a nacionalização real dos hidrocarbonetos, Carlos Mesa se veria sem saída e renunciaria à presidência da República da Bolívia. Com a avassaladora vitória de Evo Morales contra o novo partido PODEMOS (Poder Democrático Social)<sup>115</sup> no pleito de 2005, o processo tendia a levar as demandas populares para arena democrática, ou seja, para serem decididas na Assembleia Constituinte, anteriormente convocada por Mesa e mantido pelo governo de Evo Morales. Havia duas possibilidades aos movimentos sociais neste momento. Uma pela via democrática, representada pelo MAS, e, a outra, pela continuação das insurreições e a construção materializada na instituição de uma nova Assembleia Popular enquanto poder paralelo ao Estado nacional que seria encabeçada pela COB e por setores avessos às formas democrático liberais, como o MIP de Felipe Quispe. Muitas críticas ao governo do MAS apareceram neste primeiro momento e se estenderiam durante todos os 13 anos desse governo devido às suas promessas de renovação política a partir da inclusão de indígenas, camponeses e trabalhadores urbanos realizadas pela via democrática e não de maneira revolucionária, como almejavam o MIR de Felipe Quispe. Somado a isso, o governo de Morales enfrentaria a força das burguesias da parte oriental do país, como Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando que, frente a um governo comprometido com suas bases indígenas, se reorganizariam para que suas demandas por mais descentralização e autonomias departamentais fossem atendidas na Assembleia Constituinte de forma a aumentar suas autonomias frente ao governo central.

Essa problemática sobre os caminhos para democratizar, nacionalizar e revolucionar as relações entre Estado e sociedade civil tornar-se-iam nos treze anos de governo do presidente Evo Morales o eixo ordenador das principais questões sobre a viabilidade desse processo pela via democrática/liberal. Os limites e contradições, o que muda e o que não muda com o governo Evo Morales é o que discorreremos a seguir,

---

<sup>115</sup> Partido criado em 2005 em La Paz como uma agregação cidadania boliviana de direita dirigida por Jorge Quiroga que substituiu a maior parte dos partidos tradicionais. Era o principal partido de oposição aos partidos indígenas. Era, portanto, um partido de tendência liberal-conservadora e seria o principal opositor ao governo do presidente Evo Morales a partir de 2005.

como forma de conclusão da tese, dando destaque às dimensões político-cultural e econômica desse processo.

## 5.2 Balanço das transformações que ocorreram nos anos Evo Morales (2006-2017)

(...) la crisis es la forma clásica de la revelación o reconocimiento de la realidad del todo social (...) **La crisis, por tanto, no sólo revela lo que hay de nacional en Bolivia, sino que es en sí misma un acontecimiento nacionalizador.** Los tiempos diversos se alteran con su irrupción. **Tú perteneces a un modo de producción y yo a otro, pero ni tú ni yo somos los mismos después de la batalla de nanawa; nanawa es lo que hay de común entre tú y yo. Tal es el principio de la intersubjetividad.** (ZAVALETA, 2015, p. 214-216) Grifos nossos.

Um dos pontos centrais para compreendermos a passagem de formas de estado aparente para formas de estado mais democratizantes está na forma como a sociedade boliviana em seus momentos de crise (movimentos constitutivos) e, dada sua constituição social, ou seja, suas especificidades históricas, foi modelando-se sob um processo de **plurinacionalização da nação**. A nação em sua totalidade de identidades nacionais foi encontrando-se com o processo de descentralização do poder, principalmente após a implementação da Lei de Participação Popular a partir de 1994 (LPP) e das mudanças promovidas com a aprovação do novo texto constitucional em 2009.

A característica de sociedade abigarrada não desapareceria por completo com a eleição de Evo Morales para comandar o país a partir de 2006, mas seria ressignificada por uma forma de Estado significativamente menos *aparente*, apesar de todos os limites e contradições intrínsecos ao próprio funcionamento do sistema-mundo capitalista, como procuraremos demonstrar. A combinação entre **racismo e etnia**, surgida desde a temporalidade colonial enquanto **colonialidade das relações de poder**, a qual constituiu umas das principais engrenagens sociais da **modernidade**, também não seria apagada por completo dessa sociedade, a despeito do aumento do **grau de democratização e nacionalização social**.

A **colonialidad del poder**, como tratamos de demonstrar teoricamente nos dois primeiros capítulos, foi e permanece sendo uma estrutura funcional de longa duração necessária ao desenvolvimento e à manutenção das formas hierárquicas no seio da **economia-mundo capitalista**. Sem embargo, a aprovação da Constituição de 2009 trouxe mudanças importantes que se não rompem com esses padrões estruturais de

poder os enfraquecem significativamente. Observemos com mais detalhes na **dimensão política** o que muda com a aprovação da Constituição de 2009.

### 5.2.1 A dimensão política

É possível apontar que os processos de nacionalização e democratização avançam substancialmente na Bolívia nos anos Evo Morales (2006-2016). Porém, como procuraremos demonstrar, com limites e contradições. Esses avanços tornam-se possíveis pela massacrante vitória do MAS que foi capaz de capitanear já no seu primeiro mandato (2006-2009) maiorias consistentes no âmbito parlamentar, capacitando seu governo a aprovar grande parte das políticas voltadas aos setores mais marginalizados da sociedade boliviana e recuperar o protagonismo do Estado como motor das políticas de bem-estar social e do crescimento econômico.

Um das mudanças mais importantes nos anos Morales foi sua retomada dos programas de nacionalização das principais empresas do setor de gás e petróleo, das companhias de energia elétrica, de telecomunicações e da mineração<sup>116</sup>. Nos anos Morales com o rechaço dos programas privatistas que haviam dominado o cenário político desde meados dos anos de 1980 o Estado volta a tornar-se o ator principal.

A companhia YPFB que durante os anos neoliberais havia sido apenas uma parceira menor das empresas estrangeiras, transforma-se na principal empresa estatal, aumentando suas receitas em detrimento das receitas de empresas estrangeiras, as quais, para que permanecessem no país, foram obrigadas aceitar a diminuição dos seus *royalties* direcionados em sua grande maioria para o Estado boliviano.

Como consequência dos processos de nacionalização houve um aumento imediato e robusto das receitas do Estado quanto comparado a períodos anteriores. Somado a isso, os anos Morales foram anos de aumentos constantes dos níveis de exportações de hidrocarbonetos, o que fez com que a Bolívia pudesse romper com uma longa série de déficits em sua balança comercial, possibilitando o acúmulo após muitas décadas de importantes reservas internacionais.

Sem dúvida na maior parte dos anos de Morales à frente do poder estatal a conjuntura externa favorável ao aumento dos preços das commodities devido ao efeito China ajuda a explicar o *boom* das exportações bolivianas. Ainda sim, internamente, os

---

<sup>116</sup> No ano de 2006 o governo Evo Morales com a força do exército tomou as principais empresas estrangeiras de gás e petróleo como a brasileira, Petrobras. No ano de 2008 nacionalizou a companhia italiana de telecomunicações. No ano de 2010 nacionalizou as empresas de energia elétrica.

níveis de investimentos públicos que estavam em queda desde o final da década de 1990 voltam a subir expressivamente. Entre 2006 e 2012 as políticas de reforma agrária voltam a ser centrais. Foram distribuídas cerca de 31 milhões de hectares a 154.000 pessoas. Esse número era vinte e cinco vezes maior do que as políticas de reforma agrária anteriores a 2006. Um fato importante sobre essa reforma agrária foi que ela teve como foco principal as populações indígenas (KLEIN, 2016, p. 373).

As relações com os EUA também foram severamente revistas. Seguramente os anos de governo Morales destoam de todos os governos anteriores e até mesmo dos anos de governos revolucionários de 1952 pelo seu grau de distanciamento político com relação à potência do Norte. As relações entre Evo Morales e os EUA, antes mesmo de sua chegada ao poder, já se mostravam deterioradas devido às políticas antidrogas estadunidenses das décadas de 1980 e 1990 que atingiam frontalmente o movimento cocaleiro que tinha Morales como seu principal líder. Uma demonstração do governo de Morales de que não seriam mais toleradas interferências por parte dos EUA foi sua proibição sumária de instalações de bases estrangeiras em território boliviano (artigo 10 da constituição de 2009), além da expulsão do embaixador Philip Goldberg, em 10 de setembro de 2008, após suspeitas de que ele apoiava o processo separatista orquestrado pela região da *medialuna*.

No processo de aprovação de uma nova carta constitucional que seria iniciado em 2006 e aprovado em 2009 por meio de um referendo nacional é posto em prática o conceito de Estado plurinacional e descentralização do poder entre os nove departamentos que compõe o Estado boliviano. A nova Constituição procurava garantir todos os direitos tradicionais das comunidades indígenas, autonomia departamental, regional, comunitária e municipal. Foram reconhecidos os direitos dos povos indígenas não apenas das partes do altiplano, mas também das partes orientais do país, o que representava uma demanda advinda desde a década de 1990, materializada na emblemática “*Marcha pelo Territorio e pela Dignidade*”.

A Constituição de 2009 passava a estabelecer que a Bolívia se constituía por um país unificado baseado na lei plurinacional comunal, descentralizada e dotada de 37 idiomas oficiais (36 indígenas e o espanhol). A partir daí a Bolívia oficialmente passaria a chamar-se **Estado Plurinacional da Bolívia**. A constituição também aplicava a proibição sumária de qualquer tipo de discriminação com relação à raça, idioma, cor, gênero e religião. O Estado de bem-estar social foi garantido na carta obrigando-a a levar a todos os cidadãos bolivianos educação, saúde, pensões e moradias. Foi feito uma

seção completa que contempla os artigos **30, 190 e 192** que protegiam as culturas tradicionais, seus sistemas políticos, jurídicos e econômicos. O Estado Plurinacional da Bolívia se prontificava a garantir educação plurilíngue em território nacional (artigo 30). Garantia-se também o direito das comunidades indígenas de se autogovernarem de forma independente dos governos, municipal e/ou departamental.

Com relação aos investimentos estrangeiros a Constituição estabelecia que esses não tivessem prioridade sobre os investimentos nacionais, estando sujeitos, sem exceção, às regras do Estado Plurinacional boliviano. **(artigo 320)**. O direito à realização de greves foi reestabelecido e elevado à condição de lei constitucional. Os programas de transferência de rendas foram ampliados. Criava-se o *Renta Dignidad*<sup>117</sup> que tinha por objetivo fornecer pensões a todos os bolivianos maiores de 65 anos, independentemente de terem ou não contribuído até aquele momento. Segundo Klein (2016), em 2012, 920 mil bolivianos idosos já recebiam essa pensão. Fora criado também o *bono Juacinto Pinto* para as famílias que tinham filhos matriculados nas escolas, além do *bono Juana Azuduy* para mulheres gestantes que realizassem todos os exames considerados essenciais pelo governo, antes e após o parto, visando diminuir a mortalidade infantil e maternal.

Modificava-se radicalmente a forma de escolha dos representantes da Corte Suprema de Justiça ao retirar do Poder Legislativo a escolha direta dos Ministros da Suprema Corte que passariam a serem eleitos a partir do voto popular direto. Também se diminuiria o tempo de mandato desses ministros, de dez para seis anos. Na Tabela 3 seguem os artigos modificados entre as Constituições de 1967 e 2009 referentes ao Poder judiciário.

**Tabela 3 - Bolívia: Alterações entre as Constituições de 1967 e 2009 no processo de escolha dos Juízes da Corte Suprema**

<b>Constituição</b>	<b>Artigos</b>
<b>1967</b>	<i>Artículo 117º IV. El Presidente y los Ministros son elegidos por el Congreso Nacional, por dos tercios de votos del total de sus miembros, de nóminas propuestas por el Consejo de la Judicatura</i>
<b>2009</b>	<i>Artículo 182. I. Las Magistradas y los Magistrados del Tribunal Supremo de Justicia serán elegidas y elegidos mediante sufragio universal. II. La Asamblea Legislativa Plurinacional efectuará por dos tercios de sus miembros presentes la preselección [...] V. Serán elegidas y elegidos las candidatas y los candidatos que obtengan mayoría simple de votos.</i>

Fonte: ALMEIDA, 2017, p. 73

<sup>117</sup> O *Renta Dignidad* foi responsável em 2010 por 1,9% do PIB (KLEIN, 2016, p. 377).

Outra mudança importante foi que, diferentemente de constituições como a brasileira, que outorga imunidade parlamentar aos representantes do povo durante seu mandato, a Constituição boliviana de 2009 modificaria seu texto explicitando que parlamentares julgados corruptos pudessem ser processados no exercício de seu mandato. (ALEIDA, 2017, p. 75). Na tabela 4 seguem os artigos modificados.

**Tabela 4 - Bolívia: Alterações entre as Constituições de 1967 e 2009 no que diz respeito à Imunidade penal**

Constituição	Artigos
1967	<i>Artículo 52°.- Inmunidad penal. Ningún Senador o Diputado desde el día de su elección hasta la finalización de su mandato, sin discontinuidad, podrá ser acusado o procesado en materia penal ni privado de su libertad, sin previa autorización de la Corte Suprema de Justicia por dos tercios de votos de sus miembros, a requerimiento del Fiscal General de la República, salvo el caso de delito flagrante</i>
2009	<i>Artículo 152. Las asambleístas y los asambleístas no gozarán de inmunidad. Durante su mandato, en los procesos penales, no se les aplicará la medida cautelar de la detención preventiva, salvo delito flagrante.</i>

Fonte: ALMEIDA, 2017, p. 75.

Com relação ao Poder Legislativo, a constituição também modificaria seu texto ao não mais permitir o que era caracterizado como prática de “*profissionalização da política*”. Para combatê-la limitava-se a partir da Constituição de 2009 a reeleição dos cargos legislativos por no máximo dois mandatos consecutivos. Abaixo seguem as modificações.

**Tabela 5 - Alterações entre as Constituições de 1967 e 2009 no que diz respeito ao processo de reeleição no Legislativo**

Constituições	Artigo
1967	<i>O comum é que dentro do Legislativo não haja limites para a reeleição. Desta forma, as leis costumam omitir esta informação</i>
2009	<i>Artículo 156. El tiempo del mandato de las y los asambleístas es de cinco años pudiendo ser reelectas y reelectos por una sola vez de manera continua.</i>

Fonte: ALMEIDA, 2017, p. 75.

Outra mudança fundamental em direção ao aumento do grau de democratização social nas relações entre Estado e sociedade civil foi o acréscimo da presença de mulheres nas instâncias decisórias por meio da *Lei de Paridade de Gênero* foi. A lei estabelecia à obrigatoriedade de candidaturas de mulheres nas listas de candidatos não

mais apenas como **suplentes**, mas que houvesse paridade de gênero no âmbito da **titularidade** da candidatura. Nos dias atuais, o parlamento boliviano é um dos poucos no mundo que contam com mais de 50% de representantes mulheres. Abaixo seguem as mudanças na lei constitucional referente a essa temática.

**Tabela 6 - Bolívia: Alterações entre as Constituições de 1967 e 2009 no que diz respeito a cotas para mulheres nos assentos parlamentares**

<b>Constituição</b>	<b>Artigo</b>
<b>1967</b>	<i>Artículo 5° - 1. Hasta noventa días antes de cada elección, los Partidos Políticos y Frentes deberán proceder a la inscripción de sus candidatos a Presidente, Vicepresidente, Senadores y Diputados. [...] b) De candidatos a Senadores Titulares y Suplentes, en las que en cada Departamento al menos uno de cada cuatro candidatos, será mujer. c) De candidatos a Diputados plurinominales por cada departamento, en estricto orden de prelación de Titulares y Suplentes. Estas listas incorporarán un mínimo de 30% de mujeres distribuidas de modo que de cada tres candidatos al menos uno sea mujer. d) De candidatos a Diputados por circunscripciones uninominales. Titulares y Suplentes con especificación de la circunscripción en la que se presentan, procurando la participación efectiva de la mujer.</i>
<b>2009</b>	<i>Art. 11° La democracia intercultural boliviana garantiza la equidad de género y la igualdad de oportunidades entre mujeres y hombres. Las autoridades electorales competentes están obligadas a su cumplimiento, conforme a los siguientes criterios básicos: a) Las listas de candidatas y candidatos a Senadoras y Senadores, Diputadas y Diputados, [...] titulares y suplentes, respetarán la paridad y alternancia de género entre mujeres y hombres, de tal manera que exista una candidata titular mujer y, a continuación, un candidato titular hombre; un candidato suplente hombre y, a continuación, una candidata suplente mujer, de manera sucesiva. b) En los casos de elección de una sola candidatura en una circunscripción, la igualdad, paridad y alternancia de género se expresará en titulares y suplentes. En el total de dichas circunscripciones por lo menos el cincuenta por ciento (50%) de las candidaturas titulares pertenecerán a mujeres.</i>

Fonte: ALMEIDA, 2017, pp. 95-96.

No tocante às nações indígenas que foram à força motriz da ascensão de Evo Morales à presidência da república, o objetivo de proporcionar um assento a cada uma das 36 nações indígenas *não* seria conquistado de forma plena, sendo reservado ao final da constituinte em 2009 apenas 7 assentos a essas nações. Sem embargo, as principais modificações de relevo e que gerariam calorosos debates estiveram sem dúvida ligadas ao *status social* que as nações indígenas alcançariam com a aprovação da Constituição

de 2009. Vejamos algumas das principais contradições em torno dessa questão que emergem durante os anos Morales.

A Constituição 2009 colocará os povos indígenas e suas formas de autonomia em um patamar especial em relação às constituições anteriores como forma de romper com os padrões da *colonialidad del poder* baseadas na combinação hierárquica entre *etnia e raza*. Ou seja, a constituição buscava engendrar uma *(de)colonialidade* dessa relação de poder a qual secularmente legou aos indígenas uma posição de inferioridade frente aos não-indígenas. Para o crítico liberal e ex-presidente Carlos Mesa (2012) isso faria reacender na Bolívia os problemas relativos às constituições colônias, de caráter racista, reforçando ainda mais a relação desigual entre indígenas e não indígenas ao invés de combatê-las, dado que a Constituição de 2009 criava níveis adicionais de poder, frente aos já constituídos, como o regional e o indígena.

Para Mesa (2012) isso tornava muito complexo o manejo das autonomias departamentais e regionais, devido ao fato da Bolívia ser um país de maioria indígena. A crítica de Mesa refere-se *ao artigo 2º* da Constituição que trata das *NPIOC* (Naciones y Pueblos Indígenas Originario Campesinos) aprovada em 2009 que diz literalmente:

“Dada la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígenas originario campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, se garantiza su libre determinación en el mando de la unidad del Estado, que consiste en su derecho a la autonomía, al autogobierno, a su cultura, al reconocimiento de sus instituciones y a la consolidación de sus entidades territoriales, conforme a esta Constitución y la ley” (MESA GISBERT, 2012, p. 65-66)

Mesa (2012) sustenta que isso geraria distorções em torno da legitimidade do poder estatal republicano que outorgava aos indígenas poderes de autonomia e autogoverno, praticamente da mesma *magnitudo* do poder republicano. Esse artigo também seria um fator de tensão entre a *justiça indígena* e a *justiça republicana* em situações em que um cidadão não indígena tivesse que acionar a “justiça” em regiões consideradas de autonomia indígena e/ou *vice-versa*.

No tocante às questões da autonomia territorial e dos recursos naturais que estão em territorialidades indígenas e que, pela Constituição de 2009, são de competência exclusiva do Estado plurinacional boliviano, o autor entende que o novo texto constitucional não era claro na medida em que os indígenas adquiriam autonomia plena sobre suas territorialidades e, conseqüentemente sobre recursos naturais destas regiões.

Dessa forma, na visão de Mesa a Constituição de 2009 privilegiava demasiadamente as nações indígenas em todas as suas expressões, incluindo sus lugares sagrados e suas crenças, o que não estava posto com o mesmo grau de equidade para as populações não indígenas, tornando a constituição viesada em favor dos povos indígenas.

Sem dúvida Mesa (2012) levanta pontos importantes que Evo Morales terá de enfrentar na *práxis* política. Um caso clássico foi a tentativa do governo no ano de 2010 de construir uma rodovia no *Território Indígena Parque Nacional Isiboro-Sécure* (TIPNIS). Esse fato geraria imediatamente severas manifestações por partes dos povos originários dessa região. Eles entendiam que o governo violava o texto da nova Constituição ao desrespeitar as conquistas de intangibilidade de parques nacionais indígenas.

O contra-argumento pontual do governo Morales se baseava na necessidade de desenvolvimento econômico da região que viabilizasse mais recursos tanto ao Estado quanto à própria região. Em termos do processo revolucionário, Morales utilizava-se do argumento de que, para que este tivesse continuidade era fundamental desenvolver as regiões de forma a diminuir as desigualdades inter-regionais. O governo atribuía um caráter imperialista contra sua proposta de construção da rodovia em função da influência de ONGs e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) na região do TIPNIS que, oportunisticamente, se colocavam contra o projeto e, conseqüentemente, contra o desenvolvimento econômico e social da Bolívia em sua totalidade de regiões. (*El Deber*, 2011, *apud* CARVALHO, 2016).

Dessa forma, no ano de 2010 e ao longo de debates fervorosos e de violentos protestos entre governo e povos indígenas na região de TIPNIS houve fortes questionamentos a Morales sobre a concretude do “processo de descolonização” dos povos indígenas e da legitimidade e respeitabilidade de suas praticas de bem-viver<sup>118</sup>, que haviam sido referendadas pela Constituição de 2009. Por fim, o governo de Evo Morales acabaria por recuar em sua proposta pondo em prática o que havia sido

---

<sup>118</sup> “O Bem viver – equanto filosofia de vida – é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como um ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas (...) O Bem Viver recupera a sabedoria ancestral dos povos indígenas, rompendo com o alienante processo de acumulação capitalista que transforma tudo e todos em coisas (...) O Bem Viver ser forma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. Na harmonia entre o indivíduo e a sociedade, e entre a sociedade e o planeta com todos os seus seres, por mais insignificantes ou repugnates que nos possam parecer (...) O Bem Viver (...) refere-se, portanto, à vida em pequena escala, sustentável e equilibrada, como meio necessário para garantir uma vida digna para todos e a apropria sobrevivência da espécie humana” (ACOSTA, 2011, pp. 15-29).

decidido constitucionalmente, ou seja, respeitando a defesa dos territórios indígenas. Não obstante, ficavam evidente as ambiguidades entre o projeto nacionalista/indigenista do governo Morales e os avanços *sue generis* dos direitos dos povos indígenas aprovados na Constituição de 2009.

Outra questão de extrema importância que permeou o primeiro mandato do governo do MAS (2006-2009) e que só seria resolvida ao final de 2009 foi à relativa às demandas por autonomias departamentais. A região da *medialuna*, formada por Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando, mesmo antes da chegada do MAS já vinha lutando freneticamente por essa bandeira. Com a vitória arrebatadora de Morales o grau de reivindicação e o receio das elites criollas desses departamentos de um governo de cunho indígena que buscasse uma autonomia *sui generis* para essas nações, fez a região tornar-se ainda mais obstinada na busca de sua autonomia departamental.

Entre 2006 e 2009, ou seja, até que o texto constitucional fosse realmente aprovado por referendo constitucional, a Assembleia Constituinte seria palco de disputas entre as lideranças do MAS e a lideranças das elites do oriente boliviano representada pelo partido opositorista PODEMOS que defendia a ferro e fogo que a carta constitucional referendasse a autonomia plena da região da *medialuna*. Essa busca por autonomia passava pela disputa em torno do formato da distribuição dos excedentes econômicos, provindos das empresas de hidrocarbonetos localizadas majoritariamente no oriente boliviano.

As discussões sobre essa questão estiveram permeadas por dois referendos nacionais. No primeiro, em 2006, a proposta obstinada do governo contra as autonomias seria vencedora. Não obstante, não fora posta em prática em função das reais pressões separatistas da região da *medialuna*. Uma vez mais em 25 de janeiro de 2009 outro referendo seria realizado e desta vez o governo se posicionaria a favor das autonomias departamentais e regionais, fazendo contraditoriamente vencedores, governo e a região da *medialuna*. Essa foi a estratégia política governamental em meio a uma guerra de posições enfrentada por Morales para freiar uma tendência separatista que se mostrava ininterrupta no oriente do país, que havia se apropriado das bandeiras autônoma e de descentralização política como estratégia de contrapor-se ao governo *massista*. Abaixo segue o mapa e a tabela ilustrativos da votação do Referendo Autônomo de 2006.

**Tabela 7 - Resultados das Eleições da Assembleia Constituinte de 2006 e do Referendo de Autonomia**

<b>Departamento</b>	<b>Votou “sim” no Referendo de Autonomia (% dos votos totais)</b>	<b>Número de representantes eleitos para a Assembleia Constituinte</b>	<b>Representantes filiados ao MAS</b>	<b>Representantes filiados ao partido PODEMOS</b>
Chuquisaca	38	23	14	15
La Paz	27	50	32	7
Cochabamba	37	35	23	6
Oruro	25	20	13	3
Potosí	27	29	18	2
Tarija	61	20	10	1
Santa Cruz	71	44	20	18
Beni	74	20	3	10
Pando	58	14	4	8
Total		255	137	60

Fonte: Corte Nacional Eleitoral. Assembleia Constituinte e Referendo (*Apud* MORALES, 2010, p. 246).

No ano de 2008 no turbilhão desse processo o governo de Morales seria posto à prova por um referendo nacional de caráter revogatório de seu mandato como legítimo presidente da república. Em plena guerra de posições os bolivianos votariam em massa pela permanência de Evo Morales. Não obstante, ficavam evidenciadas as contradições e os limites estruturais desse processo em uma sociedade abigarrada de origem majoritariamente indígena.

Foi em torno da busca por criar um novo consenso hegemônico que o vice-presidente Álvaro Garcia Linera insistiria contundentemente em seus discursos a partir de 2006 e seguiria insistindo até os dias atuais – (enfrentando críticas de setores mais radicais dos próprios movimentos indígenas que acreditavam que pela via democrática seria impossível avançar qualitativamente em um processo de fato revolucionário) – que era inconcebível que as forças políticas revolucionárias as quais haviam, juntas, rompido com anos de políticas neoliberais abdicassem da conquista e manutenção do poder das instituições democráticas, ou seja, do Estado nacional. Para Linera essa instância seria fundamental para forçar por dentro das próprias instituições liberais um aumento da coesão nacional que radicalizasse cada vez mais os processos de democratização entre Estado e sociedade civil.

Desde logo é preciso ter clareza das forças estruturais que regem a civilização *capitalista e que* contra essas forças, enquanto um processo revolucionário em direção a outro sistema mundial não ocorra em dimensão global e de maneira minimamente

coordenada entre os Estados nacionais, temporal e espacialmente, o que está ao alcance crível de Estados periféricos como o boliviano trata-se da busca por não consentir com o seu enfraquecimento nas dimensões, econômica, política e cultural. Nenhum processo revolucionário passado pôde resistir por muito tempo se as mudanças nestas dimensões não se materializaram no avanço das condições de vida da grande massa da população em termos de bem-estar social, isto é, na diminuição da dependência externa e interna, de forma a consolidar de um *consenso hegemônico* que diminuísse sensivelmente as desigualdades sócias.

Caso o processo revolucionário não avance para democratizar essas dimensões de forma coordenada, inserindo as classes subalternas de forma cada vez menos excludente em termos de suas diversidades de identidades que constituem historicamente a Bolívia, esse processo tende a perder força e reabrir espaços para que grupos contra-hegemônicos reconquistem o poder em suas várias dimensões. Portanto, nenhum processo revolucionário pôde constituir-se historicamente no sentido gramsciano do termo, em uma “*guerra de movimento*” interminável, ou seja, em atos rebeldes que se prolongassem indefinidamente no tempo e no espaço.

Como coloca Linera, após os atos insurrecionais, os revolucionários voltam para o seu trabalho, voltam para suas casas, cuidar de seus familiares, e, se não há nos momentos posteriores uma melhora significativa que justifique as causas das insurreições de forma a criar um consenso hegemônico mais democratizante via uma “*guerra de movimento*” que busque incorporar inclusive os setores mais reacionários da sociedade, abre-se uma grande possibilidade de que as conquistas democratizantes e nacionalizantes que, num primeiro momento pareciam solidificar-se, voltem a se liquefazer, (re)solidificando as estruturas de dominação anteriores ao processo revolucionário.

Isso exigiu no seio de qualquer que fosse a sociedade nacional processos de centralização de poder em consonância com processos de descentralização desse mesmo poder, que fosse em direção ao aumento o grau de democratização e nacionalização social. É importante destacar que na Bolívia os povos originários que sempre constituíram a maioria desta sociedade não puderam almejar conquistar o poder do Estado sem que antes houvesse uma tendência à descentralização do poder que criasse os espaços políticos essenciais e as bases materiais suficientes ao avanço dos processos de nacionalização e democratização social.

Poder-se-ia criticar essa argumentação apontando que no processo revolucionário de 1952 ou mesmo durante a vigência da Assembleia Popular de 1971 esses momentos se apresentaram inegavelmente como possibilidades históricas reais, independentemente do poder estar naquele momento totalmente centralizado no Estado e ainda sim houve a oportunidade para aprofundar o processo em direção a uma *revolução permanente*.

Não obstante, partilhamos da análise de Linera (2010) de que: a centralização excessiva do poder naquele momento encarnada na COB e sua obstinação em enxergar-se como o único sujeito histórico capaz de levar à frente o processo revolucionário, abdicando de incorporar as massas populares localizadas no tecido social indígena, impossibilitou que se criasse um bloco contra-hegemônico verdadeiramente poderoso<sup>119</sup>.

Como procuramos demonstrar no início desse capítulo, após as derrotas sistemáticas do movimento operário, pode-se concluir que a relação entre Estado e sociedade civil e entre as organizações dos movimentos sociais que surgem a partir da crítica às políticas neoliberais foram tornando-se, digamos, mais *plurais* sem abdicar de se fortalecerem nacionalmente e regionalmente, enquanto necessidade de manterem minimamente suas soberanias frente aos imperativos hegemônico-universais das forças estruturais do moderno sistema mundial que necessariamente tendem a centralizar o poder mais do que regionalizá-lo. A história do *desenvolvimento do capitalismo na Bolívia* coadunado com a formação deste Estado nacional representa, assim, a *síntese* desses movimentos de rosto índio em sua busca contínua por democratizar as relações entre Estado e sociedade civil.

Independentemente a todas essas contradições e críticas aos anos de governo de Evo Morales, é preciso compreender que existem estruturas sociais que não durado 500 anos e que não podem ser desfeitas em uma ou duas décadas de governos

---

<sup>119</sup> O movimento operário vai perdendo força muito em função da falha primário-exportadora imposta pela economia-mundo capitalista que privou um desenvolvimento industrial mais pujante na Bolívia e consequentemente da própria classe trabalhadora. Como procuramos demonstrar, no período neoliberal com as capitalizações das empresas públicas esse processo contra o operariado-mineiro foi avassalador. O campesinato, ao contrário, e pelas suas especificidades que guarda em relação à história do desenvolvimento do capitalismo na Bolívia, transformaria-se na principal força frente às formas neoliberais de Estado. As Guerras da Água e do Gás protagonizadas por estas forças na aurora do século XXI são emblemáticas em demonstrar como esses movimentos haviam se transformado em verdadeiros blocos de poder contra-hegemônicos. Esse processo de consolidação de um movimento indígena que teve origem nas áreas rurais onde se processou um “ruralização da política” estenderia-se para as áreas urbanas. Os indígenas se tornam também urbanos sem que perdessem seus laços étnico-nacionais.

revolucionários. Em um sentido gramsciano, podemos apreender o momento que vive a sociedade boliviana após passadas as guerras de movimentos no início do século XXI e a conquista do poder estatal com a eleição vitoriosa e expressiva do MAS, ressaltando que a Bolívia encontra-se em um momento de guerra de posições; de consolidação das conquistas dos povos indígenas contra um projeto impopular e em essência antidemocrático que secularmente marcou a história dessa sociedade pretensamente nacional.

Do nosso ponto de vista, o que defende o liberal Carlos Mesa (2012) são particularismos que ele os crê universais. Trata-se, novamente da antinomia entre universalismo e particularismo. A Bolívia passa nos dias atuais por uma fase em que o que antes eram supostamente particularismos torna-se parte do universal de forma a forçar um processo de democratização da sociedade, como explica Wallerstein (2005). Até onde esse processo de democratização pode permanecer avançando até que uma nova força venha limitá-lo dado que no âmbito da lógica da economia-mundo capitalista *não* se pode alcançar um *igualitarismo pleno* é a pergunta chave desse processo.

### **5.2.2 A dimensão econômica**

A finalidade desta última seção que trata da dimensão econômica é apresentar um balanço, ainda que preliminar e superficial, das transformações socioeconômicas que ocorreram na Bolívia a partir da segunda metade do século XX. Trata-se de apontar, à luz da análise de um conjunto de indicadores, o sentido mais geral das mudanças pelas quais o país atravessou e assinalar as continuidades e rupturas da trajetória da economia boliviana durante este período.

Em especial, procura-se destacar em que medida o governo de Evo Morales alterou as bases da economia boliviana, tanto em seus *aspectos produtivos como distributivos*. Por outro lado, e em consonância com a abordagem adotada neste trabalho, tratamos de apontar os condicionantes externos que incidiram sobre a economia boliviana, sejam comerciais ou financeiros. Embora as aspirações de consumo tornam-se crescentemente globalizadas, as condições de promovê-las para o conjunto da população seguem sendo uma questão estritamente nacional. Isto é, a reprodução dos estilos de vida dos países centrais em economias periféricas é um desafio para os respectivos sistemas produtivos nacionais incompatíveis com este desígnio, seja devido à incompatibilidade entre as estruturas de oferta e os bens almejados, assim como

devido ao caráter dependente dessas economias em sua inserção internacional dado pelos limites impostos pela lógica estrutural hierárquica entre os Estados nacionais centrais, periféricos e semiperiféricos.

Neste esforço de síntese, deixaremos de lado a análise específica de cada uma das conjunturas políticas que examinamos em mais detalhes nas seções anteriores como também ficará em segundo plano a avaliação explicativa detida de cada uma das áreas examinadas, as quais, cada uma valeria um estudo específico, que aprofundasse os temas na medida de suas complexidades.

O objetivo maior é apenas expor naquelas dimensões que julgamos mais relevantes o conjunto mais amplo de modificações e assim como as possibilidades e limites externos incidiram sobre a economia boliviana. Sobre este último aspecto, como procuramos apontar anteriormente, a compreensão de fenômenos sociais específicos apenas torna-se possível uma vez que se tenha um entendimento das determinações mais fundamentais do modo de produção vigente em cada espaço nacional e sua forma de interação com o sistema-mundo capitalista. As determinações externas, portanto, desempenham um papel decisivo nas dinâmicas locais/nacionais, não apenas pelos impulsos que geram diretamente sobre eles, tanto econômicos como políticos, mas, também, indiretamente, ao definir os horizontes a serem almejados, em detrimento de objetivos definidos de forma estritamente interna às culturas locais.

Assim, a busca pelo acesso a tecnologias disponíveis e o desenvolvimento das próprias forças produtivas nacionais, de forma a copiar os padrões já existentes, encerram, desde logo uma contradição, pois, para que se efetivem, exigem mudança no sistema de hierarquias que caracteriza o sistema-mundo moderno. Por outro lado, o acesso a estas novas formas de mediação com a natureza, abrem possibilidades até então desconhecidas, alterando a dinâmica social e econômica dos países que passam a dispor destes meios.

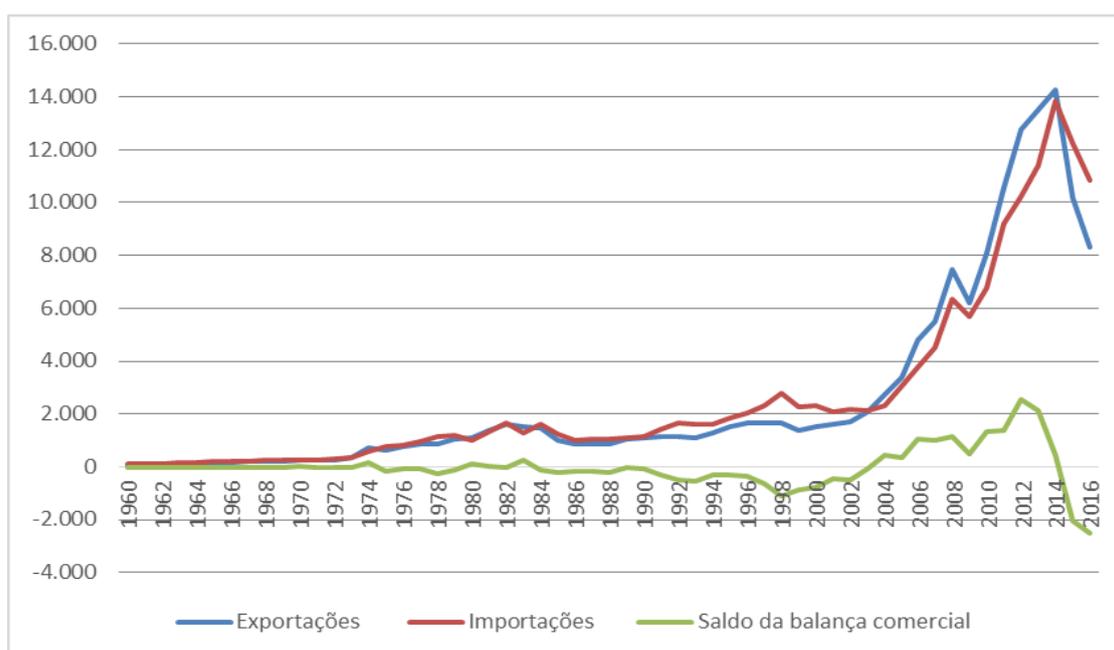
O desafio colocado a países periféricos como a Bolívia no período posterior a Segunda Guerra Mundial era não apenas assegurar sua soberania nacional, mas alcançar o progresso vigente nos países centrais. No entanto, às possibilidades para este enfrentamento são sempre difíceis, uma vez que o caráter cumulativo do moderno sistema mundial dificulta que países em posições periféricas consigam por si mesmos atingir tal objetivo, como mostra a experiência dos séculos XX e XXI.

Assim, ainda que brevemente, esperamos que a presente seção, ao apresentar a evolução de alguns indicadores socioeconômicos selecionados contribua para uma

melhor compreensão dos fenômenos políticos e sociais que discutimos ao longo deste trabalho, sobretudo ao indicar a medida material das alterações que caracterizam o percurso da Bolívia no período analisado, em especial o alcance das mudanças promovidas nos anos em que Evo Morales esteve à frente do governo do país. Pretende-se mostrar que embora o país, entre 2006 e 2016, tenha obtido progressos relevantes na área econômica e social do ponto de vista dos indicadores apresentados, ainda segue sendo uma economia atrasada do ponto de vista da renda por habitante, dependente tecnologicamente, inserido de forma primário-exportadora no comércio internacional e bastante distante dos padrões de vida, não apenas dos países centrais como também da própria situação predominante na América Latina.

Com relação ao setor externo podemos apontar que as exportações e importações cresceram substancialmente desde 2004 na Bolívia. Mesmo com o a breve interrupção da trajetória ascendente da corrente de comércio durante a crise de 2008, as exportações seguiram crescendo até 2014, quando caíram levando o país, após quase dez anos consecutivos de superávits a voltar a experimentar dois anos seguidos de déficit comercial (2015 e 2016). O Gráfico 3 demonstra como a trajetória do saldo a balança de bens e serviços havia tido uma trajetória, desde os anos de 1960, constantemente deficitária e, a partir dos anos Morales, é sintomático a inflexão dessa trajetória num sentido positivo.

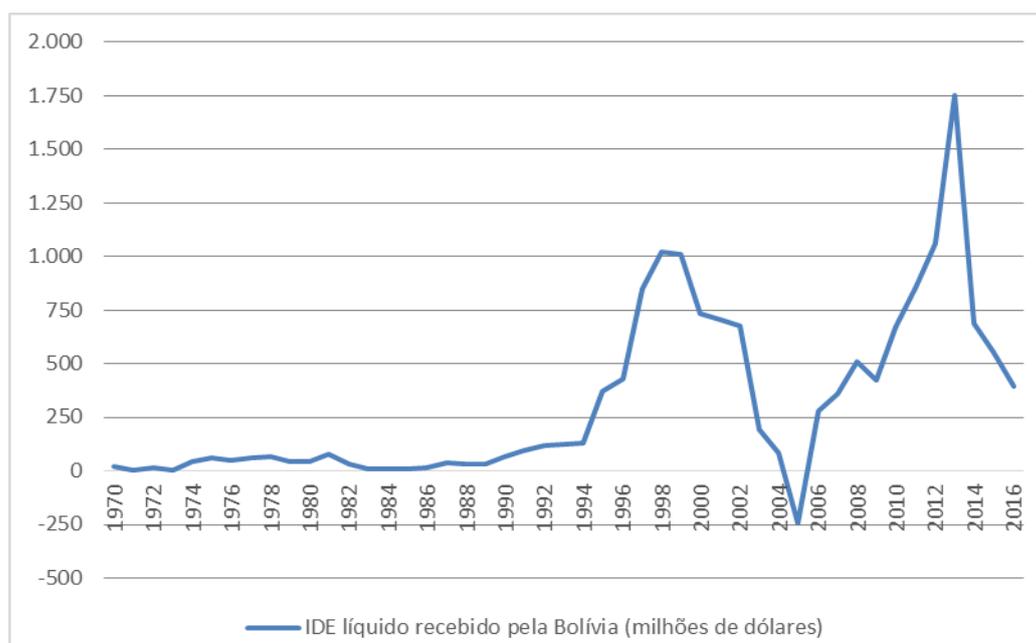
**Gráfico 3 - Bolívia: Evolução das exportações e importações de bens e serviços entre 1960 e 2016 (milhões de dólares)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

Como relação aos IDEs, após o *boom* desse indicador na década de 1990, a queda contínua entre 1998 e 2005, é possível verificar sua recuperação nos anos seguintes, atingindo um ponto de máximo em 2013. Contudo, desde este ano, esta modalidade de ingresso de capitais no país vem regredindo. Esse gráfico é importante pois demonstra que diferentemente do período neoliberal em que a Bolívia era totalmente dependente desse fluxo financeiro, nos anos Morales mesmo com a flutuação desses fluxos a partir de 2013 a situação de *vulnerabilidade externa* é muito mais estável devido ao fato de que o aumento de suas reservas internacionais lhe permitiu manter uma situação de solvência externa equilibrada. Abaixo seguem os Gráficos 4 e 5 referentes à evolução do IDEs e das reservas internacionais.

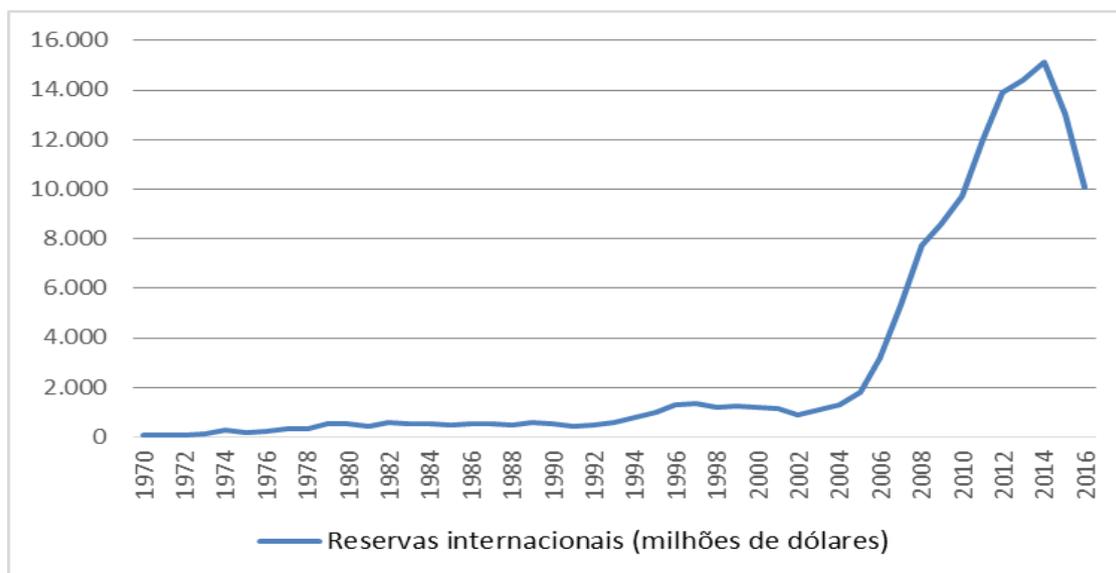
**Gráfico 4 - Bolívia: Evolução do IDE líquido recebido entre 1970 e 2016 (milhões de dólares)**



Fonte: UNCTAD, *Unctadstat* (2018). Elaboração própria.

Como podemos observar no Gráfico 5, a melhora das condições externas bolivianas na segunda metade dos anos 2000 se traduziu no acúmulo sucessivo de reservas internacionais. Contudo, desde 2014, em face da piora das condições comerciais e da queda dos ingressos do IDEs, o país vem perdendo reservas, porém elas se mantêm em um nível ainda elevado quando comparado ao período neoliberal.

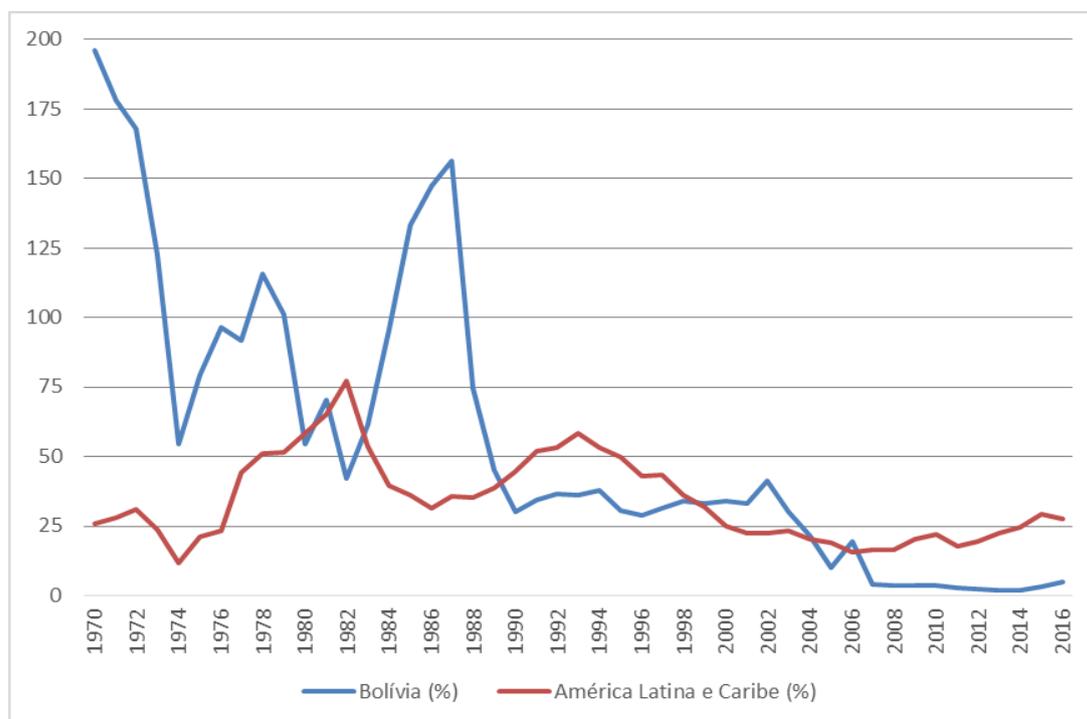
**Gráfico 5 - Bolívia: Evolução das reservas internacionais entre 1970 e 2016**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

É importante ressaltar que essa melhora das reservas internacionais não é um fato isolado na Bolívia, mas está presente de maneira geral em toda a região latino-americana. Assinala-se, no entanto, que a Bolívia se destaca na região pela sua relação entre a evolução do estoque da dívida externa de curto prazo como proporção das reservas internacionais, o que podemos observar no Gráfico 6.

**Gráfico 6 - Evolução do estoque da dívida externa de curto prazo<sup>1</sup> como proporção das reservas internacionais da Bolívia e da América Latina e Caribe entre 1970 e 2016 (% das reservas internacionais)**



1. Dívida externa de curto prazo compreende os compromissos com data de vencimento inferior a um ano.

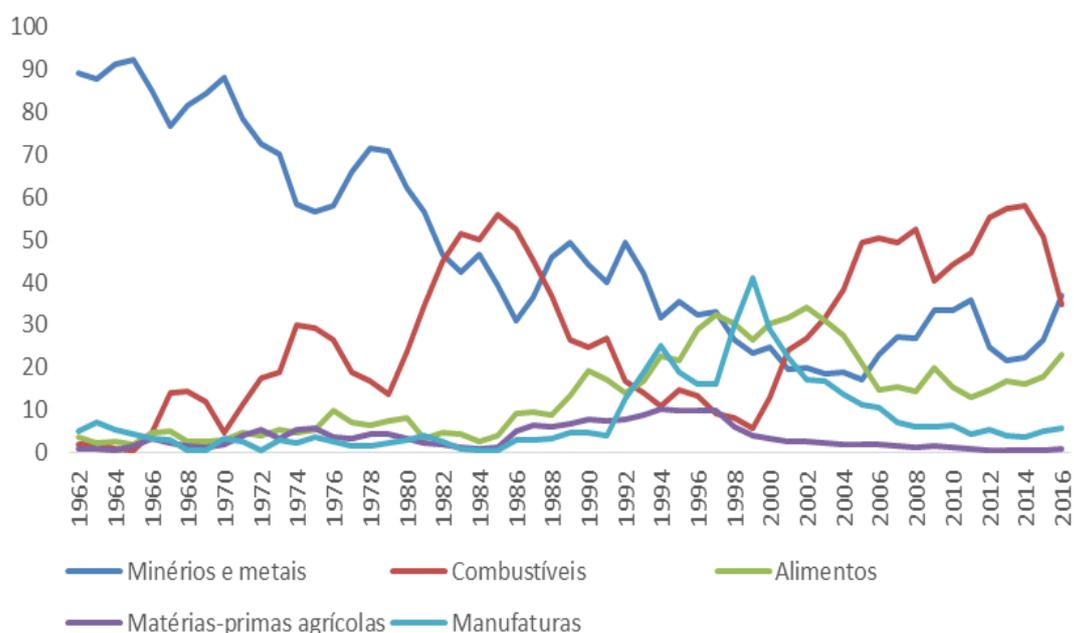
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

Acerca da evolução da pauta de exportações da Bolívia, entre 1962 e 2016, é possível observar como a **inserção estrutural primário-exportadora**, fruto das relações desiguais entre os Estados nacionais é permanente na Bolívia e muda apenas em relação ao tipo de produto primário exportado entre os anos de 1962 e 2016. Desde logo, na aurora do século XXI a Bolívia torna-se um laboratório social de análise extremamente relevante para pensarmos os processos de democratização e nacionalização dos Estados latino-americanos. Todos esses Estados, em determinado grau, estão envoltos por essa lógica sistêmica, e, suas características, pelo menos na dimensão econômica, não fogem às propriedades mais gerais que regem as regiões periféricas da EMC em termos de acumulação incessante de capital e poder. Assim, a despeito das transformações sociais e políticas que a Bolívia experimentou após a ascensão de Morales ao poder, o país continuaria caracterizando-se pelo seu caráter essencialmente primário-exportador.

Sob o prisma da longa duração, o qual procuramos estruturar o argumento desenvolvido nesta tese, é notório que a Bolívia se insere na economia mundial como

um país primário-exportador de minérios e metais com as descobertas e exploração da prata no século XVI que se estendem até o final do século XIX. No início do século XX o estanho se tornaria sua principal pauta de exportação, sendo superado a partir do período neoliberal (1985-2005) pelo setor de gás e petróleo, constituindo a principal pauta de exportação até os dias atuais, como verificamos no Gráfico 7.

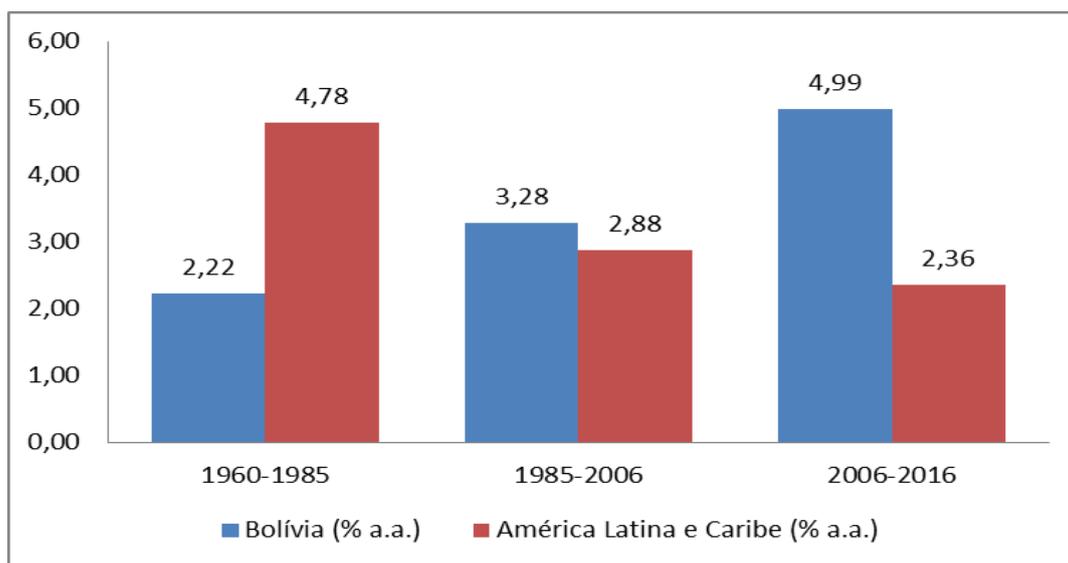
**Gráfico 7 - Evolução da composição da pauta de exportações entre 1962 e 2016 (%)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

Com relação aos indicadores de **crescimento econômico** temos que a taxa média anual de crescimento do PIB da Bolívia apenas superou a taxa da América Latina no período posterior a 2006, ou seja, a partir da chegada de Evo Morales ao poder estatal.

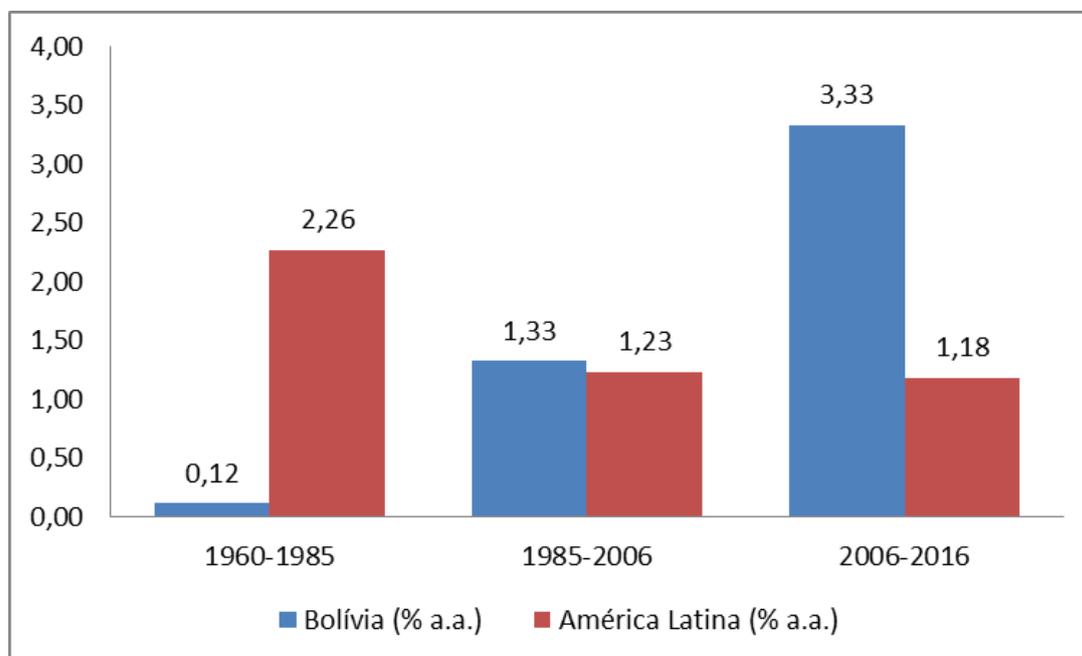
**Gráfico 8 - Comparação da taxa anual média de crescimento do PIB da Bolívia e da América Latina e Caribe em períodos selecionados entre 1960 e 2016 (a.a. %)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

A mesma *performance* se reflete na taxa de crescimento do PIB per capita como podemos observar no Gráfico 9.

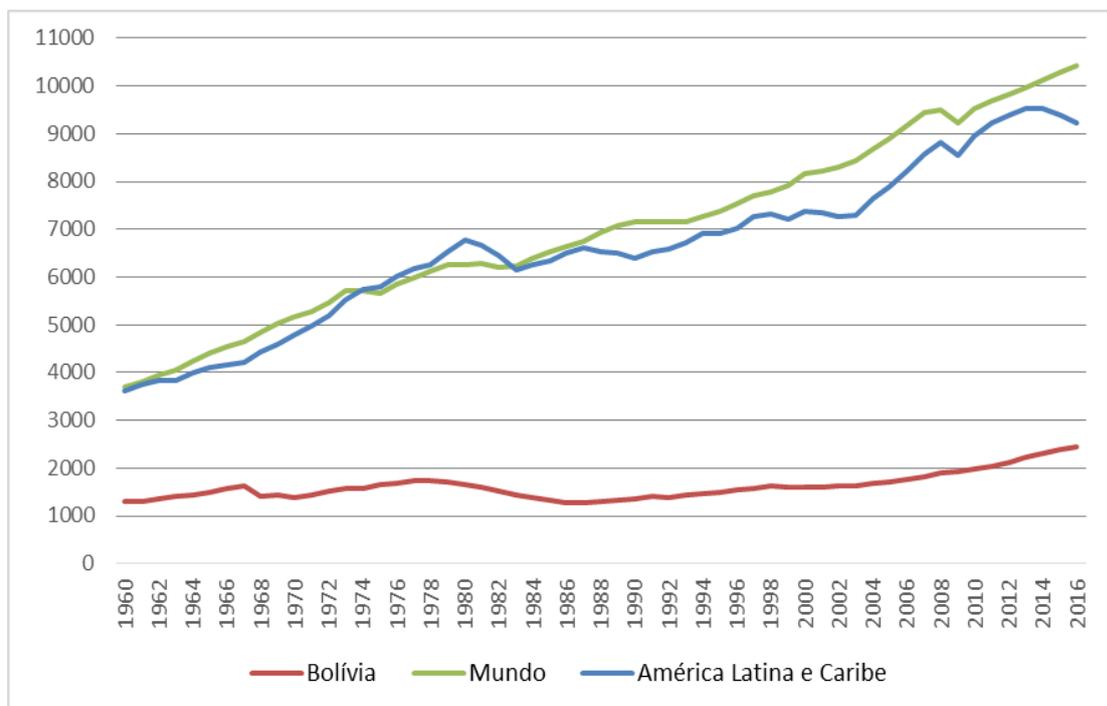
**Gráfico 9 - Comparação da taxa anual média de crescimento do PIB per capita entre Bolívia e América Latina entre 1960 e 2016 (Dólares constantes de 2010, % a.a.)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

Contudo, sem dúvida, a Bolívia segue  *muito abaixo*  do PIB per capita médio quando comparado ao mundo e à América Latina, o que denota se elevado grau de atraso relativo mesmo nos quadros dos países periféricos latino-americanos.

**Gráfico 10 - Evolução do PIB per capita da Bolívia, da América Latina e Caribe do mundo entre 1960 e 2016 (dólares constantes de 2010)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

Do ponto de vista da **demanda agregada**, verifica-se no período Morales que o investimento público é o componente mais importante, por ser aquele que apresenta maior crescimento (10% a.a. em média) como podemos observar na tabela 8. Embora o crescimento privado também tenha crescido o que vem liderando o crescimento do PIB pela ótica da demanda agregada é o investimento público cuja taxa de crescimento saltou de 3,7 % entre 1985-2006 para 10 % entre 2006 e 2016. Destacamos também a taxa de crescimento das exportações que embora tenha se desacelerado continuou crescendo à taxa expressiva de 5,0% a.a. neste período.

**Tabela 8 - Bolívia - Evolução das taxas anuais médias de crescimento do PIB pela ótica da demanda em períodos selecionados entre 1960 e 2016 (% a.a.)<sup>1</sup>**

Componentes da demanda agregada	1960-1985	1985-2006	2006-2016
1. Consumo das famílias	1,5	3,1	4,7
2. Formação bruta de capital fixo (FBCF)	3,1	4,5	9,6
2.1 FBCF privada <sup>2</sup>	n.d.	6,0	7,4
2.2 FBCF pública <sup>2</sup>	n.d.	3,7	10,0
3. Consumo do governo	5,8	1,8	5,0
4. Exportação de bens e serviços	2,4	8,0	5,3
5. PIB (dólares constant 2010 US\$)	2,2	3,3	4,6

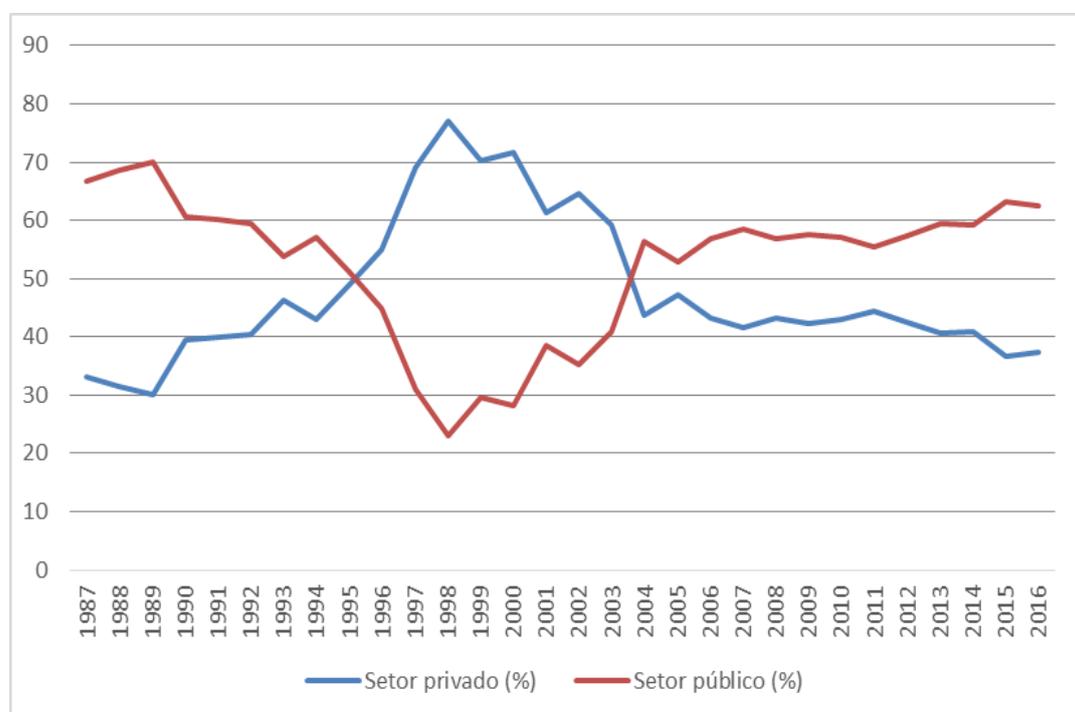
1. PIB medido a dólares constantes de 2010.

2. Dados a partir de 1987.

Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

A participação do investimento público no total da formação bruta de capital fixo inclusive supera a do setor privado a partir de 2004, como indicado no Gráfico 11, o que exprime um reflexo do maior grau de intervenção do Estado no aparelho produtivo boliviano que se acentuará nos anos posterior ao ingresso de Morales na presidência do país.

**Gráfico 11 - Bolívia: Evolução da composição da formação bruta de capital fixo entre setor público e privado (% da FBCF)**

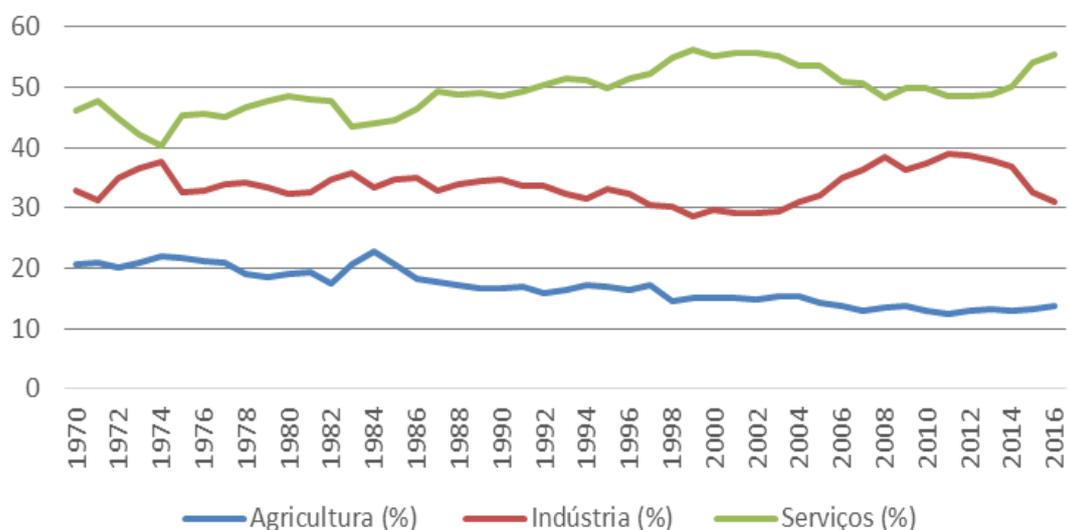


Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

Por outro lado, do ponto de vista da *estrutura de oferta*, vemos que há uma relativa estabilidade em sua composição. Isso demonstra a pouca diversificação

produtiva da economia boliviana em termos estruturais, típico de Estados periféricos, quadro que não se altera substancialmente após 2006, em que peso o crescimento do peso da indústria no PIB neste período. Esse é um dos limites impostos pela lógica hierárquica da economia-mundo capitalista.

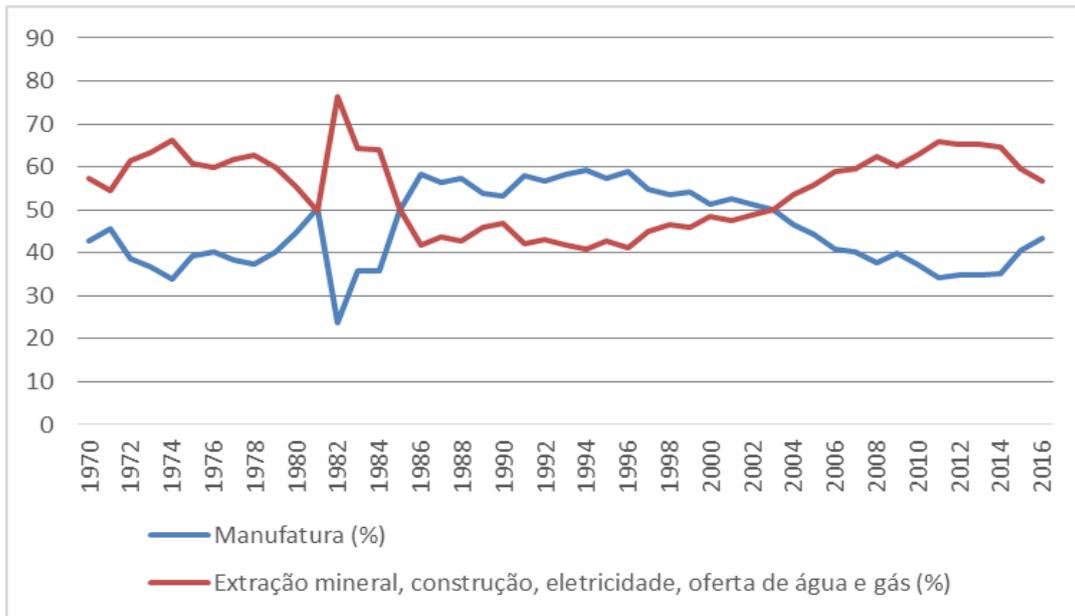
**Gráfico 12 - Bolívia: Evolução da composição setorial do PIB entre 1970 e 2016 (% do PIB)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

Embora a indústria detenha uma participação de cerca de 30% do PIB durante o período Morales, cerca de 60% do valor adicionado no setor refere-se a atividades ligadas à extração de minerais, construção, eletricidade, gás e outras atividades básicas, ou seja, pouco intensivas em tecnologia como podemos observar no Gráfico 13.

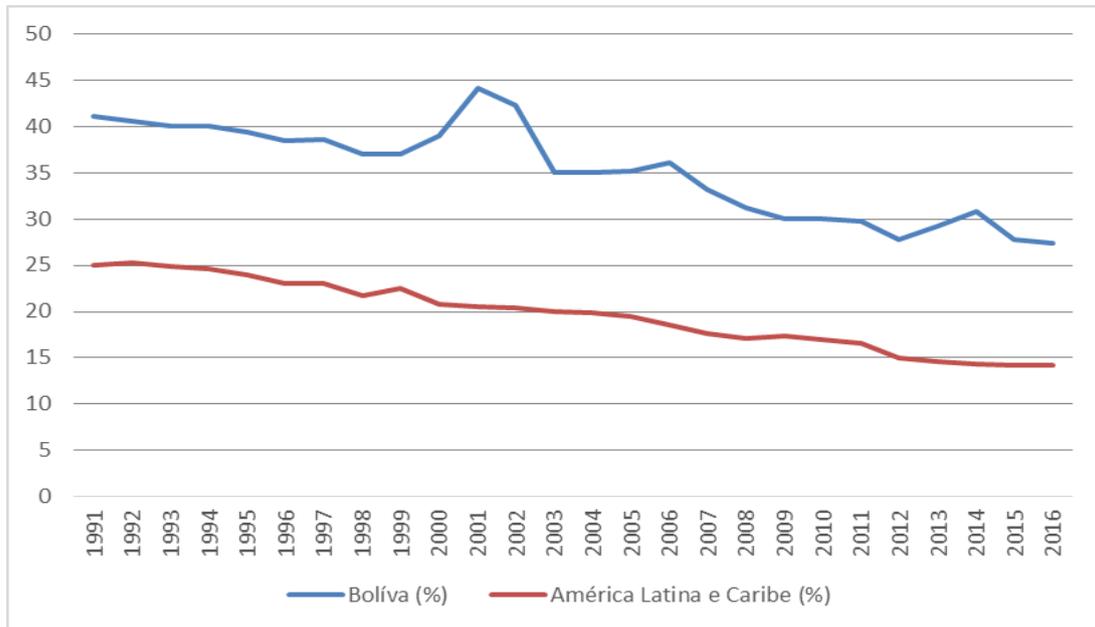
**Gráfico 13 - Bolívia: Evolução da composição do setor industrial entre 1970 e 2016**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

Numa breve comparação entre Bolívia e América Latina sobre a queda da participação da população empregada na agricultura em relação ao emprego total, é possível dizer que em ambos os casos há uma queda entre 1996 e 2016, como observa-se no Gráfico 13. Todavia, a distância entre Bolívia e América Latina se mantém, o que sugere que Bolívia possua uma economia empregada na agricultura ainda muito elevada. Adicionalmente, segundo Klein (2016), baseando-se em dados da Udape, a economia informal boliviana foi responsável por 59% da população economicamente ativa (PEA) urbana no ano de 2011.

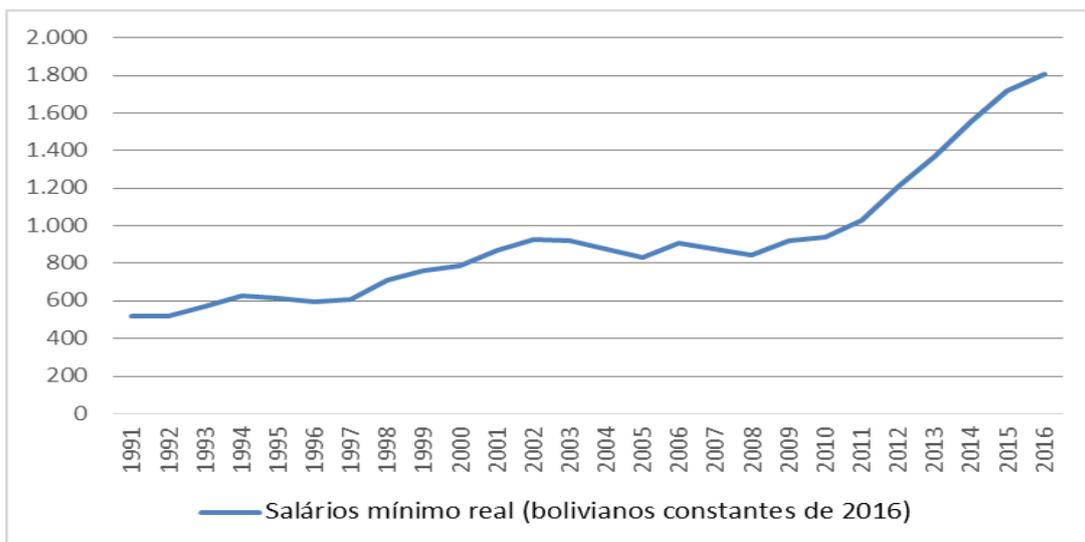
**Gráfico 14 - Comparação da participação da população empregada na agricultura em relação ao emprego total na Bolívia e na América Latina e Caribe entre 1991 e 2016**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

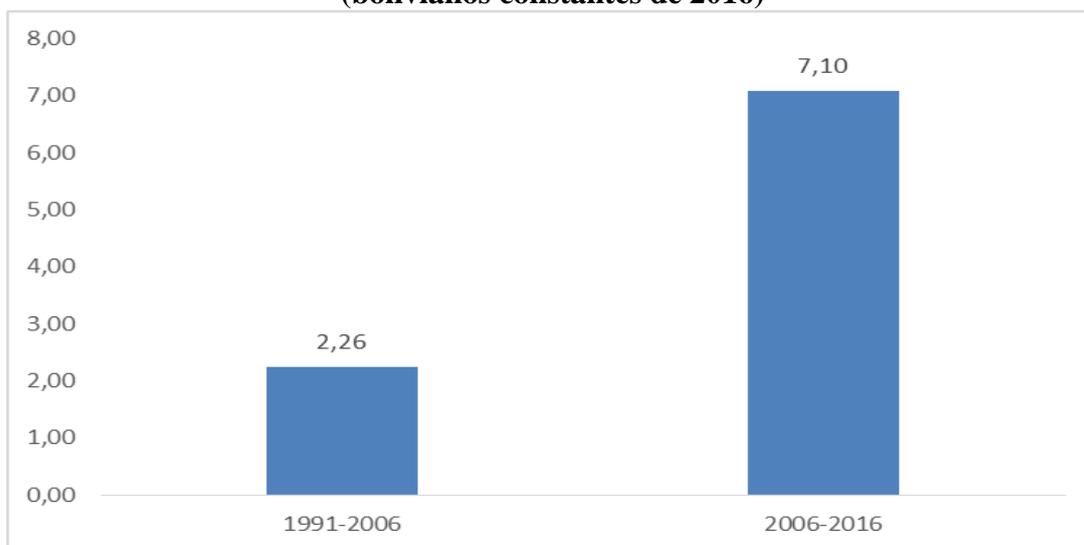
Um indicador que mudou substancialmente nos anos Evo Morales foi o aumento expressivo do **salário mínimo real**, fruto de uma decisão político do governo central, a partir de 2006 como podemos observar nos dois gráficos que seguem.

**Gráfico 15 - Bolívia: Evolução do salário mínimo real entre 1991 e 2016**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

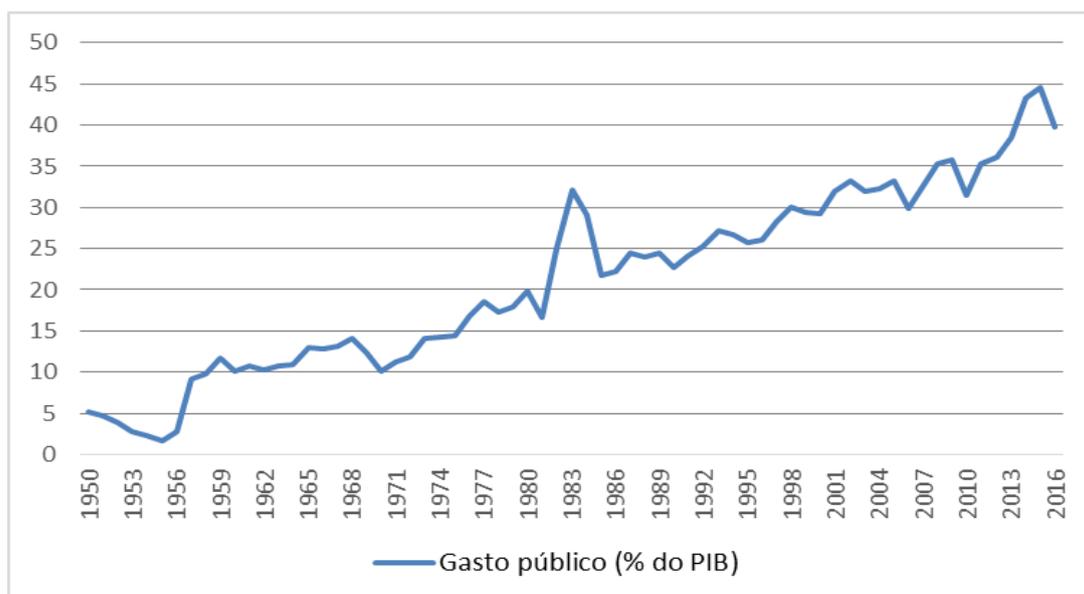
**Gráfico 16 - Bolívia: Evolução da taxa de crescimento anual média do salário mínimo real em períodos selecionados entre 1991 e 2016 (bolivianos constantes de 2016)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

Com relação ao setor público, verificamos que houve nos anos Morales um aumento do gasto estatal em relação ao aumento do PIB, embora essa tendência já viesse ocorrendo anteriormente, porém não na mesma magnitude que ocorreu a partir de 2006. Abaixo, no Gráfico 17, temos a evolução do gasto público como proporção do PIB, que aumentará cerca de 10 pontos percentuais entre 2006 e 2016.

**Gráfico 17 - Bolívia: Evolução do gasto público como proporção do PIB entre 1950 e 2016**



Fonte: *Fundo Monetário Internacional* (2018). Elaboração própria.

Houve significativo aumento também nos gastos sociais como procuramos exemplificar na dimensão política desse capítulo, através de políticas de transferência de renda como o **Renta Dignidad (previdência)**, **bono Juana Azurduy (saúde)** e o **bono Juancinto Pinto (educação)**, o que se traduziu no aumento da proporção dos gastos em saúde e educação no PIB, como registrado na tabela 9.

**Tabela 9 - Bolívia: Evolução dos gastos em saúde e educação como proporção do PIB**

Ano	Saúde (% do PIB)	Educação (% do PIB)
2000	2,43	5,47
2001	2,66	5,90
2002	2,64	6,23
2003	2,83	6,38
2004	2,61	n.d.
2005	2,84	n.d.
2006	2,68	6,31
2007	2,85	n.d.
2008	2,77	7,04
2009	3,22	8,08
2010	3,12	7,60
2011	3,08	6,89
2012	3,05	6,43
2013	3,32	6,26
2014	3,74	7,29
2015	4,36	n.d.

Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

Um fato importante a ser destacado no governo Morales é que mesmo a economia tendo apresentado taxas de crescimento médias do PIB em torno de 4,0 % a.a., e aumentos constantes no salário mínimo, a inflação em todo o período (2006-2016) se manteve estabilizada, como podemos observar na tabela 10.

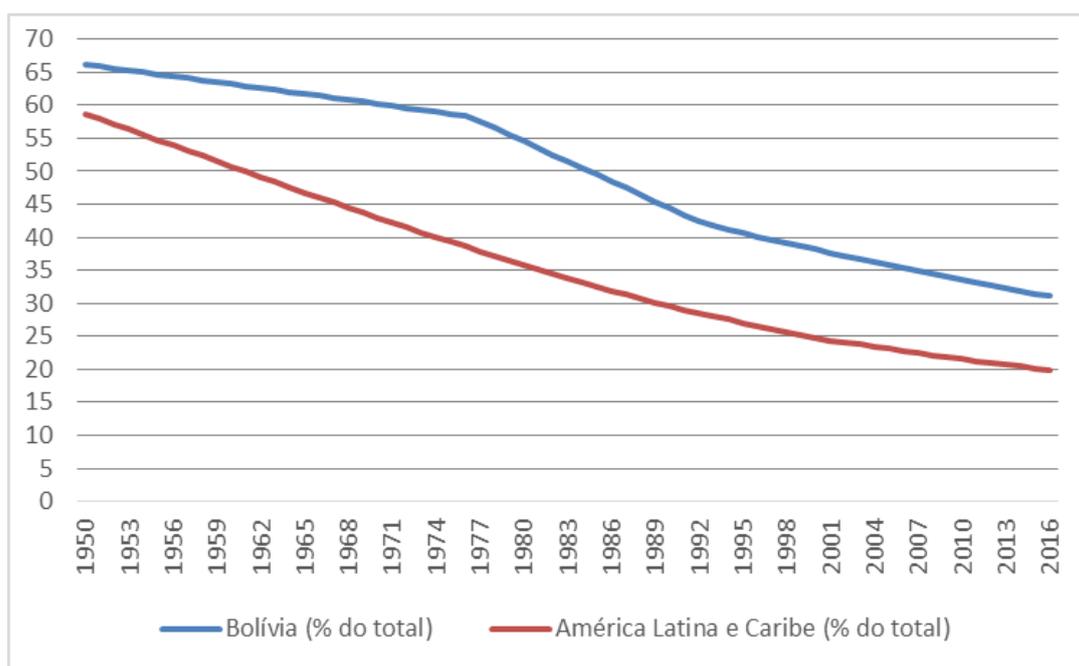
**Tabela 10 - Bolívia: Evolução da taxa de inflação anual média medida pelo índice de preços ao consumidor em períodos selecionados entre 1960 e 2016 (% a.a.)**

Período	Taxa de inflação (% a.a.)
1960-1980	12,83
1981-1990	1380,15
1991-2006	7,16
2006-2016	6,64

Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

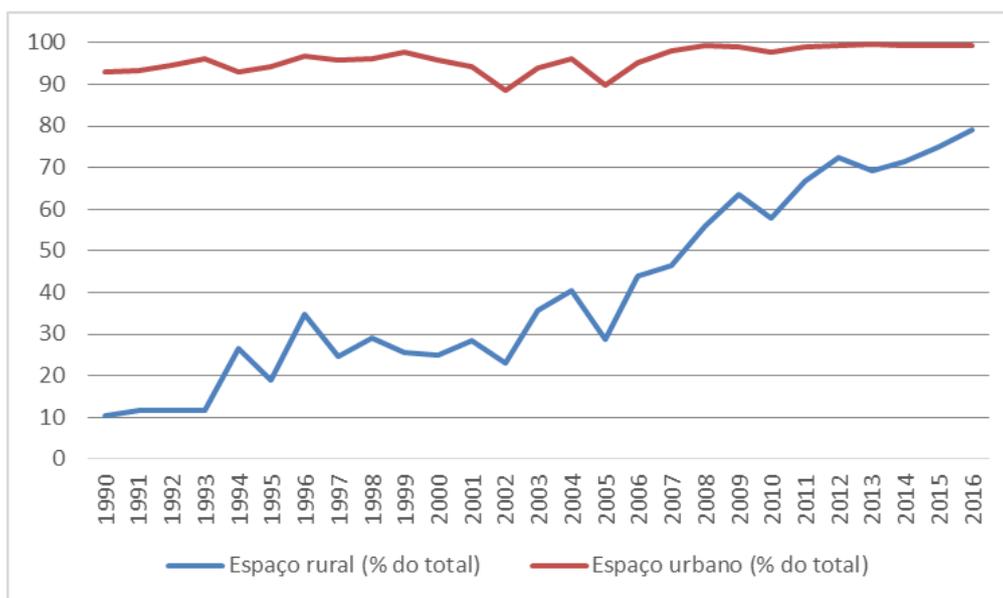
Entre 2006 e 2016 é possível verificar também um aumento expressivo do acesso à *energia elétrica* no campo, demonstrando que as políticas em torno de aumento do bem-estar social em uma sociedade que ainda hoje possui uma população rural muito superior à média dos países América latina foi expressiva, como verificamos nos gráficos 18 e 19.

**Gráfico 18 - Comparação da participação da população rural na população total na Bolívia e na América Latina e Caribe entre 1950 e 2016 (% do total)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 19 - Bolívia: Evolução da proporção de pessoas com acesso à eletricidade nos espaços rurais e urbanos entre 1990 e 2016 (% do total)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

Como relação à pobreza absoluta, os anos Morales foram anos de diminuições expressivas desse indicador como podemos observar na tabela 11 a qual demonstra uma evolução dos anos de 1997 a 2016.

**Tabela 11 - Bolívia: Evolução da proporção de pessoas vivendo em situação de pobreza segundo três critérios de linha de pobreza entre 1997 e 2016 (% do total)<sup>1</sup>**

Ano	1,90 dólares	3,20 dólares	5,50 dólares
1997	19,3	32,1	52,6
1999	25,3	38,2	54,8
2000	28,6	41,4	62,1
2001	22,8	36,2	57,4
2002	24,7	38,6	59,6
2003	13,7	29,2	53,1
2004	19,3	32,1	52,1
2005	16,4	28,6	48,1
2006	12,4	26,4	46,4
2007	11,1	20,3	39,2
2008	10,5	18,4	35,1
2011	7,3	14,1	28,3
2012	8,2	14,7	28,3
2013	6,9	12,2	26
2014	5,8	12,3	24,9
2015	6,4	11,7	25,6
2016	7,1	12,6	25

1: Em dólares de 2011 paridades poder de compra.

Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

Ao lado da diminuição da pobreza absoluta temos a melhoria do **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)** que contempla a esperança de vida ao nascer, escolaridade esperada, escolaridade medida e RNB per capita. Esses indicadores são expressivos em demonstrar uma evolução significativa nos anos de Morales a despeito de uma melhora que já vinha acontecendo desde a década de 1990, como indicado na tabela 12.

**Tabela 12 - Bolívia: Evolução do IDH e dos seus componentes entre 1990 e 2015**

Ano	IDH	Esperaça de vida ao nascer (anos)	Escolariade esperada (anos)	Escolaridade média (anos)	RNB per capita (dólares de 2011, PPP)
1990	0,535	55,1	6,4	6,4	3536
1995	0,571	57,9	7,1	7,1	3981
2000	0,607	60,7	7,4	7,4	4294
2005	0,625	63,5	7	7	4549
2010	0,649	66,4	7,8	7,8	5178
2011	0,655	66,9	8	8	5327
2012	0,661	67,5	8,2	8,2	5433
2013	0,666	67,9	8,2	8,2	5704
2014	0,671	68,3	8,2	8,2	6012
2015	0,674	68,7	8,2	8,2	6155

Fonte: PNUD, *Human Development Data* (2018). Elaboração própria.

É importante ressaltar que a Bolívia segue distante da média da América Latina e dos países ricos quando se trata desses indicadores, como indicado na tabela 13, o que pode ser interpretado como um traço estrutural da economia-mundo capitalista e que explica em partes os limites que enfrenta o governo Evo Morales ou qualquer outro governo que suba ao poder em regiões com características periféricas.

**Tabela 13 - Comparação entre o IDH e seus componentes da Bolívia e de grupos de países selecionados em 2015**

	IDH	Esperaça de vida ao nascer (anos)	Escolariade esperada (anos)	Escolaridade média (anos)	RNB per capita (dólares de 2011, PPP)
Bolívia	0,674	68,7	8,2	8,2	6.155
América Latina e Caribe	0,751	75,2	14,1	8,3	14.028
Países de IDH muito elevado	0,892	79,4	16,4	12,2	39.605

Fonte: PNUD, *Human Development Data* (2018). Elaboração própria.

Com relação ao indicador de distribuição de renda, medido pelo Gini, houve uma melhora contínua a partir de 2006 , como indicado na tabela 14, embora siga elevada.

**Tabela 14 - Bolívia: Evolução do índice de Gini em anos selecionados entre 1997 e 2016**

Ano	Índice de Gini
1997	0,582
1998	n.d.
1999	0,581
2000	0,616
2001	0,574
2002	0,593
2004	0,55
2005	0,585
2006	0,567
2007	0,545
2008	0,508
2009	0,492
2010	n.d.
2011	0,461
2012	0,466
2013	0,476
2014	0,478
2015	0,467
2016	0,446

Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

Em síntese, à luz dos indicadores apresentados é possível, de maneira geral, verificar o grau de mudança socioeconômica experimentada pela Bolívia a partir do governo Morales. Apesar de a Bolívia ter mantido uma condição externa de vulnerabilidade e baixa renda per capita em relação à média dos países latino-americanos entre 2006 e 2016, o país experimentou uma melhoria significativa nos padrões de vida desfrutados pela maioria da sua população. Em contrapartida, estes avanços não foram acompanhados de uma transformação substancial da estrutura produtiva boliviana, que não rompeu com sua natureza primário-exportadora, evidenciando os limites impostos pela lógica hierárquica da economia-mundo capitalista sobre regiões periféricas, particularmente sendo este um país relativamente pequeno. Por fim, é importante destacar que mesmo com a crise mundial de 2008 a Bolívia não retrocedeu em seus principais indicadores de bem-estar social, demonstrando um grau

relevante de solidez em direção no projeto socialmente inclusivo em curso no país quando comparado a períodos anteriores, tais como durante a crise de 1929 e a crise do início dos anos neoliberais 1982-1985, quando o país sofreria retrocessos significativos na dimensão socioeconômica.

## Considerações Finais

Após esse sobrevoo panorâmico e de longa duração, que buscou relacionar a formação e expansão do moderno sistema mundial à formação do Estado nacional, chegamos ao momento de indicarmos sumariamente os resultados principais desse trabalho de pesquisa. Nosso objetivo foi estabelecer, a partir de uma proposta de periodização, que segmentou a história boliviana em três temporalidades distintas (Colonial, Republicana e Rebelde), os nexos causais presentes na passagem de um Estado em suas formas aparentes para um Estado Plurinacional, ou seja, para um Estado no qual os processos de democratização e nacionalização das relações entre Estado e sociedade civil avançaram significativamente a despeito dos próprios limites da civilização capitalista.

Na Parte I tratamos da Temporalidade Colonial (1492-1825). No Capítulo 1 procedemos, do ponto de vista metodológico, do *geral* para o *particular*, com o intuito de demonstrar que a lógica de desenvolvimento do capitalismo histórico moveu-se pela *coexistência* de várias formas de sociabilidade e *não* por um processo de homogeneização político-cultural total da diversidade de sociabilidades em direção a uma forma tipicamente capitalista de sociabilidade, tal como gestada na Europa.

Indicativo dessa lógica foi a caracterização da sociedade boliviana como sendo uma *sociedade abigarrada*, a qual, ao longo do desenvolvimento do capitalismo manteve, pela própria lógica mais geral do moderno sistema mundial formas pretéritas de sociabilidade, advindas dos povos indígenas e em contraposição aos avanços das formas tipicamente capitalistas. Essa argumentação realizada no Capítulo 2, apoiada nas contribuições do intelectual boliviano René Zavaleta Mercado, fez-se importante para demonstrar historicamente a impossibilidade lógica do moderno sistema mundial em mover-se em direção a um processo totalizante, de igualação social total no âmbito interno e externo aos Estados nacionais modernos.

Compreendemos, assim, como os processos de hierarquização social surgidos desde a primeira modernidade, iniciada com as Grandes Navegações nos séculos XV e XVI, em função do avanço da economia-mundo europeia em direção às Américas, moldaram as novas formas hierárquicas que prevaleceriam a partir de então entre a Europa e os demais espaços incorporados ao sistema capitalista nascente. Confirmamos, portanto, uma parte de nossa hipótese de pesquisa de que foram precisamente no processo de colonização das Américas em que se produziram as novas formas

hierárquicas da modernidade, justificadas em diferenciações étnico-raciais; interpretação esta que encontra respaldo nas contribuições seminais de Immanuel Wallerstein e Anibal Quijano. Concluimos que as novas categorias baseadas em diferenciações étnico-raciais entre europeus e não europeus, entre nações “civilizadas” europeias e grupos étnicos “selvagens” nas Américas é decorrente desta temporalidade e não de outra.

Adiante, na Parte II, que trata da Temporalidade Republicana (1825-1952), analisamos o período que se inicia após a independência, em 1825, até a Revolução Nacional de 1952. Apesar do fim da temporalidade colonial nas Américas, a partir do final do século XVIII, impulsionada pelos movimentos independentistas nas Américas, demonstramos no decorrer dos Capítulos 3 e 4 que essas formas hierárquicas não se extinguíram com o fim dessa periodicidade, mas mantiveram-se, enquanto resquícios da incompletude do *processo de descolonização* de Estados nacionais, como era o caso do Estado boliviano.

Essa incompletude inevitavelmente se refletiu ao longo dos anos pós-independência nas dificuldades que o Estado boliviano enfrentou para incorporar a diversidade de povos indígenas e suas formas de sociabilidade, antagônicas às capitalistas. O tratamento dessa contradição no decorrer da tese foi fundamental para elucidarmos o contínuo, embora lento e com sobressaltos, processo de emancipação política dos povos indígenas, visto que não seria uma tarefa trivial por parte desses povos sobrepujarem-se a uma formação estatal nascida sob o manto do liberalismo e suas políticas supostamente “universais”. O Estado que se forma a partir de 1825 e que daria origem à Bolívia é um Estado, nas palavras de Zavaleta Mercado, permeado de formas *aparentes* pela sua própria impossibilidade lógica de dar o mesmo tratamento aos povos indígenas que era dado aos *criollos* em função da distância que os separava em termos de suas formas de sociabilidade.

Portanto, a relação do Estado nacional boliviano e sua sociedade civil estará pautada desde suas origens por formas aparentes de Estado, isto é, sem *organicidade* entre o todo e suas partes. A diversidade cultural, política e material não estará unificada em torno do Estado nacional. Em realidade, essa unificação em torno de um ideal de nação estará contida apenas em uma fração ínfima da sociedade civil, representada pelas oligarquias-criollas durante boa parte do período republicano, mais precisamente até a Revolução Nacional de 1952.

Como procuramos assinalar, a história da Bolívia a partir da independência estará marcada pela luta dos povos originários em transformar essas formações aparentes de estado em direção a relações cada vez mais orgânicas entre Estado e sociedade civil.

Foi com a intenção de analisar esse processo de incorporação dos povos indígenas no seio do Estado boliviano que tratamos de sobrevoar a história do desenvolvimento do capitalismo na Bolívia, destacando os momentos históricos que consideramos fundamentais para essa incorporação, tais como: a Independência em 1825, a Guerra do Pacífico em 1879, a Guerra Federalista em 1889 concomitantemente aos levantes indígenas liderados por Zárate Willka, a Guerra do Chaco em 1932 e a Revolução Nacional de 1952.

Todos esses momentos históricos estão cronologicamente descritos nos Capítulos 3, 4 e são expressões dos momentos de crise mais agudos das relações aparentes entre Estado e sociedade civil. Em cada um desses momentos foi possível perceber avanços e retrocessos relativos ao grau de nacionalização e democratização dessa sociedade.

Na Parte III, a qual denominamos de Temporalidade Rebelde (1952-2017), tem como marco inicial a Revolução Nacional de 1952. Como destacamos no Capítulo 4, este acontecimento foi emblemático com relação à força que as nações indígenas demonstraram ter acumulado a despeito de décadas de marginalização social. É pelas mãos dessas nações que, como procuramos descrever, o Estado em sua forma oligárquica, que já durava mais de cem anos, seria definitivamente derrotado. Não fosse a tomada de liderança do processo revolucionário pelas massas indígena-camponês-urbanas, a revolução não teria tido êxito em transformar quase todos os aspectos da vida boliviana e abrir um vigoroso caminho para que as demandas seculares dos povos indígenas, por terras e respeito à suas diversidades étnicas, se fortalecessem ao ponto de frear as tentativas do Estado revolucionário de 1952 de criar uma sociedade enquadrada pela *mestiçagem* como princípio supostamente único de unificação da nação.

A força dessas nações havia alcançado tal magnitude que, a partir da Revolução Nacional de 1952, nenhum partido político que almejasse conquistar o poder estatal podia abster-se de disputar os votos dessa massa indígena representativa da grande maioria da população boliviana, munida da conquista do *voto universal* como um das conquistas do processo revolucionário. Prova dessa força foi a instauração do *Pacto militar-campesino* que teria vida longa no interlúdio dos anos pós-revolucionários

(1964-82) e de redemocratização, outorgando às ditaduras militares legitimidade política para manterem-se no poder. A força do pacto e seu fim é revelador, portanto, das potencialidades que os povos indígenas, sob o manto do campesinato-indígena, haviam conquistado, a partir da Revolução de 1952, a fim de influenciar nos rumos da nação boliviana.

Com o fim do período ditatorial no início da década de 1980, essa potencialidade dos povos indígenas fundiria-se, pela primeira vez na história dos movimentos sociais bolivianos, com as potencialidades de lutas do operariado-mineiro. Nas colocações feitas por Zavaleta Mercado, as quais acompanhamos, o conceito moderno de *classe social* fundia-se, enfim, ao conceito de *massas em ação ou da plebe em ação*, alargando o horizonte do *nacional-popular* para além da centralidade do operariado-mineiro e em direção a um processo de *autodeterminação das massas populares*. Segundo o autor, é a partir de 1979, com a consolidação dessa conjunção entre o movimento operário e o movimento indígena, que se forma uma nova intersubjetividade no seio dos movimentos subalternos nacional-populares, que acabaria por provocar a ruptura desses com a forma estatal então vigente, ao qual estiveram vinculadas desde a formação do pacto militar-camponês em 1964.

Essa separação teria como resposta dos setores mais conservadores, representados pelos antigos partidos políticos como o MNR, o MIR e ADN, uma agenda de políticas neoliberais, a partir da década de 1980, que poriam abaixo as políticas nacionalistas e de cunho popular, construídas nos anos revolucionários, muitas delas mantidas mesmo nos anos ditatoriais, de forma a atingir frontalmente o proletariado mineiro e sua principal instituição, a COB.

Não obstante, a sociedade boliviana, dada as suas especificidades, já havia produzido um novo e poderoso movimento social de rosto índio. Nos anos neoliberais, o qual tratamos na seção 5.1, do Capítulo 5, a força desses novos movimentos já está presente e, com os processos de descentralização de poder promovidos pela *Lei de Participação Popular (LPP)* a partir de 1994, esses movimentos se sobreporiam em pouco tempo aos partidos tradicionais, tanto de esquerda quanto de direita, engendrando uma década de mobilizações sociais contra as políticas neoliberais que teria como desfecho a eleição de Evo Morales no ano de 2006. Evo Morales era o primeiro indígena a ocupar o cargo máximo da república.

Como procuramos discutir no item 5.2, partir de 2006, uma mudança de rota nas relações entre Estado e sociedade civil tem início de forma definitiva, tanto na dimensão

econômica, com os processos de nacionalização dos hidrocarbonetos e do setor de energia que elevavam a soberania o Estado sobre os recursos naturais localizados no seu território, quanto na dimensão política, com a aprovação, no ano de 2009, da nova carta constitucional, após intensos embates políticos em torna da Assembleia Constituinte (2006-2009) que, ao final, “refundariam” o país como uma sociedade verdadeiramente multicultural e multiétnica. Os direitos políticos sociais e econômicos seriam alargados a todos os bolivianos na forma de políticas sociais e a garantia de direitos legais de autogovernança dos departamentos, municípios e comunidades indígenas. Com relação às comunidades indígenas, seriam concretizados seus direitos inalienáveis sobre suas territorialidades que representava uma demanda secular dessas comunidades. Somado a todos essas mudanças, o ano de 2009 seria coroado com a incontestável reeleição de Evo Morales em primeiro turno com a marca histórica de mais de 60% dos votos, juntamente com as eleições de uma maioria no legislativo, frustrando as pretensões dos partidos opositores representados pelos departamentos das terras baixas de reconquistarem o poder estatal.

Como procuramos indicar, em meio a grandes contradições, e, aproveitando um quadro externo que se mostrou favorável, o período analisado em que Evo Morales esteve à frente do poder (2006-2019) vem mostrando uma consistência *sui generis* tanto na dimensão econômica quanto na dimensão política. Quando comparada a países como Brasil, Venezuela, e Argentina – (que hoje vivem o retorno de uma onda conservadora, a despeito de na Venezuela as forças de esquerda manterem-se formalmente no poder) –, a Bolívia vem se destacando em termos de sua capacidade em sustentar as conquistas revolucionárias, iniciadas na autora do século XXI pelas mãos dos movimentos e partidos indígenas, o que encontra-se expresso na tendência de melhoria de diversos indicadores socioeconômicos.

Fica uma pergunta latente ou mesmo um enigma sobre a possibilidade de uma democracia efetiva em uma *sociedade abigarrada* que congrega, ainda hoje, traços de sociabilidades pretéritos ao capitalismo, característicos dos povos originários, quanto traços tipicamente de uma sociedade capitalista. Muitas dúvidas e questionamentos pairam sobre se a Bolívia, de fato, continua a vivenciar um processo revolucionário pela via democrática nos últimos anos de mandato do MAS, antes de uma possível reeleição de Evo Morales para um quarto mandato (2020-2025), extremamente contestada tanto por movimentos progressistas quanto por movimentos conservadores no seio da sociedade boliviana.

Entendemos que tais questionamentos não são exclusividade dos anos Morales no poder visto que até os dias atuais os historiadores ainda continuam a colocar dúvidas sobre se a Revolução de 1952 fracassou ou não. Não obstante, não se pode negar que ela transformou radicalmente as relações entre Estado e sociedade civil. O mesmo questionamento e a mesma conclusão podem ser colocados em discussão sobre os anos revolucionários sob a liderança do MAS.

Com essa ponderação na análise dos fatos passados e presentes, entendemos que os processos de democratização e de nacionalização das relações entre Estado e sociedade civil não são processos nos quais a democracia e os avanços sociais só são possíveis quando suspendem totalmente as dominações nas dimensões econômica, política e cultural. O Estado, parafraseando Linera, é um lugar de concentração de poder na sociedade, um lugar misterioso, uma comunidade ilusória, que, ao mesmo tempo pode *monopolizar o universal*, inviabilizando o avanço dos processos de democratização, como, também, tem o potencial de caminhar em direção oposta, a saber: universalizando as particularidades, tratando-as, cada vez mais, como parte daquilo que se julga universal por certo pensamento dominante.

Se há uma defesa que podemos fazer com relação aos anos *massistas* no poder é sua busca em comprimir ao máximo os limites impostos pela lógica hierárquica da civilização capitalista através de políticas públicas cada vez mais radicais de democratização e nacionalização, as quais, ano após ano, vêm permitindo que a Bolívia navegue, ainda que em águas turbulentas, típicas de uma civilização capitalista, com a força necessária para enfrentar as crises sistêmicas sem retroceder nas conquistas expressivas, alcançadas tanto na dimensão econômica quanto na dimensão político-cultural. Por último, a tarefa do MAS de refundar o Estado boliviano com a participação direta das comunidades indígenas, inegavelmente foi um marco de inspiração e de intensificação para as lutas sociais, indígenas ou não, que posteriormente se espalharam por toda a América Latina no alvorecer do século XXI.

## Referências

ACOSTA, Alberto. *O bem viver : uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo, Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALBÓ, Xavier. “Dinámica de la estructura intercomunitaria en Jesús de Machaca”, *América Indígena*, Vol. xxxii, No. 3, México, 1972.

\_\_\_\_\_; Gonzalo Rojas Ortuste. *Votos y wiphalas: campesinos y pueblos originarios en democracia*. La Paz, CIPCA. 1995.

ALMEIDA L. Macedo. *Morales e o MAS: a construção de uma nova Bolívia e o projeto de perpetuação no poder de seus dirigentes*. Dissertação de Mestrado e Ciências Sociais. Universidade de Brasília, 2017.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexos sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A revolução boliviana*. São Paulo, Editora da UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_. “Capital e trabalho na economia política boliviana contemporânea”, na revista Caderno de Ciências Sociais, vol. 3, fundação ABC, 2012, pp. 91-133, 2012.

\_\_\_\_\_. *Bolívia: Democracia e Revolução: A comuna de La Paz de 1971*, Alameda, 2011.

\_\_\_\_\_. “História econômica da Bolívia contemporânea”. Publicado como “Capital e trabalho na economia política boliviana contemporânea”, *Caderno de Ciências Sociais*, vol. 3, fundação ABC, pp. 91-133, 2012. Disponível em: <http://lephe.fffch.usp.br/sites/lephe.fffch.usp.br/files/upload/paginas/Hist%C3%B3ria%20econ%C3%B4mica%20da%20Bol%C3%ADvia%20contempor%C3%A2nea.pdf>

BALLIVIÁN, R. Salvador. *El sistema de partidos en Bolivia 1952-2012*. La Paz Friedrich Ebert Stiftung, 2012.

BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators*, 2018. Disponível em: <http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>

BANDEIRA, A, Muniz. “A guerra do Chaco”, *Rev. Bras. Polít. Int.* 41 (1): 162-197, 1998.

BARROS, Pedro Silva. “O êxito boliviano durante a crise mundial de 2008-2009”. *Boletim de Economia e Política Internacional*, IPEA, Brasília, n. 2, 75 p., abr./jun. 2010.

BARTLETT, Robert. *The Making Europe: Conquest, Colonization and Cultural Change: 950 – 1350*. Londres, Penguin books, 1993.

BEJARANO, Ramón César. *Antecedentes de la guerra con Bolivia*. Asunción, Casa Editorial Toledo, 1959.

BETHELL, Leslie. *Historia De América Latina 16. Los Países Andinos desde 1930*. Barcelona, Editora Crítica, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo nos séculos XV – XVIII: o tempo do mundo*. 3 volumes. Tradução Telma Costa. 2ª edição. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. *A dinâmica do Capitalismo*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.

CARVALHO, Soraia. *Estado e luta de classes na Bolívia: Uma análise comparativa entre a Assembleia Popular de 1971 e a Constituinte de 2006-2009*. Tese Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, 2016.

CARVALHO, Estevão Leitão de. *A paz do Chaco: como foi efetuada no campo de batalha*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.

CEPAL. *Documentos de proyectos: Los pueblos indígenas de Bolivia: diagnóstico sociodemográfico a partir del censo del 2001*. Santiago, Nações Unidas, 2005. Disponível em:  
<https://www.cejamericas.org/Documentos/DocumentosIDRC/121bolivia.pdf>

CENSO DE POBLACIÓN Y VIVIENDA 2012. *Estado Plurinacional de Bolivia Instituto Nacional de Estadística*. Febrero 2005. Disponível em:  
[file:///C:/Users/Douglas/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge\\_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/La%20Paz%20CENSO%202012.pdf](file:///C:/Users/Douglas/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/La%20Paz%20CENSO%202012.pdf)

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes de Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

CHIAVENATO, Julio José. *Guerra do Chaco (leia-se petróleo)*. 3. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

CORDOVANO, A. C. Vieira. *Antigo regime e transição: breve estudo em torno do capital mercantil e do absolutismo*. Tese. Programa de Desenvolvimento Econômico na Área de Concentração: História Econômica, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

CONDARCO, Ramiro. *Zarate, el “temible” Willka*. La Paz, Talleres Gráficos Bolivianos, 1965.

CRUZ, E. Rodríguez. “Los Movimientos Indígenas y la cuestión nacional en Bolivia y Ecuador: Una genealógica del Estado Plurinacional”, *Análisis Político*, nº 70, Bogotá, setembro-dezembro, 2010, pp. 125-152.

DELGADILLO CORTEZ, Jaime. A crisis de la deuda externa y sus soluciones: La experiência boliviana. La Paz, Banco Central de Bolivia, 1992.

DURÁN, A. Gil. “Bolívia: duas revoluções nacionalistas?” *Perspectivas*, São Paulo, v. 33, jan./jun, 2008, pp. p. 157-189.

DUSSEL, Enrique. “Europa, modernidade e Eurocentrismo”. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. LANDER, Edgardo Lander (org). Buenos Aires, Colección Sur Sur, CLACSO, 2005, pp. 24-32.

EARLE, Rebecca. *The Return of the Native. Indians and myth making in Spanish America, 1810-1930*. Durham, Duke University Press, 2007.

ELTZ, André Henrique. “Ocultação indígena na Guerra do Chaco (1932-1935)”. *Revista Labirinto*, ano XV, Vol. 23 (Jul-dez), 2015, pp. 22-64.

FIORI, J. Luis. “Dialética da Guerra e da Paz: hierarquia, conflito e “ética internacional”. *Artigo para Discussão*. Colóquio sobre a Guerra e Paz, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/images/1\\_-\\_artigo\\_guerra\\_e\\_etica\\_internacional\\_2\\_95b92.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/1_-_artigo_guerra_e_etica_internacional_2_95b92.pdf)

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Data>

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

GARY J. Ewell. *Effects of U. S. Military Aid on Military Intervention in Bolivia and Chile*, Tesis de doctorado, Universidad de Santa Clara, 1970.

GILL, Lesley. *Peasants, Entrepreneurs and Social Change: Frontier Development and Lowland Bolivia*. Boulder, CO, Westview Press, 1987

GILLER, Diego. Martín. “René Zavaleta Mercado Frente a la “Teoría de la Dependência: Algunas cuestiones em torno de la noción de la determinación dependente y la forma primordial”. *Revista Intersticios de la política y la cultura*, Vol. 4, Número 8, 2015, pp. 115-132.

GRAMSCI, Antônio. *Cuadernos de lá cárcel*. Edición crítica del Instituto Gramsci a cargo del Valentino Gerratana, Tomo 5. Ciudad de México, Ediciones Era, 1999.

HASHIZUME, M. Hiroaki: *A formação do movimento Katarista: classe e cultura nos andes bolivianos*. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 2011.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Principios de la filosofía del derecho o derechos natural y ciência política*. 2ª edição. Traducción y prólogo de Juan Luis Vermal. Barcelona, Editora Edhasa, 1999.

\_\_\_\_\_. *Filosofia da história*. Brasília, EDUNB, 1999.

HINKELAMMERT, Franz. “Crisis de la deuda y vaciamiento de la democracia”. *Palestra*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HPLJwtt69ZI&t=1029s>

HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Tradução de João Maria. Revisado por Alexandre Addor. 4ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra; 1985.

IAMAMOTO, Sue. *O nacionalismo boliviano em tempos de plurinacionalidade: revoltas antineoliberais e constituinte*. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

IRIARTE, G. *Los mineros, sus luchas, frustraciones y esperanzas*. La paz, Puerta del Sol, 1983

JUSTO, L. *La revolución derrotada*. Buenos Aires, Juárez, 1973.

KLEIN, Herbert. *Bolívia: do período pré-incaico à independência*. São Paulo, Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. *História da Bolívia*. Tradução de Tania Quintaneiro. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. “Ethnic Politics and Popular Mobilization in Bolivia”. In: HUNEFELDT, Christine Hunefeldt; KOKOTOVIC, Misha Kokotovic (eds.) *Power, Culture and Violence in the Andes*. Brighton, Sussex Academic Press, 2009, pp.145-157.

KRADER, Lawrence: *Los Apuntes etnológicos de Karl Marx. Transcritos, anotados e introducidos*. Tradução de José María Ripalda. Madrid, Siglo XXI, 1988.

LINERA, Álvaro Garcia. *La potencia plebea. Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*. Compilador Pablo Stefanoni. Bogotá, Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.

\_\_\_\_\_. *La potência plebeia. Ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. Organização e prefácio de Pablo Stefanoni. tradução de Mouzar Benetito e Igor Ojeda. São Paulo, Boitempo, 2010

\_\_\_\_\_. “Poder, Estado y socialismo en la Bolivia contemporánea” In: *Conferenciais Magistrales dictadas en la sede de la CEPAL*. Nações Unidas, CEPAL 2010, pp. 53-72. Disponível: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35285/S2011958\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35285/S2011958_es.pdf)

MACIEL, Douglas Campanini. *Nacionalismos, Movimentos sociais e a incorporação da Bolívia à economia-mundo capitalista*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

MARIATEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Tradução de José Felipe Lindoso. 2ª edição. São Paulo, Expressão Popular (Coleção Pensamento Latino-Americano), 2010.

MARTINS, Carlos Eduardo da Rosa. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Tese. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

MARX, Karl. “Carta à redação da *Otechestvenye Zapiski* (1877)”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classe na Rússia*. Organização de Michael Löwy. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo, Boitempo, 2013a, pp. 57-69.

\_\_\_\_\_. “A correspondência entre Vera Ivanovna Zaslitch e Karl Marx. Primeiro ao quarto esboços e carta a Vera Ivanovna Zaslitch, Karl Marx. Terceiro esboço (1881)”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classe na Rússia*. Organização de Michael Löwy. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo, Boitempo, 2013b, pp. 107-113.

MESA GISBERT, Carlos D. “*Bolivia: autonomías y pluralismo político Un modelo condicionado por el horizonte indígena*”. In: ZUAZO, Moira; FAGUET, Jean-Paul; BONIFAZ, G (Orgs.). *Descentralización y democratización en Bolivia: La historia del Estado débil, la sociedad rebelde y el anhelo de democracia*. La Paz, Friedrich Ebert Stiftung, 2012, pp. 43-85.

\_\_\_\_\_.; DE MESA, José; GISBERT. Teresa. *Historia de Bolivia*. 3 Ed. La Paz, Editorial Gisbert y Cia, 1999.

MITRE, Antonio. “*Ligações perigosas: Estado e Guerra na América Latina*”. *Working Paper* n° 7, Julho de 2010. Disponível: <http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Ligacoes%20Perigosas.pdf>

MONTENEGRO, Carlos. *Nacionalismo e coloniaje*. La Paz, Libreria Editorial Juventud, 2005.

MORALES, Waltraud. Q. *A Brief History of Bolivia*. 2 edição. Nova Iorque, Facts on File, 2010.

MORENO, B. Gustavo. “La emergencia de las autonomías departamentales en el contexto de la brecha entre legalidad y legitimidad”. In: ZUAZO, Moira; FAGUET, Jean-Paul; BONIFAZ, G (Orgs.). *Descentralización y democratización en Bolivia: La historia del Estado débil, la sociedad rebelde y el anhelo de democracia*. La Paz, Bolivia, Friedrich Ebert Stiftung, 2012, pp. 343-418.

MORTIMORE. D, Michael. “El Estado y los bancos transnacionales Enseñanzas de la crisis boliviana de endeudamiento público externo”. *Revista de la CEPAL*, n. 4, Santiago de Chile, agosto de 1981, pp. 125-150.

NARCISO, Pedro. Felipe. *Teoria do Estado e estratégia socialista no século XX: Lênin, Gramsci e os eurocomunistas*, *Revista Espaço Acadêmico*, n. 200, Janeiro de 2018.

NOVAIS, Fernando., “Portugal e Brasil - antigo sistema colonial”. *Palestra*. Unicamp, Campinas, 1992.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JsAXNoumgS8&t=636s>

\_\_\_\_\_.; FORASTIERI, Rogério.“Introdução: Para a historiografia da Nova História”. In: NOVAIS, Fernando; FORASTIERI, Rogério (Orgs.). *Nova História em Perspectiva*. São Paulo, Cosac Naify, 2011, pp. 7-70.

NUNES RODRIGUES. Juliana Nunes. “A contribuição teórica de Michael Mann em um estudo comparativo sobre a cooperação intermunicipal: França e Brasil”. *Geosul*, Florianópolis, v. 26, n. 52, jul./dez. 2011, pp. 35-56.

OSTRIA, Gustavo Rodríguez. “Las antinomias del nacionalismo revolucionario Documento para el debate”. In: ZUAZO, Moira; FAGUET, Jean-Paul; BONIFAZ, G (Orgs.). *Descentralización y democratización en Bolivia: La historia del Estado débil, la sociedad rebelde y el anhelo de democracia*. La Paz, Friedrich Ebert Stiftung, 2012, pp. 87-123.

PATCH, Richard W. “United States assistance in a revolutionary setting”. In: TOMASEK Robert D. (Org.). *Latin American Politics*, New York, Anchor Books, 1970.

PATZI, Felix. *Insurgencia y sumisión*. La Paz, Ediciones Yachaywasi, 2007.

PERICÁS, Luiz Bernardo. “Processo e desenvolvimento da revolução boliviana”. *Lutas Sociais*, n. 3, 1997, pp. 109-122.

PNUD, *Human Development Data* (2018). Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/data>

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. Entrevista Fernando Novais. Posfácio Bernardo Ricupero. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

QUIJANO, Anibal. “*Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder* / Aníbal Quijano; selección a cargo de Danilo Assis Clímaco; con prólogo de Danilo Assis Clímaco. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

\_\_\_\_\_.; WALLESTEIN, Immanuel. “La americanidade como concepto, o América en el moderno sistema mundial”. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, UNESCO, n. 134, dezembro de 1992, pp. 583-592.

REINAGA, Fausto, *La Revolución india*. Quarta edição. La Paz, MINKA, 2010.

REYES, F. S. “As perdas territoriais do Estado boliviano” GEOUSP, *Espaço e Tempo*, São Paulo, 2009, pp. 161 – 181.

RIVERA, Silvia. “El mallku y la sociedad colonial en el siglo xvii el caso de Jesús de Machaca”, *Avances*, n. 1, La Paz, 1978.

\_\_\_\_\_. *Oprimidos pero no vencidos: Luchas del campesinato aymara y qhechwa 1900-1980*. Quarta edição. La Paz, La Mirada Salvaje, 2010.

ROBINSON, Joan. “*Liberdade e Necessidade – Uma Introdução ao Estudo da Sociedade*”. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. In: *Sraffa e Joan Robinson*. São Paulo, Editora Nova Cultural. Coleção “Os Economistas”, 1997 pp. 235-343.

ROCHA, M. Santoro. “A outra vola do bumerangue: Estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952 -2006)”. In: *Bolívia: de 1952 ao século XXI*. Insituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, pp. 12-61.

SANDÓVAL, I, Rodríguez. *Historia de Bolívia: desarrollo histórico-social boliviano*. 4ª edição. *Ministério do Trabalho, emprego e previdência social*, 2016.

SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo. “Autodeterminação das Massas em uma Sociedade “Abigarrada”: René Zavaleta Mercado e as bases para um marxismo renovado na Bolívia”, *REBELA*, v. 2, n. 1, jun. 2012, pp. 30-44.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais em movimento: o grupo Comuna na construção hegemônica antineoliberal na Bolívia*. Dissertação. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

SILVA Da. Afonso. “Marx e a questão russa”. *Cadernos Cemarx*, n. 5, 2009.

TAPIA, M. Luis. *La producción del conocimiento local. Historia y política en la obra de René Zavaleta*. La Paz Lugar, CIDES-UMSA, Posgrado en Ciencias del Desarrollo, Muela del Diablo Editores, Editorial/Editor, 2002.

TEIJEIRO, José Villarroel. “La rebelión permanente: crisis de identidad y persistencia étnico-cultural aymara en Bolivia”. In: *Programa de Investigación Estratégica en Bolivia, PIEB*. La Paz, Plural Editores, 2007.

UNCTAD. *Unctadstat*, 2018. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/EN/>

URQUIDI, Vivian, *Questão nacional na Teoria Social Latino-americana e o Plurinacionalismo como questão*. 37º Encontro anual da ANPOCS, 2013. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st02/8394-do-nacional-popular-ao-plurinacional-como-projeto-de-estado/file>

URRUTIA, Carlos López. *Guerra del Pacífico*. Madri, Ristre Multimedia, Pozuelo de Alarcón, 2008.

VELARD, José. *Historia de Bolivia Toma II: La Bolivianidad Semifeudal*. 2. Edição. La Paz; Cochabamba, Editorial Los Amigos del Libro, 1981.

\_\_\_\_\_. *Historia de Bolivia Toma III: La Bolivianidad Semicolonial*. 2.ed. La Paz; Cochabamba, Editorial Los Amigos del Libro, 1981.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial I: la agricultura capitalista y los orígenes de economía-mundo en el siglo XVI*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1979.

\_\_\_\_\_. *El moderno sistema mundial II: el mercantilismo y la consolidação da economia- mundo europeia, 1600-1750*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1984.

\_\_\_\_\_. *El Futuro de la civilización capitalista*. Barcelona, Icaria Editorial, Ausiàs Marc, 1997.

\_\_\_\_\_. *El moderno sistema mundial III: la segunda era de gran expansión de la economia-mundo, 1730-1850*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1998.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo histórico & civilização capitalista*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.

\_\_\_\_\_. *Após o Liberalismo – em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo historico y movimientos antisistemicos*. Tradução de Juan Mari Maderiaga. Espanã, Ediciones Akal, 2004.

\_\_\_\_\_. “Análisis del sistema-mundo: una introducción” .Tradução de Carlos Daniel Schroeder, México, Siglo Veintiuno Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. *Impensar a Ciência Social: os limites dos paradigmas do século XIX*. São Paulo, Idéias e Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *O universalismo europeu – a retórica do poder*. São Paulo, Boitempo, 2007.

WHITEHEAD, Laurence. *The United States and Bolivia, a case of neo-colonialism*. Londres, Haslemere Group Publications, 1969.

WILLIAMSON, John. “Reformas políticas na América Latina na década de 80”. *Revista de Economia Política*. Vol. 12, nº 1 (45), janeiro-março, 1992, pp. 43-49.

YAMPARA, Simón. *Reencuentro entre la búsqueda y retorno de la armonia original*. La Paz, Ediciones Qamañ-Pacha, 1995.

YAPU, Mario. "Modernidad y pensamiento descolonizador. Memoria del Seminario internacional". In: *Actes & Mémoires de l'Institut français d'études andines*, 10, La Paz, Fundación PIEB - Institut français d'études andines. IFEA, 2006.

ZAVALETA MERCADO, René. “Considerações gerais sobre a história da Bolívia (1932-1971)”. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *América Latina: história de meio século*. Brasília, EDUnB, 1988.

\_\_\_\_\_. *El estado en America Latina*. Cochabamba, La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1990.

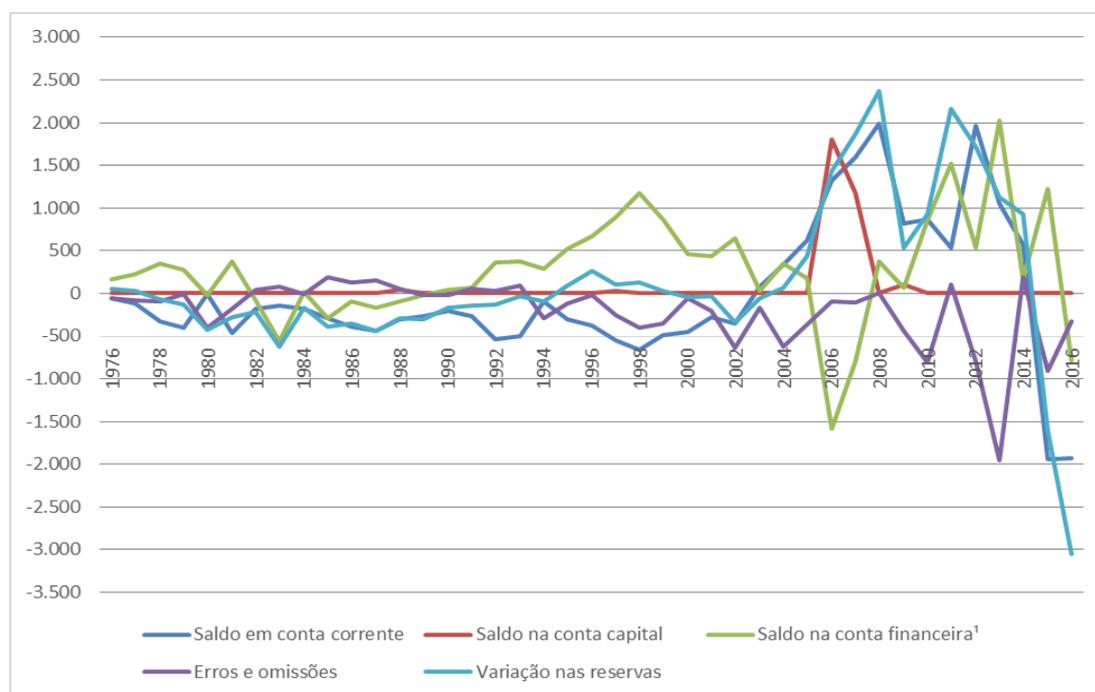
\_\_\_\_\_. “Las masas en Noviembre”. In: ZAVALETA MERCADO, René. *Las masas en Noviembre*. Bogotá, Siglo del Hombre Editores CLACSO Editorial/Editor, 2009, pp. 207-262.

\_\_\_\_\_. *La autodeterminación de las masas*. Antología y presentación, Luis Tapia. México, Siglo XXI Editores; Buenos Aires, CLACSO, 2015

ZUAZO, Moira; FAGUET, Jean-Paul; BONIFAZ, G (Orgs.). *Descentralización y democratización en Bolivia: La historia del Estado débil, la sociedad rebelde y el anhelo de democracia*. La Paz, Friedrich Ebert Stiftung, 2012.

## Anexo – Evolução dos Indicadores socioeconômicos da Bolívia entre 1950 e 2016

**Gráfico 20 - Bolívia: Evolução do saldo do balanço de pagamentos entre 1976 e 2016**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

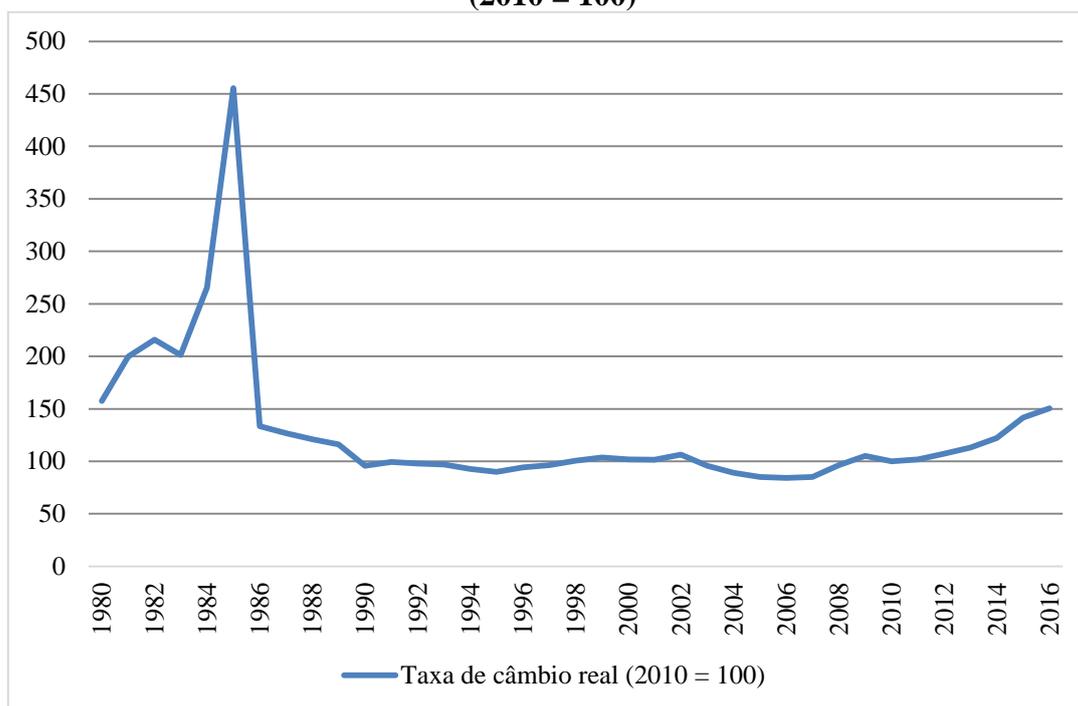
**Tabela 15 - Bolívia: Evolução do saldo médio da conta corrente, de capital e financeira entre 1976 e 2016 (milhões de dólares)**

Conta	1976-1985	1986-2005	2006-2016
Saldo em conta corrente	-215,2	-270,7	623,0
Saldo na conta capital	0,0	5,5	280,9
Saldo na conta financeira¹	44,6	270,6	327,1
Variação de reservas	-221,8	-65,4	765,0

1. Excluídas as reservas internacionais

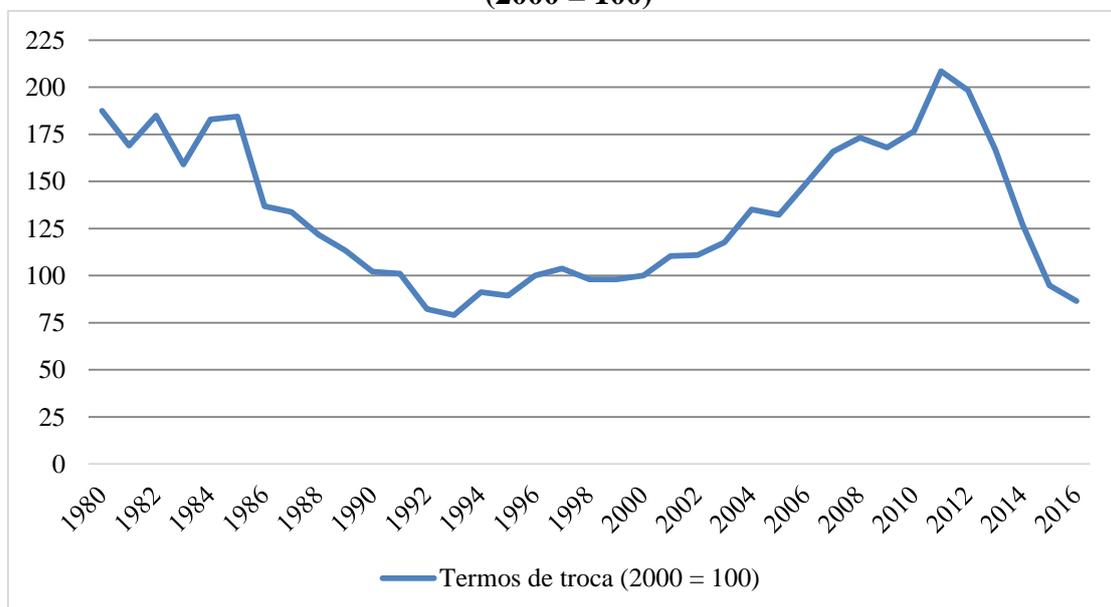
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 21 - Bolívia: Evolução da taxa de câmbio real entre 1980 e 2016 (2010 = 100)**



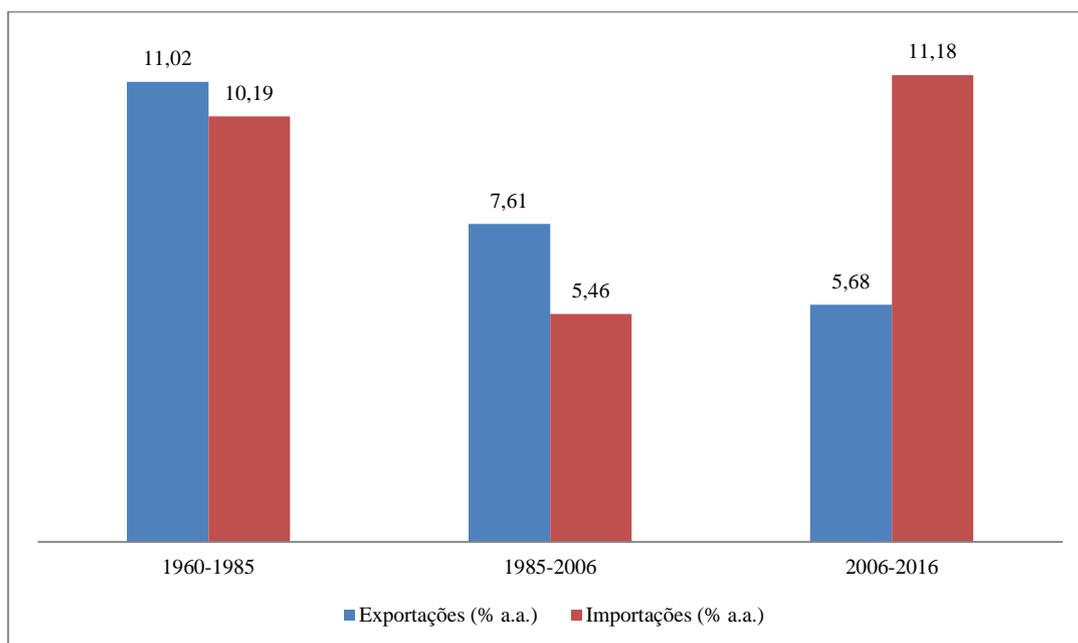
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 22 - Bolívia: Evolução do índice de termos de troca entre 1980 e 2016 (2000 = 100)**



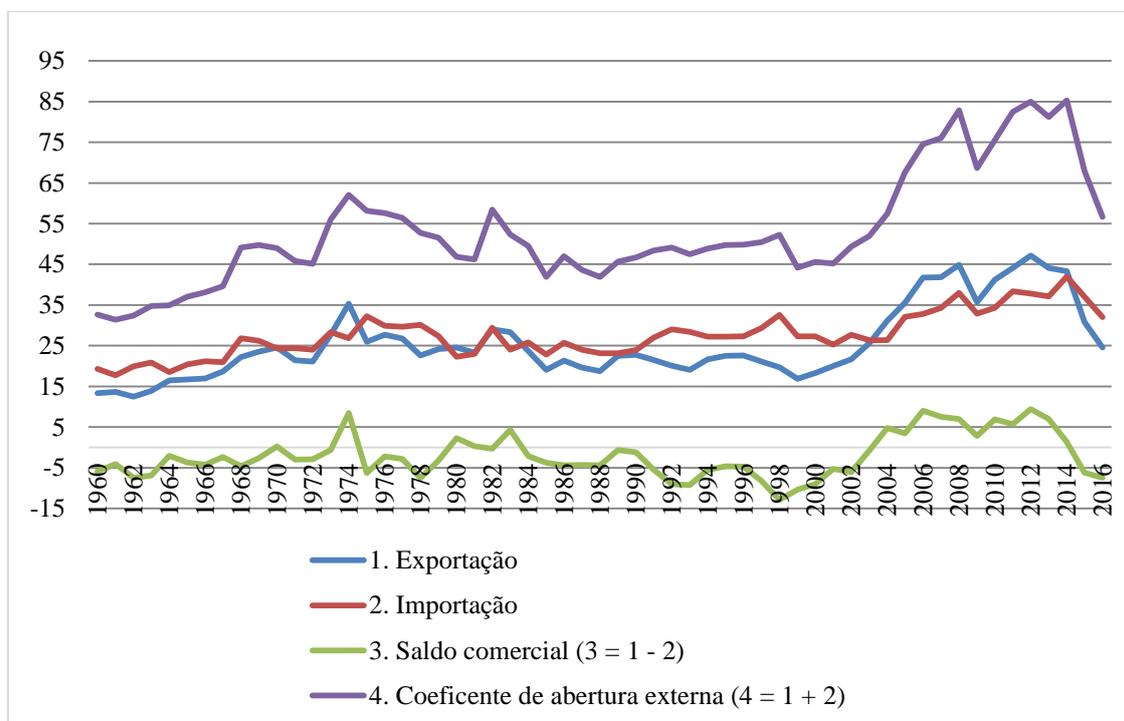
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 23 - Bolívia: Evolução da taxa de crescimento anual média das exportações e importações de bens e serviços (% a.a.)**



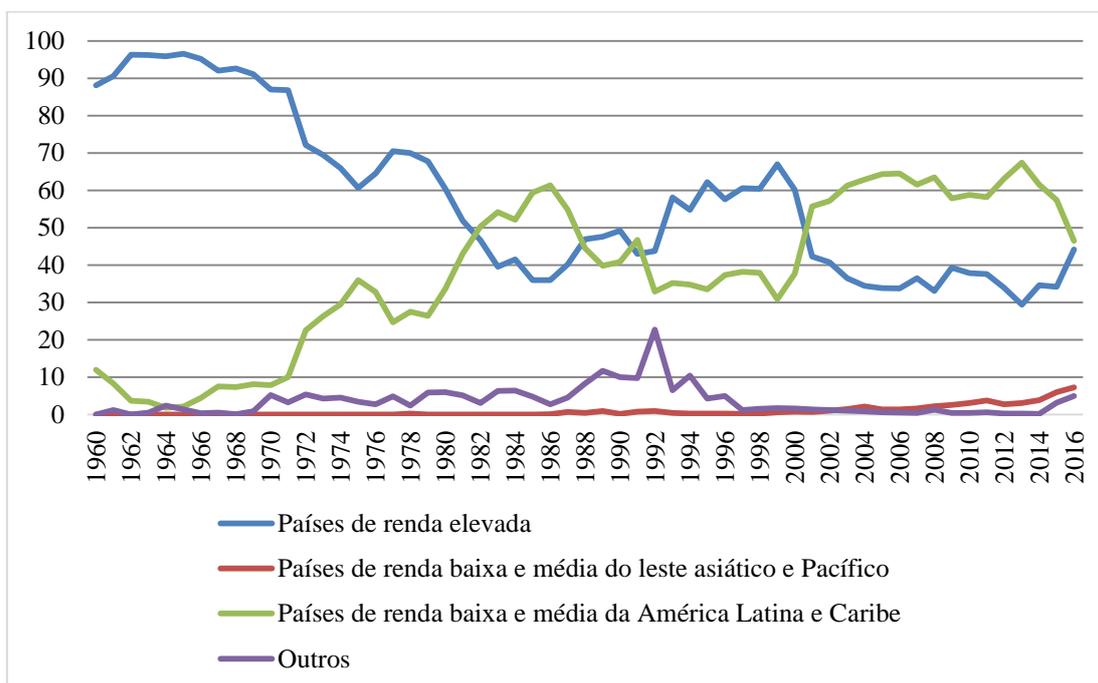
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 24 - Bolívia: Evolução das exportações e importações de bens e serviços, saldo comercial e coeficiente de abertura entre 1960 e 2016 (% do PIB)**



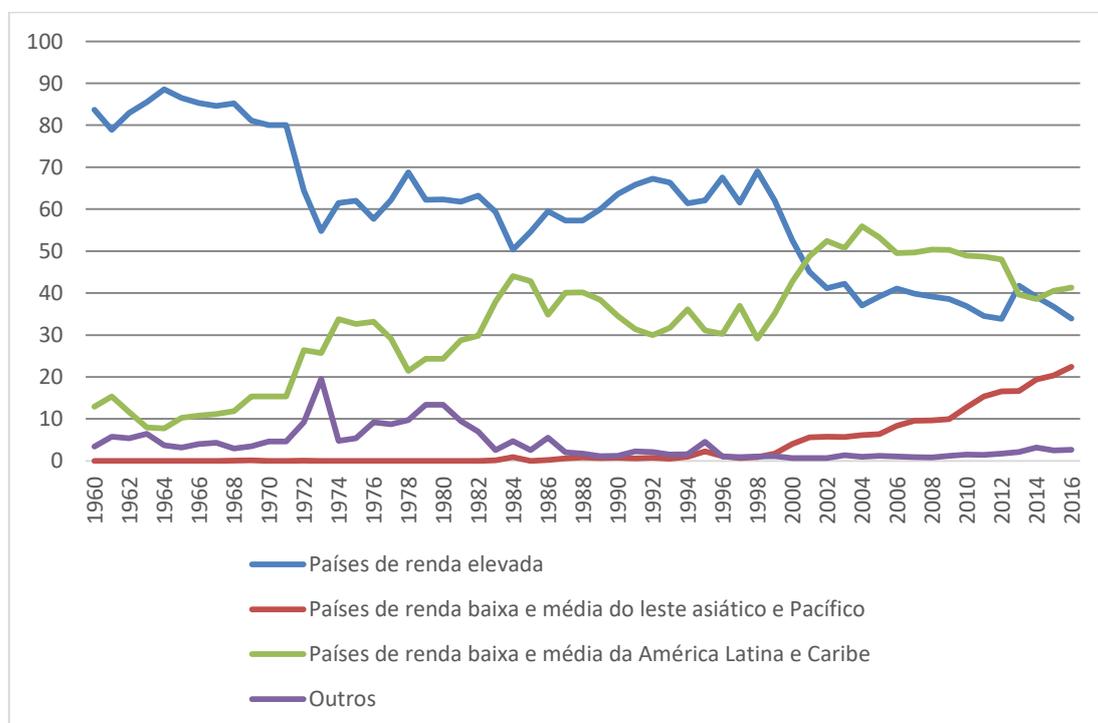
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 25 - Bolívia: Evolução da composição do destino das exportações de bens por grupo de países entre 1960 e 2016 (% das exportações)**



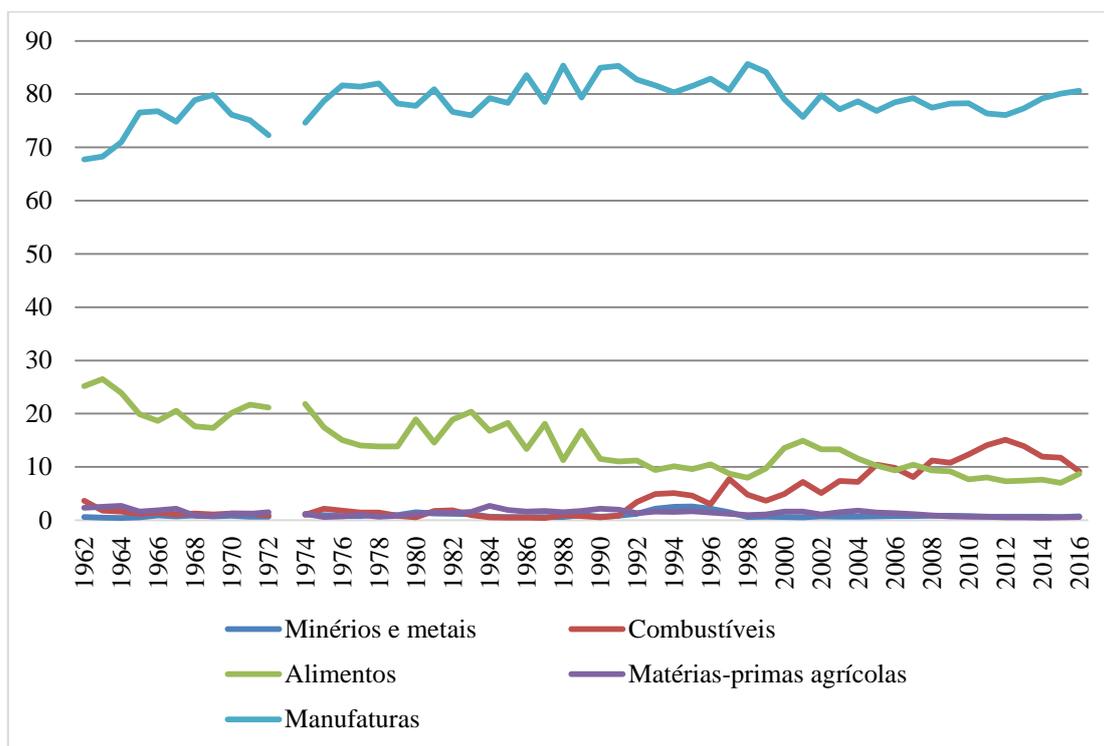
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 26 - Bolívia: Evolução da composição da origem das importações de bens por grupo de países entre 1960 e 2016 (% das importações)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

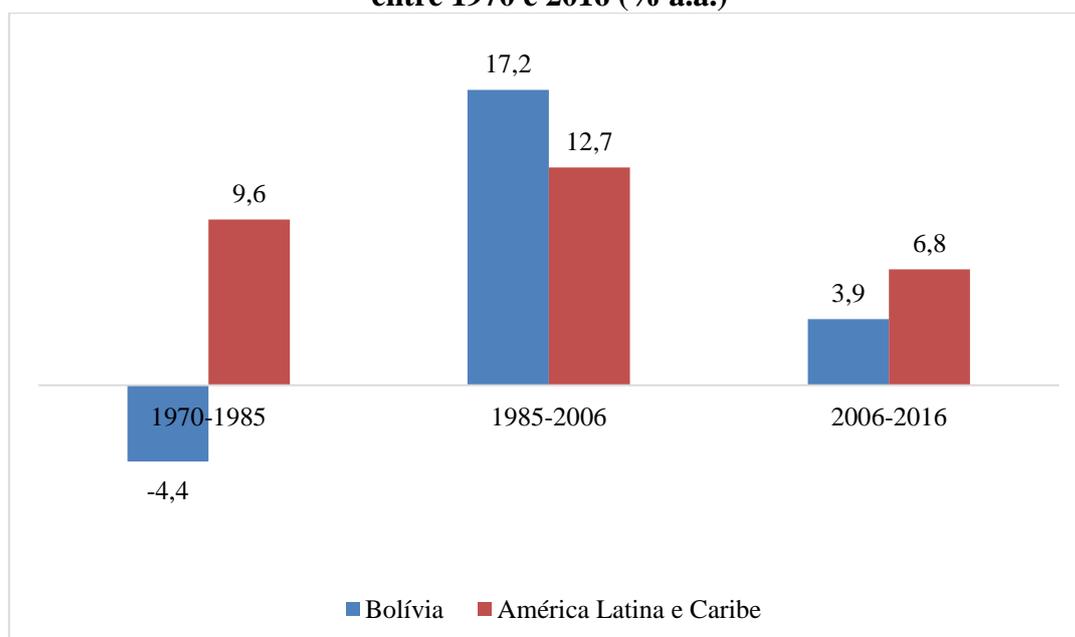
**Gráfico 27 - Bolívia: Evolução da composição da pauta de importações de bens entre 1962 e 2016 (% das importações)**



Obs.: Dados não disponíveis para o ano de 1973.

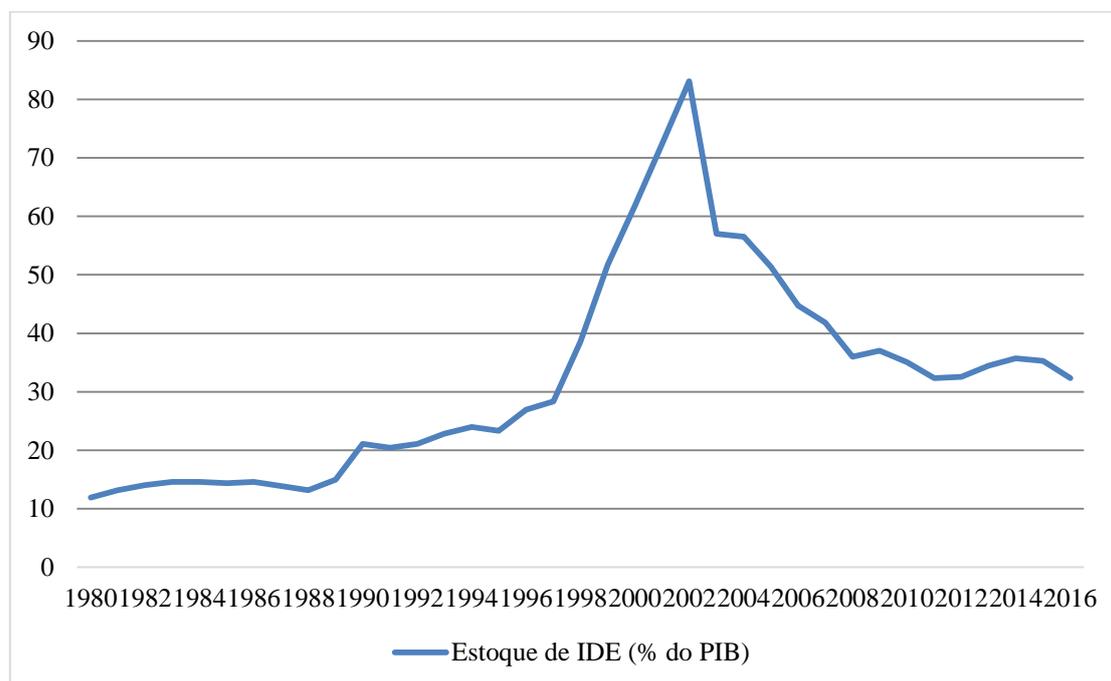
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 28 - Comparação das taxas anuais médias de crescimento do IDE líquido na Bolívia e na América Latina e Caribe em períodos seleccionados entre 1970 e 2016 (% a.a.)**



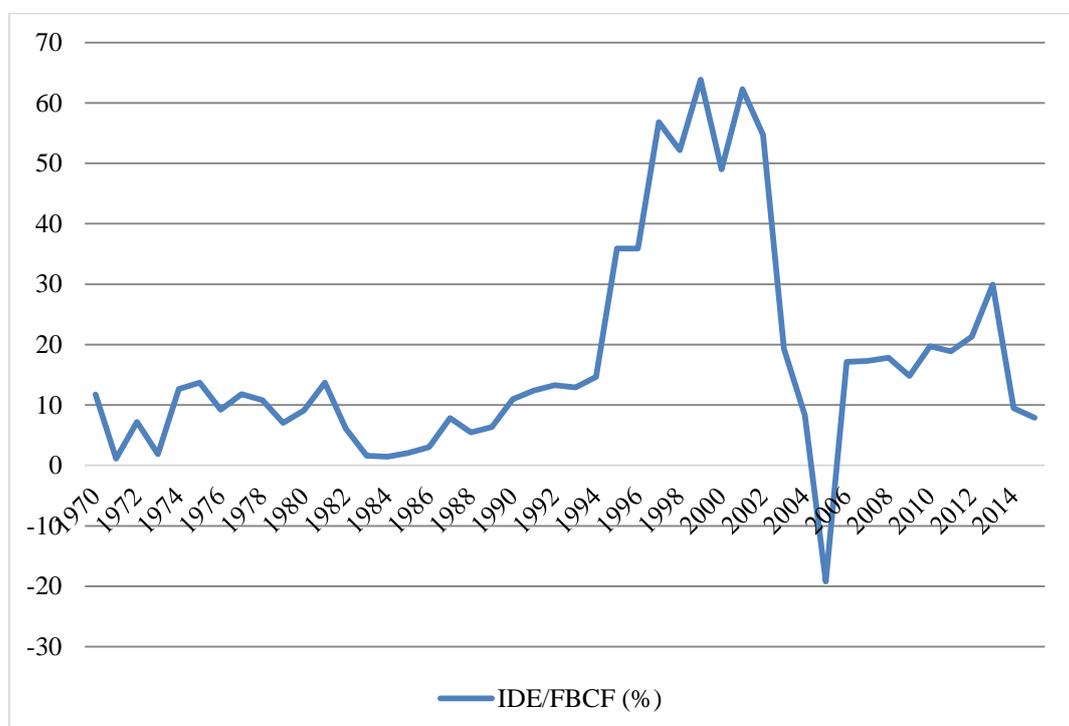
Fonte: UNCTAD, *Unctadstat* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 29 - Bolívia: Evolução do estoque de IDE no país em relação ao PIB entre 1980 e 2016 (% do PIB)**



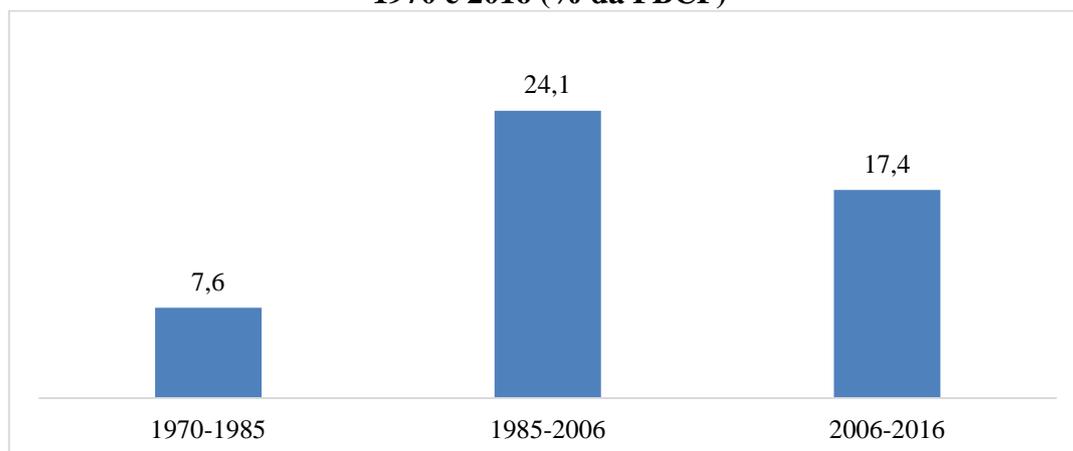
Fonte: UNCTAD, *Unctadstat* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 30 - Bolívia: Evolução da proporção entre o ingresso de IDE e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) entre 1970 e 2016 (% da FBCF)**



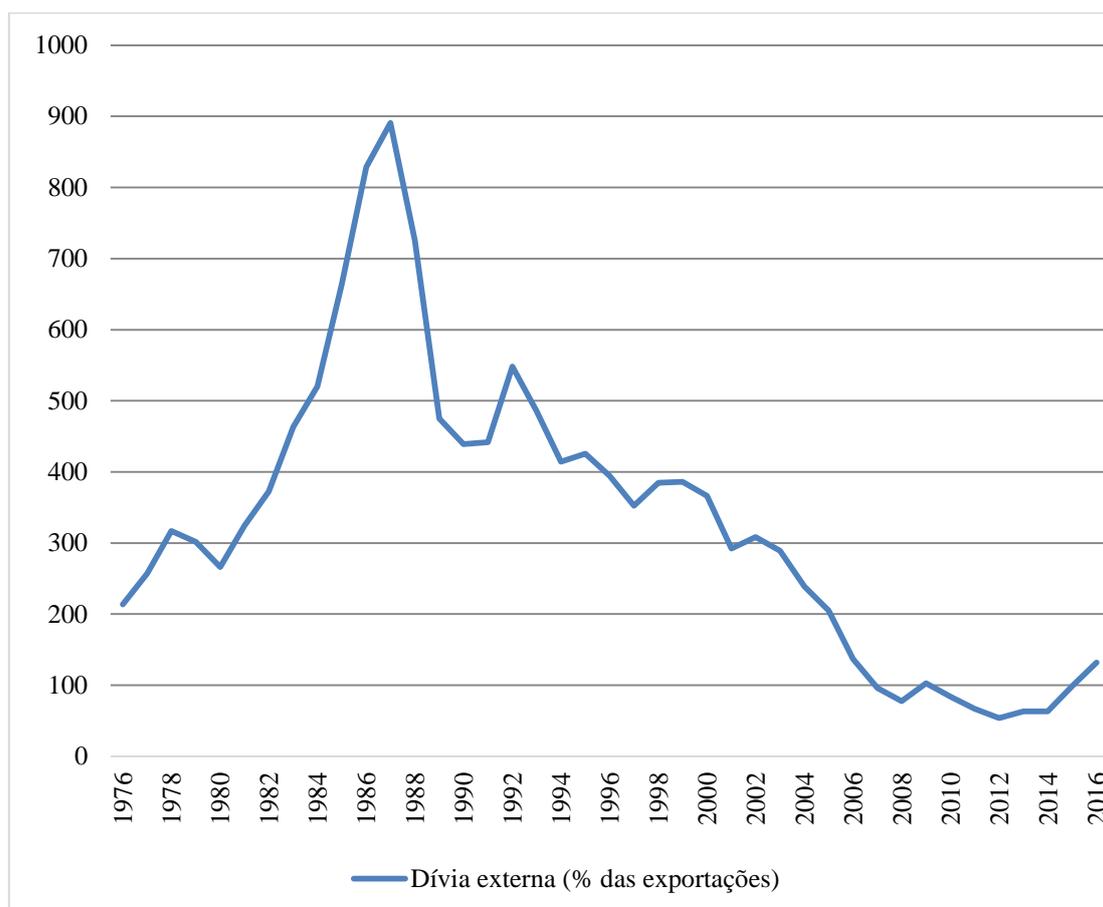
Fonte: UNCTAD, *Unctadstat* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 31 - Bolívia: Evolução da proporção média entre o ingresso de IDE e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em períodos seleccionados entre 1970 e 2016 (% da FBCF)**



Fonte: UNCTAD, *Unctadstat* (2018). Elaboração própria.

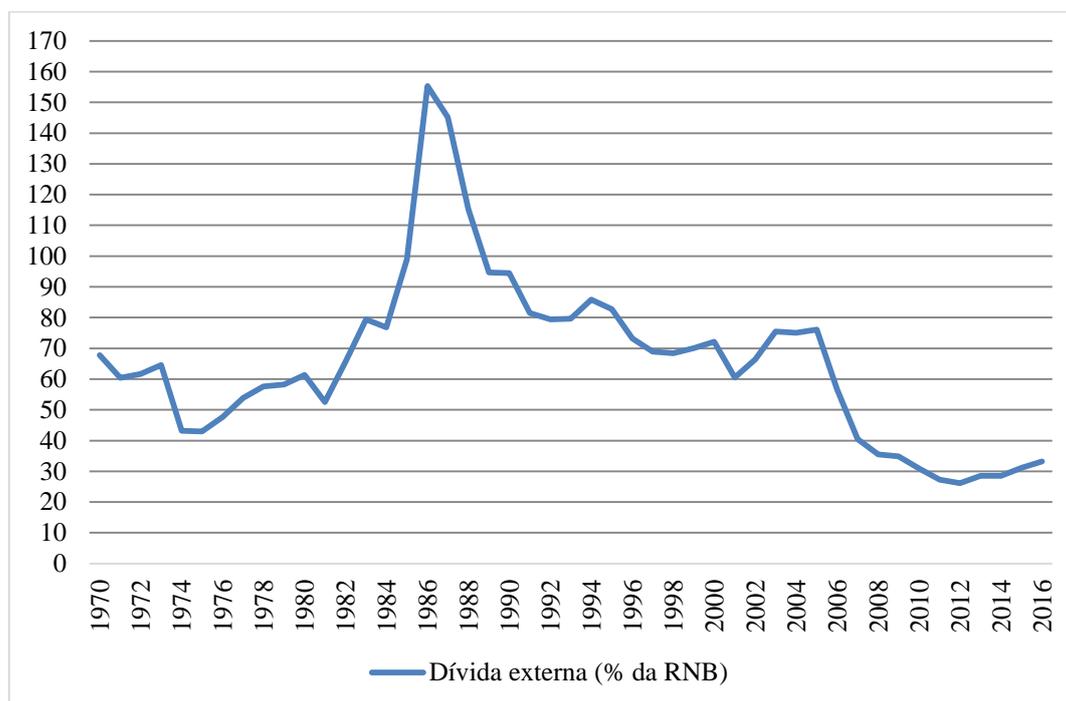
**Gráfico 32 - Bolívia: Evolução do estoque total da dívida externa como proporção das exportações entre 1976 e 2016 (% das exportações)**



Obs.: Inclui as exportações de bens, serviços e o ingresso de rendas.

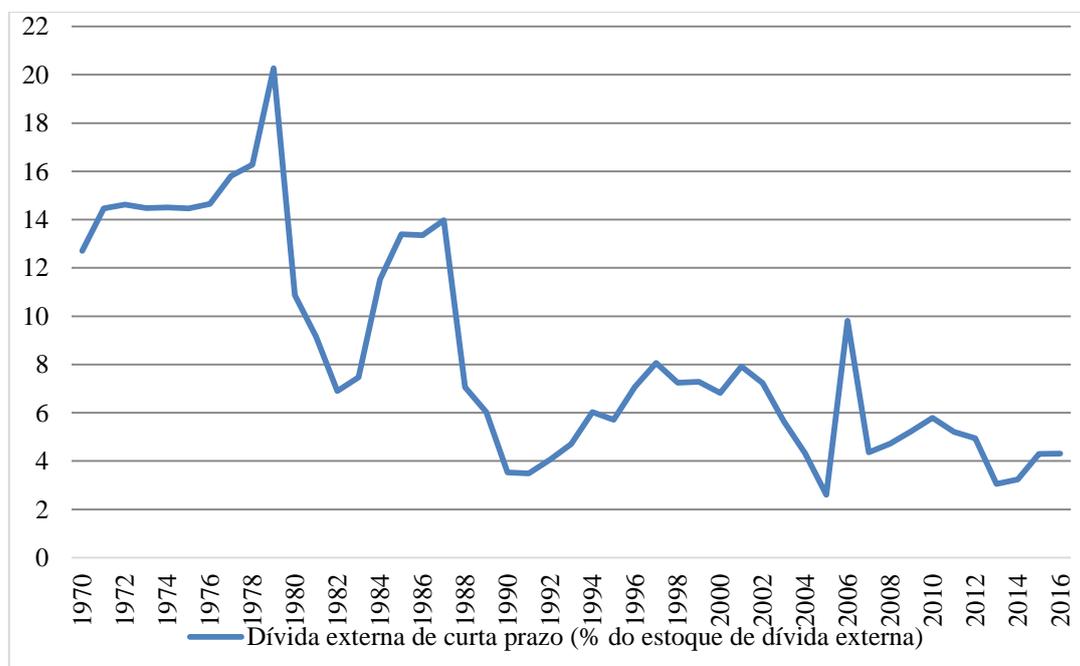
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria

**Gráfico 33 - Bolívia: Evolução do estoque total da dívida externa como proporção da RNB entre 1970 e 2016 (% da RNB)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

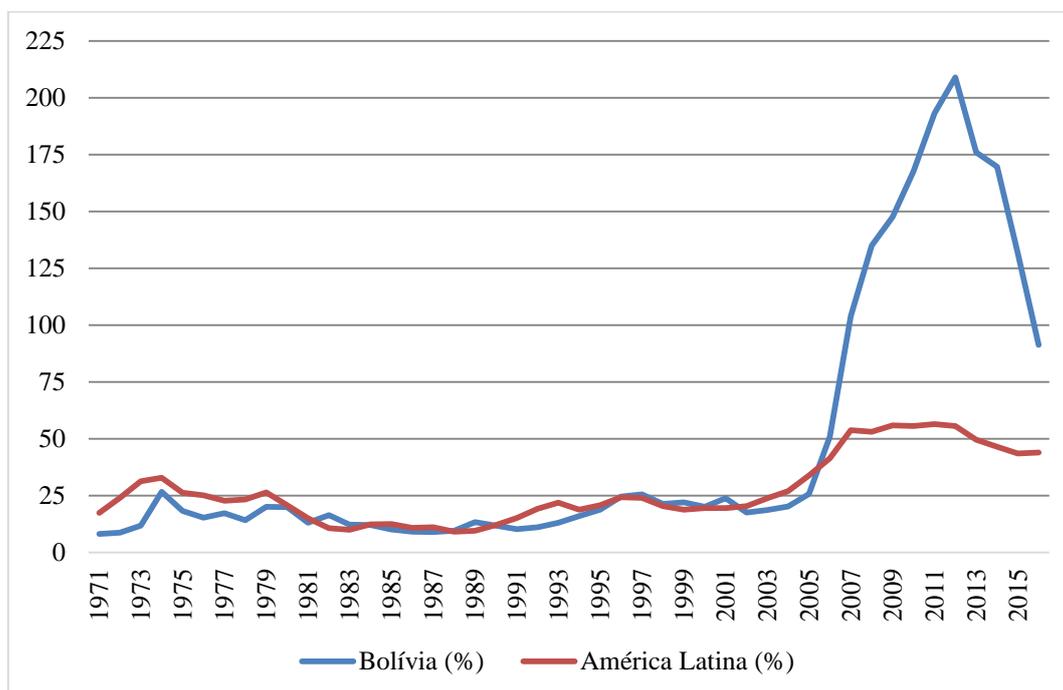
**Gráfico 34 - Bolívia: Evolução do estoque da dívida externa de curto prazo<sup>1</sup> como proporção do estoque da dívida externa entre 1970 e 2016 (% do estoque da dívida externa)**



1: Dívida externa de curto prazo: inclui as dívidas com até um ano de maturação.

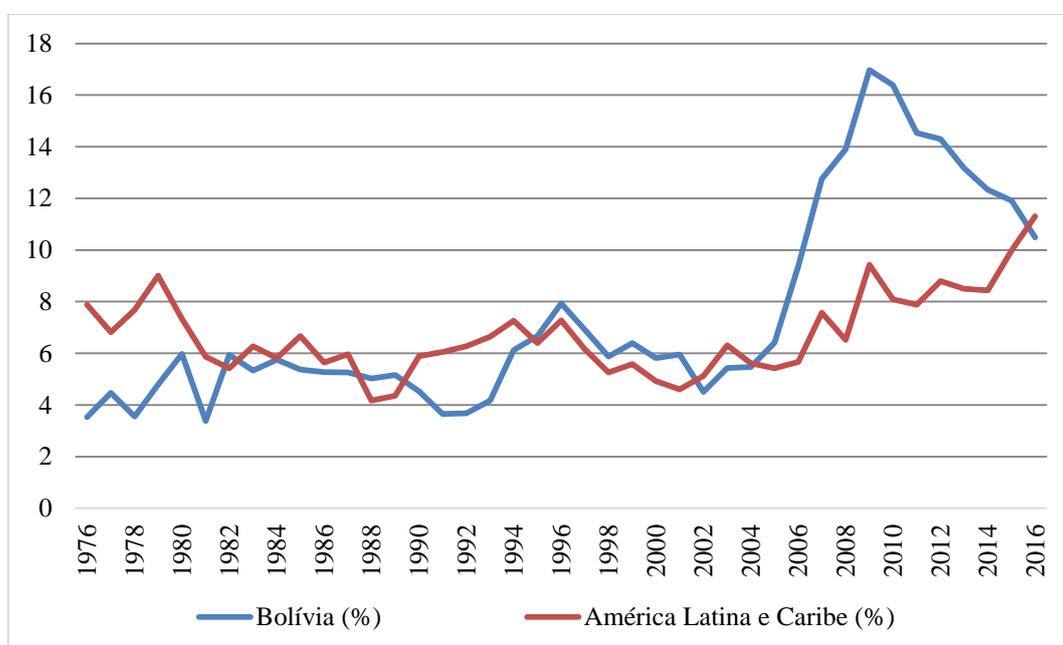
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 35 - Evolução da proporção entre as reservas internacionais e o estoque dívida externa da Bolívia e da América Latina e Caribe entre 1970 e 2016**



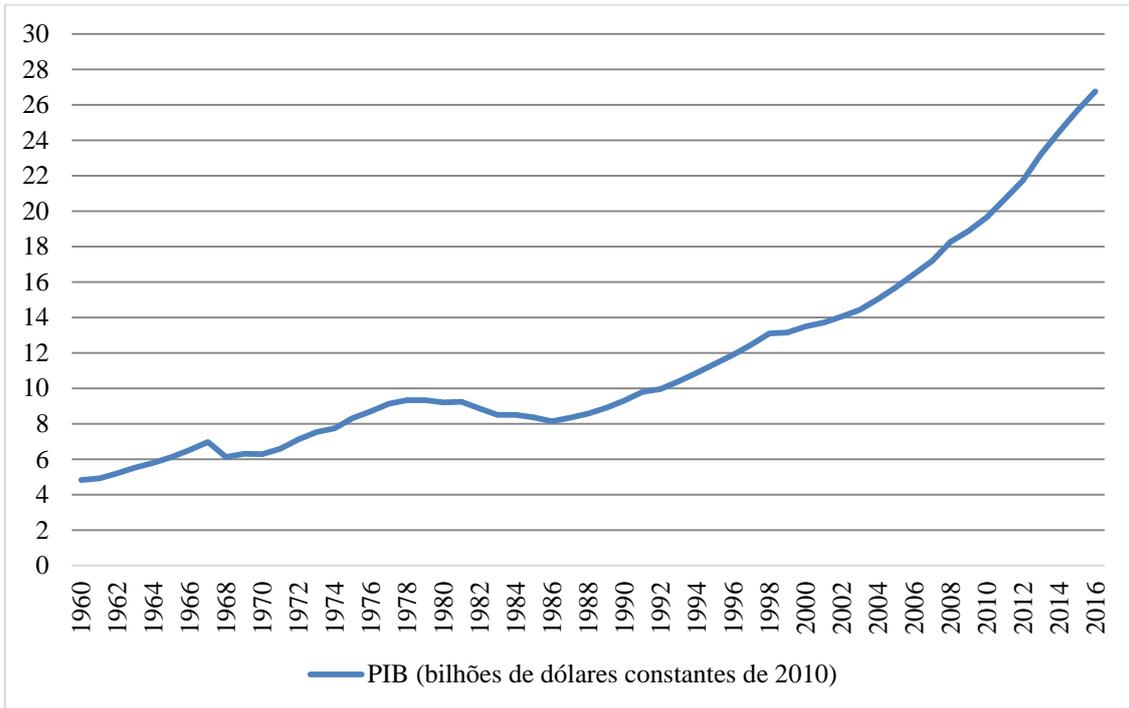
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 36 - Evolução da proporção entre as reservas internacionais e o número de meses de importações para a Bolívia e a América e Caribe entre 1976 e 2016**



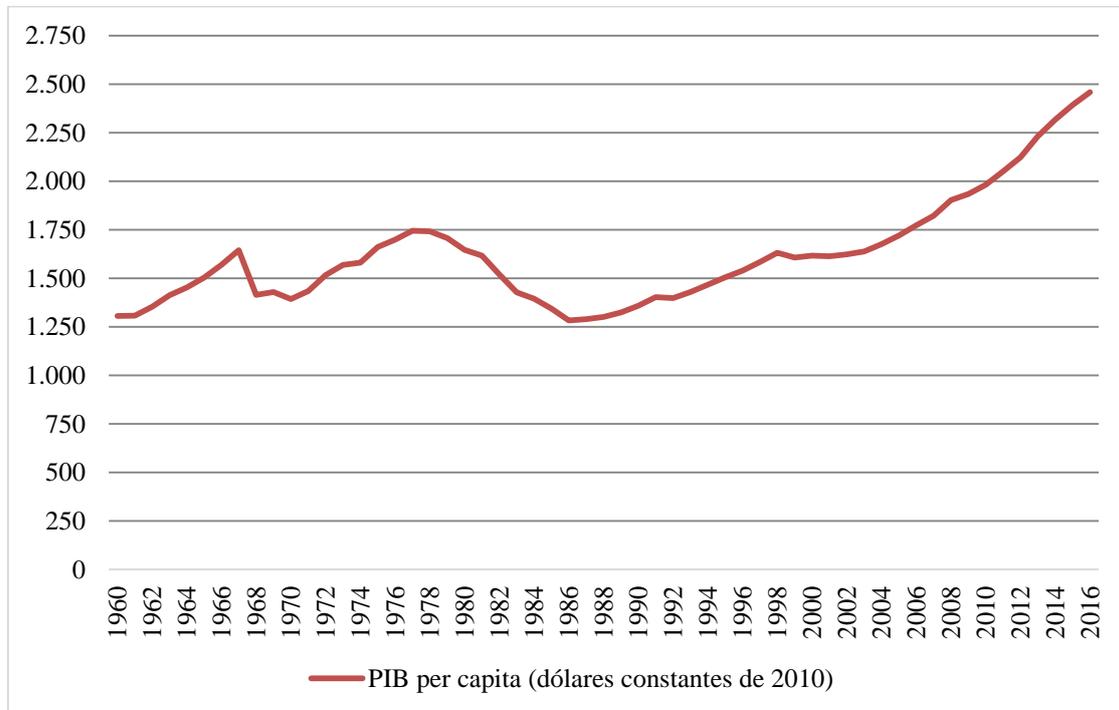
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 37 - Bolívia: Evolução do PIB entre 1960 e 2016 (bilhões de dólares constantes de 2010)**



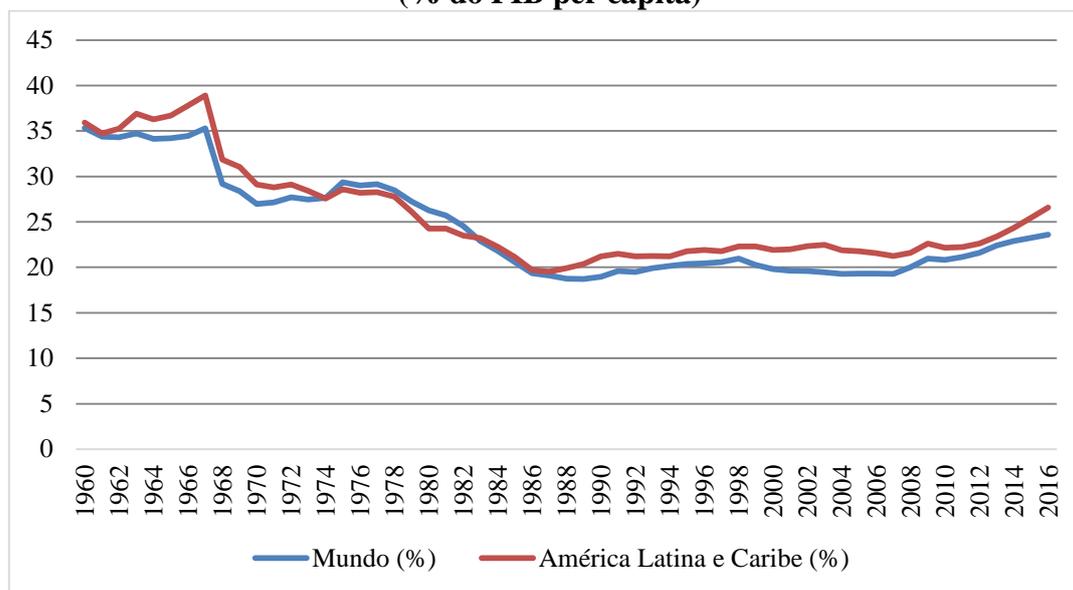
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria

**Gráfico 38 - Bolívia: Evolução do PIB per capita entre 1960 e 2016**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

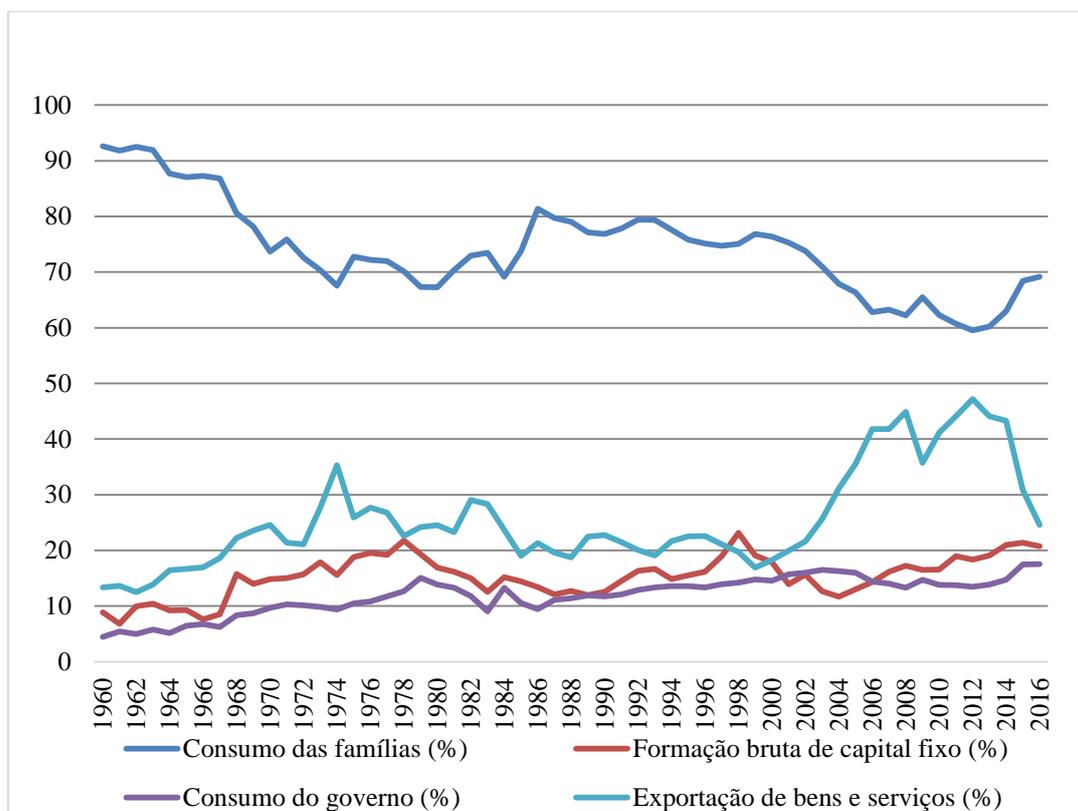
**Gráfico 39 - Bolívia: Proporção do PIB per capita boliviano em relação ao PIB per capita da América Latina e Caribe e do mundo entre 1960 e 2016 (% do PIB per capita)**



Obs.: PIB medido a dólares constantes de 2010.

Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

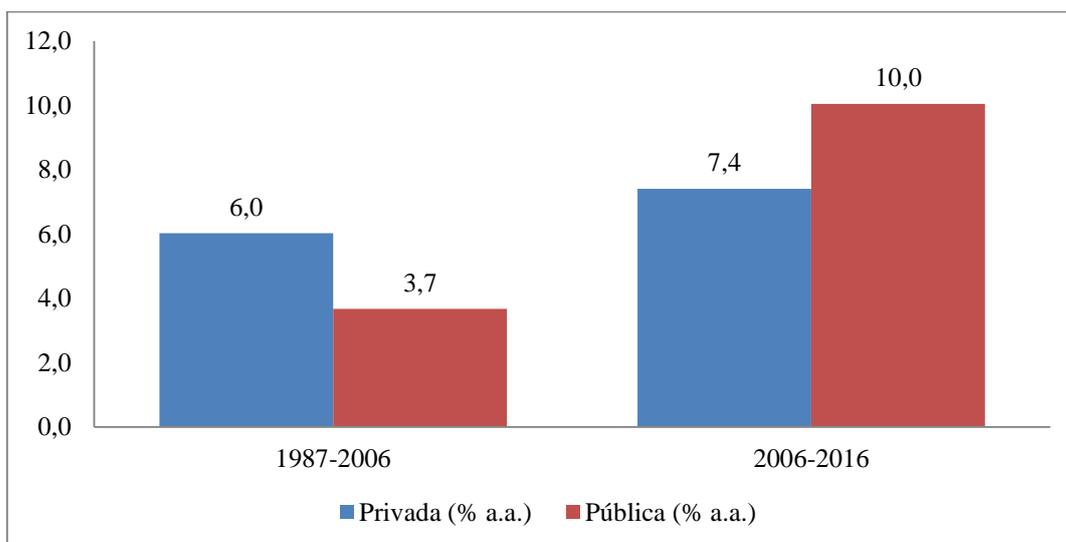
**Gráfico 40 - Bolívia: Evolução da composição do PIB pela ótica da demanda entre 1960 e 2016 (% do PIB)**



Obs.: Exclusive variações de estoques.

Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

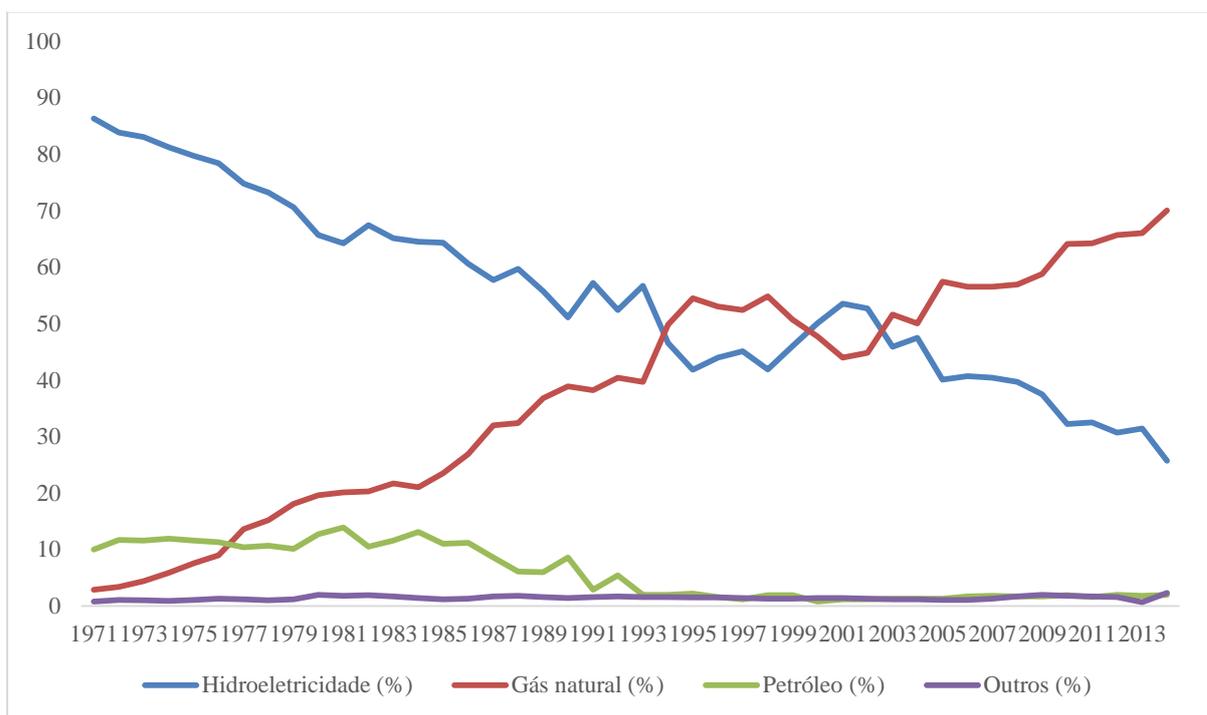
**Gráfico 41 - Bolívia: Evolução das taxas anuais médias da formação bruta de capital fixo público e privada (% a.a.)**



Obs.: PIB medido a dólares constantes de 2010.

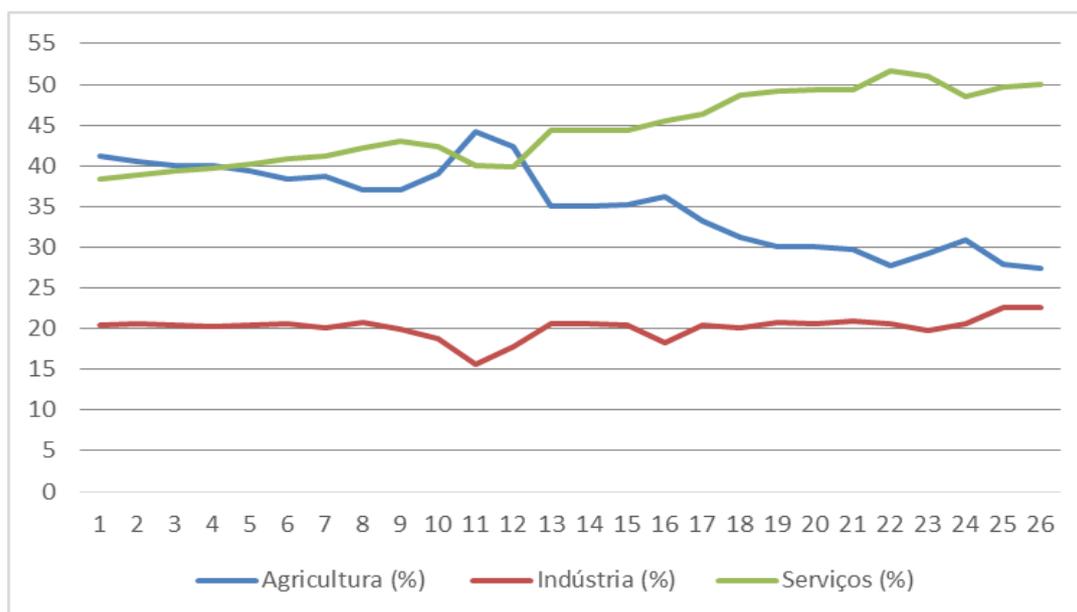
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 42 - Bolívia: Evolução da composição das fontes de geração de energia elétrica entre 1971 e 2014 (% da geração total de energia)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

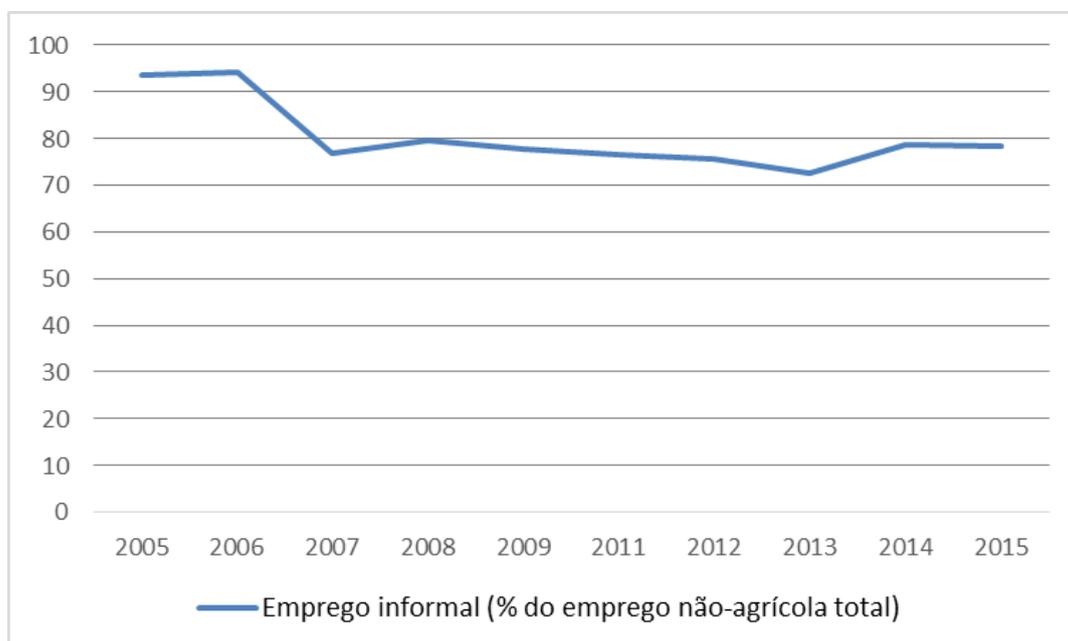
**Gráfico 43 - Bolívia: Evolução da estrutura ocupacional entre 1991 e 2017 (% do total empregado)<sup>1</sup>**



1. Estimado pela OIT.

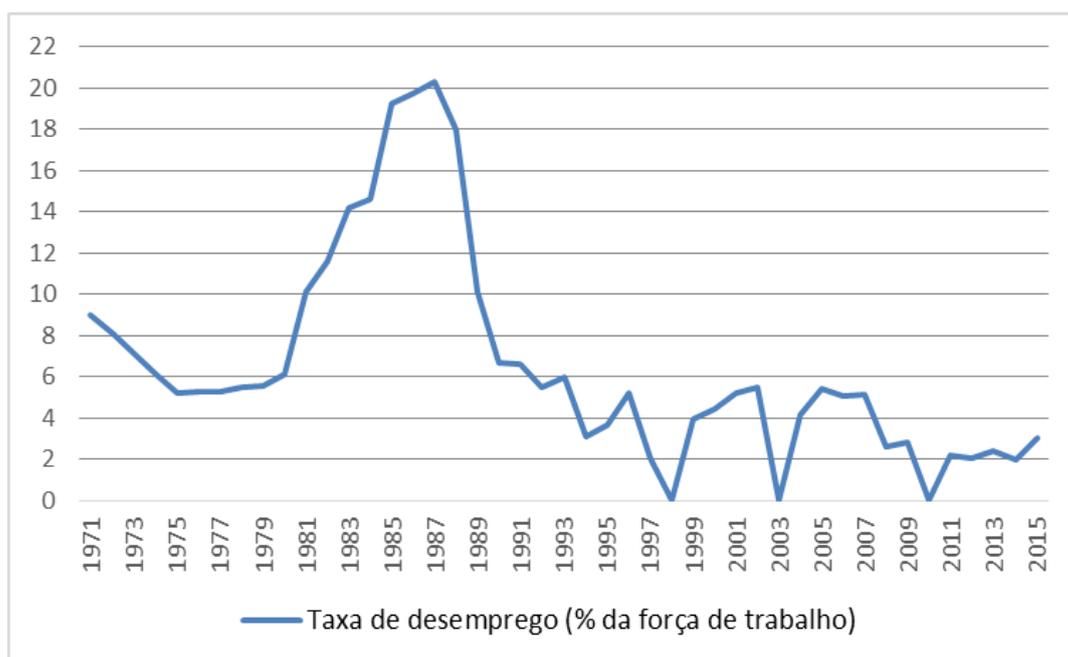
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 44 - Evolução do emprego informal (% do emprego não-agrícola total)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

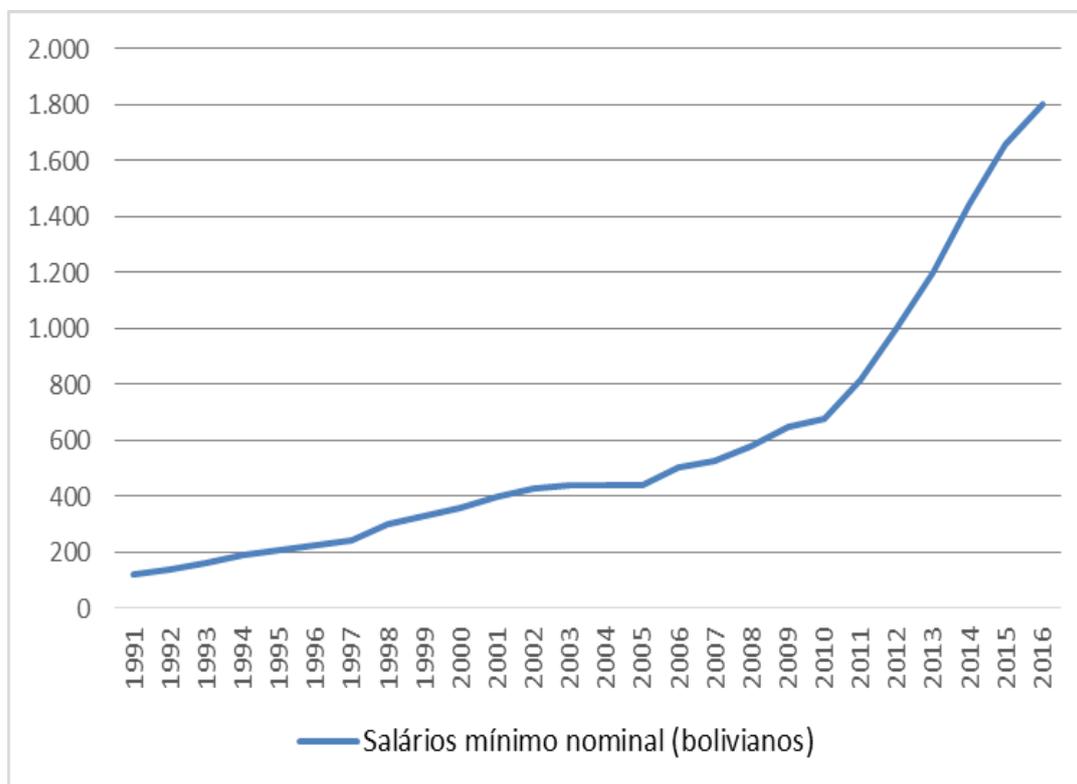
**Gráfico 45 - Bolívia: Evolução da taxa de desemprego entre 1971 e 2016**



1. Estimativa dos órgãos de estatística da Bolívia.

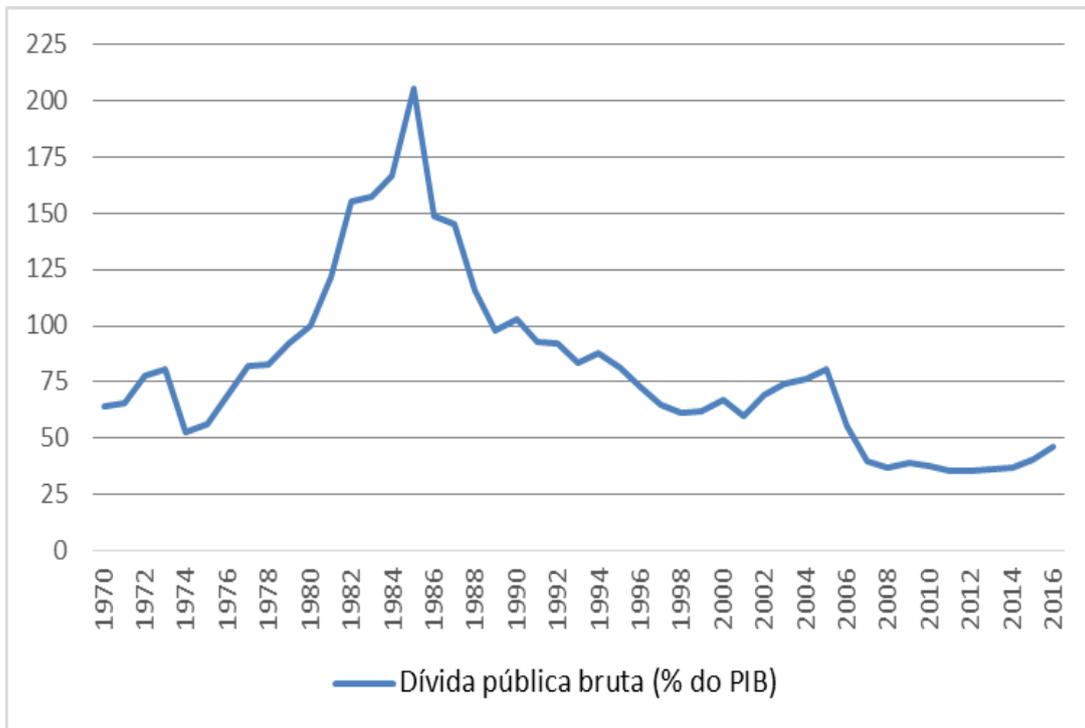
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 46 - Bolívia: Evolução do salário mínimo nominal entre 1991 e 2016 (bolivianos)**



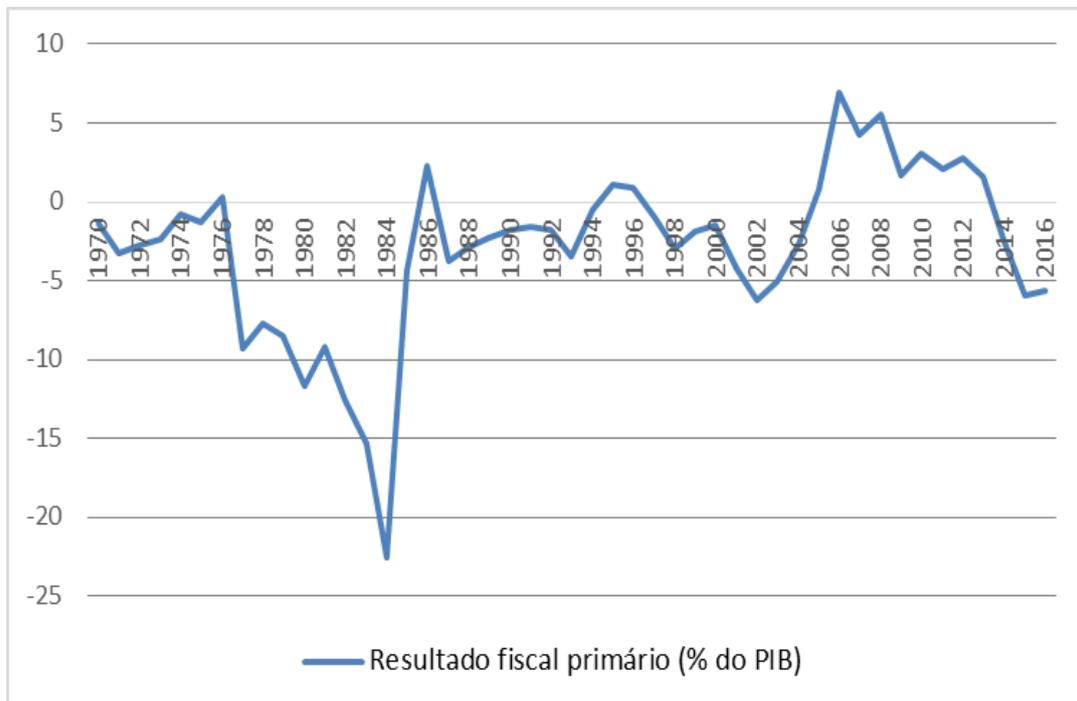
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 47 - Bolívia: Evolução da carga tributária como proporção do PIB entre 1950 e 2016 (% do PIB)**



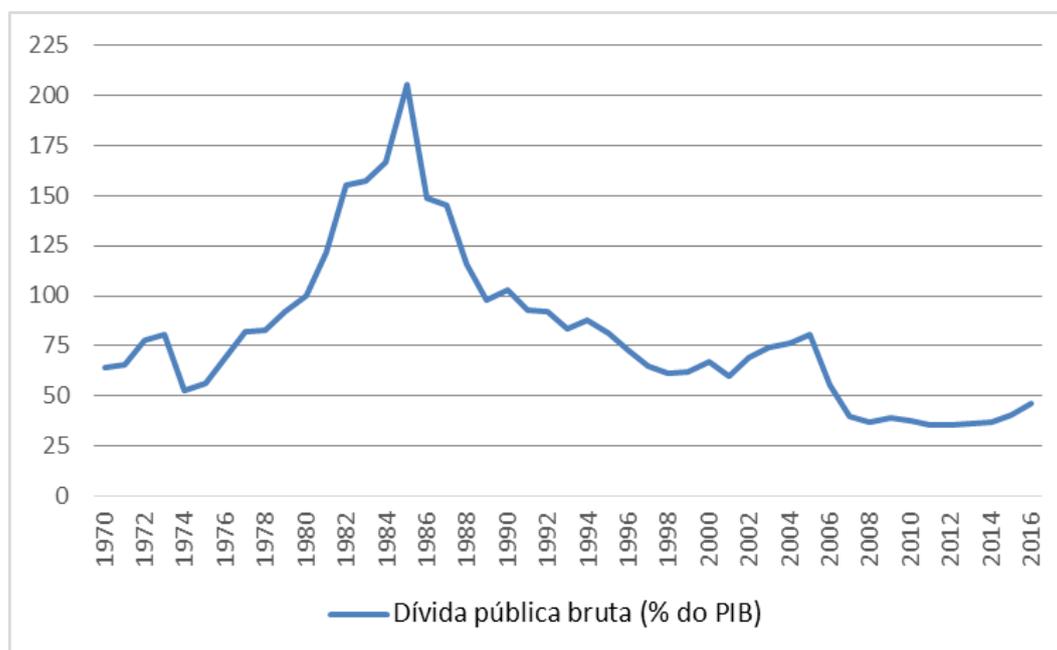
Fonte: Fundo Monetário Internacional (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 48 - Bolívia: Evolução do resultado fiscal primário como proporção do PIB (% do PIB)**



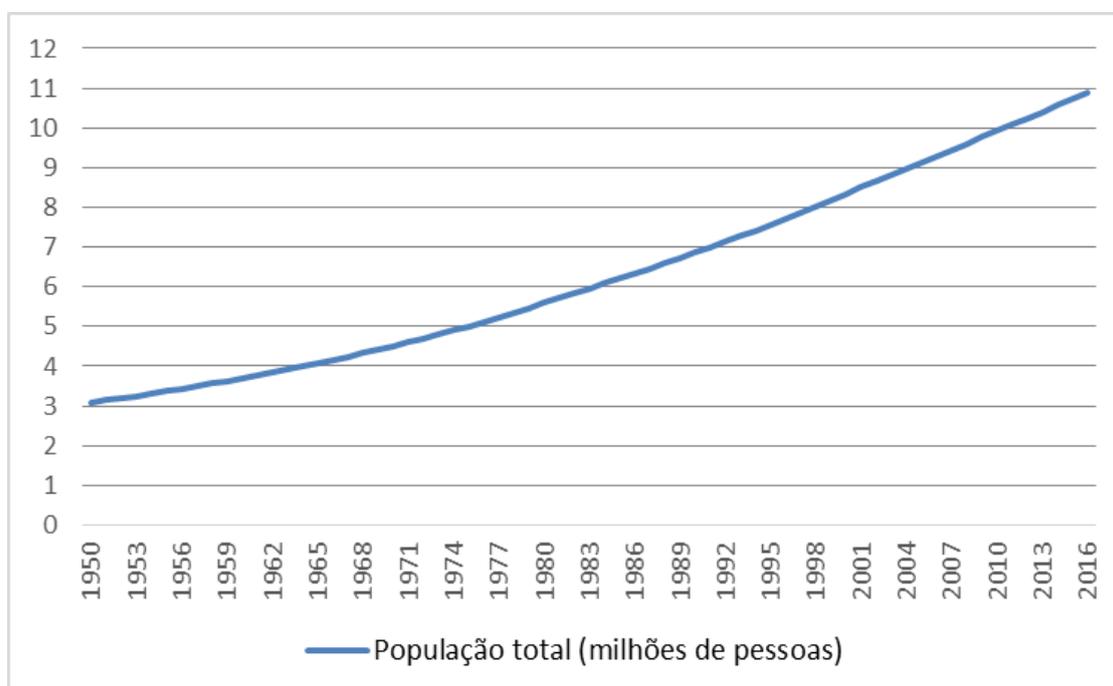
Fonte: Fundo Monetário Internacional (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 49 - Bolívia: Evolução da dívida pública bruta como proporção do PIB entre 1970 e 2016 (% do PIB)**



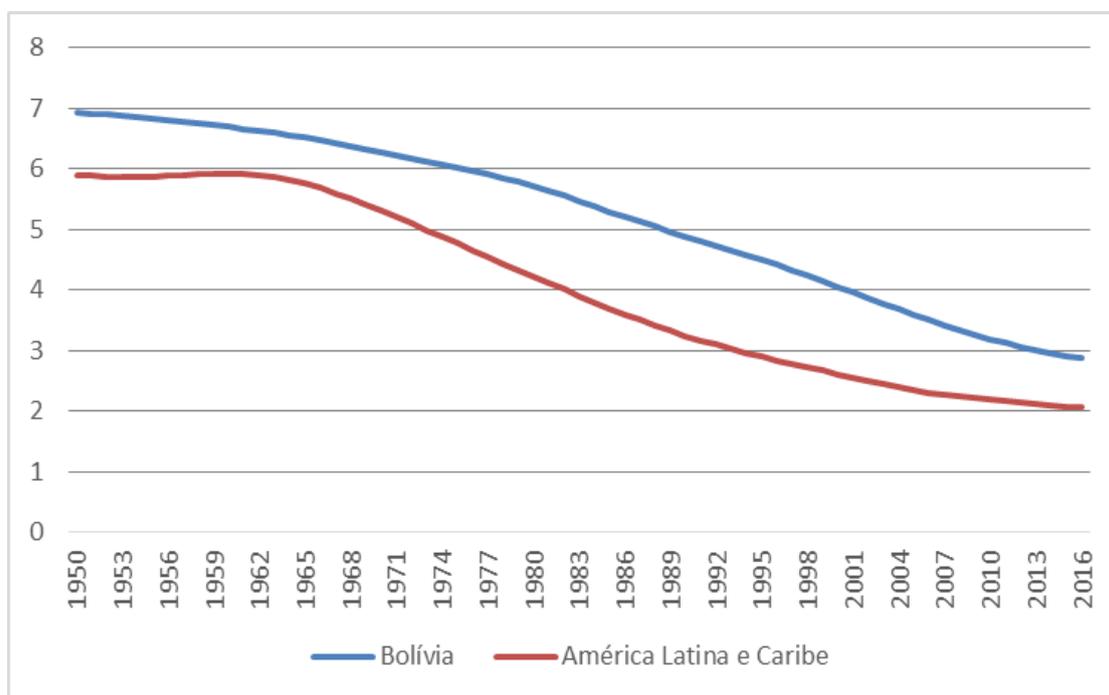
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 50 - Bolívia: Evolução da população total entre 1960-2016 (milhões de pessoas)**



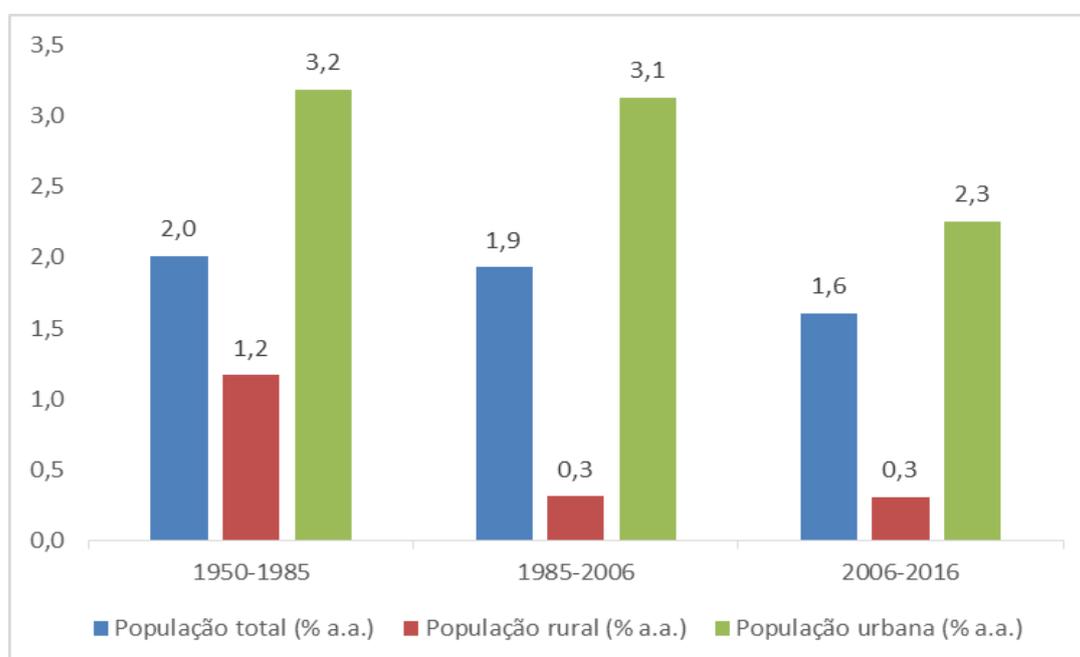
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria

**Gráfico 51 - Comparação da taxa de fertilidade na Bolívia e na América Latina e Caribe entre 1950 e 2016 (nascimentos por mulheres)**



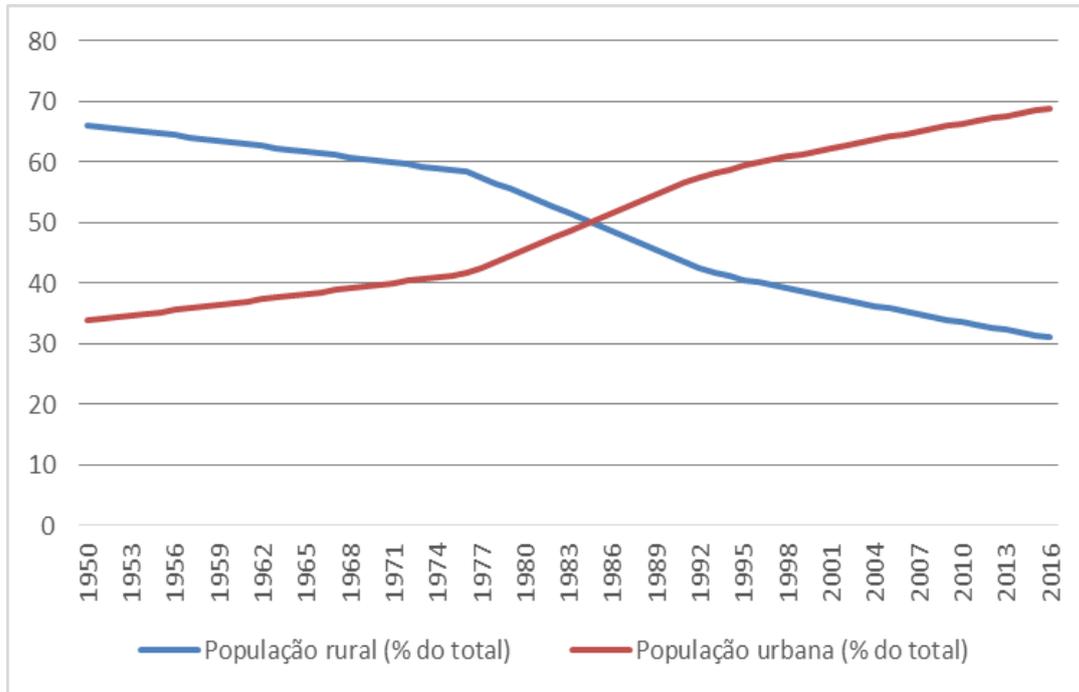
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 52 - Bolívia: Evolução da taxa de crescimento anual média da população total, rural e urbana em períodos selecionados entre 1950 e 2016 (% a.a.)**



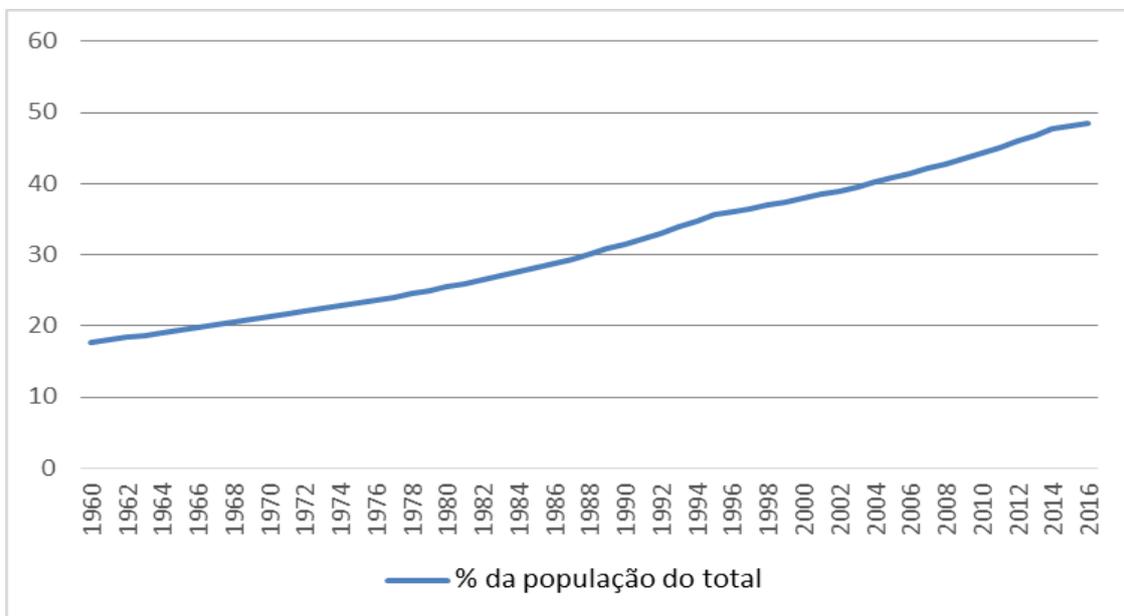
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 53 - Bolívia: Evolução da distribuição da população entre rural e urbana entre 1950 e 2016 (% do total)**



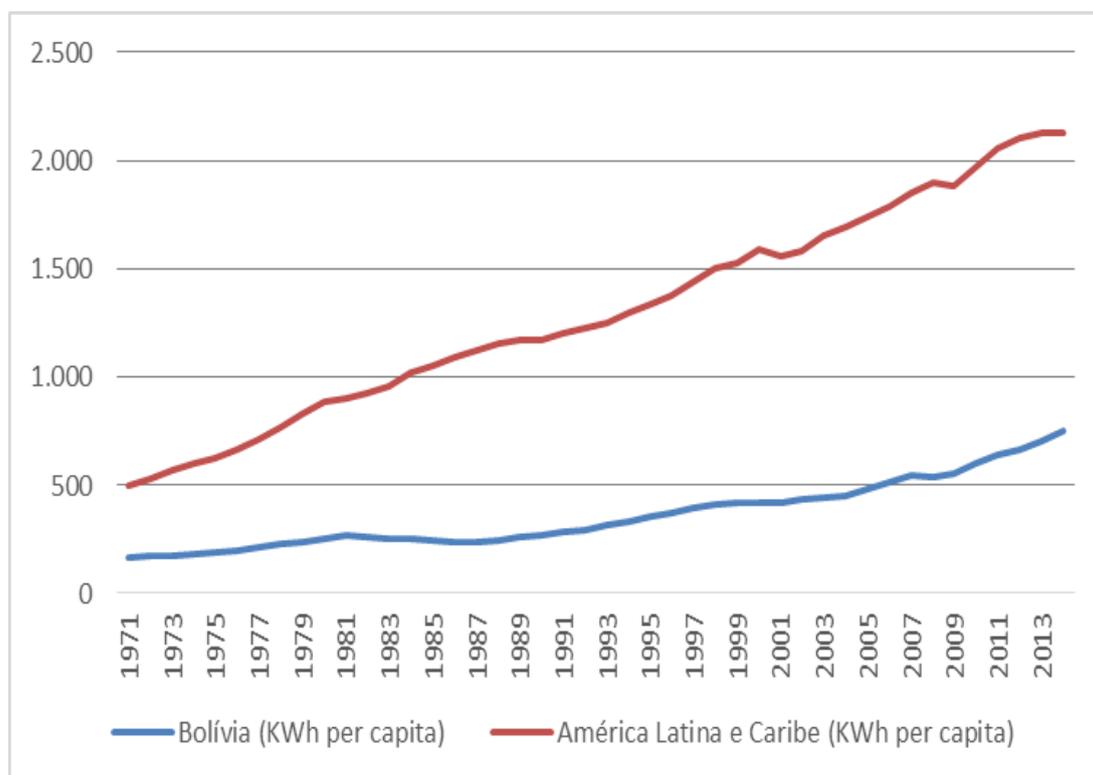
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 54 - Bolívia: Evolução da população residente em aglomerados urbanos com mais de 1 milhão de pessoas (% da população total)**



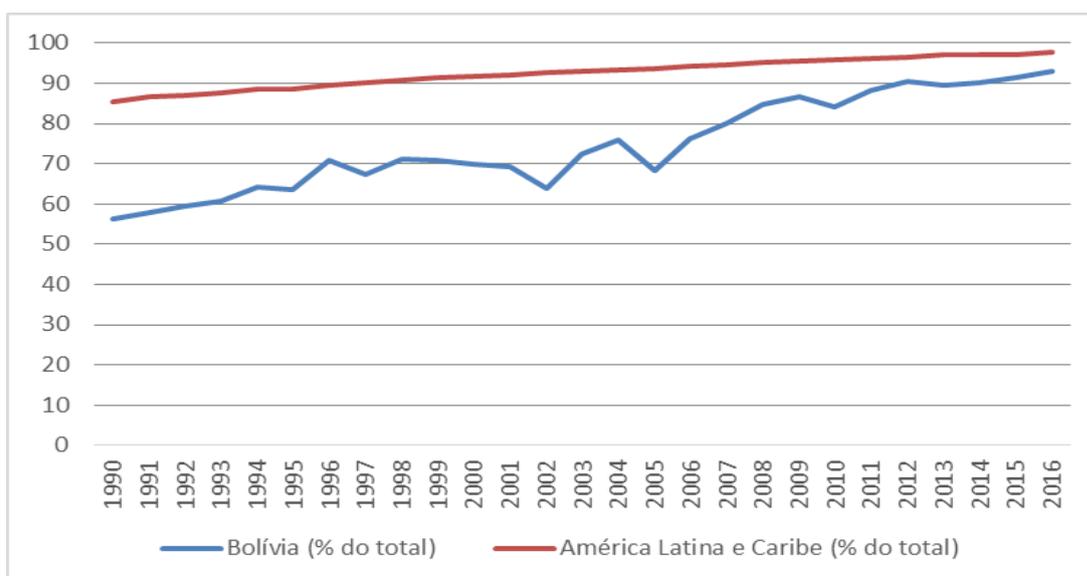
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 55 - Comparação do consumo de energia elétrica na Bolívia e na América Latina e Caribe entre 1971 e 2014 (KWh per capita)**



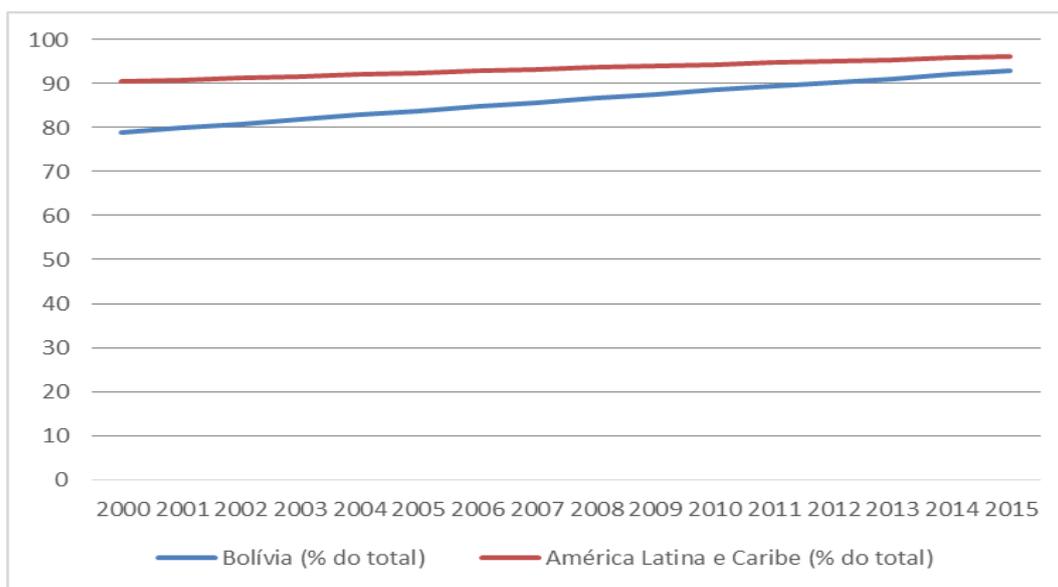
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 56 - Comparação da proporção de pessoas com acesso à eletricidade na Bolívia e na América Latina e Caribe entre 1990 e 2016 (% do total)**



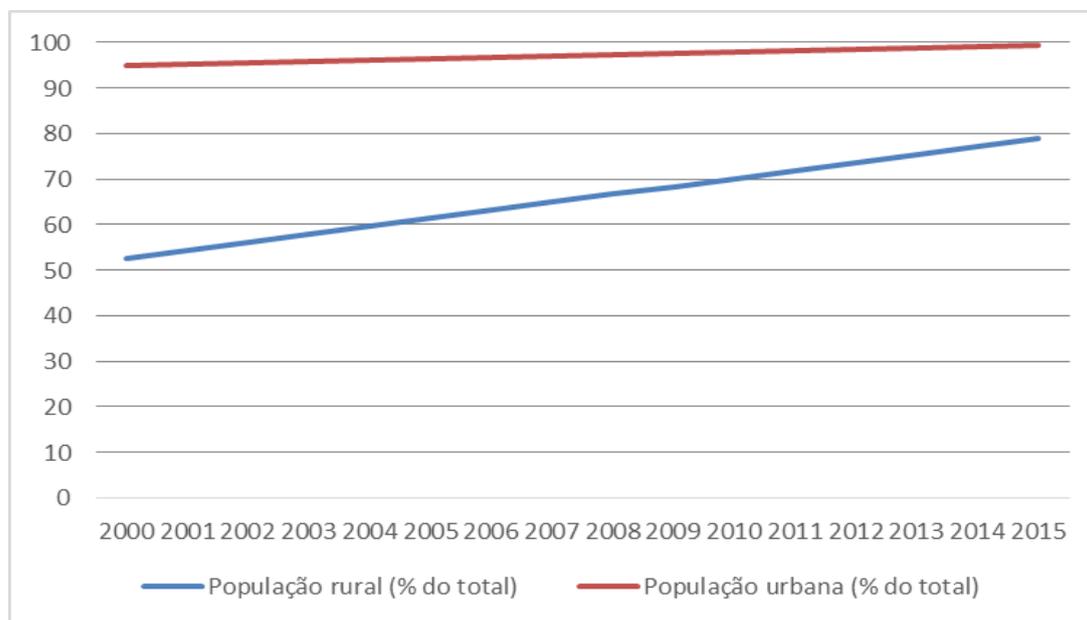
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 57 - Comparação da proporção de pessoas com acesso à água potável na Bolívia e na América Latina e Caribe entre 2000 e 2015 (% do total)**



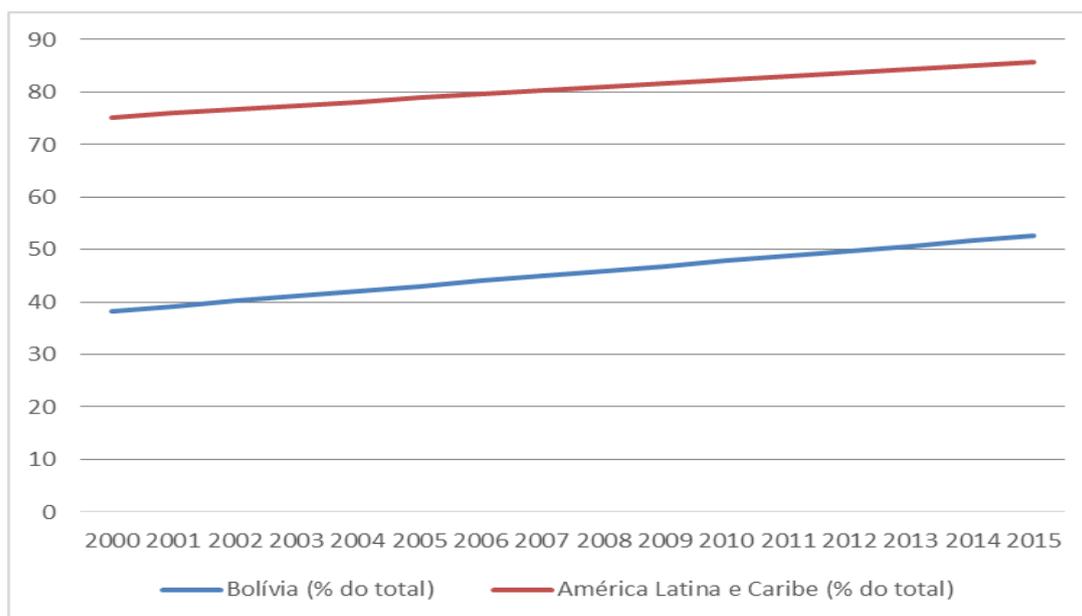
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 58 - Bolívia: Evolução da proporção de pessoas com acesso à água potável no espaço rural e urbano entre 2000 e 2016 (% do total)**



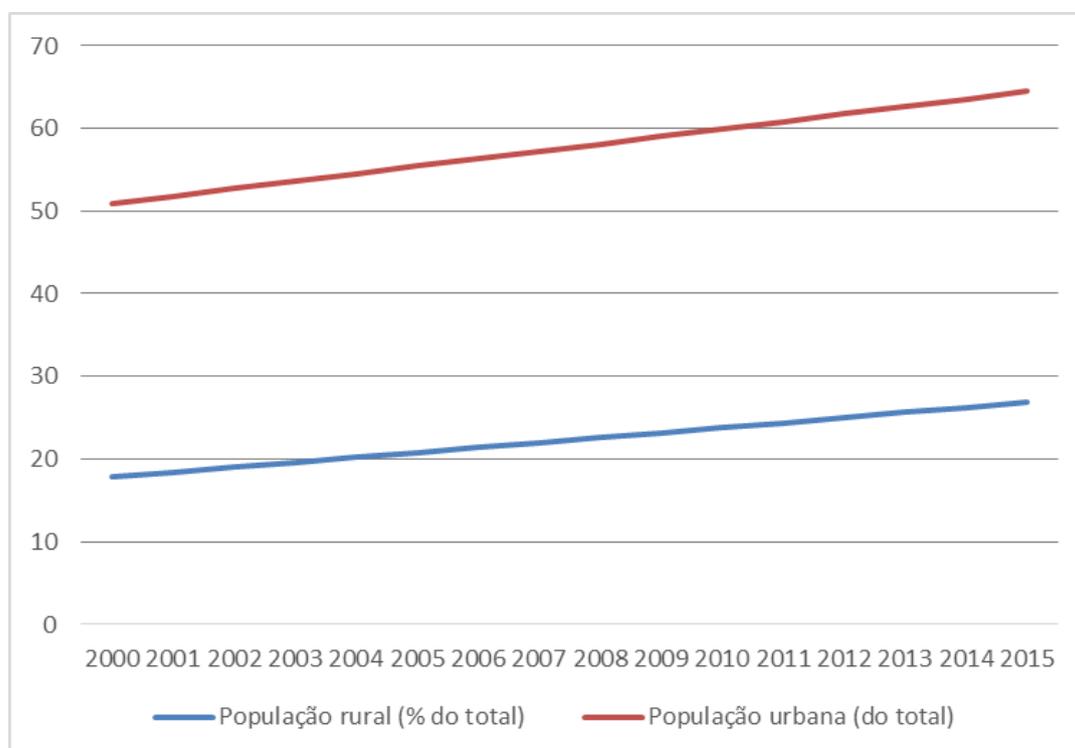
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 59 - Comparação da proporção de pessoas com acesso a saneamento básico na Bolívia e na América Latina e Caribe entre 2000 e 2015 (% do total)**



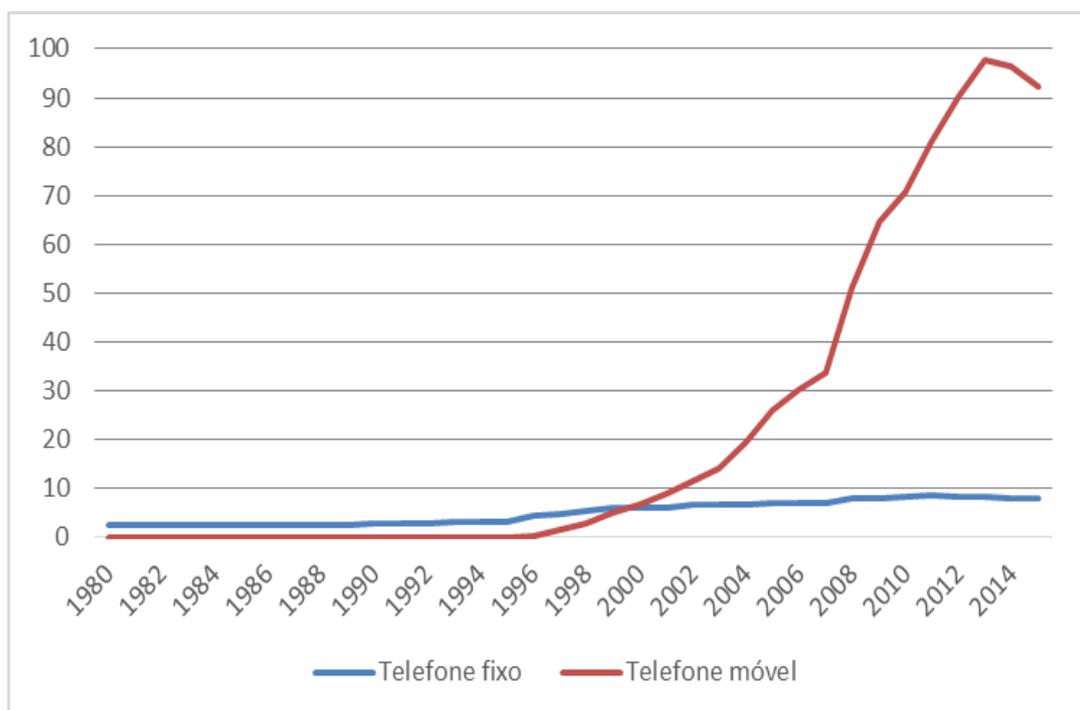
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 60 - Bolívia: Evolução da proporção de pessoas com acesso a saneamento básico no espaço rural e urbano entre 2000 e 2016 (% do total)**



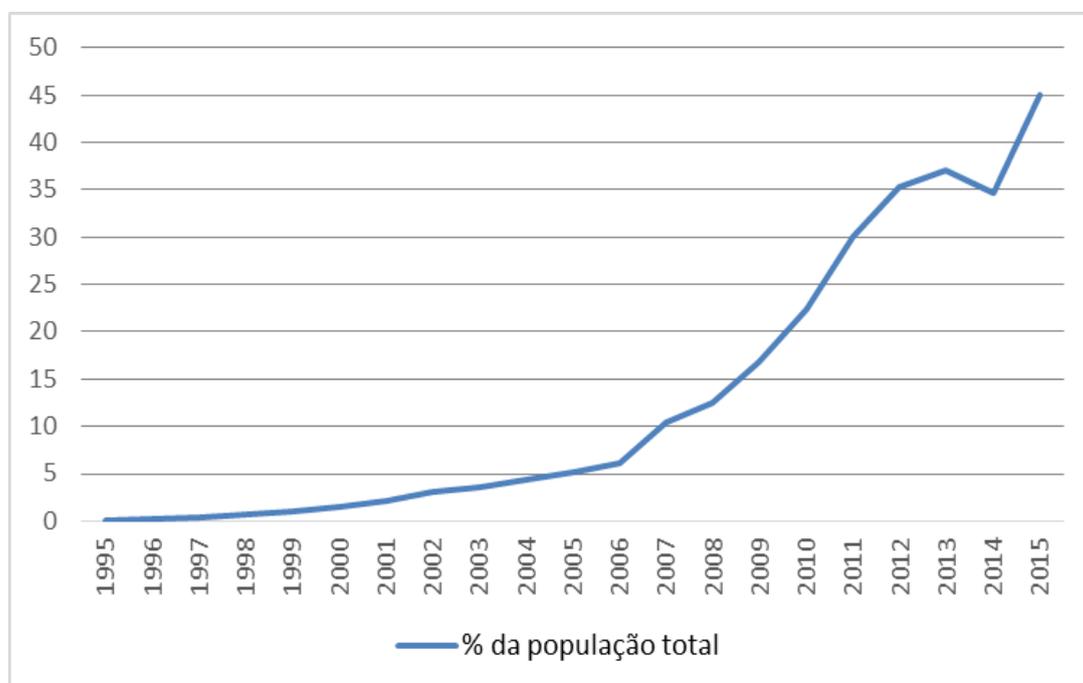
Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 61 - Bolívia: Evolução do acesso a telefone fixo e assinaturas de telefone móvel entre 1980 e 2015 (unidades para cada 100 pessoas)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Gráfico 62 - Bolívia: Evolução da proporção de pessoas com acesso à internet entre 1995 e 2015 (% da população total)**



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Tabela 16 - Bolívia: Evolução da apropriação da renda por quintis da renda agregada entre 1997 e 2016 (% da renda agregada)**

<b>Ano</b>	<b>1º quinto</b>	<b>2º quinto</b>	<b>3º quinto</b>	<b>4º quinto</b>	<b>5º quinto</b>
1997	61,7	6,4	11,1	18,8	2,0
1998	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
1999	60,5	5,7	11,7	20,8	1,3
2000	64,2	5,3	10,7	18,8	1,1
2001	60,6	6,5	11,6	19,5	1,9
2002	62,4	6,1	11,0	18,9	1,7
2004	59,5	7,2	11,4	18,8	3,1
2005	62,0	6,1	10,8	19,2	2,0
2006	60,1	6,5	11,3	19,8	2,3
2007	58,7	6,8	11,8	19,8	2,9
2008	54,8	8,0	13,1	20,9	3,2
2009	53,2	8,5	13,9	21,3	3,2
2010	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
2011	50,6	9,2	14,3	22,2	3,8
2012	50,6	9,0	14,5	22,5	3,4
2013	51,9	8,8	14,0	21,7	3,6
2014	52,3	8,8	13,8	21,3	3,8
2015	51,1	9,0	14,2	21,8	3,9
2016	49,0	9,5	14,9	22,8	3,9

Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators* (2018). Elaboração própria.

**Tabela 17 - Bolívia: Evolução da apropriação da renda agregada pelos decis mais ricos e mais pobres entre 1997 e 2016 (% da renda agregada)**

<b>Ano</b>	<b>10 % mais ricos</b>	<b>20% mais pobres</b>
1997	45,4	0,5
1998	n.d.	n.d.
1999	42,6	0,3
2000	47,8	0,2
2001	44,2	0,5
2002	46,6	0,4
2004	43,9	0,9
2005	45,3	0,5
2006	43,6	0,6
2007	41,8	0,8
2008	38,5	0,9
2009	36,9	0,8
2010	n.d.	n.d.
2011	33,7	1,1
2012	33,7	0,9
2013	35,2	1
2014	36	1,1
2015	34,8	1,1
2016	32,1	1,1

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators (2018). Elaboração própria.